



Cultura de paz: da reflexão à ação



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil



PRONASCI
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério
da Justiça





Balanço da Década Internacional
da Promoção da Cultura de Paz
e Não Violência em Benefício
das Crianças do Mundo

Brasília, novembro de 2010

Todos os palestrantes nacionais e internacionais dos 85 fóruns realizados entre os anos 2000 e 2010, bem como os voluntários envolvidos na recepção e organização dos eventos, cederam e compartilharam gentilmente seu tempo e seu conhecimento.

Fóruns transcritos e editados para esta publicação:

Augusto de Franco - *Uma nova visão sobre as redes sociais: explorações sobre o espaço-tempo dos fluxos*;
Bellur Prakash, *O legado vivo do Mahatma*;
Carmem Silva Junqueira – *Povos indígenas do Brasil*;
Edgard de Assis Carvalho – *Evolucionismo e política de civilização*;
Edson Amaro Júnior – *Neurociência e a compreensão do humano*;
Flávia Piovesan – *Direitos humanos, desafios e perspectivas contemporâneas*;
Hélio Mattar – *Sociedade de consumo, qual o próximo passo?*;
Jean-Marie Muller – *A atualidade de Gandhi: filosofia em ação*;
Kabenguelê Munanga – *África, um continente em busca do equilíbrio para a paz*;
Laís Fontenelle Pereira e Isabella Vieira Machado Henriques – *Mercantilização da infância, um problema de todos*;
Leoberto Brancher – *Justiça restaurativa: para além do perdão e da vingança*;
Dulce Critelli e Márcia Tiburi – *Mulheres na filosofia: uma história de exclusão deliberada*;
Marilene Grandesso – *Terapia comunitária: prática sustentável a serviço da saúde e dignidade da pessoa*;
Alicia Cabezudo, David Adams, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, Hamilton Faria, José Gregori, Magnus Haavelsrud, Maurílio Maldonado, Rose Marie Inojosa e Ubiratan D’Ambrósio, Xesús Rodrigues Jares (*in memoriam*) – *Fórum internacional cultura de paz e pedagogia da convivência*.

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.



Balanço da Década Internacional
da Promoção da Cultura de Paz
e Não Violência em Benefício
das Crianças do Mundo

© 2010 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e
Associação Palas Athena

Coordenação Geral: *Lia Diskin e Marlova Jovchelovitch Noletto*

Revisão técnica: *Beatriz Coelho, Lucia Benfatti e Tonia Van Acker*

Transcrições: *Douglas Paes Aranão e Ivan Nascimento*

Tradução: *Inês Polegato*

Edição: *Elisabete Santana, MTb 16.435 (Soma.CP Comunicação)*

Assistente de pré-edição: *Vany Laubé, MTb 15.594/RJ*

Revisão gramatical e atualização ortográfica: *B&C Textos*

Capa e projeto gráfico: *Edson Fogaça*

Fotos: *Cristina Canto, Douglas Paes Aranão, Flávia Faria*

Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da
Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do
Mundo. – Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.
256 p.

ISBN: 978-85-7652-133-4

1. Cultura de paz 2. Não violência 3. Brasil I. UNESCO II. Associação Palas
Athena



**Representação
no Brasil**

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 2106-3967
Site: www.unesco.org/brasil
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Associação Palas Athena
Rua Leônicio de Carvalho, 99
Paraíso
São Paulo, SP 04003-010
Site: www.palasathena.org.br
E-mail: contatocef@palasathena.org.br



PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios
Bloco T - Ed. Sede
70.064-900
www.mj.gov.br
E-mail: aci.pronasci@mj.gov.br

Sumário

Agradecimentos

Prefácio

A construção da cultura de paz: dez anos de história	11
Práticas bem-sucedidas na implementação da cultura de paz no Brasil	37
1. Fórum Internacional Cultura de Paz e pedagogia da convivência	45
a. Palestra Magna: Cultura de Paz e pedagogia da sobrevivência	46
b. Mesa 1– Cultivar a paz e educar para a convivência	56
c. Mesa 2 – Políticas públicas: desafios atuais	61
d. Mesa 3 – Educação para a paz: cidadania e democracia	66
e. Mesa 4 – Ação e políticas públicas: cenários da ação global e local	72
2. A Atualidade de Gandhi: filosofia em ação	79
3. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas	85
4. Neurociência e a compreensão do humano	93
5. Uma nova visão sobre redes: exploração do espaço-tempo dos fluxos.....	99
6. Evolucionismo e política de civilização	105
7. África, um continente em busca do equilíbrio para a paz	113
8. Mulheres na filosofia: história de uma exclusão deliberada	119
9. Povos Indígenas do Brasil	125
10. Sociedade de consumo: qual o próximo passo?	131
11. Mercantilização da infância: um problema de todos	137
12. Terapia comunitária: prática sustentável a serviço da saúde e da dignidade da pessoa	143
13. O legado vivo do Mahatma	149
14. Justiça Restaurativa: para além do perdão e da vingança	153
 Anexo I - Cronologia dos Fóruns do Comitê	 159
Anexo II - Sinopses	165



Agradecimentos

Em 1987, tive a alegria e o privilégio de, a convite da Fundação Birla House, estudar na Índia por três meses. Conheci um pouco mais sobre *ahimsa* (não violência) e sobre a filosofia gandhiana. Um dos muitos aprendizados significativos que tive com Mahatma Gandhi, é que devemos exercitar o desapego, aprendendo a alegrar nosso coração e não o nosso ego.

Anos depois, em 1999, já na UNESCO, o convite para coordenar o programa Cultura de Paz foi recebido por mim como um presente. Tive a parceria de muitos e seria quase impossível lembrar de todos os que permitiram o sucesso alcançado na Década Internacional para a Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo.

Primeiramente, agradeço ao Representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, por me permitir dar continuidade a este valioso tema, cerne da constituição da Organização.

Agradeço, ainda, aos parceiros, cujos corações se alegraram conosco ao longo dos anos, entre eles: os amigos do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, lembrando sempre de Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho e Walter Feldman; da Comunidade Bahá'í do Brasil, em especial Iradj Eghrari; da Organização Brahma Kumaris, em especial Luciana Ferraz e Ken O'Donnel; da Fundação Peirópolis, especialmente Regina Migliori; da *United Religions Initiative* (URI); do Movimento Diálogos pela Paz; do Geledés; da Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ), e a seu saudoso fundador, Pierre Weil; do Instituto Ayrton Senna; do Comitê para a Democratização da Informática (CDI); da Escola de Dança e Integração Social para a Criança e o Adolescente (EDISCA); do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); do Grupo Cultural AfroReggae; do Instituto Sou da Paz; do Viva Rio; da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS); da Central Única das Favelas (CUFA); do Ministério da Educação (MEC); do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e da Rede Globo de Televisão.

Agradeço, também, ao ex-Representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein, pela estratégia de mobilização inovadora que ele iniciou em 2000, para difundir a cultura de paz por todo o país. Merecem registro os governos estaduais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, que logo aderiram à estratégia por meio do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz.

Um agradecimento especial à equipe de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil, que não mediu esforços em viabilizar os arranjos necessários para promover os valores de cultura de paz. Em particular, agradeço à colega Beatriz Maria Godinho Barros Coelho, parceira de primeira hora ao levar este ideário adiante. Também não posso deixar de agradecer a Roberta Macêdo Martins Guaragna, responsável por iniciar os trabalhos do programa Cultura de Paz nesta Representação.

Por fim, Lia Diskin – que encontrei em 1999, antes ainda do Ano Internacional da Cultura de Paz – foi e tem sido parceira solidária e generosa, inspiradora de muitas iniciativas ao longo dos anos. Dedico a ela este livro e todo o sucesso do nosso trabalho conjunto. A você, Lia que, com sua humildade e sabedoria tanto nos ensina, o nosso carinho.

Marlova Jovchelovitch Noletto



Prefácio

Hoje pode soar evidente que a paz e a prosperidade não se conquistam unicamente com base em arranjos políticos e econômicos. Mas duas guerras mundiais, intolerância e preconceitos de toda ordem testemunharam o contrário e provaram que a solidariedade intelectual e moral da humanidade são indissociáveis do desenvolvimento humano em sentido pleno. Foram justamente estes valores que fundaram a UNESCO e a motivaram a promover, ao longo de mais de 60 anos, a educação e a cultura como alavancas para a construção da paz e entendimento entre os povos.

Construir a noção de cultura de paz certamente não foi tarefa fácil, mas nos brindou com avanços importantes. O fim da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo (2001-2010) traz reflexões sobre o que conquistamos e o que ainda há por vir, no tocante ao conceito de cultura de paz. É nesse sentido e, face ao mundo globalizado e fundado na sociedade do conhecimento, que mais recentemente a Diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, tem proposto a construção do que ela chamou "novo humanismo".

Indo além do humanismo preconizado pela Renascença, fincado de forma clara na racionalidade, livre-arbítrio e dignidade do homem, o "novo humanismo" implica que o ser humano tem sim suas diferenças, mas que as mesmas devem ser respeitadas e valorizadas. Isto envolveria, segundo Irina Bokova, superar os entraves entre Norte, Sul, Leste e Oeste e abraçar a coexistência e a igualdade como valores fundamentais da humanidade. A tolerância e o diálogo cultural e inter-religioso constituem, assim, facetas marcantes deste "novo humanismo" calcado de maneira evidente na ideia de cultura de paz.

Queremos registrar um agradecimento especial ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e à Associação Palas Athenas, coordenados respectivamente pelo secretário executivo Ronaldo Teixeira e pela professora Lia Diskin. Ambos têm contribuído decisivamente para a valorização do ser humano e construção de um novo paradigma de segurança com base na prevenção da violência e resgate da cidadania.

É com muita satisfação, portanto, que ora lançamos o livro: "Cultura de Paz: da reflexão à ação". Como país que se engajou fortemente em popularizar estes valores, seria um desrespeito não resgatar a memória deste processo no Brasil e não elencar alguns dos atores que tornaram essa ideia possível. Esta publicação retoma algumas das iniciativas que marcaram a última década no que tange o respeito à vida e a prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação.

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil

Segurança e Cidadania: antes, Cultura de Paz!

A mudança de paradigma no tema da segurança, iniciada no segundo mandato do Presidente Lula (2006-2010), por meio do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci) com Cidadania, deve-se ao desenvolvimento da cultura de paz, acúmulo resultante do período de consolidação democrática do Brasil. A Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo coincide, no país, com avanços significativos na ordem econômica, social e política da vida brasileira.

Em lugar da cultura da solidão, hegemônica em um país que primava pela concentração de renda, taxas elevadas de desemprego, baixo poder aquisitivo do seu povo e privilégios da classe política, inseriu-se na consciência do cidadão a cultura da solidariedade. No lugar da competição que premia o indivíduo, a solidariedade que divide responsabilidades e partilha conquistas. Com distribuição de renda, ampliação de oportunidades, mais recursos à população e exigência aos seus representantes, o povo brasileiro participa efetivamente como *Il Condottiere* de sua história e de seu destino. A cultura de paz, assim, ao mesmo tempo, induz consciências e as influencia em direção a um mundo mais tolerante e, nesse caso, a uma nação mais solidária.

No contexto da paz como cultura, inovações são permitidas e ideias surgem para responder ao novo momento em todas as áreas do saber popular e do conhecimento científico. Aqui, referir à segurança é, necessariamente, referir à segurança e cidadania. O Pronasci é o nascimento para, é o que nasce pro (para o), é, à sociedade, a alternativa de instauração de uma nova ambiência nos territórios de maior conflito entre iguais, hierarquizados apenas pelo critério da força e pela ausência da lei.

E essa nova ambiência em construção chama-se território de paz: a zona opaca, onde vivem os fracos em seu tempo lento, interage, por indução do Estado, com a zona luminosa, onde vivem os fortes no seu tempo rápido; meio natural e meio técnico, como quer Milton Santos, revitalizam o espaço que só é possível transformar-se pelo engajamento do cidadão e por sua cultura. A chegada simultânea, portanto, do acesso à justiça, do policiamento de proximidade – polícia que dialoga e se enraíza na comunidade, dela fazendo parte –, da tecnologia aos policiais e da inclusão digital aos cidadãos, da participação das mulheres e da inserção dos jovens em oficinas de educação, cultura, esporte é que pode jogar luz à integração de todos em direção a uma política de prevenção, promotora da não violência.

A política de segurança e cidadania, então, é antecedida pela cultura da paz que submete a solidão, o conflito e o privilégio à solidariedade, à justiça e à democracia.

É com alegria, portanto, que o Pronasci se associa à UNESCO para lançar o livro “Cultura de Paz: da reflexão à ação”, celebrando um Brasil mais igual, justo e seguro.

Ronaldo Teixeira da Silva
Secretário Executivo do Pronasci



A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ: dez anos de história

Marlova Jovchelovitch Noleto¹

A UNESCO tem como missão primordial a construção da paz. O preâmbulo de sua Constituição rege: “Como as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”. E ainda:

“O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo”.

Tal pensamento é fundado em uma análise acurada dos processos pelos quais a paz e a guerra podem ser alcançadas e refere-se ao ideal democrático de

“que a paz baseada exclusivamente nos arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse assegurar o apoio sincero, unânime e duradouro dos povos do mundo, e que a paz, para que perdure, deve, por esse motivo, ser fundada sobre a solidariedade moral e intelectual da humanidade”.

Em 20 de novembro de 1997, as Nações Unidas proclamaram o ano 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz², marcando o início de uma mobilização mundial e de uma aliança global de movimentos existentes, para juntos transformar os princípios norteadores da cultura de paz em ações concretas. Em 10 de novembro de 1998, por meio de nova resolução, as Nações Unidas proclamam a década 2001-2010, como a Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo³ a fim de reforçar o movimento global formado e apontando a UNESCO como agência líder para a Década, responsável por coordenar as atividades do sistema ONU e de outras organizações.

Foi uma honra e um privilégio para mim ter podido fazer parte da coordenação dos programas, projetos, ações e atividades desenvolvidos pela UNESCO no âmbito do programa Cultura de Paz ao longo desta década. E é com imensa satisfação que vamos contar a seguir um pouco dessa história.

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação

1. Coordenadora de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil.

2. UN Resolution A /RES/52/15.

3. UN Resolution A/RES/53/25.



ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis.

Na atualidade, continuamos com inúmeros conflitos armados e lutas civis, que sacrificam vidas humanas em mais de 40 países. Outras fontes de tensão têm sua origem na deterioração do meio ambiente, no excesso de população, na competição por recursos de água doce, cada vez mais escassos, na desnutrição e na flagrante desigualdade econômica e social não só entre os países, como também internamente a estes, devido a em modelos de desenvolvimento concentradores de renda e excludentes.

Substituir a secular cultura de guerra por uma cultura de paz requer um esforço educativo prolongado para modificar as reações à adversidade e construir um modelo de desenvolvimento que possa suprimir as causas de conflito. No campo do desenvolvimento econômico é preciso passar da economia competitiva de mercado para um modelo de desenvolvimento mútuo e sustentável, sem o qual é impossível alcançar uma paz duradoura.

É preciso revisar o conceito de adotar modelos de desenvolvimento de outros países para respeitar cada país, suas tradições e diversidade, incorporando uma dimensão humana e social e de participação, que, necessariamente, deve significar democracia.

E falar em cultura de paz é falar dos valores essenciais à vida democrática. Valores como igualdade, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, justiça, liberdade, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social.

Nas palavras de Irina Bokova, Diretora-geral da UNESCO,

“tenho a convicção de que todos estamos naturalmente ligados por nossa condição de seres humanos. Que todos temos os mesmos sonhos de prosperidade e felicidade. E todos sabemos muito bem que esses sonhos só se podem realizar em um clima de paz. A diversidade cultural e o diálogo entre as culturas contribuem para o surgimento de um novo humanismo, no qual se reconciliam o universal e o local, e mediante o qual reaprendemos a construir o mundo... Respeito aos direitos fundamentais, à dignidade de cada ser humano, à diversidade, de uma humanidade solidária e responsável... esta é a mensagem da UNESCO, cuja função consiste em dar um novo impulso à solidariedade, congregando e despertando consciências.”

Na busca e disseminação da paz, a UNESCO parte do princípio de que a violência persiste com uma nova face. Apesar de as formas tradicionais de conflito e guerra terem diminuído, os orçamentos para segurança da maioria dos países permanecem elevados, especialmente para o desenvolvimento de armamentos inteligentes de alta tecnologia, enquanto os orçamentos destinados a políticas e programas de desenvolvimento social são constantemente reduzidos.

Em face desse inaceitável estado dos fatos, devemos nos mobilizar em favor da paz e da não violência, as quais devem tornar-se realidade cotidiana para todos.

Mas como fazer da cultura de paz uma realidade concreta e duradoura? Como fortalecer a consciência sobre a urgência de se promover a transição de uma cultura de guerra para uma cultura da paz? Como encontrar os caminhos e meios para alterar os valores, atitudes, crenças e comportamentos do tempo presente?

No mundo interativo, tudo é uma questão de conscientização, mobilização, educação, prevenção e informação de todos os níveis sociais em todos os países. A elaboração e o estabelecimento de uma cultura de paz requer profunda participação de todos, tendo como pano de fundo de qualquer mobilização a tolerância, a democracia e os direitos humanos – em outras palavras, a observância desses direitos e o respeito pelo próximo, valores caros para a cultura de paz. Em todo esse processo, cabe aos cidadãos organizarem-se e assumirem sua parcela de responsabilidade participando inteiramente no desenvolvimento de suas sociedades; aos países cabe a cooperação multilateral; às organizações internacionais, a coordenação de suas diferentes ações.

A cultura de paz é uma iniciativa de longo prazo que leva em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano e sociedade. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia a dia familiar, regional ou nacional. É um processo que, sem dúvida, tem um começo, mas nunca pode ter um fim. A paz é um processo constante, cotidiano, mas não passivo. A humanidade deve esforçar-se para promovê-la e administrá-la.

Para a UNESCO, paz não é meramente ausência de guerra. Por assim entender, promove esforços em favor da paz e tem se caracterizado fundamentalmente por uma incessante luta pela democratização dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

O seu campo de abrangência, compreendendo as áreas de Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação indica que, por intermédio da democratização do conhecimento, a humanidade poderá atingir padrões de convivência humana e de solidariedade. Esta concepção e perspectiva estão na origem dos atos constitutivos da Organização, datados de 1946 – logo após a Segunda Guerra Mundial.

Essa missão não poderia ser cumprida sem que se colocasse como pressuposto orientador da política dos Estados-membros que integram a Organização a universalização do acesso de todos ao conhecimento disponível.

Desse modo, quando a UNESCO investe em uma cultura de paz, a âncora dessa busca é a educação como um direito intimamente relacionado com a conquista da paz. É também por intermédio da educação que se formam mentalidades mais democráticas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, em seu Art. 26, estabelece que todo o ser humano tem direito à educação, que deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa. Tal direito colabora para o fortalecimento do respeito ao conjunto de diversos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A educação voltada para a cultura de paz inclui a promoção da compreensão, da tolerância, da solidariedade e do respeito às identidades nacionais, raciais, religiosas, por gênero e geração, entre outras, enfatizando a importância da diversidade cultural.

Um de nossos desafios consiste em repensar a educação e a cultura para este século, apontando que ambas podem dar respostas à inquietação pela universalização e democratização do conhecimento. Para dar resposta à esperança que todos temos de uma nova educação para este milênio, a Comissão presidida por Jacques Delors⁴ ressalta que a educação



deve ser organizada com base em quatro princípios-pilares do conhecimento, a saber: Aprender a Conhecer, Aprender a Viver Juntos, Aprender a Fazer e Aprender a Ser. Esses caminhos, propostos pelo Relatório Delors, a rigor, possuem um imbricamento lógico de forma que não é possível pensá-los isoladamente. Na prática, eles interagem, são interdependentes e se fundamentam numa concepção de totalidade dialética do sujeito. Os pilares do conhecimento foram caracterizados pelo Relatório Delors da seguinte forma:

Aprender a Conhecer: Trata-se daquele tipo de aprendizagem objetiva, sobretudo o domínio dos instrumentos do conhecimento. Como o conhecimento é múltiplo e evolui em ritmo incessante, torna-se cada vez mais inútil tentar conhecer tudo. Além disso, os tempos presentes demandam uma cultura geral, cuja aquisição poderá ser facilitada pela apropriação de uma metodologia do aprender. Como disse Laurent Schwartz, um espírito verdadeiramente formado, hoje em dia, tem necessidade de uma cultura geral vasta e da possibilidade de trabalhar em profundidade determinado número de assuntos. Deve-se, do princípio ao fim do ensino, cultivar simultaneamente estas duas tendências.⁵ Daí a importância dos primeiros anos da educação que, se bem-sucedidos, podem transmitir às pessoas a força e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida.

Aprender a Fazer: Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. O aprender a fazer está mais ligado à educação profissional. Todavia, devido às transformações que se operam no mundo do trabalho, o aprender a fazer não pode continuar a ter o mesmo significado de preparar uma determinada pessoa para uma tarefa específica. O avanço tecnológico está modificando as qualificações. As tarefas puramente físicas estão sendo gradualmente substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, por exemplo. À medida que as máquinas se tornam mais “inteligentes”, o trabalho se “desmaterializa”. Além da competência técnica e profissional, a disposição para o trabalho em equipe, o gosto pelo risco e a capacidade de tomar iniciativas constituem fatores importantes no mundo do trabalho. Acrescente-se ainda que a criação do futuro exige uma polivalência para o que o desenvolvimento da capacidade de aprender é vital.

Aprender a Viver Juntos: Trata-se de um dos maiores desafios da educação para o século XXI. Como diz o Relatório Delors, a história humana sempre foi conflituosa. Há, no entanto, elementos novos que acentuam o perigo e deixam à vista o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX. Será possível conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver, de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade? Observem o quadro atual de violência na escola. Como combatê-la?

4. A Comissão Internacional de Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors, foi formalmente estabelecida no início de 1993, com os objetivos de refletir sobre os desafios que a educação enfrentaria nos anos subsequentes. Produziu o chamado Relatório Delors, com sugestões e recomendações que serviriam como uma agenda para políticas públicas, atingindo autoridades nos níveis mais elevados. DELORS, J. et al. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 8.ed. São Paulo: UNESCO, Cortez, 2003. SCHWATZ, L. *L'enseignement Scientifique*. Paris: Flammarion, 1993. Apud DELORS, J. (2003) Op. cit. p. 91.

5. SCHWATZ, L. *L'enseignement Scientifique*. Paris: Flammarion, 1993. Apud DELORS, J. (2003) Op. cit. p. 91.

A tarefa é árdua, diz o Relatório, porque os seres humanos têm tendência para sobrevalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Da mesma forma, o clima de elevada competição que se apoderou dos países agrava a tensão entre os mais favorecidos e os pobres. A própria educação para a competitividade tem contribuído para aumentar esse clima de tensão, devido a uma má interpretação da ideia de emulação. Para reduzir o risco, a educação deve utilizar duas vias complementares – a descoberta progressiva do outro e o seu reconhecimento e a participação em projetos comuns (educação para a solidariedade).

Aprender a Ser: O Relatório Delors não apenas reafirma uma das principais linhas e princípios do Relatório Faure⁶, como amplia a importância desse postulado. Todo ser humano deve ser preparado para a autonomia intelectual e para uma visão crítica da vida, de modo a poder formular seus próprios juízos de valor, desenvolver a capacidade de discernimento e de como agir em diferentes circunstâncias da vida. A educação precisa fornecer a todos capacidades e referências intelectuais que lhes permitam conhecer o mundo que os rodeia e agir como atores responsáveis e justos. Para tanto, é imprescindível uma concepção de desenvolvimento humano que tenha por objetivo a realização plena das pessoas, do nascimento até a morte, definindo-se como um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro. Nesse sentido, a educação é, antes de tudo, uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade. É urgente que esta concepção de educação seja trabalhada por todos, pela escola, pela família e pela sociedade civil que, juntos, disponham-se a explorar e a descobrir as ricas potencialidades que se escondem em todas as pessoas (DELORS, 1998, p. 90).

Com base nesses quatro pilares, podemos pensar numa educação que efetivamente contribua para a construção de uma cultura de paz. Além deles, o pluralismo cultural é outra força diretriz para a paz e a solidariedade internacionais. A paz não pressupõe de forma alguma homogeneidade. Ela deve estar baseada no pluralismo e no desenvolvimento sustentável. De acordo com essa abordagem positiva da diversidade cultural, a sociedade civil (ONGs, círculos econômicos, redes de associações e comunidades) deve agir tendo em mente que cada país e cada sociedade devem planejar suas estratégias de acordo com suas características específicas.

Sabemos que para alcançar a cultura de paz é necessário que exista cooperação em todos os níveis e países e coordenação entre as organizações internacionais com competência e recursos indispensáveis que podem ajudar os indivíduos a ajudarem a si mesmos. Esse movimento multidimensional requer o apoio ativo e a participação contínua de uma rede sólida de indivíduos e de organizações, governamentais e não governamentais, que atuem em prol da paz.

6. Relatório coordenado por Edgar Faure em 1972. FAURE, E. et al. *Learning to be: the world of education today and tomorrow*. Paris, UNESCO; London, Harrap, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000018/001801e.pdf>>. (Publicado em português em 1974: FAURE, E. *Aprender a ser*. Lisboa: Livraria Bertrand; São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974).



O movimento mundial pela cultura de paz deve então ser “uma grande aliança de movimentos existentes”, um processo que unifique todos aqueles que já trabalharam e que estão trabalhando a favor desta transformação fundamental de nossas sociedades. O objetivo é permitir que toda pessoa ou organização contribua para esse processo de transformação de uma cultura de violência para uma cultura de paz, em termos de valores, atitudes e comportamento individual, bem como em termos de estruturas e funcionamentos institucionais.

Em cada país, em cada cidade e em cada bairro, a cultura de paz pode ser instituída de diferentes maneiras, trabalhando para erradicar as profundas causas culturais da violência e da guerra, tais como a pobreza, a exclusão, a ignorância ou a exploração.

Os diversos grupos e organizações sociais, ao trabalharem no nível local e em domínios específicos (como a proteção ambiental ou a promoção da diversidade cultural), nem sempre têm consciência de que estão ajudando a estabelecer a cultura de paz em escala global. Tomando parte no movimento mundial pela cultura de paz, estes evitam o isolamento e ganham maior reconhecimento de suas ações, o que estimula outros indivíduos a se juntarem a eles.

Colocando princípios em ação



Falar em cultura de paz, muitas vezes, pode ser visto como algo filosófico, distante da realidade, etéreo ou com pouco senso prático mas, para nós da UNESCO, as comemorações do Ano Internacional da Cultura de Paz precisavam ser marcadas por ações concretas e que colocassem na vida cotidiana os princípios da cultura de paz em ação.

Com isso em mente, uma das primeiras ações da UNESCO no Brasil, para dar início às atividades concretas em prol da cultura de paz foi a de firmar termos de parceria com quatro entidades com atuação notável nessa área. Foram elas: Associação Palas Athena, Organização Brahma Kumaris, Comunidade Bahá'í e Fundação Peirópolis.

Por meio desse termo de parceria a UNESCO no Brasil desenvolveu inúmeras ações, compreendendo desde a divulgação do Manifesto 2000 – instrumento que apela à participação individual em direção a uma cultura de paz – coleta de 15 milhões de assinaturas para o referido Manifesto, eventos, seminários, *workshops* e publicações para adicionar e discutir os conteúdos da cultura de paz, até a confecção de camisetas, panfletos, calendários e *banners*.

Os seis princípios do Manifesto 2000:

- respeitar a vida;
- rejeitar a violência;
- ser generoso;
- ouvir para compreender;
- preservar o planeta;
- redescobrir a solidariedade.

Via de regra, os projetos no âmbito do programa Cultura de Paz apoiados pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil procuram mapear e valorizar talentos locais e empoderar jovens. A ideia é torná-los protagonistas de suas próprias vidas, de seu futuro e ajudá-los a perceber que eles têm potencial e um papel primordial nas suas comunidades. Esses projetos seguem um ou mais dos seguintes critérios:

- Abordagem *bottom-up* em relação às demandas e necessidades da comunidade;
- De preferência, provenientes de ONGs de base comunitária;
- Implementados por meio de acordos com múltiplos parceiros;
- Aplicação prática dos conceitos e valores da cultura de paz;
- Metodologias inovadoras para a resolução pacífica de conflitos.

A seguir, nos debruçaremos um pouco mais sobre algumas instituições e projetos que ao longo dessa Década da Cultura de Paz foram apoiados pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil e que apresentam essas características:



Foto: Mila Petrillo

Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz

Programa pioneiro de grande importância, laboratório de ideias, o programa *Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz* originou-se na UNESCO do Brasil e tem sido por ela coordenado ao longo dos anos. É um dos poucos programas da UNESCO, se não o único no mundo, a ter-se tornado política pública. Assumido pelo Ministério da Educação, é mais amplamente conhecido pelo nome *Escola Aberta*.

No ano 2000, no conjunto de ações comemorativas ao Ano Internacional para uma Cultura de Paz, a UNESCO lançou o protótipo do Programa, propondo uma estratégia de inclusão social por meio da abertura das escolas públicas nos fins de semana e com a realização de atividades de esporte, arte, cultura e lazer, numa perspectiva de disseminação de uma cultura de paz e não violência e de promoção da cidadania e do desenvolvimento humano e social de adolescentes, de jovens e de suas comunidades, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade social.



O Programa foi uma resposta a dados de pesquisa sobre a juventude brasileira que indicavam os jovens entre os grupos sociais mais vulneráveis, apresentando taxas elevadas de evasão escolar, desemprego e subemprego e um aumento significativo de crimes violentos, praticados por ou contra os jovens, nas duas últimas décadas, especialmente durante os fins de semana.

Ao mesmo tempo em que enfoca a educação, em que busca suas referências no Relatório Delors, o Programa tem como alvo a disseminação de valores como a igualdade, o respeito aos direitos humanos, o respeito à diversidade cultural, a tolerância, o diálogo, a reconciliação e a solidariedade, o combate à exclusão social, o incentivo à participação cultural, o cuidado com o meio ambiente, contribuindo tanto para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica como para a promoção da cultura de paz e do desenvolvimento social.

O Programa tem como focos o jovem, a escola e a comunidade. A natureza do trabalho é educativa e transformadora, pretendendo modificar as relações jovem-escola, jovem-jovem e jovem-comunidade, oferecendo-lhes novas oportunidades de inclusão sociocultural. Além de integrar jovens e comunidades, a oferta de atividades esportivas, artísticas e culturais ajuda na socialização e contribui para a reconstrução da cidadania.

O Programa cristaliza um dos elementos definidores da vida social: a participação. Os jovens manifestam vontade de estabelecer uma relação mais próxima com a escola de perfil mais atuante e presente em suas vidas, expressando desejo de ser sujeito desse processo.

Outra ideia que norteou a concepção do programa foi o envolvimento das comunidades locais. Hoje se reconhece amplamente o papel imprescindível desempenhado por agentes da sociedade civil no nível local ⁷.

A escola foi escolhida por ser muitas vezes o único equipamento público presente na comunidade, além de ser um lugar privilegiado para a formação e a socialização dos jovens. Além disso, a magnitude do seu aparato institucional – mais de 200 mil escolas espalhadas pelo país e pelo menos uma secretaria de educação em cada município – permitiria a capilaridade e a institucionalização do Programa. Além disso, entende-se que o programa agrega novo significado ao papel da escola como escola-função e não apenas escola-endereço, pelo fato de ser local de acesso a todos os membros da comunidade, independente de estarem formalmente a ela vinculados; pela condição potencial que tem de se configurar como via informal de aproximação entre a juventude, a família e a comunidade.

O Programa é operacionalizado com a abertura de escolas nos sábados e domingos, por meio da realização de oficinas e ações diversas, selecionadas a partir de consulta à juventude local e de mapeamento prévio de talentos nas escolas e nas comunidades.

As oficinas são ministradas por voluntários, professores, supervisores, membros da comunidade, ONGs parceiras do Programa, evidenciando a vontade coletiva de mudança da realidade em que estão inseridos.

7. Pesquisas realizadas por distintas instituições, como por exemplo, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostram que os programas realizados com maior sucesso são geralmente aqueles administrados em nível local, envolvendo parceiros de todos os setores da sociedade, como empresas, instituições públicas, organizações comunitárias, polícias e sistema judiciário.

A importância das iniciativas do Programa se deve ao fato de se acreditar que a solução para os problemas de exclusão social e de violências que enfrentam os jovens passa também por criar espaços privilegiados de exercício e de desenvolvimento de lideranças juvenis, por meio da participação e da cooperação institucional para tal exercício, via disposição de recursos e conhecimentos vários, sem imposição de saberes e hierarquias.

O jovem e sua comunidade sentem-se valorizados à medida que demandas locais são atendidas e que as expressões juvenis são fortalecidas. Isso possibilita maior integração entre a escola e a comunidade e favorece a descoberta de novas formas de relação capazes de gerar o sentimento de pertencimento tão necessário para o exercício do protagonismo juvenil.

Por meio de iniciativas dessa natureza e, em particular, pela definição do Programa como política pública, torna-se possível influenciar outras políticas e contribuir para mudanças positivas tanto nas várias juventudes como na escola.

Avaliações realizadas pela UNESCO e pelos parceiros do programa Abrindo Espaços comprovaram o seu êxito, que, entre outros, apresenta resultados consideráveis no que se refere à redução de índices de violência com participação de adolescentes e jovens, os maiores envolvidos, como agentes e vítimas, em situações de violência. As avaliações confirmam a eficácia do programa Abrindo Espaços enquanto política pública que contempla a juventude, cumprindo com o papel inovador e difusor de uma cultura de paz e promovendo uma transformação da prática pedagógica.

Com o Abrindo Espaços, a UNESCO e seus parceiros estão colaborando de forma estratégica para a definição e a implementação de políticas públicas que contribuam para melhorar a qualidade de vida dos jovens e de suas comunidades, especialmente dos jovens mais afetados pela exclusão e expostos a situações de vulnerabilidade social.

Em 2004, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO, assumiu o Programa, instituindo-o como política em âmbito nacional, pautado no conceito e na metodologia desenvolvida pela UNESCO no ano 2000, durante a comemoração do Ano Internacional da Cultura de Paz, e que já havia sido implementada, com sucesso, nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em dezembro de 2008 foi realizado o primeiro exercício de sistematização de experiências do programa, publicada em uma coleção de oito livros que, além de referências metodológicas e conceituais, contêm também um guia passo a passo para a sua implantação e para professores convidando a cultivar a paz em sala de aula.

O desenho do *programa Escola Aberta* parte de estratégias que permitem a sua replicabilidade. Flexibilidade, autonomia e gestão local possibilitam que estados, municípios e escolas possam adequá-lo às necessidades e aos recursos locais. Trata-se de um programa único, orientado por uma metodologia de referência comum, mas há que se ressaltar a flexibilidade para adequá-lo à realidade local. Essa flexibilidade está expressa nas oficinas, no estabelecimento de parcerias e na formação das equipes, por exemplo.

Alguns resultados são comuns a todas as experiências, tanto do *Abrindo Espaços* quanto do *Escola Aberta*, como a melhoria no clima interno da escola, entre os alunos e entre alunos



e professores; a redução da violência intraescolar e de atos de vandalismo; o estreitamento das relações entre a escola e a comunidade. Considera-se que esses elementos, em seu conjunto, refletem-se positivamente na motivação e desempenho de alunos e professores.

O *programa Escola Aberta* é uma iniciativa de sucesso. Foi implantado em vários estados do Brasil e atravessou fronteiras, com iniciativas de cooperação Sul-Sul sendo replicadas na América Central, em Honduras, na Nicarágua, na Guatemala, em Costa Rica e em El Salvador. Em parceria com o Governo brasileiro, estamos implantando o programa na Guiné-Bissau. Os resultados já alcançados reforçam a convicção da UNESCO de que este Programa deve ser considerado prioritário e referência para a construção de uma cultura de paz, para parâmetros de qualificação da escola e para a promoção do desenvolvimento humano e social, sobretudo, nos países e regiões em desenvolvimento.

Criança Esperança

Em 2003, quando a TV Globo convidou a UNESCO para ser parceira na gestão do programa Criança Esperança, abriu-se uma oportunidade ímpar de ampliar o escopo da atuação da Organização no país, onde, há mais de 40 anos, a UNESCO trabalha pela construção de uma cultura de paz, pelo exercício do respeito à diversidade e pela redução das desigualdades sociais.

Desde então, participar da gestão do Criança Esperança tem sido motivo de orgulho para a UNESCO. A Organização contribui com sua expertise programática para o Programa, por meio da cooperação técnica, sendo responsável pelo conteúdo social, educacional e pedagógico de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do Criança Esperança.

Trata-se de um programa inovador que promove a cooperação de múltiplos atores da sociedade brasileira: organizações não governamentais, a iniciativa privada e um organismo internacional trabalham juntos, construindo mais do que uma relação de parceria, uma aliança estratégica. Esta aliança estratégica permite demonstrar a grande capacidade de resposta que iniciativas desta natureza representam e o quanto podem contribuir para encontrar soluções inovadoras para o cenário de desigualdade social e a melhoria de indicadores nas áreas de educação, cultura, meio ambiente, entre outras. Um exemplo como este precisa e deve ser disseminado não apenas no Brasil, mas também em outros países.

O Criança Esperança é também um modelo em termos de mobilização social em favor do desenvolvimento de milhares de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social: ao mesmo tempo em que mobiliza a sociedade para doar, também permite chamar a atenção da população brasileira para os problemas sociais que estes setores da população enfrentam. Isto se reflete também nas ações de *merchandising* social desenvolvidas pela emissora que tratam de importantes temas como educação, cultura, combate a discriminação, entre outros.

Foto: Mila Petrillo



E, nesse sentido, o Programa permite ainda que a UNESCO atue como catalisadora da cooperação técnica internacional, quando favorece a replicação dessa experiência de mobilização social e arrecadação de recursos do Criança Esperança em outros países. Da mesma forma, os Espaços Criança Esperança funcionam como *show cases*, com alto potencial de replicabilidade.

Os Espaços Criança Esperança localizam-se em regiões vulneráveis de quatro cidades brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e, a partir de 2011, em Jaboatão dos Guararapes, região de Recife. São centros de referência no atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que contribuem para promover a educação, a cultura, a inclusão e o desenvolvimento social no Brasil, respeitando e ouvindo a comunidade local. Os Espaços Criança Esperança são “ilhas de paz” onde é possível concretizar os princípios da cultura de paz, em regiões marcadas pela exclusão social e violência urbana.

O Criança Esperança apoia também um projeto nacional dedicado à primeira infância e educação preventiva desenvolvido pela Pastoral da Criança e que tem por objetivo desenvolver trabalhos educativos e de prevenção, em comunidades em situação de risco no Brasil, com ações nas áreas de saúde, nutrição e educação da criança e materna e com a prevenção da violência no ambiente familiar, envolvendo famílias e comunidades.

Nestes anos de parceria, por meio da construção de rigorosos critérios técnicos e do desenvolvimento da metodologia de seleção de projetos, a UNESCO trabalhou para que a capilaridade territorial do Programa fosse ampliada, tendo hoje projetos apoiados em 26 dos 27 Estados brasileiros.

Com esta ampliação da presença em todo país, o Programa Criança Esperança está contribuindo para que UNESCO e TV Globo contribuam para melhorar a situação concreta de vida das crianças e jovens, atuando em municípios e regiões brasileiras que têm indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), muito baixos. São regiões empobrecidas, distantes dos principais centros urbanos, onde a presença do Programa Criança Esperança tem grande impacto, contribuindo, inclusive, para otimizar investimentos públicos e privados no financiamento de ações sociais.

Se considerado da perspectiva do valor agregado que a parceria adquiriu a partir de 2004 com a entrada da UNESCO, o Programa Criança Esperança passou a reunir condições para influenciar também a elaboração de políticas públicas para a juventude no Brasil (a exemplo do que aconteceu com a infância), sobretudo para os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. A juventude brasileira sempre foi motivo de preocupação para a UNESCO no Brasil, mas foi somente no final da década de 1990 que a Organização passou a dedicar mais esforços para compreender e conhecer melhor esse segmento, ouvir suas demandas e seus anseios e produzir conhecimento para subsidiar gestores públicos na formulação de políticas públicas específicas.

O programa Criança Esperança possibilita ainda que a UNESCO cumpra com suas funções de laboratório de ideias e de *capacity building*, transferindo conhecimento para as organizações sociais apoiadas pelo Programa, fortalecendo-as como experiências sociais modelares capazes



de inspirar o desenvolvimento de políticas públicas e empoderar grupos vulneráveis (afrodescendentes, índios, meninas e jovens etc).

Na seleção desses projetos, a UNESCO, em sintonia com a TV Globo, prioriza aqueles que promovem grandes temas defendidos pela Organização, como o desenvolvimento humano e social, o respeito à diversidade cultural, a promoção da inclusão digital, o acesso à informação, ao conhecimento e ao uso de novas tecnologias, o reforço escolar, o ensino técnico e profissionalizante, a educação preventiva para HIV/Aids, a educação para o desenvolvimento sustentável, o ensino da ciência, do esporte e da cultura como instrumentos de inclusão social, entre outros.

Em seus 25 anos de existência transformando vidas, o Criança Esperança já apoiou mais de cinco mil projetos sociais, beneficiando quase quatro milhões de crianças, adolescentes e jovens, em todas as regiões do país.

Construindo a Década da Cultura de Paz

Associação Palas Athena



Foto: Associação Palas Athena

A Associação Palas Athena tem sido, ao longo da *Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*, parceira fundamental da UNESCO no Brasil. Em parceria com a Associação, a UNESCO tem lançado publicações de ampla disseminação no âmbito do programa Cultura de Paz, caso dos manuais “Paz, como se faz? Semeando a Cultura de Paz nas Escolas” e “Vamos Ubuntar? Um convite para Cultivar a Paz”.

Também com a Palas Athena tivemos a oportunidade de criar o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, ideia inspirada de sua cofundadora, Lia Diskin, agraciada com o Prêmio UNESCO de Direitos Humanos em 2006, e um exemplo vivo de todos os valores que a

Associação, a UNESCO e o Comitê disseminam.

A Palas Athena promove, agencia e incuba programas e projetos nas áreas de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Promoção Social, com a finalidade de aprimorar a convivência humana por meio da aproximação das culturas e articulação dos saberes. É uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1972, declarada de utilidade pública municipal, estadual e federal, com Certificado de Fins Filantrópicos. Todas as suas ações têm por eixo o programa Educação Permanente para o Pensar e Agir, que patentiza a vocação institucional da Palas Athena em manter um diálogo constante entre povos, culturas e saberes.

Desde sua fundação, a instituição desenvolve atividades e projetos mediante recursos provindos da sua autogestão. Conta, nas suas quatro unidades físicas, com 101 funcionários, e com mais de uma centena de colaboradores voluntários e uma rede de parcerias com organizações governamentais, da sociedade civil, movimentos sociais e empresas.

Tem como missão aprimorar a convivência humana desenvolvendo ações educativas por meio da aproximação das culturas e a integração dos saberes, além de buscar contribuir na geração e articulação de conhecimentos e práticas que promovam a cultura da convivência. Baseia-se nos princípios da ética da responsabilidade (propiciar o cultivo do desenvolvimento pessoal, fundado na autonomia e na responsabilidade individual, voltado para a participação comunitária), da multiculturalidade (promover o diálogo e o entendimento para a coexistência das diversas tradições culturais e espirituais, e a capacidade humana de acolher outras visões de mundo sem rejeitar ou negar sua cultura original), e da transdisciplinaridade (desenvolver uma educação fundada na compreensão da natureza humana, de suas atividades e



expressões, na interdependência dos meios nos quais nasce e se insere: biológico, geográfico, histórico-cultural e espiritual).

Entre as ações que desenvolve está a de capacitação de jovens para a inclusão no trabalho e para o exercício da cultura de paz na vida cotidiana. O programa Adolescente da Paz é mais um dos diversos projetos desenvolvidos pela entidade no Brasil, capacitando jovens da faixa etária de 14 a 17 anos, fornecendo-lhes não apenas instrumentos de inclusão no trabalho – em instituições do setor privado – mas também adequado treinamento e capacitação para sua continuidade na vida profissional. Entre as atividades a serem desenvolvidas estão o reforço escolar, a inclusão digital, a capacitação técnica, debates sobre ética profissional, resolução pacífica de conflitos, princípios da administração do tempo etc.

Além das ações voltadas para a disseminação dos princípios e valores da cultura de paz, a UNESCO no Brasil e a Palas Athena vem trabalhando em conjunto no Dia da Filosofia desde 2004, visando a destacar a relevância da Filosofia como disciplina e como orientação de vida na formação de aspirações coletivas que criam o perfil de culturas, ideologias, movimentos sociais e comunidades de pensamento, dado que cabe à Filosofia instrumentar as pessoas a fim de compreenderem as mudanças e consequentes resistências que se verificam dia a dia no convívio local e internacional. Igualmente, capacitar para encarar o mundo e a própria vida com maior lucidez, minimizando as distâncias entre os valores da razão e as necessidades da vida, entre as teorias e suas aplicações práticas. Para atingir os objetivos propostos diversas abordagens foram utilizadas ao longo desses anos, tais como palestras expositivas, mesas redondas, apresentações teatrais ou performáticas, e a exibição e discussão de filmes e/ou documentários, sempre com excelentes resultados e ampla divulgação e participação da sociedade.

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Criado em 2000, o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz representa iniciativa singular, que inspirou outros semelhantes no interior de São Paulo e no Brasil, com o objetivo de trabalhar os princípios e valores da cultura de paz. A cada 15 dias, sempre às terças-feiras, os membros do Comitê reúnem-se para traçar linhas de ação e realizar fóruns temáticos, com especialistas nas mais diversas áreas que estejam trabalhando efetivamente na construção de uma cultura de paz.

Ao longo desses anos, o Comitê teve o importante mérito de reunir representantes da Assembleia Legislativa, de instituições governamentais, entidades não governamentais, ordens religiosas, associações de bairro, representantes de movimentos e pessoas físicas, aprofundando temas e levantando questões orientadas ao bem comum.

Comunidade Bahá'í



A fé Bahá'í é uma religião mundial, independente, com suas próprias leis e escrituras sagradas, surgida na antiga Pérsia, atual Irã em 1844. Ela prega todos os valores inerentes à Cultura de Paz e ao mandato da UNESCO em termos de educação para todos, direitos humanos, igualdade de gênero e discriminação racial, tais como:

- A unidade da humanidade;
- A livre e independente busca da verdade;
- A eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminação;
- A igualdade de direitos e oportunidades para o homem e a mulher;
- A harmonia essencial entre religião, a razão e a ciência;
- Educação compulsória universal.

Além disso, a Comunidade Bahá'í é reconhecida no Brasil por estabelecer projetos de desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do país.

Por isso, a UNESCO, no âmbito do programa Cultura de Paz, desenvolveu inúmeras parcerias com a Comunidade Bahá'í em prol dos direitos humanos – incluindo apoio ao Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos – da não violência, da unidade na diversidade e do desenvolvimento social.

Organização Brahma Kumaris



A Organização Brahma Kumaris no Brasil iniciou suas atividades em 1979 e, desde então, não só diversificou seu portfólio, mas espalhou-se pelas principais capitais e cidades do interior do Brasil.

Atua em três áreas principais:

- Trabalho de desenvolvimento do potencial do ser humano;
- Atividades dos cursos de Qualidade de Vida em organizações, empresas, hospitais;
- Na comunidade, através do trabalho de valores humanos, com o programa Vivendo Valores na Educação; Imagens e Vozes de Esperança (na área da mídia); Valores na Saúde; e Vivendo Valores nas Organizações.



Ao longo da Década, a UNESCO sempre apoiou e reconheceu as atividades da Brahma Kumaris e de suas escolas por seus trabalhos em prol da paz e do crescimento interior do ser humano.

Fundação Peirópolis

A Fundação Peirópolis elabora programas e projetos, em âmbito nacional, de educação em valores humanos. A Fundação iniciou suas atividades em 1995 e, desde então, se dedica a formar pessoas de caráter, ensinando a reconhecer e viver o amor, a verdade, a paz, a ação correta e a não violência. Todos os seus projetos se baseiam nesses princípios, visando o desenvolvimento humano e a cultura de paz.

A UNESCO estabeleceu parceria com a Fundação Peirópolis no ano 2000 e desenvolveu diversas atividades que contribuíram para resgatar a cooperação, a solidariedade e o respeito ao diferente, levando em conta todas as culturas e tradições.

A Fundação promove a construção do desenvolvimento humano com consciência e ética. Para realizar seus programas e projetos, a Fundação conta com uma grande equipe de professores e profissionais, bem como uma rede de voluntários entusiasmados para a realização de um sonho: a contribuição brasileira e latino-americana para a vivência de valores humanos universais e para a criação de referenciais efetivos de uma cultura de paz.

Foto: Mauro Vieira



Diálogos pela Paz no Fórum Social Mundial 2003

Em 2003, durante o III Fórum Social Mundial, que foi realizado em Porto Alegre, as comunidades israelense e palestina, por meio do Movimento Diálogos pela Paz, com o apoio da UNESCO e da Prefeitura de Porto Alegre, uniram-se num belíssimo ato de paz e solidariedade, para assinar a seguinte declaração em prol da não violência:

Nós, pacifistas israelenses e palestinos, estamos determinados a buscar:

- *a paz, a justiça e a soberania para nossos povos e um fim à ocupação israelense nos territórios ocupados em 1967.*
- *a criação de um estado palestino independente, lado a lado com Israel, ao longo das linhas de junho de 1967; Jerusalém como uma cidade aberta, com capital independente para os dois estados.*
- *uma solução acordada e justa para a questão dos refugiados palestinos, conforme a Resolução 194 das Nações Unidas.*

Clamamos a comunidade internacional e as Nações Unidas, em particular, para, urgentemente, intervir para:

- *dar fim a esta situação trágica e à violência em ambos os lados,*
- *o imediato encaminhamento de negociações de paz a fim de possibilitar uma paz justa e duradoura.*

*Shulamit Aloni, Ziyad Abu Ziyad, Galia Golan, Alam Jarar, Ely Ben Gal, Lana Nusseibeh
Porto Alegre, 27 de janeiro de 2003.*

Projeto Geração XXI

Um dos primeiros projetos apoiados pela UNESCO no Ano Internacional da Cultura de Paz foi o Projeto Geração XXI, um projeto da Fundação Bank Boston, em parceria com o Geledés - Instituto da Mulher Negra e com a Fundação Cultural Palmares, que tinha por objetivo garantir a jovens negros pobres (na faixa etária de 12 a 13 anos), da cidade de São Paulo, educação e oportunidades culturais (como visitas a museus, cursos complementares e viagens de férias), na perspectiva do desenvolvimento humano e de uma cultura de paz, até completarem a universidade.

A finalidade do Geração XXI foi ser uma ação afirmativa para jovens afrodescendentes, com atividades que lhes permitissem o desenvolvimento de talentos, o aprendizado de tecnologia, de outras línguas e linguagens, a frequência a eventos culturais e conhecimentos sobre a história dos povos afro-brasileiros e da diáspora africana. No dia 13 de julho de 1999, no Memorial da América Latina, em São Paulo, o projeto recebeu o prêmio TOP SOCIAL - 1999 da ADVB, Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

Foto: Josefina/MG



UNIPAZ

A Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ) é um movimento sem fins lucrativos, cujo objetivo maior é a introdução de uma nova consciência. Iniciou suas atividades em 1987 quando o saudoso professor Pierre Weil foi convidado pelo então governador do Distrito Federal para integrar uma comissão do governo e, posteriormente, presidir a Fundação Cidade da Paz. Hoje a UNIPAZ atua em diversos países com programações locais bastante diversificadas e se tornou uma Rede Internacional para disseminar uma cultura de paz, promovendo a inteireza do ser a partir de um paradigma transdisciplinar e holístico.

A UNIPAZ sempre trabalhou com a Formação Holística de Base como um poderoso método de transformação, no sentido de despertar uma nova consciência para o terceiro milênio. Os estudantes ganham uma maior compreensão de si mesmos, dos outros e, sobretudo, do significado de sua existência: maior tolerância, paciência e amor.



A UNESCO, por acreditar no trabalho transformador dessas ações, sempre trabalhou em estreita parceria com a Universidade, apoiando, entre outras atividades, as formações e os Festivais Mundiais da Paz.

Foto: Arquivo pessoal



Gente que Faz a Paz

O programa Gente que Faz a Paz foi criado com o objetivo de capacitar voluntários e profissionais que atuam em projetos sociais, educacionais e ambientais para o comprometimento e promoção da cultura de paz. Nos seminários de autoria das instituições parceiras do programa, são fornecidas metodologias, ferramentas e um amplo repertório de reflexões e experiências voltadas para a vivência da cultura de paz.

O Kit da Paz, uma coleção multimídia, reúne instrumentos valiosos para o estudo e aperfeiçoamento dos participantes. A Rede da Paz é mais uma possibilidade da qual os participantes poderão usufruir, através de um intercâmbio de experiências pela Internet e em eventos específicos.

Gente que Faz a Paz é o resultado de diversas parcerias desenvolvidas entre a UNIPAZ, a Associação Palas Athena, a Iniciativa das Religiões Unidas (URI), o Viva Rio, o Grupo Cultural Afro Reggae e a UNESCO nos campos em que atuam: educação para a paz, projetos sociais, campanhas de cidadania, mediação de conflitos, diálogo inter-religioso, direitos humanos e promoção cultural. A experiência acumulada destas instituições foi reunida e sistematizada para utilização nas capacitações dos Agentes da Paz.

Foto: Fábio Corrêa



Instituto Ayrton Senna

Atuando desde 1994, o Instituto desenvolve soluções para combater os males da educação pública, que impedem milhões de crianças e de jovens de seguirem com sucesso seus estudos. São programas educacionais que colocam na mesma equação quantidade e qualidade, ou seja, são reaplicáveis em grande escala, de baixo custo e apresentam resultados eficazes.

Em 2004, o Instituto Ayrton Senna recebeu a chancela da UNESCO para a Cátedra de Educação e Desenvolvimento Humano, por ser uma referência mundial nessa área como um centro de reflexão, de pesquisa e de produção de conhecimento. O título é inédito para organizações não governamentais.

O objetivo da Cátedra de Educação e Desenvolvimento Humano é promover um sistema integrado de atividades de pesquisa, formação, informação e documentação sobre o tema. Participando da rede Unitwin de Cátedras UNESCO, o Instituto tem acesso ao intercâmbio de experiências entre pesquisadores e professores de universidades e instituições do Brasil, da América Latina e do Caribe e de outras regiões do mundo.

Foto: Mila Petrillo



CDI

O Comitê para a Democratização da Informática (CDI) utiliza a tecnologia como ferramenta para combater a pobreza e a desigualdade, estimular o empreendedorismo e criar novas gerações de empreendedores sociais. Trata-se de uma rede com 816 espaços de atuação, chamados CDIs Comunidade, espalhados pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai, além de escritórios de representação nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Jordânia. Essa rede é coordenada e monitorada por 24 escritórios Regionais e Internacionais do CDI.

O CDI atua em comunidades de baixa renda, penitenciárias, instituições psiquiátricas e de atendimento a portadores de deficiência, aldeias indígenas e ribeirinhas, centros de ressocialização de jovens privados de liberdade, hospitais e empresas, entre outros locais, seja na cidade ou em zonas rurais. A Rede CDI estende-se aos lugares mais remotos da América Latina e do Brasil, como a Amazônia, beneficiando pessoas de diferentes faixas etárias, culturas, raças e etnias, capacitando indivíduos de diversas idades, pertencentes a grupos desfavorecidos, a extrair o melhor das tecnologias da informação e comunicação. Eles se apropriam da ferramenta tecnológica para exercer plenamente suas capacidades, criar novas oportunidades e enfrentar os desafios que afetam seu dia a dia e suas comunidades.

Os CDIs Comunidade são centros de excelência no ensino da informática e de outros conteúdos, como a cidadania e o empreendedorismo, que contribuem para a autonomia e a formação crítica do educador e do aluno. Cada um dos espaços CDI resulta de parceria com uma organização de base popular, reconhecida e respeitada no local onde funciona.

As organizações comunitárias parceiras fornecem a infraestrutura necessária e o CDI disponibiliza os computadores e programas de software para as aulas, além de implementar sua proposta pedagógica nos cursos, acompanhar o desempenho das turmas e avaliar os resultados.

Ao longo dos seus 15 anos de atuação o CDI já capacitou 1 milhão e 300 mil pessoas em treze países. A UNESCO sempre apoiou o Comitê e o faz, atualmente, por meio do programa Criança Esperança, um projeto da TV Globo em parceria com a UNESCO.





EDISCA

A Escola de Dança e Integração Social para a Criança e o Adolescente, sediada em Fortaleza, trabalha o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes em desvantagem social, acreditando que a educação é a oportunidade fundamental a ser oferecida às novas gerações, para que realizem a sua vocação e recriem o mundo.

Neste contexto, a instituição atua em três dimensões. A primeira, no atendimento

direto aos educandos e seus familiares nas áreas de educação, arte, formação profissional, nutrição e saúde. A segunda, na pesquisa, produção e sistematização do conhecimento gerado a partir da observação de sua práxis; e a terceira, na disseminação de sua tecnologia educacional estimulando e estruturando outras organizações que compartilham dos mesmos princípios.

Seu público-alvo são crianças e adolescentes de 6 a 18 anos de ambos os sexos, provenientes de áreas críticas de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

A UNESCO sempre apoiou a EDISCA em suas atividades e disseminou seus espetáculos pelo mundo, inclusive na sua Sede em Paris, e pelo Brasil, em eventos significativos.

GIFE

O GIFE é uma rede sem fins lucrativos que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados. Além disso, o GIFE também organiza cursos, publicações, pesquisas, congressos, grupos de afinidade, painéis temáticos, debates e outros eventos.

Criado como grupo informal em 1989, foi instituído como Grupo de Institutos Fundações e Empresas em 1995 por 25 organizações. Nos anos seguintes, tornou-se uma referência no Brasil sobre investimento social privado e vem contribuindo para o desenvolvimento de organizações similares em outros países. Atualmente a Rede GIFE reúne 131 associados que, somados, investem por volta de R\$ 2 bilhões por ano na área social.

A UNESCO é parceira do GIFE desde sua criação.



Grupo Cultural AfroReggae

O AfroReggae surgiu no Rio de Janeiro em janeiro de 1993, inicialmente em torno do jornal Afro Reggae Notícias que visava à valorização e a divulgação da cultura negra, voltado, sobretudo, para jovens ligados ao *reggae*, *soul* e *hip-hop*.

Em 1993 foi inaugurado em Vigário Geral o primeiro Núcleo

Comunitário de Cultura, iniciando, assim, o desenvolvimento dos projetos sociais do Grupo. Em pouco tempo, esse núcleo se consolidou a partir das primeiras oficinas – de dança, percussão, reciclagem de lixo, futebol e capoeira – e preparou o terreno para novas iniciativas.

Nessa época o objetivo do Grupo já estava consolidado: oferecer formação cultural e artística para jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro, oferecendo-lhes meios de construir sua cidadania para poderem escapar do caminho do narcotráfico e do subemprego, transformando-se em multiplicadores para outros jovens.

Parceiro da UNESCO há muitos anos – atualmente é apoiado pelo Criança Esperança, um projeto da TV Globo em parceria da UNESCO – o Afroreggae desenvolve um amplo conjunto de ações nas comunidades do Cantagalo, Complexo do Alemão, Parada de Lucas e Vigário Geral, todas situadas em regiões de alta vulnerabilidade social. Através da arte e da cultura, o Grupo tem conseguido mudar a realidade das crianças, jovens e adultos. Entre essas diversas ações, tem destaque o projeto Juventude e Polícia.

As relações entre a polícia e os jovens, sobretudo a dos jovens das favelas e das periferias das grandes cidades, quase sempre são baseadas em estereótipos, de parte a parte. Falar de polícia chega a ser um tabu para alguns jovens. Da mesma forma, raramente policiais têm a oportunidade de se relacionar com jovens fora do contexto criminal. O objetivo do Projeto é diminuir estas barreiras. Através de apresentações musicais e oficinas culturais de percussão, vídeo, circo e teatro, a iniciativa pretende estabelecer um diálogo entre a cultura policial e a dos jovens. Uma experiência pioneira e exemplo de sucesso está acontecendo com a Polícia Militar de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria Estadual de Defesa Social. A ação, que começa com um piloto em batalhões de Belo Horizonte, vai resultar em um documentário, uma exposição de fotos e um livro, que poderão servir de modelo para iniciativas semelhantes.

Além dos projetos sociais diretos, o AfroReggae criou uma produtora – a ARPA, AfroReggae Produções Artísticas – para dar sustentação comercial à carreira dos subgrupos criados a partir dos projetos sociais, em especial a Banda Afro Reggae, e contribuir com a ONG, já que 30% dos recursos obtidos com os eventos produzidos são revertidos para o Grupo.



O Afroreggae tem sido convidado a contar a sua história e passar sua experiência para diversos países, a exemplo do que aconteceu recentemente com o convite para participar de palestras e mesas de debates na London School of Economics (LSE), na Inglaterra.

Foto: Rogerio Villas Boas



Instituto Sou da Paz

A necessidade de chamar a atenção da sociedade para o tema do desarmamento levou jovens estudantes de direito a criarem, em 1997, a Campanha Sou da Paz pelo Desarmamento e Contra a Violência. Desde então, e até a sua transformação em Instituto Sou da Paz, o desarmamento é um dos principais norteadores das iniciativas do Instituto, cujo objetivo é influenciar a atuação do poder público e de toda a sociedade frente à violência. Por isso, trabalha em quatro áreas: Adolescência e Juventude, Controle de Armas, Gestão Local da Segurança Pública e Polícia, desenvolvendo metodologias inovadoras e ações de mobilização da sociedade para que esta pressione o poder público em busca de resultados e de políticas públicas de segurança.

Os projetos acontecem principalmente na região metropolitana de São Paulo, e os trabalhos de assessoria e mobilização têm abrangência nacional e global. Para desenvolver seu trabalho, o Instituto Sou da Paz conta com uma equipe de mais de 60 funcionários e dezenas de voluntários.

Vale ressaltar um projeto de grande visibilidade e importância, gerido pelo Instituto Sou da Paz, em parceria com a TV Globo e a UNESCO, que é o Espaço Criança Esperança São Paulo, implementado desde novembro de 2005 em um centro esportivo municipal na Brasilândia, zona norte da cidade. O Espaço é um centro de referência no atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que contribui para promover a educação, a cultura, a inclusão e o desenvolvimento social, respeitando e ouvindo a comunidade local.

Desde 2000 durante a Campanha Basta! Eu Quero Paz, que mobilizou milhares de pessoas em 18 estados do país, a UNESCO trabalha em estreita parceria com o Sou da Paz e apoia suas atividades em prol da não violência, do fortalecimento e da disseminação da cultura de paz.



Viva Rio

O Viva Rio é uma organização não governamental, com sede no Rio de Janeiro, engajada no trabalho de campo, na pesquisa e na formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e o desenvolvimento social.

Fundado em dezembro de 1993, por representantes de vários

setores da sociedade civil, como resposta à crescente violência no Rio de Janeiro, o Viva Rio desenvolveu e consolidou uma ampla gama de atividades e estratégias bem-sucedidas.

O Viva Rio desenvolve o seu trabalho em três áreas: ações comunitárias, comunicação e segurança humana – com os objetivos em comum de incluir socialmente os jovens em situação de risco, reformar o setor de segurança e controlar a oferta e demanda de armas de fogo pequenas e leves.

A UNESCO trabalha em parceria com o Viva Rio e apoia suas iniciativas desde as primeiras campanhas em prol do desarmamento, culminando com o Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições.

Outra atividade importante desenvolvida pelo Viva Rio é o Espaço Criança Esperança do Rio de Janeiro, em parceria com a TV Globo e a UNESCO. O Espaço é um centro de atenção em tempo integral para crianças, adolescentes e jovens que oferece atividades complementares à escola, contribuindo para promover à educação, a cultura, a inclusão e o desenvolvimento social no Brasil. Criado em 2001, está localizado no morro do Cantagalo, em Copacabana. São mais de oito mil beneficiados, representando cerca de 70% dos moradores na faixa etária prioritária do Projeto, 3 a 29 anos. Atende moradores das comunidades do Cantagalo e Pavão/Pavãozinho bem como alunos matriculados em 36 escolas, parceiras, da rede pública do entorno.



Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa é uma nova maneira de abordar a justiça penal. Ela visa à reparação dos danos causados às pessoas e relacionamentos, em vez de punir os transgressores, ou seja, no lugar do castigo, o diálogo. Trata-se de um processo no qual as pessoas afetadas mais diretamente por um crime, são chamadas para determinar qual a melhor forma de reparar o dano. É o círculo que restaura.



A resolução 2002/12 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas diz que esses processos restaurativos são quaisquer processos onde vítima e ofensor, bem como demais outros indivíduos ou membros da comunidade que foram afetados pelo conflito em questão, participam ativamente na resolução das questões oriundas desse conflito, geralmente com a ajuda de um facilitador.

Enquanto as práticas tradicionais da justiça enfatizam a apuração de culpados e a imposição de punições, legitimando uma espécie de vingança pública, a justiça restaurativa considera os danos, os responsáveis e os prejudicados pela infração. Valoriza a autonomia dos envolvidos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para que todos falem – transgressor, vítima, parentes e pessoas das comunidades – em busca de opções de responsabilização, reconhecimento e reparação das consequências.

No Brasil o conceito vem sendo posto em prática em Porto Alegre, por meio do Projeto Justiça para o Século XXI, da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) e representa uma revolução no tratamento do adolescente infrator no Brasil, cujas iniciativas de mediação de conflitos por meio da justiça restaurativa, a UNESCO apoia.

Foto: Mila Petrillo



CUFA

A Central Única das Favelas nasceu de reuniões de jovens de favelas do Rio de Janeiro – do movimento *hip hop*, presidentes de associações de moradores, lideranças comunitárias, sambistas, artistas e trabalhadores, em geral negros – que buscavam espaço na cidade para expressar suas atitudes, questionamentos ou, simplesmente, sua vontade de viver.

Desde 1998, a CUFA funciona como um pólo de produção cultural e, por meio de parcerias, apoios e patrocínios, forma e informa jovens, oferecendo perspectivas de inclusão social, tais como, atividades nas áreas da educação, lazer, esportes, cultura e cidadania, além dos oito elementos do *hip hop*: *graffiti*; DJ; *break*; *rap*; audiovisual; basquete de rua; literatura e projetos sociais. A CUFA também promove e veicula a cultura *hip hop* por meio de publicações, discos, vídeos, programas de rádio, *shows*, concursos, festivais de música, cinema, oficinas, exposições, debates, seminários e outros meios.

A CUFA, ao longo destes anos, tornou-se um referencial para comunidades e possui hoje bases de trabalho em vários estados do Brasil, sendo apoiada pela UNESCO desde o início de suas principais atividades, como o prêmio Hutúz, e, atualmente, no âmbito do Criança Esperança, um projeto da TV Globo em parceria com a UNESCO.

URI

A Iniciativa das Religiões Unidas (*United Religions Initiative* - URI) é uma comunidade global, presente em 78 países, cujo objetivo é – desde sua fundação em 2000 com a assinatura da Carta da URI – promover uma cooperação interreligiosa nas comunidades locais, regionais e globais para a construção da paz, por meio de uma metodologia de Investigação Apreciativa, desenvolvida por David Cooperrider, da Case Western Reserve University e por Dee Hock, fundador da Visa International. Esta metodologia utiliza a governança descentralizada com membros de diversas origens.

Por tratar-se de organização da sociedade em que os membros concordam em agir de acordo com o Preâmbulo, Propósito e Princípios da Carta da URI. Cada Círculo de Cooperação (CC) é um membro da URI, define a sua finalidade original e dirige seus assuntos de acordo com a Carta e Estatutos da URI.

O diálogo intercultural desempenha um papel fundamental na persecução dos principais objetivos da UNESCO de contribuir para a paz, desenvolvimento humano e segurança no mundo, promovendo, em paralelo, o pluralismo, reconhecendo e conservando a diversidade, promovendo a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento. Por isso, a UNESCO trabalhou em parceria com a URI, ao longo da Década, a fim de garantir a prevalência da diversidade cultural, indispensável ao desenvolvimento sustentável dos povos.

Foto: Isaac Amorim



Pronasci

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estraté-

gias de ordenamento social e segurança pública.

Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram, ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.



Até o momento, o Pronasci chegou a 150 municípios, ao Distrito Federal e a 22 Estados. Até 2012, o Pronasci será estendido a todas as unidades federativas, ainda que de forma parcial.

O Pronasci é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade.

Alguns projetos que estão sendo desenvolvidos em parceria com a UNESCO e merecem destaque:

Mulheres da Paz - O projeto capacitará mulheres líderes das comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência aproximar os jovens com os quais o Pronasci trabalhará.

Protejo - Jovens bolsistas em território de descoesão social agirão como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades.

A UNESCO e o Ministério da Justiça têm sido parceiros na implementação de programas e políticas públicas, principalmente no campo de direitos humanos, inclusão social e no que diz respeito às questões relacionadas ao envolvimento de jovens com a violência. A execução do Projeto criará contextos de convivência e desenvolvimento seguros, por meio de percursos sociais formativos que permitam aos jovens uma nova condição de enfrentamento da violência, seja como vítimas, seja como autores.

As políticas públicas destinadas a estes segmentos populacionais ainda são desarticuladas entre si, em que pesem alguns avanços recentes ocorridos neste campo. Com raras exceções, as instituições dialogam pouco, mesmo quando responsáveis por iniciativas complementares. O projeto visa fortalecer a formação e capacitação das equipes em termos metodológicos, conceituais e operacionais de forma a apoiar essa mudança de paradigma no enfrentamento da violência no Brasil.

PRÁTICAS BEM-SUCEDIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO BRASIL

Lia Diskin*

Comitê Paulista para a Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz em Benefício das Crianças do Mundo

No dia 13 de dezembro de 1999, a Câmara Municipal de São Paulo realizou um seminário sobre Cultura de Paz, convocado pelo vereador Adriano Diogo e pelo deputado federal Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho. Integraram a mesa Marlova Jovchelovitch Noleto (UNESCO), Dário Birolini (Hospital das Clínicas), Miriam Girard (Pastoral da Criança), Luis Mir (jornalista) e Lia Diskin (Associação Palas Athena). O seminário teve como objetivo iniciar a divulgação em São Paulo da campanha internacional, lançada pelas Nações Unidas, para gerar mobilização e conscientização em torno do *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência*. O manifesto foi concebido por um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz, reunidos em Paris para a celebração do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse manifesto convidava os cidadãos do mundo a estabelecer um compromisso individual em favor da dignidade humana e da convivência pacífica entre os povos, propondo seis princípios:

- 1) respeitar a vida;
- 2) rejeitar a violência;
- 3) ser generoso;
- 4) ouvir para compreender;
- 5) preservar o planeta e
- 6) redescobrir a solidariedade.

Na ocasião, Marlova Jovchelovitch Noleto ressaltou que:

“quando falamos em cultura de paz, referimo-nos a um desafio que consiste fundamentalmente em encontrar os meios para mudar valores, atitudes e comportamentos, visando promover a paz no sentido de justiça social, solução não violenta de conflitos, redução das desigualdades e ampliação dos canais de inclusão. Portanto, estamos nos referindo necessariamente à presença da participação da liberdade e da democracia. (...) Promover uma cultura de paz demanda um amplo esforço de mobilização e cooperação em todos os setores da sociedade: precisamos estabelecer parcerias capazes de articular um movimento que possa se sobrepor à violência em todas as suas manifestações – física, sexual, psicológica, econômica, social – e, sobretudo, àquela praticada contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis – as crianças, os adoles-



centes, os jovens, os grupos minoritários. Cada pessoa pode compartilhar seu tempo e seus recursos materiais com espírito de generosidade e solidariedade, visando ao fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica. (...) Cada um de nós pode contribuir para o desenvolvimento da nossa comunidade e para o respeito pelos princípios democráticos que oferecem dignidade a todos e a cada um de nós.”¹

Ao final desse seminário, foi constituída a Comissão Paulista de Divulgação do *Manifesto 2000*, solicitando-se à Associação Palas Athena que promovesse a formação de uma rede de instituições com potencial multiplicador e mobilizador. A Comissão contou com a representação permanente das seguintes instituições: Faculdade de Saúde Pública da USP; Movimento Voto Consciente; Instituto de Estudos do Futuro; Observatório Internacional para Assuntos Comunitários; Broto Brasilis; e Rede Global de Educação para a Paz. No entanto, a rede de instituições e colaboradores que se formou é tão vasta que é impossível enumerar todos os seus componentes.

Já no início do ano 2000, foram estabelecidos contatos com órgãos dos governos municipal e estadual, representações religiosas de diferentes credos, forças de segurança e entidades da sociedade civil. Entre as articulações promovidas destacamos: em 2 de janeiro de 2000, coleta de assinaturas durante a realização do evento Arco-íris da Paz, promovido pela *United Religions Initiative* (URI), que reuniu no Parque da Aclimação, na capital paulista, representantes religiosos das mais diversas confissões. Em 23 de março de 2000, reunião realizada na Secretaria de Estado da Educação com o secretário adjunto, Hubert Alquéres, a quem foram apresentados o *Manifesto 2000* e o programa de adesão. Em 15 de maio do mesmo ano, essa secretaria assinou protocolo de intenções com a UNESCO. Em 29 de março de 2000, apresentação dos objetivos do *Manifesto 2000* na Academia de Polícia Civil, em reunião com Roberto Maurício Genofre, diretor da instituição, e sua equipe técnica. Em 10 de abril de 2000, primeira reunião com Belisário dos Santos Junior, secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, que assinou protocolo de intenções com a UNESCO no dia 15 de maio de 2000. Em 11 de abril 2000, apresentação do *Manifesto 2000* à Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, com a presença de João Pedro da Fonseca, diretor de Orientação Técnica, e sua equipe. O acordo estabelecido levou à participação de todas as escolas públicas municipais na coleta de assinaturas. Em 13 de abril de 2000, primeira reunião com a Secretaria de Estado da Cultura, com a presença do secretário adjunto, Sérgio Barbour, e de Toninho Macedo, da entidade Abaçaí Cultura e Arte. Entre as ações propostas destacam-se a utilização dos princípios do *Manifesto 2000* no Programa Arquimedes e nas Oficinas de Arte, além de impressão da logomarca do *Manifesto 2000* em todos os programas culturais dessas instituições. Em 14 de abril de 2000, apresentação do Manifesto ao SESC-SP, representado pelo diretor regional, prof. Danilo Santos de Miranda. Ações propostas: divulgação e coleta de assinaturas em todas as unidades do SESC, além de impressão da logomarca do *Manifesto 2000* em todos os programas das diferentes unidades dessa instituição. De 28 de abril de 2000 a 7 de maio de 2000, campanha de coleta de assinaturas

* Co-fundadora da Associação Palas Athena.

1. Conforme notas taquigráficas da Câmara Municipal de São Paulo dessa data.

do *Manifesto 2000* durante a 16ª Bienal do Livro de São Paulo. A Secretaria Municipal da Educação cedeu um espaço em seu *stand* para esse propósito específico. Em 2 de maio de 2000, apresentação do *Manifesto 2000* à Comissão de Direitos Humanos do Ministério Público, com a presença do coordenador, Carlos Cardoso. Compromisso assumido: encaminhamento do *Manifesto 2000* para os 2.300 promotores públicos do Estado São Paulo, acompanhado de ofício solicitando adesão e divulgação. Em 4 de maio de 2000, apresentação do *Manifesto 2000* na Secretaria de Estado da Saúde, com a presença do secretário adjunto, José Carlos Seijas. Ações propostas: participação na divulgação do *Manifesto 2000* nas 5.500 unidades no Estado, e engajamento das 2.000 unidades que prestam serviços diretos à população do município de São Paulo. Em 15 de maio de 2000, lançamento oficial do *Manifesto 2000* na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a presença de autoridades oficiais, representantes de entidades da sociedade civil e de instituições religiosas, além do público que lotou as instalações da Assembleia. O evento recebeu ampla cobertura da imprensa televisiva, radiofônica e impressa, e provocou desdobramentos semelhantes nas Câmaras Municipais de Araçatuba, Bertioga, Cubatão, Guarujá, Ribeirão Preto, Santos, para citar apenas localidades paulistas. Muitos outros grupos foram mobilizados, entre eles escolas privadas e confessionais, unidades do Rotary Club, museus de ciências e artes, fundações, associações de bairro, conselhos tutelares e outros.

O detalhamento da rede acima tem o caráter pedagógico de assinalar o poder de ação que é gerada a partir da diversidade de interlocutores naturalmente vocacionados para um propósito comum, que resultou em 414.373 adesões por escrito nas brochuras produzidas pela Imprensa Oficial do Estado. É impossível calcular as adesões via eletrônica desencadeadas pelos parceiros envolvidos nessa iniciativa. O relatório final do *Manifesto 2000* contabilizou 14 milhões de adesões no Brasil, sendo que no mundo todo foram 70 milhões.

O sucesso alcançado nessa campanha e o termo de parceria assinado em 10 de janeiro de 2000 entre a UNESCO, por intermédio de seu representante no Brasil, Jorge Werthein, e a Associação Palas Athena resultaram na criação do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, atendendo à resolução A/RES/53/25 das Nações Unidas, que proclamou os anos de 2001 a 2010 a “Década Internacional para a Promoção de uma Cultura de Paz e Não Violência em Benefício para as Crianças do Mundo”. A UNESCO foi designada como responsável pela coordenação dos aspectos interorganizacionais dos programas e atividades da Década (Resolução ECOSOC E/1997/47).

Assim sendo, criou-se mais uma vez um espaço de encontro entre os mais diversos setores da sociedade paulista interessados em ações e reflexões comprometidas com a paz. Foram convidados a participar agentes sociais, lideranças comunitárias, educadores da rede pública e privada de ensino, professores e estudantes universitários, gestores de projetos sociais, lideranças religiosas, gestores de projetos de responsabilidade social nas empresas, diretores e técnicos de organizações não governamentais, representantes de instituições governamentais, além de profissionais das áreas de saúde, justiça, serviço social e meio ambiente, que passaram a frequentar fóruns e reuniões de gestão promovidos mensalmente e conduzidos por um grupo de voluntários. Todas as atividades tiveram entrada franca e foram abertas ao público em geral.



Com efeito, a diversidade dos grupos convocados foi responsável pela grande capilaridade do movimento de Cultura de Paz em São Paulo, e no Brasil como um todo. As reuniões mensais de gestão realizadas nos primeiros anos da Década da Cultura de Paz versaram sobre temas da atualidade, documentos internacionais de referência em Cultura de Paz e documentários sobre ações eficazes nessa área. Tal estratégia acabou por capacitar um grupo expressivo de voluntários que, por sua vez, levaram o conceito da Cultura de Paz às suas áreas de atuação, criando projetos e lançando iniciativas em várias partes do país.

Os fóruns mensais foram concebidos para aprofundar temas e levantar questões orientadas pelos oito eixos da Cultura de Paz, tal como propostos pela UNESCO em seu Plano de Ação:

1. Cultura de Paz por meio da educação;
2. Economia sustentável e desenvolvimento social;
3. Compromisso com todos os direitos humanos;
4. Equidade entre os gêneros;
5. Participação democrática;
6. Compreensão – tolerância – solidariedade;
7. Comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento;
8. Paz e segurança internacional.

Além disso, os fóruns promoveram a reunião de pessoas em torno de seus focos de atividade, abriram horizontes e aportaram ideias novas, criando redes de cooperação e sinergia.

No transcurso dessa década, foram realizados 85 fóruns mensais, conduzidos por destacados professores e especialistas em suas áreas, sempre em caráter voluntário. Durante os primeiros anos, os fóruns foram realizados no auditório da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Com o aumento do público, foram necessários espaços maiores, cedidos pelo SESC-Paulista e pelo SESC-Consolação. Nos últimos quatro anos, o local foi o grande auditório do MASP.

No outono de 2003, o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz lançou seu *site* www.comitepaz.org.br, dedicado essencialmente a documentos internacionais e textos de referência em português, versando sobre princípios e valores da Cultura de Paz, com relevância nacional. Com cerca de 600 visitas diárias ao longo do tempo, e a partir das atividades realizadas pelo Comitê, o *site* tornou-se uma fonte para todos os interessados em disseminar o conteúdo e a elaboração conceitual embasada nos seis princípios do *Manifesto 2000 para uma Cultura de Paz e Não Violência*, bem como nos oito eixos do documento *Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz*, da ONU/UNESCO. Atualmente, o *site* possui 336 páginas que se desdobram em outras quase 3.000, com documentos internacionais, publicações específicas, artigos e ensaios de pensadores mundialmente reconhecidos, além de textos de apoio. Além disso, armazena e disponibiliza sinopses, áudios e apresentações dos fóruns realizados – todos disponíveis para *download* e livre utilização, com base na licença *Creative Commons*, devidamente autorizados pelos palestrantes. O *site* configura-se, portanto, em uma ampla fonte livre de pesquisa e acesso a paradigmas

conceituais internacionais e práticas desenvolvidas em todo o território brasileiro, que vem sendo utilizada inclusive por usuários de outros países.

Um dos projetos importantes criados a partir desses encontros foi o Conselho Parlamentar para a Cultura de Paz na Assembleia Legislativa de São Paulo. Primeira iniciativa desse tipo em todo o mundo, esse Conselho foi criado em 10 de outubro de 2001, quando o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz foi procurado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Walter Feldman, para realizar um ato público em desagravo às vítimas dos atentados de 11 de setembro contra as torres gêmeas do World Trade Center, nos Estados Unidos, e para redigir um documento que expressasse os anseios de paz da sociedade paulista. No ato público estavam presentes o presidente da casa legislativa; o primeiro secretário, deputado Hamilton Pereira; o deputado federal e secretário municipal da Saúde, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho; os deputados estaduais Jamil Murad, José Augusto, Maria Lúcia Prandi, Milton Flávio, Nivaldo Santana, Pedro Tobias, Renato Simões, Roberto Gouveia, Salvador Kuriyeh e Vanderlei Macris; e o vereador Nabil Bonduki, além de representantes da sociedade civil e de diversas confissões religiosas.

Para tal propósito, criou-se uma comissão que se reuniu semanalmente ao longo de um ano, sempre na sede da Associação Palas Athena, para definir o perfil jurídico e operacional de uma instância que trabalhasse a implementação de uma cultura de paz junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário. Esse documento foi elaborado pelo eminente jurista Rubens Neves. A comissão era integrada por representantes das entidades que relacionamos a seguir: Abaçaí Cultura e Arte; Aliança por um Mundo Plural, Responsável e Solidário; Amigos Brasileiros do Paz Agora; Assembleia Espiritual dos Bahá'is de São Paulo; Associação dos Funcionários da ALESP (AFALESP); Centro de Dharma da Paz Shi De Choe Tsog; Círculo de Cooperação de São Paulo (United Religions Initiative); Comissão de Assuntos Religiosos Afro-Descendentes; Comunidade Zen Budista; Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE); Escola de Educação e Unidade da Mulher; Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência – Campo Limpo/SP; Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM); Instituto de Estudos do Futuro; Instituto Kairós; Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira (INTECAB); Instituto Röerich da Paz e Cultura do Brasil; Interativa 21; Movimento Mídia da Paz; Ordem Sufi Halveti Jerrahi; Organização Brahma Kumaris; Paróquia São Domingos; Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; Rede Artistas em Aliança; Rede Global de Educação para a Paz; Shalom Salam Paz; Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (SINDALESP); Soma Comunicação e Planejamento; União das Sociedades Espiritualistas Religiosas, Filosóficas e Científicas (UNISOES); World Peace Prayer Society (Poste da Paz).

Em 17 de dezembro de 2002, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foi criado o Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, com vistas a promover políticas públicas comprometidas com a paz e pela paz. O Conselho é composto por representantes de todos os partidos políticos dessa casa legislativa, bem como por representantes de entidades da sociedade civil e organizações governamentais, todos em caráter voluntário.

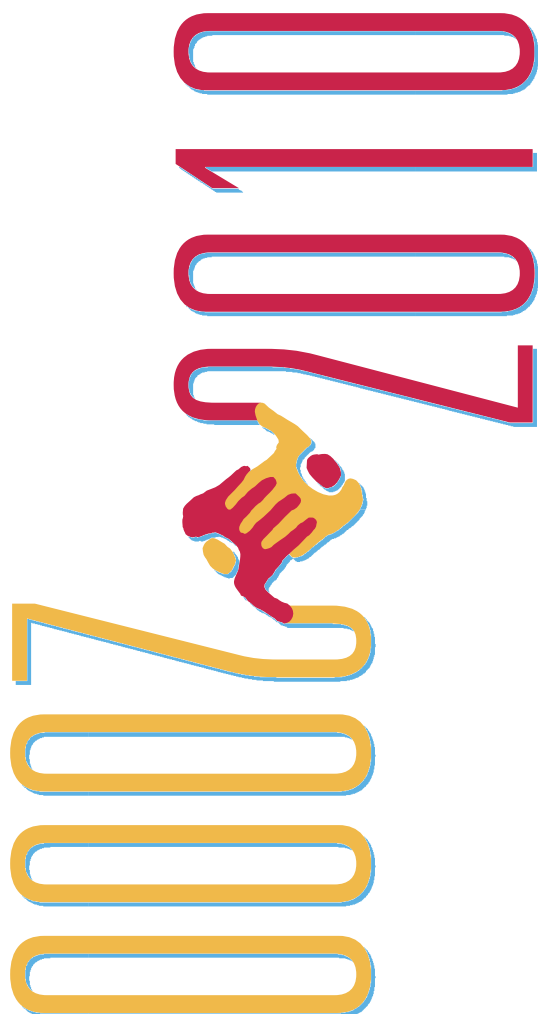


Na esteira dessas iniciativas, foram criados o Comitê da Alta Noroeste Paulista para a Cultura de Paz, que realizou até esta data 57 fóruns mensais em Araçatuba, bem como vários Conselhos Parlamentares: Londrina (2007), Curitiba (2004), Diadema, São José dos Campos e Itapeverica da Serra (2003), alguns no aguardo de instalação. Inspirado na experiência brasileira, foi criado ainda o *Consejo de Paz da Cansilleria de la ciudad de Buenos Aires*, Argentina (2005).

A fim de consolidar conceitualmente as reflexões do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, a Associação Palas Athena promoveu congressos e seminários internacionais com personalidades que são referência mundial no campo dos estudos e do ativismo pela paz. Dentre eles: David Adams (consultor responsável pelo desenho do Programa de Cultura de Paz da UNESCO e gestor do Programa); Jean-Marie Muller (filósofo e professor especialista em resolução não violenta de conflitos); Xesús Jarez (precursor do movimento de Educação para a Paz na Europa); Marshall Rosenberg (criador da metodologia de Comunicação Não Violenta e mediador de conflitos internacionais); Ravindra Varma (presidente da Gandhi Peace Foundation); Johan Galtung (pioneiro criador da disciplina de Estudos de Paz e mediador de conflitos internacionais); Howard Zehr (professor especialista em Justiça Restaurativa).

O Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz oferece ainda consultoria para prefeituras de várias localidades brasileiras e para o movimento *Mayors for Peace*.

É necessário salientar que todas essas ações foram concretizadas graças à perseverança de um grupo de voluntários comprometidos com propósitos e valores universais, a fim de criar uma comunidade de vida em que a diversidade seja motivo de admiração, e na qual a solidariedade, a justiça social e a oferta de oportunidades semelhantes para todos deixem de ser mera aspiração intelectual e se tornem um exercício efetivo do reconhecimento de nossa identidade terrena. São eles todos os professores e especialistas que generosamente ofereceram seus conhecimentos e sua experiência em prol da consolidação de uma cultura de paz abrangente e mobilizadora. E ainda: Basilio Pawlowicz; Christiane Araújo; Claudete Siqueira; Cristina Canto; Daniel Villela; Douglas Paes Aranão; Douglas Siqueira; Elisabete Santana; Felipe Fagundes; Fernanda Ferraraccio; Flávia Faria; Flávio Rett; Júlio Bierrenbach; Lucia Benfatti; Márcia Plessmann; Marilda Duarte; Michael Haradon; Paulina Berenstein; Pedro Telles; Raimunda Assis de Oliveira; Rejane Moura; Regina Schreiner e Tônia Van Acker.



Os fóruns e os
oito eixos do
programa
cultura de paz
da UNESCO

Fórum Internacional Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência

26 de abril de 2008

Abertura



Ubiratan D'Ambrósio e profa. Lia Diskin: “educar para a paz e a sobrevivência, baseada na convivência entre diferentes, é nosso desafio”.



O auditório do MASP lotou para compartilhar das contribuições dos mais destacados pedagogos da atualidade comprometidos com o desenvolvimento da Cultura de Paz.

Este encontro é fruto de uma rede de parceiros e, sobretudo, de um esforço de convivência para aprender algo que não nos foi legado pelas gerações anteriores. Não porque tenham sido displicentes ou menos tocadas para uma vocação de convívio e para tecer redes de relacionamento, mas, simplesmente, por não fazer parte da configuração de nossa história, como espécie, e de nossa cultura, como civilização ocidental. Estamos aprendendo e, obviamente, toda aprendizagem tem seus tropeços, seus períodos de assimilação, e é uma aprendizagem que se mostra extremamente promissora.

Não estamos em tempos de protagonismo individual, tampouco de protagonismo institucional, mas como indivíduos, como integrantes de instituições, podemos criar grandes colmeias, nas quais possam alimentar-se, informar-se e inspirar-se outras colmeias. Para isso, precisamos realmente nos comprometer a trilhar aquilo que chamamos de convivência, de realização de trabalhos conjuntos.

Todos os conferencistas que participaram deste Fórum trouxeram-nos suas experiências de vida. A ele também vieram pessoas de outros países, como Argentina e Paraguai, e de outros estados brasileiros, como Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul – um esforço que nos encoraja por sabermos que esse conteúdo pode chegar a fronteiras não imaginadas.



Palestra Magna – Cultura de Paz e Pedagogia da Sobrevivência

26 de abril de 2008

Ubiratan D'Ambrosio*

Sinto-me muito honrado pelo convite. Na pessoa de Lia Diskin, agradeço a todos que tornaram possível este evento. Sua liderança vem-nos mostrando que aquilo com que sonhamos, que é um mundo de paz, pode tornar-se realidade. As ações geradas ou provocadas e apoiadas pela prof^a. Lia e pela Associação Palas Athena fazem com que possamos acreditar que nosso ideal é factível, não é apenas sonho e esperança. Temos realizado muitos eventos, e acredito que esta é uma forma de unir nossas forças para tornar realidade nosso ideal de paz. Escolhi como tema para minha fala uma introdução à mesa que se seguirá, na qual vai-se falar de Cultura de Paz e Pedagogia da Sobrevivência – sem paz, não pode haver sobrevivência. E sobrevivência com dignidade é o ponto fundamental que quero destacar.

Começo com uma inspiração do Grupo Pugwash, uma organização denominada *Pugwash Conferences on Science and World Affairs*, cujo objetivo é reunir, em todo o mundo, cientistas, estudiosos e figuras públicas influentes que visam à redução do risco de conflitos armados e à cooperação e à busca de soluções para problemas globais.¹ Este grupo foi criado em um momento crítico da história da humanidade, no qual o foco era o perigo de um confronto nuclear entre os dois grandes blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o que resultaria no extermínio da civilização. Em 1955, Bertrand Russell e Albert Einstein lançaram o *Manifesto Russell-Einstein*, imediatamente adotado por um grupo de cientistas de vários países, todos detentores do Prêmio Nobel. Apesar de ter sido motivado pela Guerra Fria, pela possibilidade de um conflito nuclear, o *Manifesto Russell-Einstein* sintetiza uma filosofia de sobrevivência. O chamado Movimento Pugwash tornou-se uma liderança na luta pela paz. Fui convidado a tornar-me um membro do grupo em 1978. Destaco uma parte do Manifesto Pugwash que é um apelo ao bom-senso, traduzindo aquilo que estamos tentando fazer aqui hoje:

Perante nós se apresenta a possibilidade de um progresso contínuo em direção à felicidade, conhecimento e sabedoria, se assim escolhermos. Mas será que devemos escolher a morte, simplesmente porque somos incapazes de resolver nossos conflitos? Como seres humanos apelamos aos seres humanos: lembrem-se de sua humanidade e esqueçam o resto. Se vocês podem fazer isso, o caminho está aberto para um novo Paraíso; se não forem capazes, perante vocês se apresenta o risco da morte universal.²

1. PUGWASH CONFERENCES ON SCIENCE AND WORLD AFFAIRS. Disponível em: <<http://bit.ly/cDLa1d>>.

2. O Manifesto foi redigido por Bertrand Russel e subscrito por Max Born, P.W. Bridgman, Albert Einstein, L. Infeld, J.F.Joliot-Curie, H.J. Muller, Linus Pauling, C.F. Powell, Joseph Rotblat, Bertrand Russell e Hideki Yukawa.

Apesar de a Guerra Fria não ter sido totalmente resolvida, já que ainda há o perigo de um conflito nuclear, o efeito do apelo foi positivo. Ainda estamos aqui – não com toda a felicidade, todo conhecimento e toda a sabedoria que poderíamos ter – trabalhando para que o ideal de paz total possa se realizar.

O paradoxo da civilização moderna. A civilização moderna é paradoxal. E esse paradoxo ganha grande intensidade a partir do século XVII, quando se consolida um sistema de conhecimento criado como o que se convencionou chamar ciência moderna, ancorado em um conceito de certeza e de verdade. Temos “certeza” daquilo que fazemos, pois resulta da verdade; temos “certeza” dos resultados de nossas ações, pois são apoiadas nos preceitos científicos. A ciência moderna julga-se infalível: tudo pode ser feito, há uma capacidade inimaginável de agir sobre o planeta e sobre a vida, interferindo e criando. Hoje, praticamente qualquer órgão do nosso corpo pode ser substituído. De certo modo, a vida pode ser continuada permanentemente, chegando a uma situação em que uma pilha adequadamente utilizada pode fazer funcionar órgãos artificiais que substituem os nossos órgãos naturais. Vamos até a Lua, estamos a caminho de Marte e de outros planetas. Mas, ao mesmo tempo, há uma total incapacidade de manter os elementos básicos de sustentabilidade da vida em nosso planeta, há incapacidade de convívio entre membros da espécie. É paradoxal que façamos coisas tão maravilhosas, surpreendentes, e sejamos incapazes de uma convivência mínima em nossa família, em nossos bairros, em nossa cidade, em nossa comunidade, isto é, parece ser impossível viver em paz – e sem paz, não há possibilidade de continuarmos vivos. É uma questão de sustentabilidade.

Respeito, solidariedade e cooperação. Jamais houve, como agora, uma ameaça à sobrevivência da humanidade. Paradoxalmente, a ciência moderna e a maravilha tecnológica que daí resultou fornecem os instrumentos materiais (armas, bombas, equipamentos e tecnologia) que ameaçam a sustentabilidade da vida no planeta; e os instrumentos intelectuais (ideologias, filosofias, ideias, partidarismos) que podem causar o extermínio da vida no planeta. O que nos dá uma grande esperança é que essa formidável ciência moderna e a tecnologia podem nos dar os elementos necessários para que o planeta seja habitado por uma humanidade feliz, provida de uma ética maior de respeito, de solidariedade e de cooperação, elementos necessários para evitar o extermínio da civilização no planeta. Respeito, solidariedade e cooperação são os ingredientes que podem fazer com que nosso sonho de uma humanidade feliz se concretize.

Cultura de extermínio. Vivemos uma cultura de extermínio da natureza, de indivíduos e de grupos socialmente organizados como famílias, comunidades, agremiações, nações. Há uma cultura de aceitação e de justificação do extermínio corporal e emocional de indivíduos (alguém que “mereceu” ser executado, “mereceu” ser eliminado), de conflitos grupais, de destruição devoradora da natureza e de guerras. Essa cultura do extermínio é tratada como “normal”, e há uma racionalização, uma racionalidade que a justificam. É urgente tornar inaceitável a cultura do extermínio. Temos que passar da Cultura de Extermínio para a Cultura de Paz.



Dimensões da cultura de paz. A Cultura de Paz deve contemplar a paz total, isto é, paz nas suas várias dimensões: paz individual, paz social, paz ambiental, paz militar.

Paz individual, ou paz interior, significa o indivíduo em paz consigo mesmo: o indivíduo pode deitar-se, pôr a cabeça em um travesseiro e dormir tranquilo, não precisando recorrer a drogas como caminho para escapar da realidade de suas ações, da frustração de desejos e ambições não realizadas, e da realidade exterior de brutalidade. A paz social resulta do reconhecimento de que o outro indivíduo tem necessidades, ambições, vontades, e que deve ser respeitado; e da solidariedade com este indivíduo na satisfação de suas necessidades e vontades possíveis.

A paz social é fundamental, mas é óbvio que sem o ambiente, sem a natureza, sem ar, sem água, sem alimentação não há sobrevivência. Necessitamos também de uma paz com o ambiente, não podemos viver em conflito com o ambiente. Não é necessário elaborar muito para concluir que sem um ambiente sadio não pode haver continuidade da espécie. Por fim, consideramos a paz no sentido militar, que vem sendo violada desde a antiguidade e que provoca a ruptura da paz individual, da paz social e da paz ambiental. Se não contemplarmos a questão da paz na sua multidimensionalidade, estaremos nos iludindo, e este é um ponto fundamental.

Sem paz não haverá sobrevivência. Educar para a paz é educar para a sobrevivência da civilização deste planeta, da humanidade, da espécie – mas a sobrevivência de todos com dignidade. Este é um ponto crucial: a dignidade de o indivíduo ser o que ele é, de poder aderir a um sistema de conhecimentos, de conhecer suas raízes, suas relações históricas, emocionais, sua religião, sua espiritualidade. Um indivíduo é diferente do outro, não há como negar que nós todos somos diferentes. Preservar essa diferença é algo fundamental para que a gente possa falar em uma sobrevivência com dignidade.

Conflito não pode se transformar em confronto. Conflito é o estado provocado por reações distintas, pois os indivíduos são diferentes, e reagem diferentemente a estímulos da mesma realidade. Exemplo: um indivíduo que é vidente vê a realidade de uma forma, enquanto outro que não tem visão vê essa mesma realidade de forma diversa. A realidade é a mesma, mas cada um vê essa realidade diferentemente, recebe as informações dessa realidade de maneira distinta. Muitas vezes, o fato de a realidade ser vista diferentemente provoca ideias, julgamentos, interesses, opiniões diferentes. Maneiras diferentes de ver, sentir, reconhecer a realidade podem resultar em ideias, julgamentos e ações conflitantes. Todas as relações humanas trazem intrínsecas a elas um conflito. Mas o conflito não pode se transformar em confronto. Podemos conviver com conflitos conceituais e de ideias, de interesses, de julgamento, de opiniões, mas o confronto destrói.

Confronto é choque, é enfrentamento, é guerra, com o objetivo de subordinar e mesmo eliminar uma das partes em conflito. A eliminação do outro, do diferente acabaria com o conflito. Por exemplo, os confrontos entre torcidas de times futebol seria resolvido facilmente se houvesse apenas um time. Mas não haveria mais jogo. Pode-se resolver qualquer conflito eliminando o outro, penalizando-o de maneira desencorajadora ou transformando-o, o que equivale a eliminá-lo. É urgente e prioritário evitar que o conflito gere confronto, mas não

recorrendo à eliminação de uma das partes conflitantes, e sim a partir do que denominamos resolução pacífica de conflitos. Este é o caminho para a paz, que pode evitar a recorrência do confronto.

Não haver mais conflito no futebol porque só há um time; não haver mais conflito religioso, porque todos adotam a mesma religião; não haver mais conflito na ciência, porque todos seguem o mesmo tipo de conhecimento científico; não haver mais conflito filosófico, porque todos estão seguindo a mesma filosofia. Tudo isso significa a negação do conceito de ser humano, com vontade própria e criatividade.

Acredito que lutar pela paz e pela sobrevivência só faz sentido se preservarmos a dignidade do ser humano, com base na convivência entre os diferentes, não na homogeneização da espécie. Como diz Lois Lowry, “Não se trata de acabar com o conflito, pois isso pode representar a homogeneização da civilização.” Devemos ser capazes de conviver com aquele que é do outro time, que é do outro sexo, que é da outra cor, que fala outra língua, que segue outra religião. A força da convivência entre diferentes é aquilo que chamamos dignidade do ser humano, cada um mantendo-se como é, sendo o que é.

Educar para a paz. Trata-se de educar para a paz e a sobrevivência, baseadas na convivência entre diferentes. Esse é o nosso grande desafio. Na Educação para a Paz e para a Sobrevivência é de fundamental importância o ensino de história. A história nos mostra que, muitas vezes, mesmo acordos e tratados de paz assinados não conseguem resolver os conflitos, geralmente postergam o confronto, que retorna com mais violência. Indico o livro editado por Elizabeth A. Cole (1999), mostrando vários exemplos da história em que houve um acordo e todos festejaram, e passaram a comemorar a data na qual o acordo de paz foi assinado. Mas são atos até certo ponto inócuos, porque não conseguem resolver os conflitos. A retomada do confronto é latente.

O processo de reconciliação e os armistícios e tratados, após os quais as partes envolvidas tentam funcionar normalmente, muitas vezes não conduzem a uma paz duradoura. O papel da educação é evitar a recorrência do confronto e da violência gerados muitas vezes por tensões, antagonismos, desconfiança e medo, resultado de memórias de sofrimento, de destruição e de morte. São exemplos notáveis de armistícios nos quais se logrou o cessar-fogo o chamado Tratado de Versalhes (1919) e os diversos acordos entre israelenses e palestinos, entre o ETA e o governo da Espanha, e entre as nacionalidades que compunham a antiga Iugoslávia. Mas os conflitos latentes não foram resolvidos.

Há confronto não somente entre nações/estados em guerra, mas também entre classes sociais, entre os homens e a natureza, e no próprio indivíduo, que não consegue resolver seus conflitos internos, psicoemocionais. O conflito deve ser resolvido de outra forma. Entre homens e natureza, por exemplo, não significa que não vamos mais consumir, mas o consumo pode ser feito de outra forma; e o próprio indivíduo que tem seus conflitos internos, de ordem psicoemocional não pode tentar resolvê-los com drogas, tranquilizantes e outra forma de escape, como a violência.

O que faz com que a violência esteja permeando nosso dia a dia, nosso cotidiano? Lia Wells, uma jovem professora de Washington, DC, emocionou-me com uma frase de grande



simplicidade: “Violência vem de medo, medo vem de incompreensão, e incompreensão vem de ignorância... combatemos a ignorância com a educação.”

Educação é a chave para abriremos a porta que nos conduz a uma realidade de paz. A Década da Paz representou a grande oportunidade para assumirmos nossa responsabilidade mútua na Educação para a Paz. Sejam empresários, cientistas, pesquisadores, o que for, somos todos educadores!

* **UBIRATAN D'AMBROSIO**, professor Emérito na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e atualmente professor do Programa de pós-graduação em História da Ciência, na PUC-SP; professor credenciado nos Programas de Pós-graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP/Rio Claro e da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Foi Membro do Conselho da *Pugwash Conferences on Science and World Affairs*. É, acima de tudo, um historiador e filósofo da Educação, criador da Etnomatemática, que conferiu às culturas tradicionais não europeias um valor e uma respeitabilidade nunca antes reconhecidos.

Compilação do Capítulo I do livro *Pedagogia da convivência*

Xesús R. Jares*

Sobre a convivência e os conteúdos de uma “Pedagogia da Convivência”¹

1. Os marcos da convivência

Conviver significa viver uns com os outros com base em certas relações sociais e certos códigos valorativos, forçosamente subjetivos, no marco de um determinado contexto social. Estes polos, que marcam o tipo de convivência, estão potencialmente cruzados por relações de conflito, o que de modo algum significa ameaça à convivência. Conflito e convivência são duas realidades sociais inerentes a toda forma de vida em sociedade.

O modelo de convivência democrática está assentado no Estado de Direito e no cumprimento de todos os direitos humanos para o conjunto da população. Os direitos humanos favorecem a convivência democrática tanto quanto apostam em um tipo de sociedade assentada em valores democráticos e na justiça social, dimensões que se chocam frontalmente com os interesses daqueles que defendem o benefício particular e a dominação. Os direitos humanos optam por um tipo de relações sociais e econômicas baseadas na justiça, na igualdade e na dignidade das pessoas, ao mesmo tempo em que tornam outras incompatíveis.

Veremos a seguir os diferentes marcos que incidem na convivência, ou ao menos aqueles que consideramos mais importantes.

A família. Âmbito inicial de socialização e no qual aprendemos os primeiros hábitos de convivência. Daí ser muito importante, e às vezes determinante, para os modelos de

1. A íntegra do compacto do Capítulo I do livro *Pedagogia da convivência* está disponível em: HYPERLINK "<http://www.comitepaz.org.br>" < http://www.comitepaz.org.br/Fórum_Internac.htm > . N. da T.

convivência que aprendemos e que flutuam muito em função de distintas variáveis, como o ideal de convivência e de educação dos pais; tipo de relações entre eles e com os filhos, e destes entre si; valores que são fomentados e impostos; compromisso social dos pais e sua situação laboral; qualidade das relações afetivas; hábitos culturais; forma mais ou menos consciente de assumir a paternidade ou a maternidade etc. Todas essas variáveis determinam certas orientações no modelo de convivência. Assim, mais do que falar da família, há que se falar de famílias, diferentes em sua composição, situação, relações entre seus membros etc.

O sistema educacional. A escola, como artífice cultural, gera ritos que deixam vestígios no âmbito da convivência. Por meio das estratégias educacionais, dos formatos organizativos e dos estilos de gestão, do modelo de professorado e de avaliação, entre outros fatores, professores e professoras estimulam determinados modelos de convivência, cujo tipo e cuja qualidade não são independentes daquilo que fazemos na escola.

O grupo de iguais. Outro âmbito de socialização de grande importância, em idades cada vez menores. Tradicionalmente, a incidência desta variável situava-se a partir da adolescência, mas sua ocorrência vem baixando para idades mais precoces, por conta dos tipos de relações sociais que vivemos.

Os meios de comunicação. Têm forte incidência nos modelos de convivência, particularmente a televisão. É conhecido por todos o elevado número de horas que, diariamente, meninos e meninas passam diante do televisor, e a enorme influência que seu conteúdo exerce em determinados comportamentos, valores e relações sociais.

Espaços e instrumentos de lazer. Meninos, meninas e adolescentes conformam seus valores e modelos de convivência na interação e nas escolhas que estabelecem com os espaços e os instrumentos de lazer. Espaços que, em nossos tempos, são dominados por grandes centros comerciais, com a consequente cultura consumista que implicam, e instrumentos como videogames, revistas, internet, determinadas letras de músicas etc. Boa parte deles transmite práticas e valores consumistas, violentos, discriminatórios etc.

Contextos político, econômico e cultural dominantes. Todos os âmbitos anteriores se dão e interagem, no micro ou no mais global dos planos médio e macro, em um determinado contexto político, econômico, social e cultural. Desse modo, a convivência está inexoravelmente condicionada pelo contexto sociopolítico, ao mesmo tempo em que este está condicionado por ela. Em consequência, as condições sociais, econômicas e culturais nas quais vivemos² incidem, de uma forma ou de outra, nos tipos de convivência.

São cada vez mais escassos os espaços para exercer o direito a uma autêntica cidadania, a uma convivência democrática, conduzindo-nos a um sistema de democracia formal mercantilizada e televisionada, com setores da população vivendo totalmente excluídos do estado de direito e da convivência democrática. Neste cenário, ao invés de cidadãos, querem nos converter em meros espectadores-clientes, substituindo o viver pelo consumir, o decidir pelo delegar³.

2. Condições que nem são homogêneas, nem não conflituosas.

3. Evidentemente, frente a esta ideologia e a este sistema econômico, que são dominantes, contestações e formas de convivência contra-hegemônicas são produzidas. Daí a importância da luta social e política emancipadora.



2. Conteúdos de uma Pedagogia da Convivência

A convivência faz referência a conteúdos de natureza bem distinta: morais, éticos, ideológicos, sociais, políticos, culturais e educativos, fundamentalmente.

Os direitos humanos como marco regulador da convivência. Toda convivência é regida, explícita ou implicitamente, por um marco regulador de normas e valores. Este código de normas e valores é transmitido a partir de diferentes contextos sociais – família, escola, meios de comunicação, sistema judicial, estratégias políticas, confissões religiosas etc.

Para todos estes âmbitos e como critério geral de convivência, propomos partir do conjunto dos direitos e deveres integrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que esta representa o pacto mais sólido para uma convivência democrática e o consenso mais abrangente jamais conseguido na história da humanidade sobre valores, direitos e deveres para viver em comunidade. A ideia central na qual se assenta o conceito de direitos humanos é a de dignidade, inerente a todo ser humano: dignidade que se situa entre três qualidades essenciais – liberdade, justiça e plena igualdade de todos os seres humanos –, e que exige direitos e práticas económicas, sociais e políticas para que seja plasmada na vida cotidiana e, por extensão, na convivência digna. Neste sentido, podemos dizer que a Declaração promove um conjunto de valores, princípios e normas de convivência que devem conformar essa dignidade humana, assim como a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que rechaça aqueles que lhes sejam contrários.

Para que possam ser exercidos, os direitos são acompanhados por limitações e deveres. O sentido do dever para com os membros da família, da comunidade educacional, do país, assim como dos valores da justiça, liberdade, paz etc. é um sentimento necessário que devemos inculcar desde pequenos. Os deveres são a outra face dos direitos, uns e outros estão indissoluvelmente unidos.

O respeito. É consensual o reconhecimento de que, não apenas no âmbito do sistema educacional, perdeu-se boa parte das normas básicas de convivência – o que antigamente se denominava boas práticas de educação ou de urbanidade – que, em sua maioria, se fundamentam no respeito. Quando falta respeito, a convivência torna-se impossível, ou no mínimo transforma-se em um tipo de convivência violenta e não democrática.

O respeito é uma qualidade básica e imprescindível que fundamenta a convivência democrática em um plano de igualdade, e contém implícita a ideia de dignidade humana. Ademais, supõe a reciprocidade no trato e no reconhecimento de cada pessoa. E ligado a este reconhecimento, é preciso também que o respeito seja efetivo em relação aos demais seres vivos e, por extensão, ao planeta Terra. Daí a necessidade de estimular o respeito ao meio ambiente. O respeito está associado também ao desenvolvimento da autonomia e da capacidade de afirmação. “Fazer-se respeitar” tem a ver precisamente com não se deixar intimidar, sofrer abusos ou outro tipo de violência. Em sentido contrário, uma relação respeitosa é antagônica a relações de autoritarismo, violência, discriminação etc.

O diálogo. Outro dos conteúdos essenciais da Pedagogia da Convivência. Não há possibilidade de convivência sem diálogo, fator essencial para dar e melhorar a qualidade de

vida das relações humanas. As pessoas crescem e humanizam-se graças à linguagem e ao diálogo. Conviver uns com os outros é um contínuo exercício de diálogo. Quando se rompe o diálogo, inviabiliza-se a possibilidade da convivência em geral e, em particular, de resolução de conflitos, seja diretamente entre as partes que se enfrentam, seja por meio de terceiros que se coloquem como mediadores ou, ao menos, intermediários.

A solidariedade. É uma qualidade do ser humano que devemos aprender e desenvolver desde a primeira infância, e que nos leva a partilhar os diferentes aspectos da vida – não somente os materiais, mas também os sentimentos. A solidariedade pode ser conceituada também como obrigação ou dever ético, mas em nosso caso, sem descartar essa acepção, preferimos conceituá-la como qualidade de humanização, possibilidade de plena realização e felicidade, além de instrumento para melhorar a qualidade da convivência. A relação entre solidariedade e cidadania crítica deve equilibrar-se entre nosso compromisso ativo e direto, de um lado, e nossas exigências ao Estado para que desenvolva tais políticas de solidariedade. Do ponto de vista da educação, é importante que a solidariedade se torne parte das diferentes instâncias sociais – família, escola, associações de moradores etc –, devendo ser um elemento presente nos diferentes âmbitos de convivência. Em outras palavras, que a solidariedade seja parte da cultura. E em sentido contrário, para que seja viável, a cultura da solidariedade deve impregnar os tecidos social e cultural nos quais nos desenvolvemos, para que se torne um elemento consubstancial deles.

A não violência. A partir dos pressupostos de uma cidadania democrática, respeitosa e solidária, devemos reforçar nossas propostas inequívocas em favor de uma cultura de paz e não violência, que tem como princípio fundamental o respeito à vida dos demais, a vivência dos direitos humanos, os princípios democráticos de convivência e a prática das estratégias não violentas de resolução de conflitos. A partir dessas coordenadas, é preciso educar para o direito à vida como um direito prioritário, hierarquicamente superior a outros. É um direito de direitos, e como tal, inegociável e não sujeito a conchavos ou táticas conjunturais de estratégia política. A violência como ideologia ou a violência terrorista como estratégia de luta social deve ter lugar especial no currículo das escolas, tendo em vista que viola o princípio básico do direito à vida. A violência anula ou protela o conflito matando ou anulando a outra parte, mas não resolve o problema. Para sair da pré-história das relações sociais, devemos romper com a violência como forma de enfrentamento de conflitos. As guerras, o terrorismo, assim como qualquer forma de violência devem ser evitados porque contradizem os princípios básicos de resolução não violenta de conflitos, da convivência democrática e da moral.

O laicismo. O laicismo é um princípio indissociável da democracia e a melhor opção para respeitar todas as crenças em um Estado democrático, e representa a garantia da liberdade de consciência e da igualdade jurídica de todos os cidadãos. Fundamenta-se na separação de confissões religiosas do Estado e em sua neutralidade religiosa, circunscrevendo a religião ao foro privado e ao foro das igrejas. “O laicismo contém em seu ideário uma vocação universalista, racionalista e civilizadora; e por tudo isso, postula o movimento comprometido com o aprofundamento e a expansão dos direitos humanos no contexto de um universalismo civilizatório, tendo os seres humanos como indivíduos e principais protagonistas da história.



A igualdade e a liberdade que o laicismo reclama são traduzidos no desenvolvimento integral e autônomo da consciência livre como valor supremo do processo de humanização e civilização dos povos. Esses valores impõem não apenas uma elaboração teórica, mas também uma estratégia.” A sociedade laica facilita o direito de ter crenças, mas não permite o dever ou sua imposição ao conjunto da população.

O caráter mestiço das culturas. A cultura é um processo dinâmico ligado às próprias condições de vida das pessoas e, como tal, incide na vida destas e vice-versa. E transforma-se pelas decisões tomadas em dado momento e pelas interações, inevitáveis, com outras culturas. Daí o caráter mestiço das culturas. Todas as pessoas, todas as culturas participam inexoravelmente de outras, inclusive com relações de conflito e dominação. O ser humano é fundamentalmente multicultural e mestiço. Diferentes autores têm argumentado sobre o caráter mutável, flexível e evolutivo do conceito de identidade, uma vez que esta não é dada de maneira definitiva, mas vai-se construindo e transformando ao longo de toda nossa existência. Por isso, ressalta-se o caráter mestiço da identidade. “As culturas influenciam-se umas às outras. As culturas perecem no isolamento e prosperam na comunicação.”

A ternura como paradigma de convivência. A ternura é uma necessidade vital dos seres humanos e, conseqüentemente, deve sê-lo também em todo processo educativo. A afetividade é uma necessidade fundamental de todos os seres humanos, que nos torna humanos, indispensável à construção equilibrada da personalidade. Mas além de sua influência no processo vital e de amadurecimento das pessoas, a afetividade tem uma relação inequívoca com a convivência, sendo um de seus traços de identidade, em sua acepção tanto de conteúdo quanto de expressão. Assim sendo, a alfabetização em afetividade e ternura deve ser um objetivo prioritário e um aspecto-chave de todo processo educacional, que também deve estar presente na formação dos futuros profissionais da educação. Atuamos e pensamos globalmente como seres racionais e afetivos. Certos problemas de indisciplina têm sua origem na falta de afeto, no desenvolvimento deficiente da dimensão emocional, ou em personalidades inseguras derivadas precisamente da falta de afeto. Sob outra ótica, em educação, como em relação à saúde, afetos ajudam a curar. Palavras doces e respeitadas, mãos sensíveis que sustentam e acariciam, abraços que transmitem energia, amor são formas de relação que denotam um modelo de convivência salutar, tão necessário à vida em sociedade quanto ao desenvolvimento harmônico e equilibrado das pessoas.

O perdão. Tradicionalmente, o perdão está ligado ao discurso religioso – de fato, Hannah Arendt (1993) reconhece Jesus de Nazaré como descobridor do papel do perdão nos assuntos humanos. Ao mesmo tempo, esta autora destaca a validade do perdão fora dos dogmas religiosos: “O fato de que tenha havido esse descobrimento em um contexto religioso, articulado em uma linguagem religiosa, não é razão para tomá-lo com menor seriedade em um sentido estritamente secular.” Perdão nada tem a ver com esquecimento, nem com desculpa ou justificação. Perdão não significa impunidade – a condição do perdão para quem o solicita é o reconhecimento da falta, o arrependimento e o compromisso de que não voltará a cometer a mesma ação –, nem tampouco esquecimento.

A aceitação da diversidade e o compromisso com os mais necessitados. Aprender a conviver significa conjugar a relação igualdade e diferença. Como proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, somos iguais em dignidade e direitos, mas as pessoas são também diferentes por vários motivos circunstanciais – diferenças que podem ser positivas e estimuladas e que, em outros casos, são negativas e, portanto, devem ser eliminadas. Em qualquer caso, diferenças ou diversidades fazem parte da vida e podem ser um fator de conflituosidade. É evidente que um dos grandes conflitos que se manifestam na atualidade é precisamente a relação igualdade-diferença. A partir dos pressupostos de uma educação democrática e comprometida com os valores de justiça, paz e direitos humanos, devemos encarar essa diversidade reclamando os apoios que sejam necessários, mas não devemos, de modo algum, favorecer políticas de segregação no interior das próprias escolas. Não podemos ocultar nossa preocupação com as propostas que defendem procedimentos segregacionistas. Há várias décadas, numerosos estudos vêm provando a distribuição desigual tanto de benefícios quanto de fracassos nos sistemas educacionais. É precisamente a remediação dessas desigualdades sociais e escolares que exige maior compromisso por parte do professorado e das administrações educacionais.

A felicidade. Como escreveu Bertrand Russell, “a felicidade ainda é possível.” Os pais, o professorado, os educadores em geral querem o melhor para nossos filhos ou para os estudantes. Mas em nossa sociedade consumista e mercantilista, tal expectativa costuma ser reduzida a questões econômicas, à riqueza, ao sucesso a qualquer preço, ao ter, mais do que ao ser, como dizia Eric Fromm. É evidente que a felicidade requer determinadas condições materiais, como também saúde e outras circunstâncias sociais, como qualidade e satisfação com o trabalho. O mínimo é imprescindível – mínimo que nos leva novamente aos direitos humanos. Embora não garantam felicidade, os direitos humanos são condição para que a felicidade seja possível. A felicidade está impregnada de cultura e de relações sociais, que devem ser justas. E embora essas duas condições sejam muito importantes, para nós a felicidade está marcada especialmente por outras duas circunstâncias: a capacidade de encantar-se, de ter entusiasmo pela vida, e a capacidade de amar e ser amado.

A esperança. É uma necessidade vital e, como tal, parte da mais pura essência da natureza dos seres humanos. A esperança acompanha o ser humano desde que toma consciência da vida, convertendo-se em uma de suas características definitórias e distintivas. Somos os únicos seres vivos que almejam coisas, condições melhores ou supostamente melhores, que aspiram e aninham processos de mudança para melhorar as condições de vida. Somos os únicos seres vivos que sonham e confiam em tempos melhores. A esperança está ligada ao otimismo e, neste sentido, facilita a convivência positiva, com efeito benéfico para a autoestima, individual e coletiva, e como um antídoto frente à passividade e ao conformismo – circunstâncias claramente danosas para as pessoas e a convivência. Destacamos o papel essencial dos docentes, no caso do sistema educacional, e dos pais, nas famílias, como modelos que eduquem a partir da esperança e para a esperança. A alegria é igualmente necessária e imprescindível na vida e, conseqüentemente, também na educação. Além de ser um lugar para o esforço, a disciplina e a aprendizagem, o sistema educacional deve ser também um



espaço de alegria: por descobrir, por conhecer – pessoas e conteúdos –, por estabelecer novas relações humanas, por perceber avanços nos estudantes, por desfrutar do trabalho bem-feito. A esperança do ato de educar deve levar a alegria consigo, como pano de fundo, imprescindível companheira de jornada.

* **XESÚS R. JARES** foi professor catedrático de Didática e Organização Escolar na Universidade de La Coruña, na Espanha, desde 1983. Coordenou o Coletivo Educadores pela Paz da Nova Escola Galega entre 1993 e 2008, ano em que faleceu, e foi presidente da Associação Galego-Portuguesa de Educação para a Paz. Criou e coordenou diversos programas de Educação para a Paz e para a Convivência. Foi conferencista internacional e é autor de inúmeros livros sobre o assunto, entre eles: JARES, X. R. Educação para a paz: teoria e prática. São Paulo: Artmed, 2002; _____. Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007; _____. Pedagogia da convivência. São Paulo: Palas Athena Editora, 2008.

Mesa 1 – Cultivar a paz e educar para a convivência

David Adams*



Carlos Alberto Emediato, ao lado do prof. David Adams, um dos principais articuladores da Década Internacional para a Cultura de Paz e Não Violência.



David Adams: "Gostaria de voltar dentro de 10 anos, e vir com o resto do mundo aprender este novo modelo para a Cultura de Paz criado na América Latina".

Quando começamos abordar Cultura de Paz na UNESCO¹, há 10 anos, queríamos dar início a um movimento pela Cultura de Paz. Porém, um movimento não pode ser realizado pela Organização das Nações Unidas, não pode acontecer de cima para baixo. Um movimento deve crescer de baixo para cima.

Hoje, após 10 anos, vejo que o movimento começou. Começou aqui, na América Latina, em São Paulo, com a sociedade civil, com as prefeituras, os educadores, alunos e todos vocês que estão aqui hoje. E isso crescerá e se tornará, espero, um modelo para o resto do mundo.

Antes de ir para a UNESCO, eu trabalhava como cientista de laboratório, e ainda uso o método científico para entender as questões da cultura de guerra e de paz. Recentemente, realizei um estudo sobre História, começando antes da criação do Estado, há mais de cinco mil anos, e examinando a evolução da cultura de guerra até o momento que vivemos hoje. Com base nisso, fiz quatro perguntas, sobre as quais gostaria de conversar com vocês:

O que é uma cultura de paz?

A cultura de guerra faz parte da natureza humana?

Qual foi a utilidade da cultura de guerra?

Como podemos mudar de uma cultura de guerra para uma cultura de paz?

E esta é nossa tarefa hoje. Vamos começar com a primeira questão. Quando atuava na UNESCO, sob a direção de Federico Mayor Saragoza, a Assembleia Geral das Nações Unidas pediu que preparássemos uma Declaração e um Programa de Ação para uma Cultura de Paz,¹ e esta tarefa foi dada à minha equipe. Quero convidá-los a repetir esse processo.

Cartografia da cultura de guerra. Alguém aqui já teve a experiência de viver em uma cultura totalmente de paz? Como poderíamos explicar o que é essa cultura de paz? Eu nunca vivi em uma Cultura de Paz. Por onde começamos? Proponho, então, iniciarmos pela cultura de guerra. Quantos de nós temos vivido em uma cultura de guerra? Sabemos o que é uma cultura de guerra, e vamos começar com o que conhecemos. Alguém diga algo sobre uma cultura de guerra!

– *Dominação; intolerância.*

Se vamos ter uma guerra, do que precisamos?

– *Armas; inimigos; interesses; propaganda política; estratégia de guerra; prisioneiros; dinheiro; segredos; intolerância; autoritarismo, violência.*

Vamos falar mais sobre violência. É possível haver uma guerra se as pessoas não acreditarem que a violência funcione? Não, mas basta que as pessoas acreditem no poder da violência. Este ponto é muito importante, porque as pessoas acreditam que a História é regida pela violência, e isso é cultural.

Características de uma cultura de paz. Até aqui chegamos, mais ou menos, à cartografia da cultura de guerra. Talvez, pudéssemos incluir mais algumas coisas, mas, basicamente, é disso que se trata na cultura de guerra, há cinco mil anos. Agora, como construir uma cultura de paz? Lembrem-se de que vamos apresentar nosso documento às Nações Unidas, e precisamos encontrar, na terminologia da ONU, as palavras adequadas para expressar os princípios e valores de uma cultura de paz.

Pergunto a vocês, qual é a alternativa que apresentamos ao autoritarismo, à dominação?

– *Parceria; convivência.*

Posso sugerir que, para a Assembleia Geral, utilizemos democracia participativa. E para a intolerância, as armas, os inimigos?

– *Fraternidade; tolerância; respeito pelo outro; solidariedade; amor.*

1. Ver íntegra, em português, disponível em: <<http://bit.ly/b89Vj1>> .



Ainda dentro dos termos da ONU podemos dizer que, ao invés de armas, queremos ter desarmamento; ao invés de inimigos – e se estamos falando de fraternidade, respeito, solidariedade –, a dominação precisa ser substituída pela equidade entre homens e mulheres.

Interesses. Neste tema devemos nos demorar um pouco mais. Não há dúvida de que a cultura de guerra tem sido altamente lucrativa. Primeiro, tivemos o imperialismo, depois o colonialismo, que é parte da cultura de guerra, e agora temos o neocolonialismo, o neoimperialismo. Precisamos encontrar um termo das Nações Unidas que seja uma alternativa à exploração econômica, que seja inerente à cultura de guerra, e acho que um bom termo usado na ONU é desenvolvimento sustentável e equitativo. O dinheiro que é usado na cultura de guerra agora precisa ser aplicado na cultura de paz, e devemos encontrar uma forma para que o dinheiro utilizado na guerra seja direcionado ao desenvolvimento sustentável e equitativo, e não para o sistema de exploração econômica.

Propaganda. Como se pode fazer uma guerra se você não convencer as pessoas de que precisam lutar em uma guerra? É necessário ter propaganda política, ou seja, isso significa controle da informação. E qual é a alternativa ao controle da informação? A livre circulação de informações e do conhecimento. Ao invés de termos uma estratégia para a cultura de guerra, do que precisamos? De uma estratégia para a cultura de paz.

A violência também é parte da educação para uma cultura de guerra. Assim, precisamos encontrar uma forma de educar para a paz, um modelo que acredite na não violência, na transformação da consciência.

Os eixos da cultura de paz. Em 1999, a ONU adotou o Programa de Ação para uma Cultura de Paz, com base em oito eixos:

- . cultura de paz por meio da educação;
- . Economia sustentável e desenvolvimento social;
- . Compromisso com todos os direitos humanos;
- . Igualdade de gênero;
- . Participação democrática;
- . Compreensão – tolerância – solidariedade;
- . Comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento; e
- . Paz e segurança internacional.

Agora sabemos o que é a Cultura de Paz, e há um documento com o qual as Nações Unidas estão de acordo.

Transição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz. A cultura de guerra é parte da natureza humana? Nós dizemos que não. Fiz parte de um grupo de cientistas que investigou questões como, por exemplo, se a cultura de guerra está em nosso cérebro, nos genes, se está na evolução a partir dos animais, se há um instinto para a cultura de guerra, e chegamos à conclusão que não. A cultura de guerra é uma invenção cultural, e a mesma espécie que inventou a cultura de guerra pode inventar a cultura de paz.

Por cinco mil anos, o Estado tem detido o monopólio sobre a guerra. E no alto da pirâmide dos Estados, temos o império, e os demais Estados cooperam ou precisam conviver com o

império. Depois da queda do império soviético, só restou o império americano, muito poderoso. É difícil imaginar como podemos avançar de uma cultura de guerra, que é a cultura desses grandes impérios, para uma cultura de paz.

Porém, se estudarmos a História, podemos verificar que os impérios entram em colapso, como ocorreu em 1850, 1879, 1917, 1929, 1945 – e isso acontece com muita frequência. No passado, quando os impérios entraram em colapso, havia um período de vazio, de confusão, e depois outros impérios novos se constituíam para tomar o lugar do antigo. Mas existem esses períodos de tempo em que não há um poder vindo de cima, quando seria possível criar algo novo, de baixo para cima.

O prof. Johan Galtung, renomado pesquisador da Paz, escreveu em 1980 um trabalho afirmando que a União Soviética entraria em colapso dentro de dez anos. E ele estava “errado”: foram nove anos! Alguns anos atrás, ele realizou outro trabalho, afirmando que o império americano entrará em colapso até 2025. Mas, desde a presidência de George W. Bush, creio que acontecerá mais cedo, talvez em 2020. Isso significa que, se vamos preparar uma estratégia para outro tipo de cultura que não a cultura de guerra, temos apenas 12 anos para sua elaboração. Eis o desafio que lanço: é preciso começar a planejar esse movimento pela cultura de paz para quando o sistema entrar em colapso.

Estratégia para a transição. Vamos agora construir partes da estratégia que precisamos criar para a preparação da transição. Pense um pouco: se o sistema entrar em colapso, não teremos mais navios atravessando os mares. Entre 1929 e 1932, o número de navios diminuiu 75%, e agora, com a globalização, poderia ser até pior.

O produto mais importante que os navios transportam é o petróleo. Se não conseguirem entregar o petróleo, os caminhões não serão abastecidos, e as fazendas industriais não terão o combustível necessário para seus tratores. E se não existirem mais caminhões para transportar os alimentos para as cidades, e não tivermos mais tratores nas grandes propriedades, as lojas e os mercados ficarão desabastecidos. As pessoas terão de ir para o campo. E se o Estado não detiver mais o mesmo poder no nível das Nações Unidas ou do império, dependeremos de autoridades locais, dessa democracia que criamos no nível local.

Então, como podemos nos preparar para quando tudo isso acontecer? Haverá muito sofrimento, mas talvez possamos criar algo novo. Algo que possa mudar o modo como o mundo funciona hoje, um novo começo para uma cultura de paz.

Ideias, sugestões. O que precisamos fazer concretamente a partir de agora? Precisamos praticar!

– *Economia solidária; cooperação; solidariedade; conscientização; novas fontes de energia; poder local e participação.*

O que é importante, penso, é que não podem ser somente algumas pessoas, alguns indivíduos. Precisamos treinar e capacitar muitas pessoas para que participem e façam parte desse processo. A democracia torna-se real. Esses são os protagonistas, os atores que não estão só recebendo ordens, mas também participando.

Precisamos desenvolver muitas novas formas de comunicação, para que esse diálogo possa incluir mais e mais pessoas que possam reivindicar e tomar parte nesse processo. Precisamos



ter o tipo de estruturas e de instituições que estamos criando aqui – os comitês para a cultura de paz – em todas as comunidades, e precisamos de um lugar onde as pessoas possam trabalhar juntas para elaborar essa estratégia. São redes que precisam de mais células, de mais locais de trabalho – um processo democrático, horizontal, com base nas tradições da democracia local, pequenos grupos difundidos por todos os lugares.

E, depois que isso estiver bastante difundido pela América Latina, precisamos trazer o resto do mundo para estudar, para pesquisar o que está acontecendo aqui, para que este se torne um modelo para o resto do mundo. E esta é minha visão de como este movimento pode crescer, com dois componentes: coragem e criatividade.

Gostaria de voltar dentro de dez anos, e vir com o resto do mundo para aprender este novo modelo para a cultura de paz que foi criado na América Latina.

* **DAVID ADAMS** é especialista em mecanismos cerebrais do comportamento de agressão, Cultura de Paz e psicologia para pacifistas. Professor da Yale University e Wesleyan University. Na UNESCO, como diretor da Unidade para o Ano Internacional da Cultura de Paz, que deu origem à Década da Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo, preparou a minuta da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz para a ONU (1999). Foi signatário da Declaração de Sevilha sobre a Violência e seu principal divulgador internacional.

Mesa 2 – Cultura de paz e políticas públicas: desafios atuais

José Gregori, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho e Maurílio Maldonado*



A mesa contou com Eduardo Jorge, José Gregori, mediação de Malu Gandra, e Maurílio Maldonado: “ainda há muito por avançar”.



É preciso aperfeiçoar e construir o poder de interferir nas políticas públicas antes que se tornem leis, com a participação de todos.

José Gregori

Aposto nos Direitos Humanos, e temos conseguido abrir espaços no mundo. Os esforços ainda são muito incipientes para que as políticas públicas – isto é, aquilo que o governo faz e gasta – atendam aos requisitos de paz como algo que irá contribuir para maior entendimento e conciliação, e para que não redundem em fator de desigualdade, diferenciação ou discriminação em relação às outras pessoas. Mas podemos afirmar que os princípios de uma cultura de paz têm conseguido sensibilizar os governantes para que, em suas ações e realizações, sejam considerados esses elementos fundadores.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos realizou um amplo levantamento em toda a cidade de São Paulo para conhecer como os Direitos Humanos estão sendo vividos em cada bairro da cidade. Chamamos este projeto de SIM¹, exatamente para fornecer ao planejador uma ideia concreta e palpável do estado da arte dos Direitos Humanos no município. Aquele que queira fazer um plano de desenvolvimento de uma região ou de um bairro pode contar com um grande volume de estudos, plantas e planilhas que foram elaborados e detalhados. Trata-se de uma quantificação para objetivar os Direitos Humanos, e está à disposição de todos.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

A política hoje, no século XXI, tem três pautas principais que organizam as outras. Primeiro, a antiquíssima e secular pauta de superar a brutal injustiça de extremos de riqueza e pobreza, pauta esta que não larga as nossas presenças na Terra. A segunda é a superação da cultura da

1. Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://bit.ly/mx1wT>>.



violência, da cultura da guerra, por uma cultura de paz – ao menos, para atingirmos uma hegemonia da cultura de paz em relação à cultura de guerra, porque tudo indica que esses dois elementos vão coexistir eternamente entre nós. E a terceira pauta é a questão do equilíbrio ambiental, que é também uma mudança muito grande na forma como o homem e a mulher veem a sua presença no planeta. Estas duas últimas são muito recentes, mas estes três pontos de pauta, que alguns vêm tentando divulgar e difundir em todo o mundo nos últimos anos, deveriam estar entre os grandes temas.

Como questões tão relevantes, com componentes filosóficos importantes, podem se traduzir em tarefas de pequenas secretarias e estruturas menores, como a da SVMA² no dia a dia? Somos homens e mulheres comuns, mas podemos fazer coisas, podemos ser exemplos para outros locais.

Logo no início do nosso trabalho, defendemos a tese de que a cultura de paz e o equilíbrio do meio ambiente são pautas irmãs. O pessoal mais antigo da área ambiental estranhou. Evoquei os seis princípios do Manifesto 2000³, dentre eles “Preservar o planeta”, demonstrando que cultura de paz é equilíbrio ambiental e que, inversamente, o desequilíbrio ambiental foi causado pelo homem e pela mulher; e que não há possibilidade de sair do desequilíbrio sem que haja equilíbrio entre homens e mulheres, entre as partes sociais, entre as diferenças que existem entre nós. Portanto, também o equilíbrio ambiental é cultura de paz. Um e outro são partes da política.

A atuação da estrutura da SVMA é basicamente de educação ambiental: ajudar as pessoas a se abrir para esta pauta nova. Dividimos os programas e projetos em seis áreas: água, ar, solo, ecoeconomia, verde e biodiversidade, e cultura de paz. Em 2006, instalamos um centro de educação ambiental em uma área de quase dois mil metros quadrados dentro do Parque do Ibirapuera – a UMAPAZ⁴ –, onde realizamos continuamente cursos, oficinas e programas. É um território voltado às pessoas e entidades que pensam a questão do meio ambiente e da cultura de paz.

Através de contrato com o governo do Estado e a Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo, órgão com larga experiência em educação à distância –, montamos um curso embasado nos seis eixos da SVMA, oferecido pelo Diário Oficial aos servidores públicos.

O Curso de *Mediação de Conflitos Socioambientais* contou com 1.719 participantes, em sua maioria professores da rede municipal (a previsão inicial era capacitar 1.200 participantes).

Foram oito módulos: sustentabilidade, mediação de conflitos, água, verde e biodiversidade, ar, solo, economia nova e Cultura de Paz.

A partir da contribuição dos alunos do curso, foi editado pela SVMA o *Dicionário da paz*.

Outra iniciativa da nossa pauta foi o trabalho com a Secretaria Municipal de Saúde,

2. Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo. Disponível em: <<http://bit.ly/dsgSas>>.

3. COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA. Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência. São Paulo: UNESCO, Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz e Não Violência, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/aliuoM>>. Os seis princípios do Manifesto são: Respeitar a vida, Rejeitar a violência, Praticar a generosidade, Ouvir para compreender, Preservar o Planeta e Redescobrir a solidariedade. Veja o site na íntegra.

4. UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE E CULTURA DE PAZ. Disponível em: <<http://bit.ly/a9jjmO>>.

específico para agentes comunitários. Essencialmente, é um programa de diálogo ambiental, cultura de paz e promoção da saúde. Cerca de seis mil agentes comunitários de saúde e agentes de proteção social de todas as regiões da capital paulista foram formados em seis temáticas estratégicas: lixo; água e energia; biodiversidade; convivência saudável e zoonoses; consumo responsável; Cultura de Paz e Não Violência.

O convênio com a Secretaria Municipal de Educação levou a Carta da Terra ao dia a dia das escolas. De 1.200 escolas, 800 aderiram a esse programa, e estão discutindo como a Carta da Terra participa do cotidiano das escolas, na postura dos professores, na relação com os alunos, na economia de água, na racionalização do uso de energia elétrica. E os professores estão entusiasmados com esse tema.

A *Carta da Terra* é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI que seja justa, sustentável e pacífica.

O prefeito de São Paulo firmou compromisso de difusão desse documento com a Secretaria Executiva da Carta da Terra.

A SVMA e a Secretaria de Educação promovem a formação de professores da rede municipal para os temas da Carta da Terra.

A SVMA insistiu para que a Prefeitura de São Paulo entrasse de peito aberto na campanha pelo desarmamento, em 2005. Participamos do recolhimento de armas, e a GCM⁵ foi conveniada pela Polícia Federal para o recolhimento. O resultado foi muito positivo para o Brasil inteiro.

A Rede de Ação pela Paz é formada exatamente pelo grupo de entidades, ONGs e associações populares e religiosas que fizeram a campanha pelo desarmamento e ajudaram o Ministério da Justiça e a Polícia Federal no recolhimento de armas aqui em São Paulo. E depois do plebiscito, nos reunimos na UMAPAZ e combinamos manter a organização permanentemente. As reuniões resultaram também na publicação do *Guia da Cultura de Paz*, em 2007, com todas as entidades do Estado que têm interesse, experiência e atuação em políticas públicas de cultura de paz.

Este é outro exemplo, aparentemente simples, que demonstra o quanto podemos fazer pela cultura de paz:

Parceria com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária para acolhida de prestadores de serviços à comunidade, com o objetivo de auxiliar o Poder Judiciário a reduzir a incidência da pena de detenção.

Acolhimento de cerca de 90 prestadores de serviços nos 41 parques da cidade (número variável).

Em 2008, uma portaria intersecretarial das Secretarias do Verde e Meio Ambiente, dos Esportes, das Subprefeituras e de Participação e Parceria criou o Conselho Regional de Meio

5. Guarda Civil Metropolitana.

6. REDE AÇÃO PELA PAZ. *Guia da cultura de paz*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Instituto Sou da Paz, INEAA, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/agMk95>>.



Ambiente e Cultura de Paz em cada uma das 31 subprefeituras de São Paulo, para discutir com a sociedade civil as políticas públicas de cultura de paz;

O curso para Promoção da Mediação como forma Pacífica de Solução de Conflitos teve participação de cem pessoas e várias secretarias.

Participação do grupo intersecretarial;

Curso *Gestão Pacífica de Conflitos*, oferecido pela UMAPAZ, com apoio da Comissão Municipal de Direitos Humanos, Instituto de Mediação e Arbitragem, Instituto Sou da Paz e outros (formação teórica e prática com 120 horas): 104 alunos, entre mediadores, policiais, funcionários públicos e interessados.

Incentivo a projetos de até R\$100 mil para ações de educação ambiental, incluído na área de gestão pacífica de conflitos, através do Fundo Especial do Meio Ambiente (Edital Fema nº 05 – R\$ 2 milhões disponíveis).

Quero insistir nessa tese: é possível visualizar possibilidades, oportunidades, projetos, recursos em parceria com todas as estruturas para desenvolver políticas públicas de cultura de paz.

Maurílio Maldonado

Gostaria de agradecer, em nome de Walter Feldman⁷, pela oportunidade de estar aqui, falando para um público tão seletivo, ao convite da prof^a. Lia Diskin e a todos os organizadores deste fórum.

Pude vivenciar experiências muito importantes, relacionadas à cultura de paz. A primeira é o ConPAZ – Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, da ALESP⁸. Foi um desafio até aquele momento, uma iniciativa única: um parlamento que tivesse um conselho agregado aos representantes do povo e pudesse atuar nas propostas de políticas públicas, inserindo os princípios e valores de cultura de paz. O ConPAZ foi instituído em 2002, por meio de resolução aprovada em Plenário, e é composto por 36 organizações da sociedade civil e 12 parlamentares.

É um projeto que, por sua própria originalidade, vem amadurecendo aos poucos, conquistando espaço dentro da Assembleia. Foram realizadas várias campanhas e homenagens. E a participação do ConPAZ levantou dentro da Assembleia a questão do desarmamento, na qual teve importante papel. Sente-se a necessidade de evoluir um pouco mais, no sentido da institucionalização da participação do ConPAZ nos debates das comissões da ALESP para plantar essas sementes. É uma experiência ainda em construção, que já está sendo reproduzida em outros municípios, em outros Parlamentos e também no Executivo, em que já é mais comum. Ainda há muito por avançar, por aperfeiçoar e para construir o poder de interferir nas políticas públicas antes que se tornem leis. Acho que esse é o principal

7. Então secretário de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo.

8. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://bit.ly/bTCrfu>>.

objetivo que devemos perseguir: construir um caminho eficiente para, durante o processo legislativo, aprovar políticas públicas que já venham com a marca da cultura de paz.

Na SEME⁹, foram iniciadas ações transversais permeadas pela cultura de paz. A primeira dificuldade foi convencer as pessoas sobre qual a ligação entre esportes e cultura de paz, e demonstramos que:

- . O esporte é considerado relevante e um meio de desenvolvimento da paz.
- . O esporte é o principal fórum de diálogo social e contato entre grupos antagonistas.

Na SEME, o projeto de Promoção da Cultura de Paz foi implantado com participação da FIAUSP¹⁰ (que ajudou inclusive na reorganização estrutural da Secretaria) e da Associação Palas Athena¹¹. Inicialmente, foi deflagrado um processo de educação continuada, lastreado no *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência*, com dois encontros mensais, destinados aos servidores da SEME, com o objetivo de capacitar o público interno, conferindo uma certificação válida para promoção e progressão em suas respectivas carreiras.

A segunda etapa trata também de capacitação funcional, porém com a perspectiva de formação de multiplicadores em cultura de paz. A Secretaria utiliza seus equipamentos públicos de esporte para, junto com a Palas Athena, capacitar os professores de Educação Física, principalmente, como multiplicadores dos princípios e valores da cultura de paz, para que levem aos seus alunos, além da aula esportiva propriamente dita, princípios e valores de uma cultura de paz.

*** MINISTRO JOSÉ GREGORI**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Município de São Paulo

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Secretário do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo

MAURÍLIO MALDONADO

Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, neste Fórum representando **WALTER FELDMAN**, secretário de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo

9. SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/>>.

10. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://bit.ly/dzMMxF>>.

11. ASSOCIAÇÃO PALAS ATHENA. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/>>.



Mesa 3 – Educação para a paz, a cidadania e a democracia

Magnus Haavelsrud e Alícia Cabezudo*



Mesa 3, com Magnus Haavelsrud, mediada por Pedro Pontual, e Alícia Cabezudo: "A cultura de paz contribuiria para tirar a legitimidade da violência estrutural e da violência direta".

Magnus Haavelsrud

Nesta palestra incluí as ideias de Johan Galtung, meu professor na década de 1960, que elaborou a definição de cultura da violência que legitima a violência direta, o que significa que uma cultura de paz contribuiria para tirar a legitimidade da violência estrutural e da violência direta.

A tarefa de construção de uma cultura de paz requer práticas pedagógicas que contribuam para a paz, a democracia e a socialização de cidadãos para que se tornem ativos, como também para planejar e elaborar uma estratégia para a sociedade.

Vamos refletir e estabelecer as inter-relações sobre as seguintes questões:

Qual é o conteúdo dessa educação?

Que métodos seriam utilizados, e que formas este conteúdo poderia ter?

Quais seriam as condições contextuais da educação para a cidadania?

A paz positiva. Paz negativa é aquilo que não é violência direta – paz *versus* bombas. Se não temos bombas, temos paz. Mas segundo Galtung, a paz também pode ser definida de uma forma positiva. Johan Galtung apresentou seu conceito de violência estrutural como o oposto da justiça social. Podemos dizer que é a lacuna, ou a distância, entre o atual e o potencial. Como podemos nos livrar da violência estrutural¹ e chegar à justiça social? Esta é uma forma de definir a paz positiva.

A paz cultural é aquilo que contribui para a redução e a deslegitimação da violência estrutural. Esta é a primeira abordagem para elaborarmos o conteúdo.

1. Para Johan Galtung, "(...) violência significa prejudicar e/ou ferir. (...) Se há um emissor, um ator que tenciona essas



escura, apontando a influência do macro das em nossas realidades próximas. Mas há ainda outra seta do micro para o macro, e representa nossa contribuição para o empoderamento das pessoas em sua vida cotidiana, em sua realidade interna, e de que formas esse tipo de empoderamento pode contribuir para uma cultura de paz no nível macro.

A similaridade com que vemos o contexto “aqui e agora” aparentemente aumenta em função da distância física. Mas, além dessa relação linear de distância física, há também a distância política, econômica e cultural no contexto diário. Assim, no mesmo lugar, em uma cidade grande pode haver maiores distâncias nos contextos do que entre contextos específicos em um país e o mesmo contexto correspondente em outro país. Por exemplo, há similaridades entre as famílias da classe alta de Nova Iorque, Londres e São Paulo, mas há diferenças entre famílias pobres nos diferentes países; e, no entanto, há muito mais coisas em comum do que as similaridades entre classes baixas e altas de seus respectivos países. As diferenças em função da distância física nem sempre se mantêm. A seta que vai para a direita representa diferenças em termos físicos. Aqui estabeleci uma diferença entre realidade próxima e realidade intermediária, sobretudo para pensar sobre o conteúdo da diversidade e da realidade distante.

A relação entre micro e macro. Penso que o indivíduo pode influenciar o futuro do mundo, ou parte do mundo. O “aqui e agora” é o lugar onde agimos, moramos, no qual temos a possibilidade de mudar nossas interações. E no gráfico, esta região ou área de influência está acima do eixo espacial, porque o passado já foi: não podemos fazer nada, a não ser mudar nosso entendimento sobre ele. O futuro está aberto à criação, e ele só terá raízes na realidade próxima se levarmos a sério a ideia de que o ser humano é um sujeito histórico. O macro produz o micro. Se o contexto micro pode ser visto como resultado do contexto macro, posso



dizer que o macro se estabeleceu dentro do micro. Por outro lado, o contexto micro também produz o macro. Isso nos leva aos impactos potenciais das realidades próximas sobre as realidades distantes. As características dos contextos maiores dependem das características similares dos contextos micro. Isso significa que o macro depende do micro. Se mudarmos as realidades micro, a realidade macro também terá dificuldade para continuar existindo como tal. Precisamos abraçar a ideia de que, ao mudar o microcontexto, estamos, realmente ou potencialmente, mudando o macro contexto no longo prazo. A conclusão é que não podemos isolar esses dois contextos, porque ambos são relevantes a todo o momento e em todos os lugares.

Mudar interações, transformar a estrutura. E esta foi a segunda forma de pensar sobre o que seria o conteúdo da cultura de paz. A primeira, pensar sobre o conteúdo da violência. E a segunda, pensar as coisas entre os contextos micro e macro e suas relações dialéticas, o que nos leva ao conceito de Thomas Mathiesen – um colega sociólogo também norueguês:

Estrutura = uma relação relativamente permanente entre unidades específicas

E o que são essas “unidades específicas”? Os seres humanos, ou Estados, nações, ou organizações, classes sociais, prefeituras – trata-se de algo amplo, em relação relativamente permanente. Mathiesen define essa estrutura como um processo para a direção das setas. Se falarmos em mudança estrutural e aceitarmos essa definição, não será necessário mudar a estrutura diretamente; podem-se mudar as direções e, por meio das interações, a estrutura mudará. Temos mais controle sobre nossas interações do que sobre a estrutura. De acordo com essa definição, podemos lidar com a violência estrutural mudando nossas interações.

Esta é uma forma importante de abordar e definir o conteúdo da educação para a paz. Se observarmos o sistema educacional, vemos a tendência de produzir ganhadores e perdedores, e percebemos uma relação sistemática entre notas e *status* social. Alunos de classe média têm melhor possibilidade de “vencer” em uma escola de classe média do que alunos da classe trabalhadora. Não temos oportunidades educacionais equitativas, e por que isso acontece? Será que alguns alunos de certas classes sociais são menos inteligentes do que outros? Não! O conceito está mais relacionado à cultura e às preferências da escola em termos de comunicação, conhecimento, formas de expressão. Talvez a escola esteja mais perto de algumas classes sociais do que de outras. Um exemplo: na Inglaterra, um professor tirou fotos dos alimentos que os alunos traziam para a escola e mostrou-as a estudantes da classe trabalhadora e da classe média, pedindo que classificassem pelas fotos quais tipos de alimentos preferiam. Os estudantes de famílias de classe média responderam: vegetais, carne, peixe – o tipo de resposta que a escola espera. E os alunos de famílias da classe trabalhadora disseram: o que minha mãe faz no café da manhã, o que comemos aos domingos. A diferença é que uma preferência é específica de um contexto, e outra responde ao código da escola – o que nada tem a ver com nível de inteligência: é uma representação de padrões de comunicação, de padrões culturais.

É preciso resolver o problema de oportunidades equitativas de acesso à educação; encontrar o caminho para incluir todas as expressões culturais na escola, e a partir daí chegar a um código elaborado da escola para aceitar todas essas diferenças culturais.

O conteúdo. É necessário entendermos que a paz pode ser definida de forma negativa e também afirmativamente, com a presença de justiça social. E ainda, que paz se dá em uma estrutura e em um processo, de acordo com a última definição.

Elaborei este cone para tentar com-preender melhor o conteúdo da Educação para a Paz, considerando desenvolvimento equitativo e sustentável.

Se observarmos a agenda das Nações Unidas, poderemos classificá-la em três categorias:

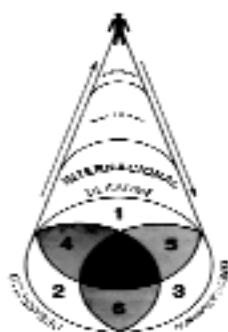


Figura: O cone da paz

Desarmamento, Desenvolvimento e Direitos Humanos: não podemos ter paz sem estes três elementos.

desarmamento, desenvolvimento e direitos humanos. Mas essas questões também estão inter-relacionadas. Este diagrama de-monstra como elas se sobrepõem, e assim podemos chegar à conclusão de que não podemos ter paz sem esses três elementos. Por isso, desenvolvi sete espaços; o sétimo está no meio e não é visível. É a esse espaço que denomino paz: o espaço em que ocorre a intersecção dessas três visões. Este diagrama contém a parte visionária da paz. Atrás da figura, temos um indivíduo parado, em pé, com uma seta saindo dele e outra indo para ele – que é a estrutura macro, o governo, que começa a pensar sobre essas coisas. Os ODMs ², por exemplo, estão diretamente relacionados a isso, e podem gerar iniciativas importantes para a realidade próxima das comunidades.

É parte da educação para a paz encontrar as causas da violência, promover as inter-relações possíveis, e verificar as táticas e estratégias para a mudança, para fazer a ponte entre mentes e visões. É preciso desenvolver conhecimento de forma sistemática e abrir espaços para relacionar as coisas. Se em minha realidade próxima há duas gangues criminosas, trata-se de uma questão de desarmamento. E como fazemos? Em outro lugar não há comida à mesa, então é uma questão de desenvolvimento sustentável. E em um terceiro lugar, talvez não se possa falar livremente, não há democracia. O ponto de vista das questões relacionadas à paz dependerá das realidades próximas, e a partir delas podemos ir em todas as direções, podemos ir para as outras realidades, uma vez que enxergamos a nossa própria realidade, como diz Paulo Freire. A seta do micro para o macro é possível.

As condições contextuais atuais. Envolve as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais no nível global, e estão diretamente ligadas à globalização. A educação para a paz exige que o futuro faça parte do currículo, mas como criar um espaço para o futuro em nosso processo educacional? E este é o principal problema das condições contextuais atuais. Há alguns anos, a economia ainda não havia detectado a educação como uma força produtiva, mas hoje influencia demasiadamente nossas escolas, e a eficiência passou a ser o foco central.

2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos, gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://bit.ly/dnB8qS>>.



A economia conquistou maior poder sobre o processo educacional, e não podemos reduzir a cultura de paz a variáveis econômicas. É preciso que a cultura de paz esteja relacionada a uma missão mais ampla, para entender a totalidade do mundo, incluindo o que Paulo Freire escreveu de forma tão adequada: a vocação do ser humano é ser um sujeito histórico. Não podemos pensar só em economia. Obviamente, é preciso incluí-la, mas não como foco central.

Alícia Cabezudo

Quero estabelecer as relações entre educação, cultura de paz, direitos humanos e governos locais. Todo governo local é educação, e esta não é propriedade desta ou daquela secretaria. Este é um princípio importantíssimo na construção da cultura de paz e da democracia. Todo governo verdadeiramente democrático deve ser um exemplo de ética, de moralidade pública, de democracia e de participação – elementos fundamentais na construção de uma cultura de paz.

Quando o prefeito de Rosário, cidade argentina, convidou-me para exercer o cargo de secretária da Educação, em 1997, busquei referências importantes para extrair elementos teóricos e práticos. Foi quando encontrei a Associação Internacional de Cidades Educadoras³, que propõe a cidade como um espaço pedagógico aberto, dinâmico, ativo, democrático para executar as políticas públicas.

Avaliar falhas nos sistemas de valores. Encontramos dificuldades internas ao trabalhar os temas de direitos humanos e cultura de paz no nível institucional, mesmo dentro de um governo que havia decidido construir políticas públicas nesse sentido; surgiram condições contextuais que provocaram ruído dentro do sistema. E o que fazer com isso? Há que se trabalhar intensamente dentro do governo local para poder levar as políticas públicas às ruas, porque elas são a exteriorização do que fazem o governo local e os grandes atores que trabalham permanentemente com isso, que é a sociedade civil.

É preciso avaliar as falhas nos sistemas de valores dentro da instituição. Ninguém se atreverá a dizer que cultura de paz e direitos humanos não são importantes, mas é preciso que esse entendimento seja demonstrado nas políticas, e não apenas nos discursos. A partir disso, passamos a trabalhar para elaborar os conceitos lentamente, com uma equipe interdisciplinar de servidores públicos e representantes das diversas cidades vizinhas. O que vamos ver agora é uma proposta que 620 cidades de todo mundo estão trabalhando, no nível urbano, em cultura de paz, e que foi incorporada pela Associação Internacional de Cidades Educadoras.

A cidade como espaços pedagógicos. A cidade é constituída por espaços nos quais se dão relações e interações. Observe que falamos em espaços e interações. As relações nos permitem interagir com o espaço e o outro. Além de um fenômeno físico e um modo de apropriar-se de um espaço, a cidade é também o lugar no qual se produzem inumeráveis interações e experiências do habitar. Nela há inúmeros espaços nos quais acontecem

experiências educacionais: museus, bibliotecas, teatros, clubes, ONGs, sindicatos, partidos políticos, praças, parques, ruas. Todos os espaços são salas de aula, recursos formais e não formais, e territórios de aprendizagem democrática, nos quais é necessário que as políticas públicas desenvolvam ações pedagógicas. Nesse sentido, o papel do governo municipal é absolutamente pedagógico na construção de uma cultura de paz.

Se a cidade é o espaço das primeiras aprendizagens democráticas, precisamos que esteja centrada na emancipação, que hoje considera fundamentalmente dois tipos de democracia – representativa e participativa –, com a integração dos elementos de ambas, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de governo local. Assim, os espaços transformam-se em novos cenários educativos, o que implica reconhecer a dimensão pedagógica dos espaços políticos e sociais para a construção de uma cultura de paz. Este é um embasamento metodológico.

Democratização das relações como o outro. Os dispositivos educacionais históricos (escola primária, média e superior) são resignificados; as tramas formais e não formais são integradas e fundidas pelas políticas públicas. Se concretamente consideramos a redefinição do papel dos governos locais na construção de uma cultura de paz, que têm enorme possibilidade para fazê-lo, deve-se construir mecanismos de gestão democrática e participativa das políticas públicas. Sem isso, não é possível falar em cultura de paz – poderíamos falar de ações de educação para a paz, de programas de educação em direitos humanos, de campanhas sobre multiculturalismo ou gênero. Mas uma metodologia sistemática, estudada, coerente e interdisciplinar de todos os departamentos do governo local é a única forma para obter a sustentabilidade da política pública e para que realmente se construa uma cultura de paz tendo em conta princípios metodológicos claros e precisos. A cultura de paz é possível, sobretudo em governos locais.

* **MAGNUS HAAVELSRUD** é professor de Educação da Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia em Trondheim, Noruega. Seu foco é o papel reprodutor da educação à luz da sociologia da educação e dos estudos de paz. Participou da criação da Comissão de Educação para a Paz da International Peace Research Association. Em 1974, foi presidente do Conselho da Conferência Mundial sobre Educação. Foi professor convidado do Conselho alemão para pesquisas de paz e conflito.

ALICIA CABEZUDO é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Rosário, Argentina, e da cátedra da UNESCO de Cultura de Paz e Direitos Humanos da Universidade de Buenos Aires. É consultora de Educação para a Paz e os Direitos Humanos. Até recentemente, foi diretora da Cidades Educadoras da América Latina (agência de relações internacionais da cidade de Rosário, Argentina), que busca o desenvolvimento da cidadania e da democracia, e cujo trabalho é realizado junto às prefeituras de inúmeras cidades latino-americanas.



Mesa 4 – Ação e políticas públicas: cenários e horizontes da ação global e local

Hamilton Faria e Rose Marie Inojosa*



Buscar um pensar e agir e a ampliação das ações ao transformá-las em políticas públicas de amplo alcance e capilaridade no mundo contemporâneo.



Fórum encerrado com poesia e música de Tana Lee Pini e Diogo Alvim, faíscas de uma proposta de reencantamento orientada por uma cultura do ser e por uma Cultura de Paz.

Hamilton Faria¹

As diversas mesas deste fórum falam por si e atualizam nosso debate sobre cultura de paz. Talvez este seja o mérito maior deste encontro, pioneiro no Brasil, pelas temáticas conectadas com desafios do mundo contemporâneo, e ainda pelo número e pela qualidade das redes envolvidas e da mobilização realizada. Estabelecemos uma sinergia muito forte no dia de hoje. Mas a novidade não está apenas nessas qualidades apontadas. A pedagogia da convivência aponta caminhos verdadeiramente concretos para a paz, com suas metodologias e seus processos educativos que buscam Educar para a paz não apenas com valores e metodologias fundamentais no próprio cenário no qual a violência grassa. Outra grande boa nova é o estímulo à criação de políticas públicas para a cultura de paz. O tema deste fórum mostra-nos um caminho apropriado: o de buscar um pensar e agir, e a ampliação das ações ao transformá-las em políticas públicas de amplo alcance e capilaridade no mundo contemporâneo.

Construção de fluxos e caminhos. Uma questão importante a destacar é a troca entre o global e o local, construindo fluxos e caminhos que dão sentido a este trabalho. Se pelo global passam as grandes decisões econômicas, políticas, ambientais etc. de um mundo cada vez mais interdependente, com consciência crescente de que é a nossa Gaia que está em questão, é pelo local que se dá a verdadeira mudança – a essência como dizia o geógrafo Milton Santos. Este é o lugar da vida das pessoas, das relações consigo, com o outro, com a natureza, o lugar ao qual pertencemos. Para usar uma palavra do escritor Mia Couto, podemos nos *lugarizar*. Portanto, não podemos, em cultura ou em qualquer ação contemporânea, colocar

em oposição local e global, sob o risco de cometermos relativismos culturais ou fundamentalismos que podem impedir qualquer processo de humanização universalista. Gandhi nos diz: “Não quero que minha casa seja cercada de muros por todos os lados e que minhas janelas estejam tapadas. Quero que a cultura de todos os povos ande pela minha casa com o máximo de liberdade possível.” Sem dúvida, uma cultura de paz é, por natureza, internacionalista, pois entende que do diálogo intercultural entre países, raças, etnias, gêneros, gerações, práticas religiosas e espirituais, modos de vida e visões de mundo poderão surgir novas sínteses criativas para a convivência.

Assim, podemos falar em valores, ações e políticas públicas que têm sua vitalidade em cenários *glocais* – ou seja, globais e locais. Trata-se de ações culturais *glocais* que pretendem mudar linguagens, estruturas e imaginários plantados na mente e no coração das pessoas e das coletividades. Uma pedagogia da convivência deve estar aí presente para deslegitimar a violência direta, estrutural e cultural, e para apontar caminhos de convivência intercultural, como indica Johan Galtung em suas reflexões sobre a paz.

Os grandes desafios globais e a cultura de paz. Ao mesmo tempo em que está doente e desequilibrado, e atravessado por violências de toda a natureza e de todas as feições, o mundo contemporâneo apresenta um cenário promissor de mudanças por meio da ação de redes nacionais e locais, com suas ideias, ações diretas e institucionais. Xesús Jares, por exemplo, enfatiza a necessidade de “reforçar a educação para o conflito e sua resolução não violenta, a educação para o desenvolvimento e a educação multicultural e antirracista.” E ainda sugere os seguintes objetivos e conteúdos: enfatizar o valor da vida humana e a cultura da não violência; buscar a verdade e ensinar a verdade histórica; ir às causas dos problemas; valorizar a justiça e rejeitar a vingança e o ódio; combater o medo; lutar contra a ignorância e a manipulação informativa; insistir no valor da democracia e na necessidade da globalização dos direitos humanos; sensibilizar sobre a reorganização da ONU como garantia das relações internacionais; oferecer alternativas e facilitar o conhecimento das conquistas sociais; educar para o valor do compromisso e da esperança.

A nossa grande metáfora contemporânea é a rede da vida: todos nós pertencemos a essa rede e somos seres interdependentes. Reforçar uma pedagogia da terra, uma pedagogia de uma vida planetária, uma ação internacional eficaz pelos direitos humanos e por uma cultura da vida está entre nossos desafios mais importantes.

A essencialidade do local. Desde a década de 1980, desenvolvem-se no país, no plano local, ações e projetos embasados nos princípios e nos valores de uma cultura de paz. Essas redes vitais têm humanizado o território local de São Paulo e do país, e tem criado campos sinérgicos para a proliferação da paz e da não violência. No entanto, a ação local precisa ainda fortalecer a sua capacidade de ação. E aqui apontamos algumas ideias: fortalecer o trabalho em rede; por meio de nossas organizações, dar visibilidade a ações de paz no território; integrar políticas públicas pela paz e convivência em uma ação cultural pública e transdisciplinar;

2. JARES, X.; SANTANA, E. de M. *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2007. p. 131.
3. Idem, p. 132-150.



dar atenção a microações pela paz como ações diretas, simbólicas, artísticas, tais como contação de histórias, recitais de poesia, de linguagem (no sentido de criar novos vocabulários, novas palavras e metáforas da paz), míticas, sagradas e espirituais, tais como as ações de meditação, inter-religiosas, reflexão em pequenos grupos. Muitas dessas ações podem ser articuladas com políticas públicas para gerar impacto no território.

Tecnologias de cultura de paz. Destaco uma pedagogia da ação direta: retomar o espaço do cotidiano, os diálogos – não só nos templos da cultura, mas diálogos de rua e uma pedagogia da simplicidade que implica o contato direto entre as pessoas, a busca de estilos de vida mais simples, tanto nos modos de vida como nos diálogos pessoais. Aqui também podemos incluir a busca por soluções diretas para os conflitos: desde as terapias comunitárias, a mediação de conflito, a justiça restaurativa, a comunicação não violenta, o psicodrama da cidade, até microssoluções cotidianas, individuais ou coletivas, promovidas de forma espontânea por pessoas ou grupos. Podemos destacar também as ações na escola e os cursos de formação de agentes da paz. A paz na cultura e a cultura na paz podem aprofundar este binômio, e trazer à cultura de paz a simbiose entre a sua vocação universalista e a diversidade local, fazendo uma paz ancorada no pertencimento, com seus valores, suas ancestralidades e as escolhas das comunidades.

É necessário enfatizar que a violência cultural também se manifesta na sociedade de consumo, que vende não apenas um produto, mas um ideal de felicidade, um modo de vida, através de métodos de publicidade e propaganda na mídia, que são em grande parte responsáveis pela formação de nossos desejos reais e imaginários, e também por parte ponderável da subjetividade das crianças, grande alvo do consumo. Isso nos abre um grande campo de cultura de paz relacionado à criação de novos valores de consumo e produtos sustentáveis.

Para finalizar, quero arriscar propor intuições para a criação de uma pedagogia do reencantamento do mundo: amar o outro, sensibilizar-se com as criações do espírito humano; tocar o outro; experimentar a consciência do corpo, o poder da palavra, as poéticas do silêncio, as possibilidades do mistério, o sonho, a utopia, a emoção dos vários significados e passagens da vida, o sentir-se pertencente à fonte criadora, a criação artística, a intuição e o entusiasmo, a vibração do tempo e das idades, a imaginação e a fabulação, a compaixão, a alegria de estar vivo, o solidarizar-se; servir, aprender a imaginar como as crianças, criar vários mundos de várias cores, através da diversidade; paz com ritmos, cores, sons, movimentos, luzes; fazer as coisas ainda mais belas do que são.

Estender o braço da fraternidade, curar-se pelo perdão e pela palavra emancipadora; cultivar os jardins da alma e o pertencimento ao universo; ser um elo na teia dos elementos, salvar-se pela beleza, como queria Dostoievski; inebriar-se de sol e liberdade. Entender o mundo como realidade poética pode trazer luzes a uma educação para o reencantamento do mundo e uma pedagogia do reencantamento. Estas podem ser faíscas de uma proposta de reencantamento orientada por uma cultura do ser e por uma cultura de paz. O essencial do reencantamento é a paz: sem ela não haverá nenhum mundo poeticamente habitável, nem uma nação de poetas, como queria Walt Whitman, nem Era Poética.

Rose Marie Inojosa

Muitas sementes foram lançadas hoje em nosso jardim. Às vezes, utilizamos como metáfora construir a paz como se fosse um edifício, mas ela talvez seja mais adequada à cultura da violência, porque um edifício é uma coisa acabada, difícil de mudar e, usualmente, quem o constrói não mora nele. Assim, a metáfora do jardim parece-me mais afável às ideias da paz. Semeamos, plantamos, colhemos, voltamos a semear. No jardim há a metamorfose constante das estações, dos dias, do tempo; e para mim, isso traz uma ideia mais próxima do que é a cultura de paz.

E tenho aqui a incumbência de dar voz às pessoas que vieram aqui hoje e tiveram a oportunidade de deixar suas manifestações, perguntas e propostas, desde aquelas que dependem de ações individuais até a elaboração de políticas públicas. Todas elas estão reunidas e serão publicadas⁴, mas gostaríamos de registrar um pouco dessa voz de vocês.

A paz começa primeiro em mim. A violência não pode chegar em mim e ser propaganda.

É preciso desativar os explosivos dos nossos corações. A paz começa em mim!

Somos uma corrente evolutiva, e a cada dia devemos acrescentar mais um elo para caminhar para a paz.

Não há reencantamento do mundo sem cultura de paz.

A felicidade está na simplicidade, em conviver com as pessoas, com respeito pela natureza e pelo ecossistema do planeta.

Deve-se viver como se acha que o mundo deve ser.

Estas são as pequenas sementes-pérolas. Esta última mensagem traduz muitas das coisas que conversamos hoje. Agora vou ler algumas das perguntas, indagações que ficaram pairando e continuam em nossos corações e em nossas mentes, para levarmos conosco e deixarmos passar pelo processo que passam as sementes: ficam úmidas e quentes sob a terra, até o momento em que conseguem brotar. Perguntas que falam de nossa perplexidade individual e de metodologia.

Como lidar com os conflitos do cotidiano?

Como lidar com o confronto quando a injustiça é grande?

Como converter em cultura de paz a cultura do consumismo e, conseqüentemente, a cultura da violência?

Como transmitir a reconstrução da dignidade de crianças e jovens em situação de carência e de risco?

Como fomentar na escola a criação de um conselho de paz formado por crianças e adolescentes? Como se poderia capacitar um conselho? Esta é a pergunta de um educador que quer formar conselhos de paz na escola, e fica aí pra todos nós pensarmos sobre isso: como podemos capacitar e como ajudar crianças e adolescentes a formar conselhos de

4. Veja a íntegra disponível em: <<http://bit.ly/aidW61>>.



paz nas escolas...

Como aumentar a legitimidade da ONU?

Como conciliar os interesses do Conselho de Segurança da ONU e os de suas outras agências, que muitas vezes são contraditórios?

Como passar da pedagogia da sobrevivência para a pedagogia do reencantamento?

Além das mensagens e perguntas, temos também propostas maravilhosas sobre como podemos fazer mudanças em ações que passam por nós e pelas políticas públicas nas áreas da educação, da economia e da comunicação.

Observar o interesse do próximo.

Respeitar, conhecer, ver e enxergar as várias identidades.

Comunicarmo-nos melhor com as pessoas.

Viver com simplicidade.

Resgatar os valores de família como ponto para a paz.

Se você quer trabalhar pela paz no mundo, vá para casa e ame sua família.

A sociedade é um reflexo da família: e a partir dela, podemos começar a mudar o mundo.

Realizar trabalho em rede, trabalho coletivo.

Promover diálogos comunicativos e inclusivos para gerar a paz pela construção de consenso.

Solicitar às instituições que saiam dos casulos e se exponham mais.

Abrir as portas para as organizações não governamentais.

Promover mais e melhores políticas públicas com os outros países da América do Sul.

Praticar a democracia participativa nos espaços escolares.

Transformar a escola em um espaço de diálogo, de relação afetiva, de amizade, de paz.

Promover mais educação de qualidade.

Estruturar o livre acesso de informação sobre a paz nas escolas.

Inserir a cultura de paz desde a educação infantil.

Formar professores.

Incluir meditação e educação sobre como lidar com as emoções.

Promover intercâmbio de experiências em um banco de práticas e vivências.

Disseminar a informação; gerar informação transparente.

Colocar as tecnologias de paz à disposição de todos: modos de fazer, como fazer.

Promover encontros como este, inclusive à distância, para o interior e outros locais.

Praticar economia solidária, economia alternativa como parte da mudança estrutural.

Abrir frentes de trabalho em campos da paz. Garantir atividades para todos os desempregados, desocupados e desesperançados.

Estas são algumas das sementes que vocês ofereceram. A partir delas, podemos multiplicar e ampliar nosso jardim, que estamos irrigando e cultivando para as novas gerações. Vamos fazê-lo com muito amor e muita dedicação.

* **ROSE MARIE INOJOSA** é coordenadora da Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz (UMAPAZ) da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Membro da Rede Ação pela Paz e da Rede Gandhi – Saúde Cultura de Paz e Não Violência.

HAMILTON FARIA é poeta e professor universitário, coordenador do Instituto Pólis, especialista em políticas públicas de cultura, animador da Rede Mundial de Artistas. Trabalha a cultura de paz em redes e fóruns de cultura, propondo a criação de conselhos municipais de cultura de paz e sua inclusão nas agendas públicas.



A atualidade de Gandhi: filosofia em ação

Celebração do 1º Dia Internacional da Não Violência

2 de outubro de 2007

Jean Marie Muller*



Marlova Noletto e o filósofo Jean-Marie Muller: "Gandhi não dá soluções aos problemas de hoje, mas nos permite formular questões acertadamente".



O 1º Dia Internacional da Não Violência, o auditório do SESC Vila Mariana recebeu o fórum A Atualidade de Gandhi – Filosofia em Ação.

No dia 30 de janeiro de 1940, por volta das 17 horas, no jardim da casa onde reside, na Birlan House, um homem se inclina em sinal de respeito e atira três vezes, com um revólver, em Gandhi, que se abaixa e morre logo depois. No mesmo dia, em um discurso dirigido à nação, pelo rádio, Neruh, companheiro de Gandhi e então primeiro-ministro da Índia, declara:

“A luz na qual vivemos se apagou e por todo lado há trevas, não sei o que dizer e como dizer. Nosso chefe muito amado, Bapu, como pai de uma nação, não existe mais. A luz que brilhou neste país não era uma luz comum. A luz que brilhou sobre este país por tantos anos iluminará por longo tempo ainda. Em mil anos ela será ainda visível aqui, e o mundo a verá, e ela será a consolação de inúmeros corações. Essa luz, de fato, significa um símbolo do presente imediato. Ela encarnou verdades vivas, eternas, rememorando-nos o caminho correto, tirando-nos do erro, e conduzindo este velho país à liberdade. “

Mais de 60 anos após a morte de Gandhi, não nos parece que a humanidade realmente tenha entendido a mensagem de não violência que ele deixou. A violência é sempre a matéria de nossa atualidade cotidiana, e ainda mergulha nossa história na obscuridade mais profunda: hoje, como antes – ainda que se julgue racionalmente a afirmação de que a não violência proposta por Gandhi é de fato sabedoria, que permite que os homens enfrentem os desafios com os quais são confrontados hoje, como ontem. Que imagem resta hoje de Gandhi? Que ideia temos acerca do cultivo da não violência pelo qual ele viveu e morreu? Sem dúvida, seu



nome e seu rosto nos são familiares e, no entanto, seu pensamento e sua ação tornaram-se amplamente desconhecidos, apesar de sua notoriedade.

Os conceitos de não violência e *satyagraha*. Gandhi observava que a ideia de não violência era natural e, assim, ele não tinha nada de novo para ensinar aos homens. Esta ideia está enraizada na mais antiga das tradições religiosas, filosóficas e espirituais que constituem o patrimônio universal da humanidade, e Gandhi reivindicará explicitamente a herança dos grandes sábios que o precederam na busca da não violência. No entanto, compreender Gandhi é essencial para compreender o futuro. Na reflexão filosófica sobre o princípio de não violência que fundamenta a humanidade do homem, há um antes de Gandhi e um depois de Gandhi, considerando a experimentação política de métodos de ação não violenta que permite a resolução pacífica de conflitos.

Assim que começa a organizar as lutas indianas na África do Sul, Gandhi empresta da língua inglesa a expressão passiva “resistência”. Ciente de que a expressão corria o risco de provocar inúmeros mal-entendidos, Gandhi cunha o termo *satyagraha*, cuja significação etimológica é adesão à verdade, proveniente da força do futuro. Entendeu a expressão também como “força do amor” ou “força da alma”. A força do homem – a força espiritual – não pode, por si mesma, opor-se de forma eficaz à força da injustiça que mata os homens. Qual é a força da verdade quando se trata de opor-se à força brutal que oprime e aliena os homens? A verdade não seria coerciva àquele que fecha sua inteligência para dar liberdade de ação a seu desejo de violência. É próprio do idealismo espiritual atribuir ao amor e à verdade uma força intrínseca que seja capaz de agir por si mesma na História, e que seja de fato o fundamento da justiça dos homens. Esse idealismo seria definitivamente incapaz de dissolver o conflito e, por conseguinte, procurar um meio de ação que permitisse um horizonte pacífico, uma vez que no conflito social e político a verdade deve ser traduzida em ação. A força da verdade abre caminho através da força da ação – ou seja, uma ação justa simultaneamente em seu fim e em seus meios.

Em 1920, Gandhi traduz para o inglês a palavra sânscrita *ahimsa* pela expressão *no violence* – não violência –, recolhida da literatura hinduísta, jainista e budista, formada pelo prefixo negativo *a* e pelo substantivo *himsa*, que significa o desejo de prejudicar, de causar violência a um ser vivo. *Ahimsa* é, portanto, o menosprezo e a renúncia ao desejo de violência que se encontra em todos os lugares, e que nos conduz a excluir, afastar, eliminar, matar outro homem. Quando tenta definir a não violência, Gandhi enuncia inicialmente uma proposição negativa: “A não violência perfeita é a total ausência de animosidade em relação a tudo que vive.” Em seguida, pensa na forma positiva: “Em sua forma ativa, a não violência se expressa como cordialidade em relação a tudo o que vive. Ausência de animosidade, vontade de cordialidade.”

Não violência, uma atitude. Para Gandhi, a não violência não é unicamente um método de ação. É basicamente uma atitude – ou seja, essencialmente, um olhar, um olhar de benevolência e de bondade dirigida a outro homem, sobretudo ao homem desconhecido, o estranho. Para Gandhi, a não violência é um princípio: o princípio de não violência. É o próprio princípio da busca da verdade, e ele afirma sem rodeios qual é o único caminho que

conduz à não violência. A não violência e a verdade, afirma ele, estão entrelaçadas, é praticamente impossível separá-las em dois grupos. E quando afirma que a verdade e a não violência são uma única e uma mesma realidade, Ghandi não a inscreve no registro da ideologia, mas no da filosofia – isto é, da espiritualidade, do pensamento e da sabedoria.

Ao mesmo tempo em que afirma que a não violência é a verdade do homem, Gandhi se apressa em esclarecer que ninguém pode opor-se a ela, e devemos nos esforçar para aproximarmos-nos dela a cada instante de nossa vida. Os grandes filósofos franceses não são menos categóricos do que Gandhi quando ele afirma que a violência afasta o homem da razão. O outro lado da verdade não é o erro, mas a violência. Acredito que tudo está contido nesta proposição: o erro é a violência e, por conseguinte, erro é toda doutrina que tenta justificar a violência. Mas a violência já é vitoriosa: já instituiu sua ordem desde que obteve a cumplicidade intelectual do homem.

Gandhi se rendia ao conceito puro de não violência como fundamento do direito do homem. A não violência, afirma ele, é o ponto de partida e o objetivo final da filosofia. É necessário reconhecer que a expressão “não violência” é estranha à nossa cultura e ausente em nossa língua. Nossa cultura é dominada pelo que chamo ideologia da violência necessária, legítima e honorável. Portanto, a língua, como expressão de cultura de uma sociedade, exprime a cultura da violência. Não aprendemos a palavra para dizer “não violência”. Toda palavra que utilizamos, em português ou francês, está repleta da ideologia de violência. É fundamental analisar nossa linguagem e seu impacto em relação à nossa cultura. É preciso compreender que o *não* da “não violência” diz *não*.

Distinção fundamental entre conflito, agressividade, luta, força e coerção. Aqui se permite precisar a real significação do amor. No princípio há o conflito. O primeiro encontro com o outro, aquele que se aproxima de mim sem ser convidado, é, de modo geral, um momento de oposição, de rivalidade – tenho medo do outro. Medo de que venha tomar meu lugar, o território do qual me apropriei, como propriedade particular. Talvez o outro se aproxime de mim na melhor das intenções, mas eu não sei nada, e percebo sua presença como uma ameaça. O outro é aquele que me inquieta em relação a meus próprios direitos: seu desejo se opõe ao meu próprio desejo, suas ambições secretas vão contra minhas próprias ambições, seu projeto contraria meus próprios projetos. O outro ameaça minha liberdade.

Somos seres do medo, isso é humano. O que é vergonhoso é nos deixarmos dominar pelo medo, ao invés de dominá-lo. No primeiro momento, o medo desperta nossa vigilância, aumenta nossa atenção diante do perigo e nos leva a aprender o que é precaução. Mas o medo não deve nos prejudicar. Ensina-nos a ter força, coragem de afrontar o outro, a fim de reconhecer o meu direito e o direito do outro. Portanto, o *não* da não violência não se opõe ao conflito. Tampouco se opõe à agressividade¹. Para viver o conflito, devo colocar em jogo minha agressividade – ou seja, o poder, a autoafirmação, a força de combatividade que me

1. “A agressividade é uma força de combatividade. É minha assertividade, um componente da personalidade que me permite enfrentar os outros sem fraquejar. Ser agressivo é ser assertivo diante do outro, ir em direção a ele.” MULLER, J.-M. *Não-violência na educação*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2006. p. 29.



permite confrontar o outro. Se tomarmos a imagem clássica do senhor e do escravo, à medida que o escravo se submete ao senhor, não há conflito – o que é chamado de paz social, a ordem estabelecida. Há conflito a partir do momento em que o escravo tem coragem de se levantar e ir em direção ao senhor reivindicar seu direito à liberdade. E ante uma situação de injustiça, é necessário criar o conflito. Não se trata de refutar a agressividade, particularmente na educação do jovem e da criança; convém expressar a agressividade antes de aceitar o conflito com o outro.

Mais uma vez, o *não* da não violência não recusa a luta. De fato, a resistência é uma luta pela vida. Frequentemente, a espiritualidade desacredita a luta em nome do amor. Ainda aqui é necessário reabilitar a luta como um momento necessário à construção do futuro. Toda luta é uma prova de força. É preciso fazer distinção entre força² e violência³. Simone Weil, a grande filósofa francesa, afirmava que a injustiça é um desequilíbrio de força, e por conseguinte, para restabelecer a justiça é necessário reabilitar a força. Assim, lutar é agir para exercer uma força, para impor um limite à força bem-produzida.

A definição de violência. Parece-me essencial definir a violência de modo que não possamos dizer que existe boa ou má violência. Se utilizarmos o mesmo conceito de violência para dizer o que seria, por um lado, uma força de vida, e por outro lado, uma força de morte, não saberemos mais sobre o que falamos. Portanto, definirei a violência em um termo: toda violência é uma violação. Na raiz da violência não há vida, mas a violação da vida significa morte. Não é banal dizer que o homem é um ser de relação. A vocação do ser humano é construir-se por meio da relação com o outro. Olhamos a nós mesmos através do olhar do outro. Essa relação de respeito por si próprio que devemos construir com o outro deve estar isenta de qualquer violência – da violência que afeta radicalmente minha relação com o outro. Toda violência é uma violação da humanidade do homem, um agravo à dignidade da humanidade do homem. É essencial dizer que a violência invalida a dignidade da humanidade, ao mesmo tempo daquele que sofre e daquele que a pratica. Simone Weil, que simboliza a violência por uma espada, diz que a frieza do aço é mortal, tanto no cabo quanto na ponta.

A relação entre meios e fins. Gandhi afirma que comete grande erro aquele que acredita não haver relação entre meios e fim. Esse raciocínio é o mesmo daquele que insiste em dizer que podemos colher uma rosa ao plantar ervas daninhas. O meio pode ser comparado a uma semente e o fim, a uma árvore. Existe a mesma relação intangível entre o meio e o fim e entre a semente e a árvore. Para Gandhi, “o fim encontra-se nos meios, como a árvore encontra-se na semente”, o que demonstrou não somente pela fala, mas também pela ação. Se a violência é preferível à covardia, a não violência é uma atitude corajosa se comparada a

2. “No sentido moral, força é a qualidade de alguém que tem a coragem de recusar submissão à lei da violência. Nesse sentido, a pessoa forte não é aquela que possui poder e violência, mas aquela que consegue exercer autocontrole, que resiste e não é varrida por paixões pessoais nem coletivas, e que se responsabiliza por seu próprio destino. Desse modo, o oposto da força é aquela fraqueza que consiste na incapacidade de resistir à embriaguez da violência.” MULLER, J.-M. *Não-violência na educação*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2006. p. 33.

3. “Não se iluda, o objetivo da violência – o objetivo que tem em vista, implícita ou explicitamente, direta ou indiretamente – é, no mínimo, a morte do outro; ou talvez, algo pior.” RICOEUR, P. *Histoire et vérité*. Paris: Le Seuil, 1955. p. 227. *Apud* MULLER, J.-M. *Não-violência na educação*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2006. p. 36.

violência. Gandhi acredita que a não violência é infinitamente superior à violência; que o perdão é humano; que a não violência é a lei da espécie humana, como a violência é a dos brutos; que a dignidade do homem reclama obediência a uma lei superior. A intenção de Gandhi é aconselhar a não violência em lugar da violência.

O princípio da não cooperação. Gandhi queria converter os homens, mas tinha consciência de que, se não pudesse convertê-los, deveria coagi-los. Segundo Gandhi, o que dá poder ao império britânico na Índia não é a capacidade de violência dos ingleses, mas a capacidade de submissão dos indianos. Não são os britânicos os responsáveis por nossa sujeição, afirma ele, mas nossa cooperação voluntária. Assim, para livrar-se do jugo imposto, os indianos deveriam cessar a cooperação com o governo britânico. O grande princípio estratégico da não cooperação. O governo, segundo Gandhi, não tem qualquer poder fora da cooperação voluntária de nosso povo. Ele afirma que uma nação de 350 milhões de pessoas não tem necessidade de espada ou de fuzil – necessita desejar o que quer e ser capaz de dizer não àquela nação.

Sobre a desobediência civil. De acordo com Gandhi, a democracia é fundamentada não sobre a obediência do cidadão, mas sobre sua responsabilidade. A lei da maioria, afirma ele, não tem nada a dizer lá onde a consciência deve se pronunciar. A desobediência civil é direito civil de todos os cidadãos.

Creio que a violência apenas constrói muros. A não violência nos convida a desconstruir muros e construir pontes. A arquitetura dos muros não requer nenhuma imaginação ou inteligência. Basta seguir a lei da gravidade. A arquitetura das pontes exige infinitamente a inteligência. Os muros que separam os homens não são somente aqueles feitos de concreto, que dividem a terra para não partilhar. Existem ainda muros dentro do coração e do espírito dos homens. São muros de pré-julgamentos, de desprezos, de estigmas, de rancores, de sentimentos de medo. Aqueles que honram a inteligência, a coragem de desconstruir muros e construir pontes permitem que os homens se encontrem, se reconheçam e comecem a se compreender. Creio que Gandhi não dá soluções aos problemas de hoje, mas nos permite formular questões acertadamente. E terminarei essas reflexões avançando juntos pelas reais questões e desafios.

* **Jean-Marie Muller**, filósofo, fundou e dirige o Instituto de Pesquisas sobre a Resolução não Violenta de Conflitos (IRNC). Atua em missões de paz e como consultor da Universidade para a Paz da Costa Rica. Foi professor de Estratégia da Ação não Violenta no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Lyon. É autor de 27 livros sobre a não violência e assuntos correlatos, inclusive: “Não violência na educação” e “O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica”, ambos editados pela Palas Athena Editora.



Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas¹

6 de junho de 2006

Flávia Piovesan*

Os direitos humanos refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. A Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, introduz extraordinária inovação, com linguagem de direitos até então inédita. Combinando o discurso liberal da cidadania com o discurso social, a Declaração passa a elencar tanto direitos civis e políticos (artigos 3 a 21) quanto direitos sociais, econômicos e culturais (artigos 22 a 28), afirmando a concepção contemporânea de direitos humanos. De um lado, torna pariformes, em grau de relevância, os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais; por outro, endossa a interdependência e inter-relação dessas duas categorias de direitos, inspirada na visão integral dos direitos humanos. Fortalece-se a ideia de que a proteção dos direitos humanos não deve ser reduzida ao domínio reservado do Estado, porque revela tema de legítimo interesse internacional. Neste contexto, a Declaração de 1948 inova a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos.

A partir daí, começa a desenvolver-se o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de diversos instrumentos internacionais de proteção – o legado maior da chamada “Era dos Direitos” –, que tem permitido a internacionalização dos direitos humanos e a humanização do Direito Internacional contemporâneo. Esse sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos, na busca da salvaguarda do “mínimo ético irreduzível”.

Não há direitos humanos sem democracia e/ou democracia sem direitos humanos. Vale dizer, o regime mais compatível com a proteção dos direitos humanos é o regime democrático. Atualmente, dos quase 200 Estados que integram a ordem internacional, 140 realizam eleições periódicas. Contudo, apenas 82 Estados (57% da população mundial) são considerados plenamente democráticos. O pleno exercício dos direitos políticos pode implicar o “empoderamento” das populações mais vulneráveis, o aumento de sua capacidade de pressão, articulação e mobilização políticas. O direito ao desenvolvimento, por sua vez, demanda uma globalização ética e solidária. No entender de Mohammed Bedjaoui:

“Na realidade, a dimensão internacional do direito ao desenvolvimento é nada mais que o direito a uma repartição equitativa concernente ao bem-estar social e econômico mundial.

1. A íntegra deste fórum está disponível em: <<http://bit.ly/bNENke>>;



Reflete uma demanda crucial de nosso tempo, na medida em que 4/5 da população mundial não mais aceitam o fato de um quinto da população mundial continuar a construir sua riqueza com base em sua pobreza.”

As assimetrias globais revelam que a renda dos mais ricos que representam 1% da população supera a renda dos 57% mais pobres em âmbito mundial. O desenvolvimento há que ser concebido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas podem usufruir. Acrescente-se ainda que a Declaração de Viena, de 1993, enfatiza ser o direito ao desenvolvimento um direito universal e inalienável, parte integral dos direitos humanos fundamentais, e reconhece a relação de interdependência entre a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos.

São sete os desafios centrais à implementação dos direitos humanos na ordem contemporânea, tendo como referência o legado introduzido pela Declaração Universal.

Universalismo versus relativismo cultural. O debate entre universalistas e relativistas culturais retoma o dilema a respeito dos fundamentos dos direitos humanos. Para os universalistas, os direitos humanos decorrem da dignidade humana, como valor intrínseco à condição humana. Defende-se, nessa perspectiva, o mínimo ético irreduzível – ainda que se possa discutir seu alcance e os direitos nele compreendidos. Para os relativistas, a noção de direitos está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade. Cada cultura possui seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais e históricas de cada sociedade. Na crítica dos relativistas, os universalistas invocam a visão hegemônica da cultura eurocêntrica ocidental na prática de um canibalismo cultural. Já para os universalistas, os relativistas, em nome da cultura, buscam acobertar graves violações de direitos humanos. Ademais, complementam, as culturas não são homogêneas, nem tampouco compõem uma unidade coerente; mas são complexas, variáveis, múltiplas, fluídas e não estáticas. São criações humanas, não destino.

Neste debate, destaca-se a visão de Boaventura de Souza Santos em defesa de uma concepção multicultural de direitos humanos, inspirada no diálogo entre as culturas, a compor um multiculturalismo emancipatório, defendendo a necessidade de superar o debate sobre universalismo e relativismo cultural a partir da transformação cosmopolita dos direitos humanos. Na medida em que todas as culturas possuem concepções distintas de dignidade humana, porém incompletas, haveria que se aumentar a consciência dessas incompletudes culturais mútuas, como pressuposto para um diálogo intercultural e a construção de uma concepção multicultural dos direitos humanos. No mesmo sentido, Joaquín Herrera Flores sustenta um universalismo de confluência – ou seja, como ponto de chegada, não de partida: “Ao universal há que se chegar – universalismo de chegada ou de confluência – depois (não antes de) um processo conflituoso, discursivo de diálogo (...). Falamos de entrecruzamento e não de uma mera superposição de propostas.” Em direção similar, Bhikhu Parekh defende um universalismo pluralista, não etnocêntrico, baseado no diálogo intercultural:

A preocupação não deve ser descobrir valores, (...) mas sim buscar um consenso em torno deles. (...) Valores dependem de decisão coletiva. Como não podem ser racionalmente

demonstrados, devem ser objeto de um consenso racionalmente defensável. (...) É possível e necessário desenvolver um catálogo de valores universais não etnocêntricos, por meio de um diálogo intercultural aberto, no qual os participantes decidam quais os valores a serem respeitados. (...) Essa posição poderia ser classificada como um universalismo pluralista.

A respeito do diálogo entre as culturas, merecem menção as reflexões de Amartya Sen sobre direitos humanos e valores asiáticos, particularmente pela crítica feita a interpretações autoritárias desses valores e pela defesa de que as culturas asiáticas (com destaque para o Budismo) enfatizam a importância da liberdade e da tolerância. Menção também há que ser feita às reflexões de Abdullah Ahmed An-Na'im, ao tratar dos direitos humanos no mundo islâmico, a partir de uma nova interpretação do islamismo e da Sharia.

Para a construção dessa cultura de direitos humanos inspirada pela observância do “mínimo ético irreduzível”, alcançado por um universalismo de confluência, há que se transitar da ideia de *clash of civilizations* (choque de civilizações choque civilizatório) para a ideia do *dialogue among civilizations* (diálogo entre civilizações diálogo civilizatório). O universalismo de confluência, fomentado pelo ativo protagonismo da sociedade civil internacional, a partir de suas demandas e reivindicações morais, assegurará a legitimidade do processo de construção de parâmetros internacionais mínimos voltados à proteção dos direitos humanos.

Laicidade estatal versus fundamentalismos religiosos. O Estado laico é garantia essencial para o exercício dos direitos humanos, especialmente nos campos da sexualidade e da reprodução. Confundir Estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis que, ao impor uma moral única, inviabiliza qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. No Estado laico, marcado pela separação entre Estado e religião, todas as religiões merecem igual consideração e profundo respeito, inexistindo, contudo, qualquer religião oficial que se transforme na única concepção estatal a abolir a dinâmica de uma sociedade aberta, livre, diversa e plural. Há o dever do Estado de garantir as condições de igual liberdade religiosa e moral, em um contexto desafiador em que, se de um lado o Estado contemporâneo busca separar-se da religião, esta, por sua vez, busca adentrar os domínios do Estado (por exemplo, bancadas religiosas no Legislativo). Destacam-se aqui duas estratégias: a) reforçar o princípio da laicidade estatal, com ênfase na Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação com base em Intolerância Religiosa; e b) fortalecer leituras e interpretações progressistas no campo religioso, de modo a respeitar os direitos humanos.

Direito ao desenvolvimento versus assimetrias globais. O terceiro desafio traduz a tensão entre o direito ao desenvolvimento e as assimetrias globais, e compreende três dimensões: a) proteção às necessidades básicas de justiça social; b) a importância da participação, com realce no componente democrático a orientar a formulação de políticas públicas; e c) a necessidade de adoção de programas e políticas nacionais, assim como de cooperação internacional – uma vez que a efetiva cooperação internacional é essencial para prover aos países em desenvolvimento meios que encorajem o direito ao desenvolvimento. Em face das assimetrias globais, os 15% mais ricos concentram 85% da renda mundial, enquanto os 85% mais pobres concentram 15% da renda mundial. Testemunha-se atualmente a ampliação



da agenda tradicional de direitos humanos, que passa a incorporar novos direitos, com ênfase nos direitos econômicos, sociais e culturais, no direito ao desenvolvimento e à inclusão social, e na pobreza como violação de direitos. Nesse contexto, é fundamental consolidar e fortalecer o processo de afirmação dos direitos humanos sob uma perspectiva integral, indivisível e interdependente.

Proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais versus dilemas da globalização econômica. O quarto desafio está relacionado com o terceiro, na medida em que aponta os dilemas decorrentes do processo de globalização econômica, com destaque para a temerária flexibilização dos direitos sociais. Na década de 1990, as políticas neoliberais, fundadas no livre mercado, nos programas de privatização e na austeridade econômica, permitiram que hoje sejam os Estados que se achem incorporados aos mercados, e não a economia política às fronteiras estatais, como salienta Jürgen Habermas. A globalização econômica tem agravado ainda mais as desigualdades sociais, aprofundando as marcas da pobreza absoluta e da exclusão social. Considerando os graves riscos do processo de desmantelamento das políticas públicas sociais, há que se redefinir o papel do Estado sob o impacto da globalização econômica, e reforçar sua responsabilidade na implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais. No contexto da globalização econômica, faz-se também premente a incorporação da agenda de direitos humanos por três atores não estatais: a) agências financeiras internacionais; b) blocos regionais econômicos; e c) setor privado.

De um lado, portanto, lança-se a tônica excludente do processo de globalização econômica e, de outro lado, emerge a tônica includente do processo de internacionalização dos direitos humanos, a conferir lastro ético e moral à criação de uma nova ordem internacional – um processo que se soma ao processo de incorporação das cláusulas democráticas e direitos humanos pelos blocos econômicos regionais. Embora esses blocos econômicos (União Europeia e Mercosul, por exemplo) tenham buscado integração e cooperação de natureza econômica – com paulatina consolidação da democracia e implementação dos direitos humanos nas respectivas regiões –, observa-se que as cláusulas democráticas e de direitos humanos não foram incorporadas à agenda do processo de globalização econômica.

Respeito à diversidade versus intolerâncias. Em razão da indivisibilidade dos direitos humanos, a violação dos direitos econômicos, sociais e culturais propicia a violação dos direitos civis e políticos, eis que a vulnerabilidade econômico-social leva à vulnerabilidade dos direitos civis e políticos. O processo de violação dos direitos humanos alcança prioritariamente os grupos sociais vulneráveis, como as mulheres e a população afrodescendente (daí os fenômenos da “feminização” e “etnicização” da pobreza). Se no mundo há atualmente um bilhão de analfabetos adultos, 2/3 são mulheres.

A efetiva proteção dos direitos humanos demanda políticas universalistas, específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, como vítimas preferenciais da exclusão. Isto é, a implementação dos direitos humanos requer a universalidade e a indivisibilidade desses direitos, acrescidas do valor da diversidade. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direitos, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nesse cenário, mulheres,

crianças, população afrodescendente, migrantes, pessoas com deficiência, entre outras categorias vulneráveis, devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge também como direito fundamental o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura tratamento especial. Destacam-se, assim, três vertentes no que tange à concepção da igualdade: a) a igualdade formal, reduzida à fórmula “todos são iguais perante a lei” (que, ao seu tempo, foi crucial para abolição de privilégios); b) a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério socioeconômico); e c) a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e outros). Daí a urgência no combate de toda e qualquer forma de racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e outras formas de intolerância correlatas, tanto mediante a vertente repressiva (que proíbe e pune a discriminação e a intolerância) como mediante a vertente promocional (que promove a igualdade).

Combate ao terror versus preservação de direitos e liberdades públicas. O combate todas as formas de intolerância soma-se ao sexto desafio, que realça o dilema de preservação dos direitos e das liberdades públicas no enfrentamento ao terror. No contexto do pós -11 de setembro, emerge o desafio de prosseguir no esforço de construção de um Estado de Direito Internacional, em uma arena que está por privilegiar o Estado Polícia no campo internacional, fundamentalmente guiado pelo lema da força e da segurança internacional. Só haverá um efetivo Estado de Direito Internacional sob o primado da legalidade, com o império do direito, com o poder da palavra e a legitimidade do consenso. Como conclui o *UN Working Group on Terrorism*: “A proteção e a promoção dos direitos humanos sob o primado do Estado de Direito é essencial para a prevenção do terrorismo.”

Unilateralismo versus multilateralismo. Fortalecer o Estado de Direito e a construção da paz nas esferas global, regional e local, mediante uma cultura de direitos humanos. À luz desse cenário, marcado pelo poderio de uma única superpotência mundial, o equilíbrio da ordem internacional exigirá o avivamento do multilateralismo e o fortalecimento da sociedade civil internacional, a partir de um solidarismo cosmopolita. Há que se transitar da ideia do choque civilizatório (*clash of civilizations*) para a ideia do diálogo civilizatório (*dialogue among civilizations*).

Quanto ao multilateralismo, ressalte-se o processo e “justicialização” do Direito Internacional. Para Norberto Bobbio, a garantia dos direitos humanos no plano internacional só será implementada quando uma “jurisdição internacional se impuser concretamente sobre as jurisdições nacionais, deixando de operar dentro dos Estados, mas contra os Estados e em defesa dos cidadãos.” É necessário que se avance no processo de “justicialização” dos direitos humanos enunciados internacionalmente. Associa-se a ideia de Estado de Direito à existência de cortes independentes, capazes de proferir decisões obrigatórias e vinculantes. Neste quadro emerge ainda o fortalecimento da sociedade civil internacional, com imenso repertório imaginativo e inventivo, mediante *networks*/redes que aliam e fomentam a interlocução entre entidades locais, regionais e globais, a partir de um solidarismo cosmopolita. Multilateralismo



e sociedade civil internacional: são estas as únicas forças capazes de deter o amplo grau de discricionariedade do poder do Império, civilizar este temerário “Estado da Natureza”, e permitir que, de alguma forma, o império do Direito possa domar a força do Império.

Se os direitos humanos não são um dado, mas um construído constructo, a violação desses direitos também o são. Isto é, violações, exclusões, discriminações, intolerâncias são um construído constructo histórico, a ser urgentemente desconstruído. Há que se assumir o risco de romper com a cultura da “naturalização” da desigualdade e da exclusão social, que, como construídos constructos históricos, não compõem de forma inexorável o destino de nossa humanidade. Há que se enfrentar essas amarras, que são mutiladoras do protagonismo, da cidadania e da dignidade de seres humanos. A ética dos direitos humanos é a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena. É a ética orientada pela afirmação da dignidade e pela prevenção do sofrimento humano.

Resta concluir pela crença na implementação dos direitos humanos, como a racionalidade de resistência e única plataforma emancipatória de nosso tempo, inspirada no princípio da esperança e da capacidade criativa e transformadora de realidades.

Referências Bibliográficas

BEDJAQUI, M. The Right to Development. In: BEDJAQUI, M. (Ed.). *International Law: achievements and prospects*. [S.l.]: [s.n.], 1991. p. 1.182.

A respeito, consultar: UNDP. *Human Development Report 2002*. New York: Oxford University Press, 2002. p. 19.

DONNELLY, J. *Universal Human Rights in Theory and Practice*, 2. ed. London: Cornell University Press, 2003. p.86. Para o autor, “um dos elementos que nos fazem humanos é a capacidade de criar e transformar a cultura.” (DONNELLY, 2003, p. 123).

FLORES, J. H. *Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência*. (mimeo). p.7.

PAREKH, B. Non-ethnocentric universalism. In: DUNNE, T.; WHEELER, N. J. *Human Rights in Global Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p.139-140.

SEN, A. Human Rights and Asian Values. *The New Republic*, n. 33-40, 14 Jul.1997. Apud HENKIN, L. et al. *Human Rights*. New York: New York Foundation Press, 1999. p.113-116.

A respeito da perspectiva multicultural dos direitos humanos e das diversas tradições religiosas, ver BALDI, C. A. (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004. em especial os artigos de MUZAFFAR, C. Islã e direitos humanos. In: BALDI, C. A. (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004; KEOWN, D. *Budismo e direitos humanos*. In: BALDI, C. A. (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004; WEIMING, T. *Os direitos humanos como um discurso moral confuciano*. In: BALDI, C. A. (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004; NANDY, A. *A política do secularismo e o resgate da tolerância religiosa*. In: BALDI, C. A. (Org.). *Direitos humanos na sociedade*

cosmopolita. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004. Ver também: CHAN, J. Confucianism and Human Rights. In: SMITH, R. K. M.; ANKER, C. van den (Eds.). *The essentials of Human Rights*. London: Hodder Arnold, 2005. p.55-57; CHAN, S. Buddhism and Human Rights. In: SMITH, R. K. M.; ANKER, C. van den (Eds.). *The essentials of Human Rights*. London: Hodder Arnold, 2005. p.25-27e.

AN-NA'IM, A. A. Human Rights in the Muslim World, 3. *Harvard Human Rights Journal*, n. 13, 1990. Apud STEINER, H. J.; ALSTON, P. *International Human Rights in Context*, p. 389-398. Ver também: AN-NA'IM, A. A. (Ed.). *Human Rights in Cross-Cultural Perspectives: a quest for consensus*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

SEN, A. *Identity and Violence: the illusion of destiny*. New York: W.W.Norton & Company, 2006. p. 12. Sobre a ideia de “clash of civilization”, ver HUNGTINGTON, S. *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

Se em 1948 apenas 41 organizações não governamentais tinham *status* consultivo no Conselho Econômico e Social, em 2004 este número alcança aproximadamente 2.350 organizações não governamentais. Sobre o tema, consultar McDOUGALL, G. J. Decade for NGO Struggle. In: AMERICAN UNIVERSITY WASHINGTON COLLEGE OF LAW. Center for Human Rights and Humanitarian Law. *Human Rights Brief – 10th Anniversary*, v.11, n. 3, p. 13, spring, 2004.

HABERMANS, J. Nos Limites do Estado. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, p. 5, 18 jul. 1999.

UNITED NATIONS. *Report of the Policy Working Group on the United Nations and Terrorism*. New York: United Nations, 2002. (A/57/273-S/2002/875). Ver ainda: GEARTY, C. Terrorism and Human Rights. In: SMITH, R. K. M.; ANKER, C. van den (Eds.). *The Essentials of Human Rights*. London: Hodder Arnold, 2005. p. 331.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. São Paulo: Ed. Campus, 2004. p. 25-47.

* **FLÁVIA PIOVESAN** Professora doutora em Direito Constitucional e Direitos Humanos na PUC-SP, Professora de Direitos Humanos dos Programas de Pós-graduação da PUC/SP, da PUC/PR e da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha); Visiting fellow do Human Rights Program da Harvard Law School (1995 e 2000); Visiting fellow do Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford (2005); Visiting fellow do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Heidelberg - 2007 e 2008); atualmente, Research Fellow da Humboldt Foundation Georg Forster no Max Planck Institute (2009-2011); procuradora do Estado de São Paulo, membro do CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), membro do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e membro da SUR – Human Rights University Network.



Neurociência e a compreensão do humano¹

4 de novembro de 2008

Edson Amaro Jr.*



"O cérebro não funciona como uma linha, uma marionete neuronal; mas realiza muitas ações em paralelo, inclusive a consciência."



"Esta oportunidade é fantástica: transmitir ao público em geral algumas atividades que desenvolvemos e que chegam por meio de um linguajar acadêmico muito pesado".

Vou congrega uma série de ideias que alguns neurocientistas, que respeito muito e aos quais tive acesso, criaram para ajudar a montar o conceito de ser humano. Gostaria de enfatizar o quanto esta oportunidade é fantástica. Envolve coisas que nós, cientistas, acreditamos serem fundamentais: poder transmitir ao público em geral algumas das atividades que desenvolvemos e que costumam chegar por meio de um linguajar acadêmico muito pesado. O ponto crítico do que não se sabe hoje de ciência – e é muito – é que não conseguimos transmitir às pessoas o pouco que sabemos. É um grande esforço para nós, cientistas, comunicar o que sabemos.

Sou neurorradiologista, um médico que enveredou pelo diagnóstico por imagens do corpo humano e tenta dizer o que está ocorrendo a partir do sistema nervoso central. Obviamente, o trabalho do neurorradiologista vem mudando em função da forma como passamos a olhar para o cérebro nos últimos anos. Esta é a tônica da maioria das coisas que vamos conversar, e o que isso tem a ver com os aspectos da vida ou da humanidade.

A ideia neural de evolução, ou de onde viemos. Quando abordamos o sistema nervoso central em neurociência, por que começar com a origem da vida? Existe uma realidade

1. O áudio integral e a apresentação em pdf deste fórum estão disponíveis para *download* em: < HYPERLINK "<http://bit.ly/c7Tkkg>" <http://bit.ly/c7Tkkg>> .



intrínseca da necessidade de organização da vida e o surgimento de algo que contém um programa, uma forma de atuação que possibilita vida, replicação, evolução. E isso não é estático. A literatura sobre a origem da vida em nosso planeta leva-nos a crer que tudo começou no oceano – um caldo fantástico de moléculas, algumas delas com propriedades especiais que, no final das contas, resultaram em um processo de replicação, envolvendo talvez um processo ainda mais complexo de replicação, que culminasse em organização. Assim, algumas coisas mais interessantes começaram a surgir.

Minha primeira ideia de organização era a de que ela seria resultado de associações térmicas vindas da natureza – da alta energia necessária para catalisar ações químicas, como raios, tempestades etc. Mas talvez não tenha sido bem dessa forma. Na verdade, tudo começou com um círculo amarelo, uma esfera com propriedades que mantinham o meio interno mais estável e, como se sabe, de células vivas. Ela tornou possível fazer a diferença entre dentro e fora, mas a esfera sozinha não diz muita coisa, exceto se inserida em um local específico para produzir o meio químico e gerar a vida – próximo à quebra da onda, como deveria ser àquela época, ainda que não houvesse oceanos com quebras de ondas como as de hoje. A argila era um excelente meio para que as moléculas se depositassem, e facilitava o que achamos que pode ter sido a origem da vida – mesmo que outros cientistas acreditem que a origem da vida esteja no surgimento de moléculas com capacidade de se replicar em ácidos nucleicos (RNA/DNA). Para nós, essas duas coisas não são excludentes. Apenas acreditamos que aquela esfera tenha sido um meio muito mais estável para permitir uma melhor organização para a replicação celular, inclusive de ácidos e, daí, a origem da vida.

Em primeiro lugar, a ideia de que o meio interno separado do meio externo pode ser uma simplificação máxima do “eu” *versus* o meio externo – ou seja, o *self* – já é importante; é a individualização de vários processos químicos do resto por meio de uma membrana. O segundo tem a ver com ideias – inclusive de uma pessoa bastante respeitável, como o Dr. Francis Henry Compton Crick, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina de 1962, com dois outros cientistas², ao revelar a estrutura das moléculas do DNA/RNA. Para ele, a complexidade das moléculas que formam o DNA/RNA significa, por sua estabilidade, que podem ter vindo das estrelas. Isso nos leva a crer que podemos ter na Terra moléculas que não foram originárias de reações químicas de ácidos originários apenas aqui, mas de outros planetas. O nome grosseiro dado a esse fenômeno é pan-espermia – ou germinação externa. É algo que se descobriu em algum substrato de fósseis encontrados em locais muito altos e de alta concentração de gelo – cuja manutenção da integridade do DNA é maior. Outro detalhe importante: muita gente acredita que, não importa se foi a sopa de ácidos nucleicos que se tenha criado no oceano ou as moléculas que nasceram na esfera, nada explica o porquê da necessidade da organização dessas moléculas para dar origem à vida. O “como”, talvez pouco saibamos. O “porquê”, a nós sequer é permitido questionar.

Outra indagação menos fácil, porém mais palpável, para nos fazer compreender melhor a situação é: a organização é necessária para gerar a vida? São perguntas que geralmente não

se encontram em ensaios ou livros, exceto em autores que defendem a ideia de que cada vez mais caminhamos para um mundo de entropia. Mas não há dúvidas de que, no atual momento, do ponto de vista universal, estamos mais instáveis. Já do ponto de vista de organização, menos contrativos. Ao contrário, mais diversificados e expansíveis.

Somente o ser humano possui 250 tipos de células, e é uma das espécies de vida mais complexas de que se tem conhecimento. Por enquanto está no topo da cadeia. No entanto, vale frisar que, durante a evolução, ninguém jamais mencionou que o paramécio estivesse mal-adaptado. Mas por que ele não é um ser humano? Teria falhado em sua evolução? Não. De acordo com as leis da seleção natural, o que está em jogo é sua adaptabilidade ao meio – não ser o melhor para sobreviver, mas ser o melhor para aquele ambiente, naquele momento. A seleção natural é comparável ao estado da tripulação de um avião em pleno voo, cujas condições são modificadas durante a viagem. Se você é um paramécio em céu de brigadeiro, não tem razão para mudar. Em outras palavras, para chegarmos ao ponto em que estamos hoje, o caminho percorrido não foi nada fácil. Sofrimento é bastante útil também nesse sentido.

Competição e cooperação. A palavra “central” do sistema nervoso central foi colocada a partir de algumas necessidades biológicas. No sentido da vida, já fomos também uma só célula, como o paramécio. Pela seleção natural, usando o princípio da competição, a espécie mais forte e mais adaptada é a que sobrevive; a que não é, some. Mas isso é apenas parte da verdade. Ao ler Darwin com mais cuidado, percebe-se que existe outra forma de sobrevivência: a cooperação. Ela pode ser comprovada por meio de outro tipo de micro-organismo, que vive em um lodo verdinho gosmento. Quando faltam nutrientes, essas células, ou micro-organismos cooperativos, juntam-se, e a superfície do conjunto formado capta e divide os nutrientes entre todos, beneficiando a todos com alimento, troca de calor, energia e sinergismo. Em seguida, replicam-se. Não fosse esta cooperação, vários não sobreviveriam. Existem outras formas de cooperação, à medida que os organismos tornam-se mais sofisticados. O mimetismo entre répteis e aves é uma delas. As aves o fazem para cuidar da prole de outras em troca de alimentação. Por definição, isso acontece por integração – e, em muitos casos, entre espécies diferentes.

O sistema nervoso central. O conceito, ligado à busca de energia, faz com que os organismos multicelulares se organizem inicialmente de maneira bem simples. Algumas células perceberão o mundo externo; outras, o que é necessário fazer, e – esta parte é a mais interessante – existem aquelas que terão a capacidade de buscar alimentos ou promover a movimentação. Este esquema é encontrado nos celenterados, como a hidra, que se move rapidamente, mas de forma atrapalhada. Sua capacidade de retração permite-lhe proteger-se toda vez que tocada. O que acreditamos ser um sistema nervoso central é uma rede de células que possibilita à hidra conduzir um processo de retração, enquanto seu outro lado parece distender-se – em uma contração organizada para receber o alimento e integrar tudo isso para que o animal se replique, sem que haja um cérebro, sem centralização, sem gânglios, sem acúmulo de neurônios: tudo nela está espalhado. Já os artrópodes, se considerarmos pretensiosamente sua inferioridade, adaptam-se em vários ambientes. Seu intestino, contudo,



é pequeno, porque o sistema nervoso central passa por fora do tubo pelo qual o alimento é digerido. Sendo do tipo exoesqueleto, possuem uma casca para proteger-se, e alimentam-se basicamente de fluidos. Apesar de bem-adaptados, têm pouco espaço para armazenar internamente sua comida.

Voltando à organização e ao sistema nervoso central como suporte à vida, nessa ideia de cooperação, proteção, endo e exoesqueleto, é importante questionar: organização é igual a vida? Por que organizar mais é melhor? Por que controlar mais é melhor, e por que a motricidade – um grande agente para animais – precisa ser controlada? Maior controle é igual a ter mais adaptação?

O cérebro e a sua capacidade neural. Do ponto de vista da evolução neural, é igualmente relevante o tamanho do cérebro e sua relação com o tamanho do corpo. Um paradoxo é o pequeno cachorro da raça chihuahua. Seu cérebro é muito parecido com o de um grande São Bernardo, apesar de o primeiro ser muito mais inteligente do que o segundo. O que não existe é relação entre capacidade de adaptação e tamanho de cérebro e de corpo. O homem tem o maior cérebro proporcionalmente ao seu corpo, mas a relevância neste caso é pequena, porque só usa 10% de sua capacidade. O cérebro, que pesa em torno de 2% a 5% do total do nosso peso, recebe em torno de 20% da quantidade de glicose que nosso corpo produz. O fluxo sanguíneo do cérebro gira em torno de 20% a 25% – mais do que o rim, muito vascularizado. Ele precisa de energia, e a relação corpo/cérebro pode ter muito mais a ver com isso do que sua capacidade de ser classificado como mais ou menos inteligente, seja ele elefante ou golfinho. Assim, tamanho não é documento. Mas como medir se um organismo está mais desenvolvido do que outro?

A fórmula biológica está na *psique*. O conceito de inteligência é complexo. Fala-se de QI e G, índices de inteligência, formas de tentar juntar, em um só conceito, várias nuances da expertise humana associadas à sua capacidade para se adaptar ao meio também. Mas nada disso está associado à circunvolução. A fórmula biológica para medir o cérebro está na *psique*. É o que faz com que este cérebro – uma vez acreditando que o cérebro seja a sede, cujos processos guiam o nosso raciocínio – ou este monte de células organizadas, um coquetel químico fantástico gere coisas lindas e, sem vergonha de dizer, planeje, converse, organize, integre, ou apenas... ame. Outras espécies talvez também possam fazê-lo. Mas a forma como o ser humano alcança tudo isso – planejamento, organização social e replicação – é o que compõe a *psique*, fabulosa e inquestionável. E isso é um problema sério para os antropólogos. Saber em que momento exato o homínido tornou-se *homo* e o que houve com o *sapiens*, ou quando o homem passou a usar a linguagem são questões cujas respostas são apenas indícios. O fóssil permite ver que o homem tinha o arcabouço para falar, mas não quando ele começou a usá-lo de fato. Indícios de que isso possa ter acontecido, de que de fato possa ter havido linguagem antes de nós nunca serão provados, porque os que primeiro falaram não estão entre nós. Sequer a existência do homem de Neandertal ter precedido o *homo sapiens* pode ser provada.

Todo esse pensamento é para mostrar que a história foi criada a partir de estudos de fósseis – não de células, que juntas, no cérebro, devem ter gerado alguma condição para

que se criasse expressão. E que isso talvez não tenha nada a ver com gene. Ao comparar esquemas de cérebros de macaco e de homem, percebe-se absurda semelhança genética entre ambos: 99%. Não temos exatamente nem a mesma expressão gênica nem a mesma carga genética. Assim, dependendo do ser humano escolhido, este pode assemelhar-se muito mais ao macaco – dependendo também do macaco escolhido. Mas nada explica coisas do tipo: “ele gosta de mim” ou “ele está planejando que daqui a três horas vai me convidar para sair.” Sinceramente, não creio que seu gato – o animal peludo – seja capaz de convidar você para uma *happy hour*. Isso implica planejamento e expressão, fala e linguagem.

Realidade física existe à nossa revelia? A pergunta é provocativa! Há quem acredite, postule, defenda teses e escreva livros sobre o conceito de *taquions* – partículas hipotéticas que existem teoricamente e caminham “para trás no tempo”. Se o ser humano pudesse interagir com os *taquions*, entenderia o que aconteceu com o passado. Ficção à parte, parece plausível em teoria.

Por outro lado, existe outro princípio: a cada instante, momento quântico de tempo, um novo parauniverso é criado, de maneira a congregar, conceber, tornar possível, confabular para que todas as possibilidades aconteçam em algum momento do espaço-tempo. É como se todos pudessem imaginar que, agora, eu poderia parar de falar, porque já é tarde e falo demais. Mas posso falar mais neste espaço-tempo. Esta é uma decisão macro. O fato de você e seu vizinho terem a mesma dúvida ou a mesma percepção é uma enorme propriedade partilhada entre vocês. E seu cérebro organiza essa quantidade de energia, representando o mundo do jeito que ele acha que é. Em conversas posteriores, essa percepção até pode ser “realizada”, mas enquanto não for trocada, não haverá certeza de que esta mesma percepção existe do mundo. É provável que não. Em níveis diferentes de interpretação, sem dúvida. Um exemplo é o nível de percepção de cores (daltonismo) e outro, o temporal, que acontece com todos, quando um acidente é vivenciado. A sensação de que as coisas acontecem em câmera lenta acontece ao se carregar a memória com conteúdo emocional. Traduzir isso é diferente em cada um de nós.

Neurônios espelhos. Para entender o outro é preciso ser amado e ter um sistema nervoso que permita que estejamos preparados para tentar enxergar o outro da maneira como ele enxerga o mundo. Para o psicólogo, chama-se teoria da mente: a capacidade de me colocar no lugar do outro, imaginar o que ele pode estar sentindo. Como represento o mundo externo? Por meio da hipótese visual, de maneira abstrata, o que o outro faz, sente e executa. O que ele faz, por exemplo, para girar a mão? Existem duas formas de imaginar como a outra pessoa faz isso – de forma motora, inconscientemente: sabe-se que é pela contração dos dois dedos e posterior giro da mão; e por outro conceito que existe em nosso cérebro, por meio dos neurônios espelhos. É como se o cérebro mostrasse como faz, porque ele possui em seu lado esquerdo a capacidade de repetir movimentos memorizados. Trata-se de um conceito respeitado e bastante reconhecido. E é a melhor hipótese testável de como o mundo se apresenta. Em ressonância magnética é possível perceber isso. Ainda que o cérebro tenha a capacidade de organizar funções em áreas específicas, com células diferentes, com diferentes conexões e características para realizar funções específicas, não existe uma área



cerebral para uma única ação. Não existe uma área específica para mexer a mão que, lesionada, impede o movimento da mão. Enquanto a mão estiver mexendo, aquele ser humano está usando várias áreas do cérebro para fazê-lo. O cérebro não funciona como uma linha, como uma marionete neuronal: ele realiza muitas ações em paralelo, inclusive a consciência. Tudo isso está relacionado à necessidade de organizar a vida. Planejamento e organização talvez sejam coisas que ajudem a entender o ser humano, ao menos do ponto de vista neurocientífico.

Em um experimento, chamado empatia, casais jovens tiveram seu grau de amor detectado por meio de respostas a questionário. As mulheres de cada par foram avaliadas dentro de um aparelho de ressonância magnética; os maridos observaram suas próprias respostas cerebrais ao estímulo de uma alfinetada em sua mão. O que se viu foi que as respostas cerebrais femininas foram o espelho do que seus neurônios responderiam ao estímulo se suas próprias mãos fossem alfinetadas.

Manipulação do cérebro. A manipulação do cérebro é viável para a realização de ações benéficas, de maneira mais ou menos invasiva. Basta implantar eletrodos, visando tratar pessoas com doença de Parkinson. Manipular propriedades em seres humanos pode ser essencial – guardadas as devidas questões éticas – para responder ao que nos propusemos: é necessária a organização para dar condições à vida? Se é necessária e se o cérebro é a principal fonte de organização – e talvez seja mesmo –, será que ele é a sede da mente? A mente está no cérebro? Para responder a isso, é necessário intervir no ser humano, e isso parece cruel. Mas até que ponto se quer descobrir? Será que chegamos ao ponto de ultrapassar a fronteira? Será que ela implica alterar a consciência? Meditação, concentração, terapias cognitivas, investigar o cérebro nessas condições não é nada invasivo, e talvez isso seja a chave para entender algumas coisas mais importantes, como o que somos, se somos nosso cérebro, se somos meu cérebro, como somos dentro do nosso cérebro. Pode parecer “papo viagem”, mas é o que gostaria de deixar como pensamento para reflexão.

* **EDSON AMARO JR.** Graduação em medicina pela Faculdade de Medicina de USP (1993), residência médica em radiologia pela FMU-SP, doutorado em radiologia pela FM-USP (2000) e especialização em radiologia pelo Colégio Brasileiro de Radiologia. Pós-doutorado pelo Institute of Psychiatry, Londres, King's College. Livre-docente e professor MS-5 do departamento de radiologia – HC/FM-USP. Coordenador do Grupo de Neuroimagem Funcional (NIF) InRad FM-USP. Desde 2005, coordenador das Pesquisas em Neuroimagem do Instituto do Cérebro do Hospital Israelita Albert Einstein. Desde 2007, gestor de pesquisa do Instituto do Cérebro do Hospital Israelita Albert Einstein. Neurorradiologista do InRad do HC/FM-USP desde 1999, e do Centro Diagnóstico de Imagem do Hospital Israelita Albert Einstein desde 2002. Desde 2006, Honorary Lecturer do Centre for Neuroimaging Sciences – King's College, Londres.

Uma nova visão sobre as redes sociais: explorações sobre o espaço-tempo dos fluxos¹

15 de setembro de 2009

Augusto de Franco*



“Os seres humanos interagem de forma cada vez mais horizontal e direta, sem hierarquia ou poder.”



“Paz é uma ideia perigosa, sobretudo para uma civilização patriarcal e guerreira como a nossa, que existe há seis milênios e se baseia em instituições centralizadas, hierarquizadas”.

Vamos falar sobre uma ideia muito perigosa, denominada *netweaving* ou paz. Paz é uma ideia perigosa, sobretudo para uma civilização patriarcal e guerreira como a nossa, que existe há seis milênios e está baseada em instituições centralizadas, hierarquizadas. Toda vez que não existe paz ou “pazeamento” é porque há hierarquização ou centralização da rede social.

Netweaving é a arte de tecer e animar, de articular redes. Para entender como este assunto tornou-se importante e emergente no século XXI, é preciso compreender o que *não* é rede social. Por isso, vamos conversar sobre o que são e o que não são as redes sociais. Por que falamos tanto de redes sociais e temos tanta dificuldade em articulá-las? Três respostas são possíveis: não sabemos o que são redes sociais; mesmo compreendendo seu significado intelectualmente, não conseguimos vivenciá-las; e, por fim, porque não fazemos *netweaving* – palavra cuja origem ainda é desconhecida. Muita gente fala nela, ninguém detém sua paternidade (o que é muito bom). Ela evoca a “arte de tecer redes”, significa articulação e animação de redes, e é melhor do que *networking*, de origem anglosaxã – que lembra a ética do trabalho, remete a fadiga, “pena”. O conceito do trabalho surgiu sempre como um peso, não como algo amoroso. Já o *netweaving* pode ser *netloving*, enquanto *networking*, não.

1. O áudio e a apresentação de *slides* deste fórum estão disponíveis em: <<http://bit.ly/c7Tkkg>> <http://bit.ly/c7Tkkg>>



O que é rede? Rede é fluência de informações ou partículas. O grafo nos permite ver o que é a rede congelada em um determinado momento. Talvez uma imagem melhor seja a do espalhamento de partículas, que permite que nos enxerguemos. Quando algo acontece no espaço-tempo físico, envolve partículas-mensageiras de um campo. Conseguimos nos ver por causa do campo eletromagnético, que envolve partículas bósons – neste caso, fótons. Espalhamento ou aglomeramento de partículas está envolvido em tudo, inclusive nas redes.

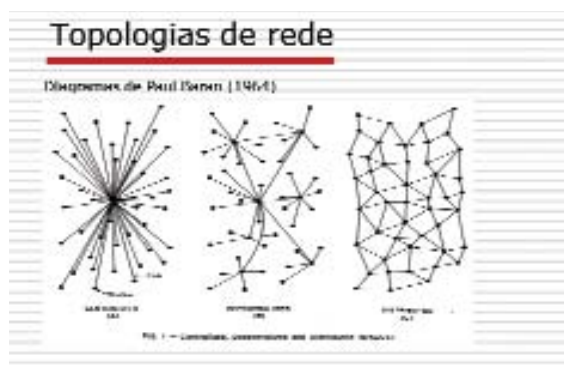
Rede neural. O cérebro é uma rede – ao contrário do que se pensava até bem pouco tempo atrás. Um neurônio está interligado a vários outros e, diante de um estímulo, a comunicação entre os neurônios pode “assembleiar” de uma determinada maneira. Eventualmente, pode ocorrer um dano até irreversível. Mas devido a essa interligação de um neurônio com vários outros, há uma compensação do que foi danificado – a depender da extensão do dano. Isso significa uma estrutura em rede bastante sustentável. Porque o cérebro está ligado em rede, as “pontas” têm poder; porque é capaz de adaptar-se às mudanças do meio, e de fazer e refazer continuamente congruências múltiplas com o meio, somos o que somos, e sobrevivemos. Se fôssemos organizados como um exército, uma empresa hierárquica, ou mesmo uma ONG, não haveria nenhuma esperança para nós.

Rede urbana. É interessante observar que existe um padrão de rede nas cidades, em que as ruas são os caminhos, as conexões. Uma cidade não pode existir sem as ruas. As ruas são as conexões, as artérias, as veias. As cidades – principalmente aquelas que têm alguns anos de existência – têm uma dinâmica própria, que independe de seus planejadores.

Rede social. Se tivéssemos os óculos de redes, não veríamos as pessoas sentadas, mas o conjunto dos fluxos de informações trocadas entre elas, porque as redes são ocultas. Coisas que não acontecem no espaço físico, mas acontecem em outro espaço-tempo: o dos fluxos. E o que são redes sociais? São pessoas interagindo segundo um padrão de organização de rede distribuída. Redes são pessoas, não são instrumentos, não são ferramentas – não são Facebook, Orkut ou Twitter. São pessoas conectadas segundo um padrão de organização de rede distribuída.

Rede distribuída. Os diagramas criados por Paul Baran, em 1964 – época em que o mundo estava preocupado com a iminência de uma terceira guerra mundial –, revelam algo que talvez nem ele tivesse a noção do que criara. Naquela ocasião, a paranoia de um ataque

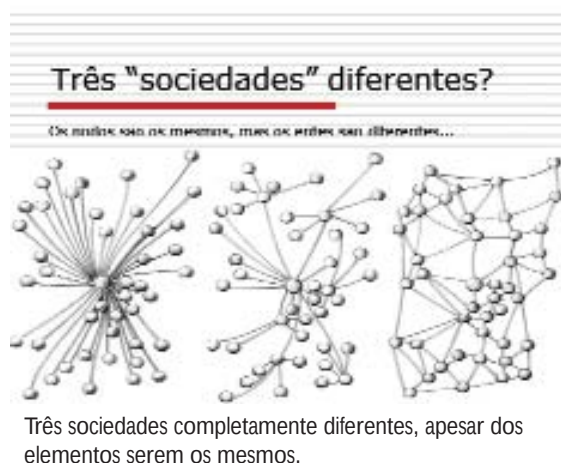
nuclear era muito forte nos Estados Unidos. E Paul Baran trabalhava na *Rand Corporation*, em Santa Mônica, na área de Estratégia de Segurança Nacional do governo. A ele foi solicitado um estudo sobre de que maneira os meios de comunicação deveriam se organizar no caso de um conflito nuclear para que tivessem maiores chances de sobrevivência.



Três padrões de organização: Centralizado; Descentralizado – na realidade multicentralizado, com vários centros; e Distribuído.

Paul Baran elaborou então esses três desenhos, que mostram três padrões de organização: centralizado; descentralizado – que achávamos que seria o que não tem centro, mas, na verdade, é o que tem vários centros, é multicentralizado, com vários centros; e distribuído. Um fato a observar é que, nos três diagramas, todos os nodos encontram-se nos mesmos locais. Paul Baran só fez mudar a estrutura organizacional entre eles – as pessoas. Ou seja, todas as estações/*links* estão nos mesmos lugares, o que muda em cada gráfico é a forma de “organização” e/ou sociedade. Isso quer dizer que, com as mesmas pessoas, podemos ter três tipos de sociedade diferentes. A questão é que não fomos criados para aceitar esse tipo de situação. Achamos que a mente está dentro do cérebro, não fora, em uma nuvem; que a pessoa pode mudar seu comportamento a partir de um processo de persuasão. Isso quer dizer que 99% das organizações das quais participamos são descentralizadas.

No gráfico A, se o centro for desconectado, os nodos ficam desconectados. Já no gráfico B, apenas os nodos ligados ao centro desconectado são desligados, mas os demais continuam ligados. E no caso do gráfico C, nada acontece, porque não há centro. Desconectando um dos nodos, nada acontece – apenas aquele nodo é eliminado, sem que a rede seja afetada. Sem querer e sem saber, Paul Baran estava afirmando, já em 1964, que o modelo de sustentabilidade deveria ser o padrão de rede distribuída. Por que nossas organizações são do tipo centralizada, não do tipo rede distribuída? Na distribuição não há filtros – a depender do grau, evidentemente. Não há muro, porta, fechadura que constituam a forma como as fluídos são bloqueadas em nosso mundo. Porque redes são múltiplos caminhos. Quando os caminhos são únicos, entende-se que está presente o poder vertical e hierárquico. Partidos, ONGs e empresas são organizadas assim. Mesmo aquilo que chamamos de rede muitas vezes é organizado dessa forma.



Com base na figura de Baran – agora desenhada de forma tridimensional por Fátima Zagonel, de Curitiba, ilustradora de livros de botânica –, a perspectiva muda. Trata-se de três sociedades completamente diferentes, embora os elementos sejam os mesmos.

Mais centralização, mais competição. Quanto mais se centraliza ou se hierarquiza, maiores são a inimizade política, a competição e a guerra; gera-se mais competição, e não mais amizade ou paz entre os elementos daquele sistema centralizado. Ainda que fossem réplicas de São Francisco de Assis – o que nos deixa perplexos, porque temos a impressão de que a sociedade é uma coleção de indivíduos, e não um “estar” entre os indivíduos –, o resultado seria o mesmo. A questão é: a rede é o indivíduo conectado. E é aí que essa pessoa vai dar o substrato ontológico do que chamamos sociedade. A sociedade é um conjunto de relações – ou seja, uma rede social. Quando um elemento vai diretamente àquele com quem quer se relacionar, sem necessariamente passar por um intermediário, temos uma rede. A diferença



que define a rede é a multiplicidade de caminhos. As redes sociais são padrões de organização em que há abundância de caminhos. Já as hierarquias são o oposto. Se existe opção de caminhos alternativos, não há necessidade de filas, por exemplo, em uma repartição pública. A hierarquia resulta de um campo no qual se gerou (artificialmente) escassez de caminhos, tal qual uma corrida de obstáculos, no processo de fluência fluidez. É o que acontece dentro das empresas. O colega é promovido e passa a ter uma secretária, um assessor para se chegar até ele, que, por sua vez, ganhou sala com porta. É o processo de hierarquização, de centralização da rede social, que se dá por meio da colocação de filtros.

A dinâmica das redes sociais. Redes sociais são ambientes de interação, não de participação – outra coisa difícil de acreditar, uma vez que alguns nós fomos criados para achar que participar é bacana. No processo de votação, com crachá levantado, as pessoas participam, mas não necessariamente interagem. Participam de algo estabelecido ou inventado. Quando há interação, desenvolve-se uma ação primária que se consolida e se desenha no momento em que ocorre. As redes não são espaço de condução de pessoas para um determinado lugar. A rigor, não se sabe qual será o nível de interação que se estabelecerá em qualquer rede. Em redes sociais é difícil conduzir.

Pessoas interagem todo o tempo. Sites de relacionamento, plataformas como Orkut, Facebook, Twitter – algumas delas bastante interativas –, assim como os blogs podem até ser boas ferramentas de animação e articulação de redes, mas não são redes sociais. As redes sociais são sociais mesmo. É preciso que se entenda que as pessoas interagem o tempo todo. Se uma pessoa diz que não participa de redes sociais, porque não gosta, ela se esquece das interações com colegas, filhos, com os vários caminhos e nodos sociais que não envolvem essas plataformas. Isso não é rede social? A sociedade não é vista como uma rede, e torna seu discurso impotente para desvendar os novos fenômenos que estão acontecendo. Redes de instituições hierárquicas não podem ser redes distribuídas. Redes sociais são redes de pessoas.

E o que são pessoas? Pessoa já é rede, porque resultado contínuo de experiências pessoais intransferíveis – a identidade. A própria pessoa já constitui uma rede, entendida como sendo a articulação contínua de experiências individuais intransferíveis, que se refletem em sua identidade. Ao mesmo tempo, é um entroncamento de fluxos, que liga cada uma a várias outras pessoas. A pessoa humana só pode ser humanizada em contato com outros seres humanos. A unidade “pessoa” não existe; o que existe são pessoas relacionando-se umas com as outras. A bagagem genética não constitui o humano, porque, para que se tornem indivíduos, os humanos precisam conviver com outros humanos. Quando surge como pessoa, essa pessoa já constitui uma rede.

Fluidez. Goethe dizia que a fonte só existe enquanto flui. Não se trata da construção da fonte – mas de sua existências enquanto fluir. Se parar, deixa de ser fonte. A rede é fonte. E existem fenômenos que ocorrem nas redes, independentemente do seu conteúdo. Destes, três são mais importantes, e dependem do grau de distribuição e de conectividade da rede. São eles:

Clustering: aglomeração, formação de grupos que se especializam. Todas as coisas tendem a se *clusterizar*. Um exemplo são os conjuntos de *rock*: quando seus elementos brigam e cada qual forma novas bandas, dificilmente o nível de criatividade e qualidade musical será o mesmo. Havia algo além da soma de inteligências individuais – a inteligência e a criatividade coletiva criava um fenômeno social único, específico daquela rede.

Swarming: “enxameamento”, tal como aquele realizado pelos insetos, e que, no caso das pessoas, envolvem distintos grupos e tendências, não coordenados explicitamente entre si, que aumentam o alcance e a virulência de suas ações. Nossas explorações ainda estão engatinhando, e as variáveis para explicá-las não podem ser baseadas em escolhas racionais individuais egotistas. O que fazemos agora é o contrário, porque os indivíduos não existem – são uma abstração da pessoa humana no ecossistema manipulável a um número.

Crunching: redução do tamanho social do mundo. Atestamos esse fenômeno quando encontramos pessoas mais rapidamente e nos conectamos a elas de forma mais dinâmica (em menor espaço de tempo) do que jamais visto, dependendo dos graus de distribuição e conectividade da rede em questão. Há seis mil anos, para que uma pessoa encontrasse outra poderia ser preciso o espaço de uma vida inteira. Hoje, basta um clique; e não é raro encontrarmos colegas de infância em um evento social e exclamarmos “que mundo pequeno”. Quanto menor o tamanho do mundo, mais “empoderante” é o campo social. Nas conexões, criam-se novos mundos. Quanto maior seu estoque de contatos, maiores as chances de novas conexões e realizações. As alternativas de ambientes e de realizações de outros mundos aumentam e começam a fazer parte do seu mundo – de outros países, inclusive.

Como desconstituir hierarquias? Assim como a democracia é um movimento de desconstituição de autocracia, as redes devem ser vistas como movimentos de desconstituição de hierarquias – por isso o *netweaving* é algo perigoso, uma vez que vivemos em uma sociedade hierarquizada. A tentativa de pazear estremece o padrão da guerra e, portanto, as estruturas hierárquicas. Quanto maior a democracia, maior a chance de a rede passar a ser “pluriárquica”, envolvendo, conseqüentemente, maior cooperação. As redes sociais distribuídas são sempre redes de cooperação: tal qual a liberdade, a cooperação é um atributo do modo como os seres humanos se organizam.

A desconfiança e os novos papéis na sociedade de redes. Quase sempre são os hierarcas que desconfiam das redes: colecionadores de diplomas, vendedores de ilusões, aprisionadores de corpos (porque você precisa estar fisicamente no local para entregar um trabalho, bater ponto etc), construtores de pirâmides, fabricantes de guerras e condutores de rebanhos. Enquanto isso, novos papéis emergem na sociedade em rede, como *hubs*, inovadores e *netweavers*, em contraposição à acumulação de riqueza, poder e conhecimento. Um *hub* pode ser um chaveiro do bairro – fundamental, porque abre as portas. Não fica à frente nas redes, mas elas não existem sem ele: é um conector. Os inovadores não receberam certificado para inovar, mas desencadeiam ondas de inovação, propõem novos padrões de fluidez no lugar que ocupam na rede. E os *netweavers* são os tecelões – animadores e articuladores, os políticos das redes como organismos de relacionamento de cidadãos.



Modelos mentais são sociais. A mente é maior que o cérebro, como uma nuvem de computação. Suas ideias não são suas – são um intrincado de conexões mentais. A mente é um fenômeno, uma dinâmica, parte de uma rede. Por isso, a História está cheia de exemplos de pessoas que, em um mesmo determinado tempo histórico, mas em locais completamente diferentes, criaram coisas semelhantes. O *insight* é fundamental.

A rede não é um instrumento de mudança: ela é a mudança. Os publicitários estão superinteressados em *marketing* de rede. Conhecer o ponto de virada de desestabilização de um processo é uma habilidade capaz de um mal terrível – e impossível, porque tem cunhos de poder quando a rede não é um instrumento à disposição. A rede está acima dele. Os seres humanos interagem de forma cada vez mais horizontal e direta, sem hierarquia ou controle do poder. É preciso ter uma dose de psicopatia para achar que se pode conduzir a humanidade por meio da rede. A rede não existe para nada além de tornar-se mais sustentável, realizar as congruências múltiplas. Nelas, as pessoas são muito mais importantes do que as instituições. É a contraposição do representar uma empresa e a si próprio. Não adianta tentar fazer *netweaving* a partir de organizações hierárquicas. Somente redes podem gerar redes.

Fazer redes (= *netweaving*) é abrir mão da sua turma, “patota”, igreja – é possível formar vários grupos para fortalecer uma ideia sobre aquela inicial, e não é preciso que uma única pessoa carregue o patrimônio e depois o passe adiante – como é o sentido da tradição. As ideias pipocam, os ensinamentos polinizam – a integridade está sendo e será cada vez mais violada. Teremos cada vez mais um espalhamento de sementes e uma desconstituição das certezas e tradições que vivemos nos últimos milênios. É um processo maior de *clusterização* de agendas. *Netweaving* não é uma ciência, mas a arte da política. Como provocação inicial, acredito que este tenha sido um primeiro movimento.

* **AUGUSTO DE FRANCO** alcançou, depois de 30 anos fora da universidade (o Instituto de Física da UFRJ), a difícil condição de autodidata. É consultor e professor. Tem cerca de 20 livros publicados sobre desenvolvimento, capital social e redes sociais, entre eles: Escola de Redes: tudo que é sustentável tem o padrão de rede; Terceiro Setor, a nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento; Escola de Redes, novas visões sobre a sociedade civil, o desenvolvimento, a internet, a política e o mundo globalizado. É um dos *netweavers* da Escola de Redes.

Evolucionismo e política de civilização

Celebração dos 200 anos do nascimento de Charles Darwin

6 de setembro de 2009

Edgar de Assis Carvalho*



"As sociedades humanas são produto de uma longa evolução, que possibilitou a um pequeno bípede, criar um estilo de vida que viria a ser chamado de cultura".

"Não resta dúvida que a recuperação do tempo da natureza e do sentido da evolução representa um bom começo para a efetivação de uma política de civilização."

As sociedades humanas são produto de uma longa evolução, que envolveu milhões de anos e possibilitou a um pequeno bípede, com um cérebro muito assemelhado ao de um chimpanzé, criar um estilo de vida que, posteriormente, viria a ser chamado de cultura. Regida pela universalidade dos instintos, na natureza tudo era regular, mecânico, imutável. Do outro lado do espelho, estávamos nós, primatas humanos, caracterizados por uma fantástica capacidade de acumular saberes, tradições, mitos, experiências, com linguagem articulada e simbólica, ponto culminante da evolução.

A divisão entre animalidade e humanidade e o sentido da evolução biológica e cultural nunca foi consensual no campo da interpretação científica. A antropologia tem muito a ver com o isso, pois seu campo privilegiado de pesquisa era basicamente constituído por povos não ocidentais preconceituosamente considerados como inferiores, diferentes, primitivos. Em fins do século XIX, foi fácil colocá-los em uma sequência evolutiva linear, composta de – primitivismo, barbárie e civilização. Com a civilização europeia no comando do mundo, tudo aquilo que não se conformasse ao padrão cultural dominante era simplesmente colocado na escala inferior da evolução social.

Ferida narcísica. Desde que Charles Darwin (1809-1882) publicou a *Origem das Espécies*, em 1859, abriu-se uma grande ferida narcísica que até os dias atuais não está cicatrizada, e é



bom que não esteja. Para Darwin, nós, os humanos, não viemos do outro, ou de uma instância transcendente, um desígnio divino incumbido de dar vida a qualquer tipo de matéria inerte. Viemos, isso sim, de nós mesmos, produtos de um processo evolutivo milenar que envolveu muitas perdas e muitos ganhos. Isto implica admitir que o homem e a totalidade dos seres vivos descendem de algo preexistente e menos organizado. Essa ideia perturbadora de Darwin permitiu que a fronteira entre natureza e cultura fosse repensada em outros termos, o que de fato ocorreu muitos anos mais tarde – por exemplo, com as ideias de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), para quem entre a natureza e a cultura há algo mais, que traz, ao mesmo tempo, a marca da natureza – a universalidade – e a marca da cultura – a diversidade.

Em decorrência, passou-se a questionar se mundos diferentes do nosso eram mesmo diferentes em natureza (primitivo *versus* civilizado), grau (inferior *versus* superior) e pensamento (arcaico *versus* moderno). Admitir que esses povos pensam como nós – e por vezes melhor do que nós – representou, e ainda representa, um duro golpe para muitos. Estamos acostumados a dividir o mundo em compartimentos, separamos palavras e coisas, alma e corpo, oralidade e escrita, razão e loucura. Demasiadamente humanos, perdemos o sentido da vida. Guardadas as devidas proporções, trata-se de uma perda evolutiva, mesmo diante das fantásticas promessas do pós-humano e da tecnociência. Foi difícil – e em certa medida ainda é – assimilar oralidade e escrita como modalidades cognitivas complementares. É sempre mais confortável simplesmente opor culturas orais e culturas escriturais, estas entendidas como sinônimo da evolução e do progresso civilizatórios.

Não foram apenas as populações indígenas que sofreram na pele a intolerância e o preconceito civilizatórios. Embora as concepções da teoria darwinista e os mecanismos da seleção natural e da sobrevivência dos mais aptos fossem válidos para a evolução da vida em geral, sua aplicação para a sociedade redundou em racismos e genocídios de toda ordem. É mais do que sabido que a transferência de conceitos e pressupostos teóricos e conceituais de uma área para outra é sempre algo problemático. No caso das sociedades humanas, serviu de alavanca e justificativa para a expansão das ideologias raciais nazifascistas do século XX, concretizadas em guerras e extermínios planetários. Não resta dúvida de que, neste terceiro milênio, o problema permanece, e que os “mais aptos” se arrogam o direito de reger o destino da vida. Basta olhar o mapa do mundo para saber disso.

Termo cunhado pelo filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903), o darwinismo social mantinha intocável o pressuposto da passagem do homogêneo ao heterogêneo para a psicologia e a sociologia, passando a considerar como mais avançadas as sociedades que exibissem uma aceleração evolutiva significativa causada por revoluções tecnológicas irreversíveis. A diversidade das culturas não redundou, porém, em colaboração efetiva de povos e nações, mas manteve a dominação social, política e cultural como eixo central das relações humanas. Foram tantas as pesquisas e classificações que o mundo cindiu-se em duas partes incomunicáveis: de um lado os evoluídos e adaptados, de outro exatamente o contrário. A evolução torna-se multilinear, e o desenvolvimento da tecnologia, a medida de todas as coisas. Mais uma vez, a arrogância do Ocidente mostra sua face e sua pretensão de irreversibilidade diante da flecha do tempo.

Sapiens ao quadrado. Inimaginável no tempo de Darwin, a construção de tipologias e sequências evolutivas multilíneas não conseguiu abalar o sólido edifício das dualidades, porque a definição do que é o homem foi mantida dentro de padrões demasiadamente normativos e classificatórios. Integrante do gênero *homo*, a espécie *sapiens* é *faber*, porque fabrica instrumentos, *loquens*, porque articula sons, palavras, frases, *symbolicus*, porque atribui significados aos objetos. Com o prosseguimento das investigações entre primatas não humanos, tornou-se equivocado admitir que somos apenas *sapiens* – aquele que sabe –, porque macacos também são portadores de sofisticados códigos de sociabilidade e comunicação, ainda que não falem como nós. Com 98% da carga genética semelhante a eles, somos agora *sapiens sapiens*. A repetição do termo não constitui um mero capricho terminológico. Funciona como um marcador definitivo de diferenças e semelhanças entre primatas humanos e não humanos. Mesmo que todos os homens sejam considerados iguais no plano evolutivo e que, em princípio, não haja diferença de natureza e grau entre quaisquer sociedades da Terra, essa condição de universalidade não redundou em nenhum tipo de solidariedade intercultural.

O século XXI que, para muitos, consagrará a sociedade do conhecimento, deverá aprofundar a condição da universalidade, por meio da intensificação das pesquisas entre primatas não humanos. Observados em cativeiro ou em seus próprios ambientes localizados em longínquos ecossistemas naturais, terão muito a nos dizer sobre vida comunitária, processos de comunicação, relações afetivas e de poder, e mesmo sobre ética, sexualidade e evolução. Somos 100% natureza e 100% cultura – ou melhor dizendo, seres uniduais –, carregamos conosco uma trajetória biológica milenar no plano da filogênese e, ao mesmo tempo, somos portadores de um vasto acervo cultural constitutivo da memória coletiva da espécie. Nossa ontogênese é marcada por isso. Racionais de um lado, “desracionais” de outro.

Homo sapiens sapiens demens. A cada momento, somos invadidos por delírios, sonhos, excessos, loucuras, que escapam ao nosso controle explícito, consciente. Na verdade, somos todos *homo sapiens sapiens demens*. *Demens* porque loucos e descomedidos, por vezes excessivos, lúbricos, lascivos. Em nosso cotidiano globalizado, pobre em significações cosmopolitas, precisamos manter um equilíbrio – sempre instável, aliás – entre o *sapiens* e o *demens*, o uno e múltiplo, o universal e o particular, a ordem e a desordem, o global e o local. Sim, evoluímos como homens, mas essa condição não nos torna superiores a nenhum outro homem. Não resta dúvida de que a flexibilidade mental e comportamental é marca da nossa evolução. Afinal de contas, conforme afirmou Stephen Jay Gould (1941-2002), os humanos não são nada mais do que animais que aprendem. É preciso estender o olhar para longe e perceber que, sob a diversidade da vida, existem respostas semelhantes para os enigmas da vida.

Diálogo de solidariedade. Por isso, a recuperação da natureza só se efetivará se conseguirmos exercitar a solidariedade entre todas as espécies vivas. Para redescobri-la, é preciso consumir e manter o diálogo ativo e permanente. Para dialogar, é necessário que as partes envolvidas suspendam, mesmo que temporariamente, suas crenças, seus pressupostos e seus preconceitos, para que a comunicação e o fluxo das ideias se efetivem e se



movimentem. Um efetivo diálogo de solidariedades deve, portanto, fazer comunicar, pôr em movimento e em simbiose todos os componentes da sociedade-mundo planetária: ricos e pobres, excluídos e incluídos, alfabetizados e analfabetos, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, cientistas e poetas. O agenciamento dessa rede híbrida – repleta de multiplicidades, heterogeneidades e devires – implica a transformação das estruturas de dominação, exploração, desigualdade e exclusão hoje dominantes no comando da Terra. Apesar da visibilidade de injustiças, intolerâncias e ódios, o caráter da revolta permanece homeopático e bem-comportado demais. A solidariedade de que falo aqui diz respeito à nossa responsabilidade eticopolítica diante da violência mimética do capitalismo liberal global e do caráter abjeto de seus efeitos sobre milhões de pessoas a quem subjuga, sem distinção de latitude ou longitude, norte ou sul. O que devemos buscar é um universalismo político capaz de “dialogizar”, entrelaçar igualdade e liberdade, ética e política, ódio e afeto, contingência e necessidade.

Sustentabilidade, responsabilidade e esperança. São ideias-guia, faróis, horizontes a serem acionados e preservados para que a regeneração planetária ocorra. Afirma-se que uma sociedade é sustentável quando se empenha em garantir às gerações futuras a satisfação de suas necessidades básicas e níveis de vida íntegros e dignos, sem que as gerações presentes se prejudiquem com isso. Em consequência, seria estranho que um mundo sustentável elegeisse como prioritários o crescimento econômico e a dominação da natureza. A sustentabilidade volta-se para a construção de um modelo cultural que garanta a continuidade e a preservação das espécies vivas. A cultura deve ser assumida como pedagogia complexa, que articula modalidades lógico-rationais a expressões mítico-imaginárias. Em outras palavras, razão, determinação, repetição e objetividade não sobrevivem sem sensibilidade, incerteza, criatividade e subjetividade. No cotidiano, exercitamos simultaneamente multiplicidades de subjetivação e objetivação. Ambas têm a ver com a preservação da Terra-pátria, terra tão somente como Lorca¹ poeticamente adiantou.

Sistema instável, caótico e indeterminado. Ser alfabetizado ecologicamente implica preservar nosso lar-Terra de qualquer tipo de agressão, venha de onde vier. Todos os componentes desse lar encontram-se inter-relacionados, cada parte junta-se à outra. Constituem, portanto, um sistema, ainda que instável, caótico e indeterminado. Para assumir que coisas semelhantes ocorrem em ecossistemas naturais e culturais, porque os princípios de organização são os mesmos para todos os sistemas vivos, é necessário entendê-los como elementos de uma rede solidária. No mundo vivo, nada se perde. O que sobra e se desorganiza de um lado reaparece e se reorganiza do outro. A vida é assim, toda discordada² e arlequinada. Vida e morte não se negam, mas complementam-se sempre, onde quer que nos encontremos, no plano material ou espiritual. Se podemos acreditar, com certo grau de certeza, que o início da vida ocorreu há três bilhões de anos, a continuidade que hoje

1. Federico Garcia Lorca (1898-1936): *Terra para as toalhas adormecidas; Para a pupila viciosa da nuvem; Para as feridas recentes e o úmido pensamento; Terra para tudo o que foge da terra.* Livros disponíveis para leitura on-line em: <<http://bit.ly/9oKQ7t>>.

2. “A vida é muito discordada. Tem partes. Tem artes. Tem as neblinas de Siruiz. Tem as caras todas do Cão e as vertentes do viver... A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros, nem não misturam.” (João Guimarães Rosa).

presenciamos foi, certamente, produto de uma cooperação muito ampla ocorrida entre espécies naturais e humanas. É difícil saber precisamente a idade da Terra.

Princípio-responsabilidade. Formulado por Hans Jonas³, o princípio-responsabilidade é prioritário e inadiável. A responsabilidade deve impregnar não apenas indivíduos e nações, mas organismos internacionais, instituições públicas e privadas empenhadas na construção de uma harmonia planetária que respeite simultaneamente a diversidade e a unidade dos processos civilizatórios, sem esquecer, porém, que humanidade e animalidade, natureza e cultura constituem patrimônios histórico-culturais a serem preservados a qualquer custo. Afinal de contas, a vida constitui-se sempre de uma pluralidade de planos, linhas de fuga, perspectivas, utopias. A responsabilidade efetiva-se com a liberdade de fazer escolhas e tomar decisões que propiciem o bem comum, a salvaguarda do equilíbrio dos sistemas naturais e a fraternidade de todos os povos e culturas. Em um de seus ensaios, Montaigne⁴ soube definir com precisão esse objetivo quando afirmou ser preferível ter uma cabeça “bem-feita”, ou seja, aquela capaz de religar e contextualizar, do que uma cabeça cheia, aquela que apenas amontoa conteúdos dispersos, que nunca se comunicam (MONTAIGNE, 1987). Sem a reforma da escola, não haverá reforma da sociedade. A função primordial da educação é contribuir para a humanização, como pretende o filósofo venezuelano Antonio Pérez Esclarín.

Edgar Morin deixou claro que a religação dos saberes e a reconstrução de meta pontos de vista sobre a vida, a Terra, o Cosmo, a humanidade, as culturas adolescentes e o próprio conhecimento constituem pontos de partida irrevogáveis para políticas acadêmicas da dita sociedade do conhecimento que nos aguarda (MORIN, 1999). Naquela ocasião – mais precisamente, em 1997 –, perguntaram ao poeta Yves Bonnefoy por que ele considerava fundamental o ensino da poesia nas escolas em uma eventual reforma das condições do ensino fundamental. Sua resposta foi direta e incisiva. Disse que a poesia propiciava a prática da liberdade para com as palavras e a vivência da responsabilidade com um mundo melhor, com o sentido da vida. Quando se aprende um poema de cor, ou se lê um romance pela décima vez, essas narrativas permanecem para sempre em nossa mente como uma reserva de memória, fiéis companheiros que nos convidam a encarar a miséria do mundo de modo menos pessimista, e a seguir em frente diante da irreversibilidade do tempo.

Cultura científica + cultura das humanidades. Ciência e imaginação, ciência e arte nunca se excluem, mas complementam-se, empenhadas que estão em decifrar o sentido e o significado da vida. Não é mais possível que o século XXI mantenha a separação entre cultura científica e cultura das humanidades, expressões artísticas e construções científicas. A arte nos ajuda, e muito, a compreender zonas obscuras da mente que jamais serão desvendadas por conceitos, teorias e métodos. Teremos de prestar mais atenção aos mitos. Talvez a Ciência

3. Hans Jonas (1903-1993). Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/b7vLWw>>.

4. Michel de Montaigne (1553-1592). Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/amgGb6>>.

“Houve uma vez um homem que, depois de viver quase cem anos em estado de hibernação, voltou um dia a si e ficou perturbado pelo assombro de tantas coisas insólitas que via e não podia compreender (...) viu um cartaz que dizia: ESCOLA. Entrou e ali, por fim, pode reencontrar-se com seu tempo. Praticamente tudo continuava igual: os mesmos conteúdos, a mesma pedagogia, a mesma organização da sala, com a escrivaninha do professor, a lousa e as carteiras enfileiradas para impedir a comunicação entre os alunos e fomentar a aprendizagem centrada na individuação e no individualismo.” (Antonio Pérez Esclarín).



seja mesmo o mito da modernidade. Recuperar os mitos é algo inadiável, porque os mitos são auxiliares cognitivos que decifram sentidos ocultos recalcados, relembram tempos pretéritos em que natureza e cultura viviam em simbiose, adiantam tempos futuros nos quais a felicidade voltará a reinar sobre a face da Terra. Resolvem contradições que a ordem vivida não sabe enfrentar e, muito menos, solucionar. Mergulhados no sistema-mundo, perdemos a identidade da terra-pátria, esquecemos o caráter transcendente de nossas temporalidades, mergulhados na mediocridade de um cotidiano cada vez mais pobre em significações cosmopolitas.

Consolidação da esperança. É necessário impor limites à racionalidade e à racionalização, à objetividade da verdade plena, assumir que o acesso ao conhecimento pode-se dar por múltiplas vias. Essa biopedagogia é essencial para a construção da responsabilidade intercultural e para a consolidação da esperança, terceira e última ideia-guia a ser explicitada. Se, como vimos, responsabilidade e liberdade encontram-se intimamente ligadas, esperança e solidariedade constituem um par inseparável. Para ter esperança é preciso colocar a mão na massa, cair na real sem se despregar do real-imaginário, ter vontade de mudar o *status quo*, não se deixar contaminar pelo sentimento de resignação, de apatia e, muito menos, de passividade. A vida simples e o pensamento autônomo não são horizontes intransponíveis, vazios, inalcançáveis. Basta olhar nosso entorno para nele identificar uma imagem – ou melhor dizendo, uma projeção de nós mesmos – e, diante disso, partir para o confronto. Basta olhar o entorno, meditar sobre o dia a dia, assumir a humildade e deixar a tristeza de lado. Originalmente formulado por Ernst Bloch⁵, o princípio esperança é otimista e pessimista ao mesmo tempo. Otimista porque tem como horizonte um planeta em que as culturas venham a conviver e colaborar, em uma espécie de troca generalizada de seus modos de fazer, interagir e imaginar; pessimista, porque sente-se impotente diante das condições simultaneamente includentes e excludentes da globalização, como se não soubesse por onde começar, ou mesmo contra quem se revoltar. Se nossa existência é terminal, não é impossível imaginar um ponto de mutação antropológico responsável pela regeneração da natureza e da cultura proposta Jean Baudrillard⁶.

Sustentabilidade, responsabilidade e esperança constituem um sistema aberto, pleno de brechas, bifurcações, desvios, dissipações. Um não existe nem se efetiva sem o outro. São princípios ancorados na trindade indivíduo-sociedade-espécie – inseridos na tetralógica ordem-desordem-interação-organização, é verdade –, mas são também formas de ação coletiva voltadas à reciprocidade e a solidariedade planetárias, à conscientização da humanidade comum, da Terra-mãe, pátria e morada de todos nós.

Sistema-Terra. A criação da UNESCO, em 4 de novembro de 1946, já considerava fundamental a eleição de prioridades acautelatórias capazes de minorar o sentimento de mal-estar e a arquitetura da destruição decorrentes da segunda guerra. Naquele momento, o

5. Ernest Bloch (1885-1977). Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/bNK6jc>>.

6. “Se a carência e a servidão caracterizavam as sociedades anteriores, são a opulência e o liberalismo que marcam a nossa chegada à fase terminal. É a isso que sucumbimos. ... É por isso que enfrentamos hoje não mais uma revolução histórica, mas uma mutação antropológica.” Jean Baudrillard (1929-2007). Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/9lcbaR>>.

espectro do mal, a comoção mundial, a dor de Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto de 1945 punham de sobreaviso todos os humanos. Por um estranho paradoxo, a colaboração das culturas, sentimento que favorecia a compreensão dos povos, passou a germinar por toda parte, algo que os anos posteriores se incumbiram de negar. Sim, é possível concordar com a posição de Eric Hobsbawn⁷ de que a queda do muro de Berlim foi o ato terminal do século XX. O extermínio de nós mesmos, a sexta extinção, torna-se algo visível, palpável, empiricamente identificável aqui e agora. Nossa memória pode tomar de assalto a máquina do tempo e sintonizar as palavras ditas por Julian Huxley (1887-1945). Embora suas posições fossem controvertidas e severamente criticadas como conservadoras, e até mesmo reacionárias, esse especialista em genética e evolução, contrário a qualquer forma de racismo, defensor do controle populacional e do planejamento familiar rígidos soube definir o que seriam os objetivos da UNESCO. A ela caberia contribuir para a paz e zelar pela regeneração do homem. Esses são valores universais inquestionáveis. Precisam apenas impregnar e reeducar a mente de todos os habitantes do sistema-Terra. Estar junto, compartilhar, participar, solidarizar são pressupostos que fornecem sentido à recuperação da natureza e à utopia realizável de uma antropoética que religa pensamentos, intelectos e afetividades a dimensões individuais, coletivas, democráticas, cósmicas. São esses o sentido e o desafio da democracia visualizados por Gandhi: “O verdadeiro democrata é aquele que, com meios puramente não violentos, defende sua liberdade, por conseguinte, a de seu país e, finalmente, a da humanidade inteira.” O entendimento definitivo entre natureza e cultura exige autoética e autorreflexão, para que a vida se reencante e para que o agir e o diálogo comunicativos se efetivem; socioética para que os outros não sejam meros artefatos da diferença, antropoética, ética da condição humana, para que o *anthropos* contamine a todos.

Política de civilização. Feridos narcisicamente, não conseguimos fechar nossas chagas e permanecemos tributários de uma arrogância impune. Reassumir a universalidade da natureza e da cultura implica a redefinição do global-local – *glocal* para alguns –, que nada mais é do que uma marchetaria construída por nossa pequena família mundial em meio a guerras, violências, dominações. Desafio de nosso tempo, a nova desordem mundial produzida pelo capitalismo liberal global salta a nossos olhos nesses anos inaugurais do terceiro milênio. Exige a superação da guerra perpétua de todos contra todos, incita a extinção dos desmandos e das intolerâncias da idade de ferro planetária, requer a luta indômita em prol de uma identidade futura baseada na sinergia entre plantas, animais e homens. Não resta dúvida de que a recuperação do tempo da natureza e do sentido da evolução representa um bom começo para a efetivação de uma política de civilização, para que o tempo de nossas vidas não se perca para sempre nas brumas do passado, no imediatismo do presente e nas utopias do futuro.

O sentido da reforma da educação e a reforma dos educadores devem ser entendidos nesse tom. São utopias, ninguém duvida disso, mas quem seríamos nós se vivêssemos sem elas? Em suas muitas vindas ao Brasil, Edgar Morin reiterou que a religação dos saberes pode

7. Eric Hobsbawn. Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/blQ2Or>>.



levar à construção de uma política de civilização comum a todos. Ainda será necessário muito tempo, grandes esforços, combates e debates para que isso ocorra. Os saberes necessários à educação do futuro⁸, ele afirmou, são buracos negros, problemas, horizontes a serem assumidos por aqueles que acreditam no progresso da compreensão, na vitalidade do humanismo e na prioridade da ética.

* **EDGARD DE ASSIS CARVALHO**, professor titular de Antropologia, coordenador do Núcleo de Estudos da Complexidade – Complexus – da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

8. MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: UNESCO; São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/azp1dC>>.

África, um continente em busca do equilíbrio para a paz

10 de outubro de 2006

Kabengelê Munanga

Se a vida fosse como a música, acredito que não estaríamos aqui para falar de paz. Falar de cultura de paz pressupõe dominar minimamente a temática da cultura da violência, o lado avesso e extremamente complexo que envolve diversas disciplinas como Sociologia, Antropologia, Psicanálise e as Ciências Naturais, como Biologia, Zoologia, Etologia etc.

Vivo o estado de violência desde que nasci, uma vez que pertenço ao continente mais violentado da História da humanidade nos últimos 800 anos. São dezenas de gerações de homens e mulheres do continente africano que nunca conviveram com a paz, nem sequer pensaram em construir uma cultura de paz. Do tráfico e da escravidão árabes, por volta do século VIII, ao tráfico ocidental dos séculos XV e XVI, passando pela colonização do século XIX, as guerras, independências do século XX e guerras fratricidas podem ser explicadas e perpetuam-se até hoje. São violências de origem externa, por razões de natureza econômica, como a busca da mão de obra gratuita. O processo de “escravidade” para desenvolver as colônias ocidentais nas Américas explica o tráfico e a escravidão. Por fim, a violência de natureza econômica em busca de riquezas naturais, como terras, essências minerais e vegetais, para desenvolver as metrópoles do Ocidente, justifica e explica a invasão colonial e o colonialismo.

Paradoxo: violência para combater violência. Há ainda os interesses geopolíticos estratégicos que, durante a Guerra Fria, engendraram outras violências no continente africano: físicas – como torturas, trabalhos forçados, enforcamentos, mutilações corporais, decepamento de membros etc – e simbólicas – como a negação da própria humanidade do homem e da mulher africanos, de sua história, a destruição sistemática de suas culturas, religiões, filosofias e visões de mundo etc. Por meio de seus líderes, os povos africanos, achavam que havia um só caminho para restabelecer sua dignidade humana e defender a liberdade: as independências. Tentaram obtê-las por meio de negociações políticas pacíficas, manifestações populares de rua e boicotes que até causaram impacto. Mas tendo os países colonizadores – França e Portugal – recusado o caminho da paz, restou aos africanos a violência para poderem libertar-se. Parece um paradoxo, usar uma violência para libertar-se de outra. O caminho da negociação teria gerado saldo positivo, sem dúvida, pois não teria ceifado tantas vidas. Os africanos tentaram, mas infelizmente sua poesia não conseguiu desarmar os invasores armados de metralhadoras e baionetas.

Oito milhões de refugiados. Teoricamente, as independências africanas significavam o fim das violências eternas e a construção de um futuro de paz. Porém, os processos de construção



das novas nações foram semeados de conflitos sangrentos que até hoje sacrificam milhares de vidas – os chamados conflitos étnicos ou, como relatam os jornalistas, as guerras tribais. Para mim, são simplesmente guerras civis. Desde a década de 1960, época das independências da maioria dos países africanos, cerca de uma trintena de guerras aconteceu, a maioria no interior dos Estados. Apenas em 1986, 14 dos 56 países africanos sofreram conflitos armados. O saldo é uma legião de mais de oito milhões de refugiados, e seu imenso deslocamento aos campos de confinamento, além das mortes incontáveis. Ao apresentar seu relatório ao Conselho de Segurança sobre as causas dos conflitos, a promoção da paz e o desdobramento durável, o Secretário-geral da ONU reconheceu a falência da instituição, notadamente por não ter evitado as tragédias na África.

Ditaduras e apoio externo. Na atual República Democrática do Congo, onde nasci, os conflitos eclodiram apenas dois meses após a independência, em 30 de junho de 1960. Convivemos durante 33 anos com a ditadura militar, estando todos os poderes concentrados nas mãos de um general apoiado pelos Estados Unidos, pela França e pela Bélgica, entre outros países. Ao final dessa ditadura, em 1997, o novo regime resultante das guerras armadas implantou outro poder antidemocrático, levando novamente à explosão das guerras civis, que resultaram em 3,5 milhões de mortos – o segundo genocídio conhecido depois da Segunda Guerra Mundial. A guerra de Ruanda, em 1994, durou menos de um ano, com o trágico balanço de cerca de 800 mil mortos. Angola, depois de 15 anos de luta para obter sua independência política, travou algo em torno de 30 anos de guerra civil para fortalecer um poder contra seus inimigos internos, mas sempre com o apoio externo de alguns países ocidentais. Moçambique submergiu também em uma guerra civil de dez anos contra a oposição interna de Ranan, sustentado pelo regime segregacionista da África do Sul. A Nigéria, país mais populoso da África negra, viveu entre 1963 e 1970 três anos de guerra civil opondo o poder central a Biafra – nome tomado pela região sudeste separatista rica em petróleo –, sempre com apoio externo. Essa guerra de Biafra teria deixado um saldo de dois milhões de mortos, alguns devido à fome. Dos 33 golpes de estado perpetrados na África Ocidental até 1985, Nigéria sozinha soma 18. A Costa do Marfim, considerada uma pequena ilha de paz, cuja independência foi obtida pacificamente em 1960, por negociação com a metrópole francesa, está também há cerca de três anos em uma guerra civil ainda não resolvida. O Sudão é outro caso conhecido da violência em terras africanas.

O porquê dos conflitos. A lista dos conflitos violentos na África pode ser alongada com a inclusão de Burundi, Congo, Etiópia, Guiné-Bissau, Libéria, Somália etc. São poucos os países africanos que não passaram por conflitos violentos armados. Todos constituem violação dos direitos humanos, começando com o mais fundamental de todos: o direito à vida. Dezenas de milhões de vidas feneceram no continente africano em apenas meio século das independências. Se alguém perguntar quais são os motivos que levam essas guerras a acontecer dentro dos Estados, e não entre eles, e alguém sugerir que elas resultam da natureza dos povos africanos, incapazes de viver em paz, essa será uma resposta no mínimo racista e ainda sem solução. Um rápido olhar crítico para a história da humanidade mostra que, a violência não é exclusividade da África negra. O processo de construção de diferentes

Estados, do impérios em todos os lugares, foi acompanhado de violência. Duas guerras mundiais, conflitos que há anos se arrastam pelo Oriente Médio, o que aconteceu entre Iraque e Irã, Iraque e Kuwait, a Líbia bombardeada em pleno dia pelos Estados Unidos, alguns anos atrás, Yamoussoukro, Balcãs. A lista é longa. Isso significa que as violências coletivas em escala planetária, sem contar as físicas e individuais, resultam da má distribuição da renda, da pobreza e da miséria que atingem a maioria dos jovens dos países, principalmente os pobres.

Em uma obra monumental coordenada pelo sociólogo americano Ted Robert Gurr¹, uma equipe de pesquisadores coloca em evidência a importância quantitativa de violências resultantes dos conflitos nacionalistas desde a década de 1960. Se entre 1944 e 1960 o mundo conheceu 62 conflitos etnopolíticos, esse autor contabilizou 226 conflitos entre 1960 e 1994. O pesquisador prevê um crescimento provável desse tipo de conflitos nos próximos anos – a maioria praticamente como resultado das lutas pelo poder no seio de Estados-nação mais ou menos em constituição. Eles provêm também dos fenômenos tradicionais em andamento em numerosos regimes da África, desde o acesso à independência ao desmoronamento do bloco do Leste.

Os nacionalismos. Todos os livros sagrados – Alcorão, Bíblia, Torá – pregam a paz e o amor entre seres humanos e as sociedades. Isso nos leva a crer que os conflitos não vêm das religiões, mas das pessoas políticas que as pregam. Mas como operar a ligação entre nacionalismo e violência? Ao falar em nacionalismo, de maneira sucinta, é preciso distingui-lo classicamente em três formas: a nação cívica ou política, que constitui a forma moderna; sua forma de *gestalt*, o nacionalismo cívico que se quer aberto para incluir o maior número de cidadãos em torno da aceitação das regras comuns de um contrato social que tem o Estado como fiador; e o nacionalismo cultural, fundamentado na partilha em comum de um legado de memórias e tradições, e de uma herança cultural e linguística que une uma comunidade, oferecendo-lhe afabilidade e densidade, certa maneira de viver em comum. Por vezes, embora o Estado participe ativamente na construção dessa herança comum, é possível que o nacionalismo cultural se produza contra o Estado, ou sobre seus flancos, ao propor um modo de vida em comum cívica que seja alternativo ou oposto ao nacionalismo contratual. E há que se considerar o nacionalismo étnico: a afirmação de uma distinção de formação étnica, por vezes vivida e construída em nível superior em relação ao centro político. Aqui, a rejeição da outra comunidade se opera sob o registro orgânico, racial, sob um fundamento transcendental, como a religião, que não supõe nenhuma discussão ou outro compromisso.

Os três nacionalismos, praticamente extintos, podem fundir-se ou cruzar-se parcialmente quando um Estado-nação desenvolve uma ideologia racista que o leva a rejeitar certos elementos comunitários com base em um pressuposto étnico ou cultural. O nacionalismo étnico carrega inevitavelmente uma parte da violência, da qual, aliás, não faz nenhum mistério. Já as outras formas de nacionalismo conhecem também suas próprias patologias: o fechamento mental que acompanha o nacionalismo cultural, sempre preocupado com sua

1. TED ROBERT GURR. Nascido em 1936, é professor emérito na Universidade de Maryland, EUA, e uma das maiores autoridades em conflitos mundiais. Entre seus méritos está o premiado livro *Por que os homens lutam* (1970). Fonte disponível em: < HYPERLINK "http://bit.ly/cGeUln" http://bit.ly/



pequena diferença, fornece facilmente o suporte da violência, como atesta a autoridade dos nacionalismos periféricos na Europa, pois muitos usam armas para expressar a busca do reconhecimento dos seus direitos culturais. O nacionalismo cívico apresenta igualmente uma patologia quando recusa a diferença em seu seio ao unificar, menosprezando as vontades ou absorvendo uma pluralidade cultural inerente ao espaço público, em nome de uma melhor eficácia política, de uma representatividade fiel ou de simples desejo de desafiar os estados rivais. Por fim, pode-se ousar afirmar que o nacionalismo carrega em si um princípio de violência. Pouco importa sua forma, seja cívica, cultural ou étnica. Se o nacionalismo como princípio concreto é uma necessidade para oferecer afabilidade a uma comunidade de homens e mulheres que não poderiam viver sem unidade, ele se torna perigoso quando pensado como um projeto político ou como um valor, cuja realização se torna uma finalidade em si, não somente um meio.

A ancoragem cultural da violência. A violência é também o resultado de um aprendizado que, em alguns lugares, se efetua sob certas circunstâncias por meio da colocação em destaque de figuras heroizadas de narrativas familiares de organizações adaptadas. Entre as condições socioculturais de peso que condicionam ao mesmo tempo a entrada e as formas de violência, o meio ambiente geográfico e o meio ambiente democrático têm uma posição de destaque. A topologia regional pode ter forte incidência na decisão de se juntar a um grupo armado e sob a dinâmica da violência que se instala em uma região. Exemplos disso é o isolamento montanhoso em certas aldeias, como na Chechênia e no Afeganistão, e a densidade urbana, sinônimo de anonimato, como no Paquistão ou no Iraque, que podem favorecer a entrada na violência de um indivíduo constrangido pela solidariedade étnica. Além do meio ambiente, o peso das tradições também encoraja a ação violenta, pois a obediência a palavras de ordem violentas pode revelar-se determinante na aceitação coletiva dos transbordamentos conflituosos.

Em seu artigo sobre a sociologia dos massacres, o sociólogo Jacques Sémelin² sublinha, com razão, o peso da tradição da obediência nas culturas cambojana e japonesa, explorado com muita habilidade por esse poder político de inspiração nacionalista. A transição para o ato ultraviolento em situação de guerra é viabilizado por todo um código de honra embasado na submissão da vontade individual às aparentes necessidades do coletivo importadas pela hierarquia. Todos nós conhecemos os camicases. Analistas e testemunhas afirmam, a respeito da responsabilidade pelo genocídio como consequência do condicionamento a que a massa camponesa foi submetida, obedecendo a um padre de Ruanda, que essa pele de submissão cultural aplica-se ao caso dos massacres nesse país. “Tenho a impressão de que os camponeses são sinceros e que não se sentem responsáveis pelos crimes que cometeram pela submissão à autoridade”, disseram jornalistas que enviaram informações.

Cultura de obediência, opressão dos pares no momento da transição para o ato violento, a ideia da tradição, da incitação à violência, nada disso pode ser desconectado da realidade

2. JACQUES SÉMELIN. Professor do Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po.) de Paris e diretor de pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas Internacionais (CERI/CNRS). Trabalha há vários anos as questões das violências extremas e dos assassinatos em massa, assuntos em que se tornou autoridade, inclusive fora da França. Dirige também o projeto internacional de uma enciclopédia dos massacres e genocídios: <<http://bit.ly/d5Xxd2>>.

sociológica, do meio no qual essas violências acontecem. O terreno africano serve muitas vezes de ilustração a essa tese de uma ancoragem cultural da violência, partindo dos castigos corporais com objetivo educativo na sociedade africana, passando por tradições que congestionam a vida dos habitantes, chegando até o lugar pouco invejado reservado às mulheres e aos fracos em um universo rude. O africano comum é submetido a uma multidão e violência que alimenta e naturaliza os conflitos mais políticos e mais visíveis a uma profusão de atos violentos que alimentam e tornam banais os conflitos mais políticos e mais visíveis. Embora eu não seja especialista, estas são apenas algumas tentativas para explicar um pouco por que as violências acontecem e se reproduzem em várias sociedades.

Aids, uma violência a mais. Como se não bastasse a violência de natureza política, a situação complica-se ainda mais porque, há cerca de 20 a 25 anos, outra forma de violência, que vem das doenças e das calamidades naturais, tornou ainda piores as condições na África. Uma dessas violências é a Aids. Sem dúvida, essa doença constitui uma grande preocupação para a humanidade, mas a Europa permanece em estado de alerta, ao passo que a África é mais atingida. Neste continente, morrer de fome é tão comum que as mortes causadas pela Aids são simplesmente mais uma maneira de morrer. A questão que se coloca é saber como serão as coisas no próximo milênio, ou ainda neste milênio, para as futuras gerações. Desde que o vírus começou a se propagar, 34 milhões de pessoas na África ao sul do Saara teriam sido contaminadas; desse total, 11,5 milhões já morreram. Apenas em 1998, a Aids matou dois milhões de africanos. Nenhum país da África escapou da Aids, embora alguns sejam mais castigados do que outros. Em Botsuana, por exemplo, onde mais de 25% dos adultos estão contaminados, as crianças nascidas no início desta década terão uma expectativa de vida de apenas 40 anos, ao invés dos 70 anos que viveriam se não estivessem contaminadas. Em muitas regiões da África ao sul do Saara, as chances de sobrevivência das crianças são menores, ao mesmo tempo em que aumentam as taxas de mortalidade infantil juvenil, suprimindo as vitórias conquistadas no decorrer dos anos. Nos países africanos mais atingidos, a Aids compromete também a economia, ao dizimar trabalhadores mais qualificados. E ainda mais grave, a Aids acarreta outras doenças, como tuberculose e parasitose, que, embora curáveis, continuam a causar milhões de mortes devido à falta de estruturas médicas indispensáveis.

Assim como a paz, a violência também não é um fenômeno natural. É difícil construir um processo de paz na África. Mas não é impossível. Na história da humanidade, tanto a paz quanto a violência devem ser entendidas como resultantes de processos históricos, nunca como fenômenos naturais. Ambas resultam de processos sociais, políticos e históricos. Tome-se como exemplo o campo de batalhas que um dia foi a Europa, que depois da Segunda Guerra Mundial construiu seu processo de paz, hoje ilustrado pela União Europeia – que, infelizmente, não contribui, ou pouco contribui com o processo de paz nos países africanos, antes suas colônias. Mas creio na solidariedade, como também penso que ninguém salvará os africanos se os povos africanos não se salvarem. E apesar das dificuldades alguns esforços estão sendo desenvolvidos nesse sentido. Podemos considerar que é um sonho. Talvez a minha geração não o veja realizado, mas talvez as gerações dos netos dos nossos netos



possam conviver com essa desejada paz no continente africano. Hoje existe na África uma organização para enfrentar coletivamente os problemas e as dificuldades africanas. Criada em outubro de 2002, em Abuja, capital da Nigéria, tem por objetivo principal a erradicação da pobreza no continente e a colocação dos países africanos, individual e coletivamente, no caminho do desenvolvimento e do crescimento sustentável, para deter a pobreza e a marginalização no processo de globalização.

Embora tenham consciência de que a África deve contar com suas próprias forças, esses dirigentes africanos ainda acreditam na solidariedade internacional. Por isso idealizaram uma organização chamada NEPAD, uma nova parceria multilateral. Além de contar com o apoio da NEPAD, a União Africana pretende desenvolver novos mecanismos de regulação de conflitos, notadamente a criação de uma força de paz. Para o futuro, pretende criar também um banco interafricano de desenvolvimento, um tribunal de justiça interafricano e uma moeda comum. São novos desafios a serem enfrentados, e é ainda muito cedo para avaliar seu sucesso ou insucesso no continente, cuja maior parte dos países ainda é frágil e depende das antigas metrópoles e potências do mundo ocidental.

Os direitos sociais, como bem-estar social, educação, saúde, alimentação, que são conquistas das lutas democráticas, são quase inexistentes em muitos países africanos. A violência prejudica os processos de construção das nações democráticas, mas alguns dirigentes africanos ainda insistem na condição de Estado-nação, em vez de aprofundar o caminho de construção de estados multinacionais, que refletem melhor as diversidades étnicas ou culturais da grande maioria dos países africanos. Enfim, é um longo processo. Não creio que venha cair do céu, porque no mesmo momento em que fazem seus discursos em fóruns internacionais prometendo ajudar a África, os fabricantes de armamentos continuam a produzi-los e a conseguir grandes lucros em todas as partes do mundo. Acredito que a África conseguirá construir internamente seus mecanismos de solidariedade e de fim da violência, mas a construção dessa fase só pode ocorrer por meio da união entre os países africanos. Só assim conseguiremos a tão almejada cultura de paz.

* **KABENGELÉ MUNANGA.** Professor titular do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da USP, e autor de mais de 80 publicações, entre elas: *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*, Edusp, 1996; *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*, Ed. Autêntica, 2003; *Para entender o negro no Brasil de hoje*, Editora Global, 2006; e *Superando o racismo na escola*, MEC, 2005.

3. NEPAD. *The New Partnership for Africa's Development*. Disponível em: <<http://bit.ly/aqqehZ>>.

4. UNIÃO AFRICANA. Disponível em: <<http://bit.ly/keGgC>>.

Mulheres na filosofia: uma história de exclusão deliberada

Celebração do Dia Internacional da Filosofia

6 de novembro de 2007

Marcia Tiburi e Dulce Critelli*



Dulce Critelli (à esq.): “Uma filósofa que se dispõe a usar o pensar para a reconciliação com a vida é uma pensadora que faz a diferença.”



Dulce Critelli e Marcia Tiburi homenageiam Hipatia, filósofa, matemática, astrônoma e professora, que ocupou a cadeira de Plotino na afamada Biblioteca. Morreu brutalmente assassinada por fanáticos.

As mulheres e a filosofia: uma história malcontada

Márcia Tiburi

Não há na história da filosofia alguma coisa escrita por uma mulher sobre as mulheres que nos permita explorar determinado assunto. E este campo da filosofia é muito novo no Brasil. A causa disso está nos anos da ditadura militar, que acabou com a liberdade de pensamento no país e fez parar todo um processo de crescimento do pensamento filosófico. Quem sobreviveu, no clero ou mesmo em meio à turma reacionária, tendo sofrido ou não a violência do período, foi vencedor por ter-nos passado o conhecimento. Já a minha geração não está sob a pressão da proibição do livre pensamento. Para mim, fazer filosofia é ajudar a produzir dentro da sociedade a liberdade do pensamento. Cada um de nós que tiver o cuidado de produzir pensamentos, atento ao que os outros dizem, pode fazer filosofia, sendo interlocutor aberto ao que os outros dizem, sendo mais questionador, mais perguntador, mais promotor de dúvidas do que simplesmente respostas que, em geral, facilitam ou encerram nossa vida.

As mulheres não pensam? “Como conversar num chá com suas amigas” é uma frase de um filósofo muito importante do século XX, Walter Benjamin. Marginalizado pela academia, nunca deu aula em universidades. Escreveu um texto na juventude sobre Sócrates no qual



conversava com seus colegas – e a isso se deu o nome de filosofia. A partir daí, minha busca pelas mulheres na filosofia transformou-se em uma espécie de equação. A hora em que me comunico com o outro e o outro comigo não é discurso ou arranjo de uma bela teoria, é a descoberta de um pensamento. Por isso filosofia é tão difícil, é mesmo uma seita. Por isso precisamos ter amigos com quem trocar ideias – é algo que deve ser feito em comum. As ideias surgem do todo, não pertencem a um único dono. É muito divertido olhar para a história da filosofia e imaginar que tenha havido uma mulher que pensou. Tive muitos alunos homens na UFRS, e de maneira geral, cerca de cinco anos atrás, as turmas de filosofia eram praticamente formadas por homens. E eles me perguntavam: “Onde estão as mulheres”, “As mulheres não pensam”? A questão muito mais séria era o porquê de as mulheres não terem participado da história da filosofia e, por anos a fio, de discussões outras. Ao ler *A República*, de Platão, é possível ver o problema. Ele critica com virulência Aspásia, mulher de Péricles. Esta é uma grande questão sobre a qual pensar.

Na Idade Moderna, ler filósofos do quilate de Immanuel Kant, Arthur Schopenhauer, Friedrich Nietzsche nos dá duas alternativas: consideramos as mulheres como fruto do tempo ou como debilidade da razão. Porque eles nos viam com incompetência, uma vez que “não somos capazes de levar adiante nossos pensamentos.” Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, escreveu *Emílio*. O personagem era bem-educado para a sensibilidade, a razão, as artes, um sujeito moldado para ser um homem superior, moderno, evoluído, o melhor que a educação poderia produzir. Já Sophia era a coitada que deveria ser criada e educada justamente para servi-lo.

Parênteses. Graças a Kant, não somos capazes de viver sem dignidade, respeito, liberdade. Uma das coisas mais importantes que ele falou em filosofia é que o ser humano deve responsabilizar-se pela humanidade, como um sujeito que possa estar inteiro na sua pessoa, mas porque está ligado aos demais na sua comunidade de forma transcendental e universal. Para ele, como ser humano com natureza racional, o homem deve “ser capaz de criar uma humanidade com dignidade”, um valor universal e essencial a todos – defensável por todos. Em seu livro *Fundamentação da metafísica dos costumes*, deixa isso muito claro.

O que fazer com as mulheres? Em *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant introduz a mulher naquele contexto, criando a desigualdade entre ambos entre elas e os homens. No universo kantiano moderno, científico, político, as mulheres têm lugar especial. A partir da criação do que chamou de “o direito pessoal da espécie real”, ele justifica e possibilita a criação do chefe como dono, possuidor de outro ser – a mulher. Nessa época, todos estavam muito preocupados com o que fazer com as mulheres. Na Revolução Francesa, as mulheres foram sublevadas: o decreto de 1795 proibia a reunião de mais de cinco delas em via pública: eram consideradas perigosas. Ao começar a conversar, poderiam ser levadas a quebrar/desestabilizar alguma coisa. Havia descoberto seu poder. Os homens as usavam a seu bel-prazer, e elas começavam a questionar esse uso. Para freá-las, eles passaram a usar a fertilidade como resposta ao “lugar da mulher na sociedade.”

Sexismo. Kant manteve seu discurso e escreveu ainda um livro mais pérfido – *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime na diferença entre os sexos* –, no qual atesta que o

homem é nobre e deve inspirar respeito, usar seu caráter e seu físico para inspirar a figura de um sujeito nobre. Deve sentir-se não muito arrumado, não muito inferior, largado até, diferentemente dos homens do período barroco, umas “peruas”. Nessa época, a proposição de sublime é ser nobre, mas desajeitado e até meio sujo. O homem não pode ser enfeitado, isso seria até incompatível com seu caráter másculo. Já as mulheres, desde menininhas, pela sua natureza, são cheias de trejeitos, não gostam das coisas desagradáveis. Pelo contrário, devem enfeitar-se. Enquanto o homem deve inspirar respeito, a mulher deve elevar os sentimentos do prazer, do agrado, da concordância, do afeto dentro de cada um: você olha e se sente bem diante do que vê em uma mulher. Esse é o seu dever. E quanto a uma mulher tentando aprender geometria? Não é que ela não saiba que não vai aprender geometria, é que foi estipulado que ela não saberia aprenderia. Imagine filosofia, então! Desde que o mundo é mundo, existe um problema sério em relação à questão da mulher-esposa: Sócrates falou mal da mulher. E neste seu livro, Kant diz que o homem sério deve casar-se e procriar. O homem procria com a mulher, e esta é escolhida por sua beleza e pelos dotes que tem para servi-lo, para enfeitar o lar. Kant diz que o homem também pode conversar com a mulher. O tempo vai passando, e uma coisa terrível vai ocorrer com a mulher. O tempo traz a velhice e a perda “do único motivo que o fez contrair aquela relação”, segundo Kant: a beleza. Então, o que fazer? Na prática do casamento, Kant sugere conversar com sua mulher. Fica arrependido com as mulheres, mas é o exemplo do pensamento sexista e tosco que havia no final do século XVIII e que penetrou com toda força pelo XIX e no século XX.

Falta de chance de participar: a verdadeira razão. A essa época, uma mulher chamada Mary Wollstonecraft¹ não concordava nem com Rousseau nem com o que lhe era imposto, menos ainda com a obra de Kant. Achava que os homens tentavam construir uma natureza de mulher burra, um enfeite e um ser inferior, o sexo frágil, um ser fraco. Em sua opinião, as mulheres eram mesmo historicamente fracas, mas porque não tinham estudado ou escrito filosofia por falta de chance de participação. Ela própria acabou não arrumando namorado, não fez parte da aristocracia e ficou pobre, tornando-se professora. Ao final, ousadamente, resolveu escrever, como uma alternativa à sua profissão. Não queria casar-se. “O feminismo é um direito de construir, uma humanidade universal de fato, na qual caberiam todas as pessoas, independentemente de sexo”, disse.

Precisamos pensar nas mulheres de forma cívica. O ideal de uma humanidade justa, ética, respeitosa envolve o passado, que está aqui em nosso presente. Nós, que podemos escolher nossos rumos, somos o resultado histórico de todas aquelas mulheres que lutaram em nome da liberdade que muitas vezes não tiveram. Somos as biquilhas bequilhas das mulheres proibidas de pensar, de fazer arte, de tudo aquilo que não fosse casar, parir e ser uma boa companheira. Diante do caminho que assumimos, já não vamos produzir uma sociedade tão tosca, tão antidemocrática. Devemos pensar em como incluir no projeto da humanidade universal as mulheres – ou pessoas como os negros (ex-escravos) e os pobres, que não se incluem no universo feminino, mas no todo, e também os homossexuais, que

1. Mary Wollstonecraft (1759-1797). Há três livros disponíveis para download em: <<http://bit.ly/s3j2Z>>.



ganharam muito com o universo feminino. É preciso que tenhamos a partir de agora uma prática de inclusão que historicamente não nos foi dada, em função de um poder patriarcal. Do ponto de vista filosófico, as mulheres sempre estiveram muito unidas. Agora que podemos fazer filosofia, vamos fazer uma construção de voz para falar de democracia.

O pensamento no feminino

Dulce Critelli

Há na filosofia, no pensamento, na ciência um modo masculino de pensar, viver e fazer as coisas. Oficialmente, toda nossa burocracia e nossa constituição social estão determinadas pelo modo de pensar masculino. Existe uma maneira de pensar treinada histórica e masculinamente. E há uma maneira de pensar femininamente. Majoritariamente, pensamos de forma masculina porque é o pensamento masculino que permeia nossa cultura. No campo do conhecimento, o que se descreve como pensamento científico envolve uma estrutura dorsal de começo, meio e fim. Esta estrutura deve produzir conceitos, definições e explicações que mostrem a mecânica das coisas e resultados, e me faça aprender a competir com ideias. Essas características coincidem com o modo de pensar do homem, mais focado na mecânica dos elementos do que nos elementos em si. A pergunta é: será possível identificar um pensamento feminino? Acho difícil. E se pegarmos exemplos de uma pensadora que tenha relação com o social, contemporânea?

Uma pensadora que faz diferença. Hannah Arendt é uma pensadora contemporânea, e cunhou a frase “Totalitarismo, como uma condição dos movimentos políticos e governos da nossa época.” Embora seja uma expressão usada pela população, foi ela quem a tornou categoria política através da qual discutimos formas de governo. Por seu modo de pensar e apresentar-se, foi considerada uma mulher controversa, e trouxe muita confusão ao cenário filosófico. A originalidade de seu pensamento em relação aos pensadores anteriores não permitia revelar se era de esquerda ou direita, liberal ou comunista. Seu pensamento foi simplesmente rejeitado, uma vez que em meio aos pensadores “tradicionais” não havia como “encaixá-lo”. Talvez esteja aí o motivo pelo qual os homens dizem que mulheres “traziam balbúrdia”. Hannah Arendt começa na filosofia trazendo aspectos diferentes e causando furor, fazendo diferença. Foi aluna de um dos maiores pensadores da época – o contundente e polêmico Martin Heidegger – e orientanda de Karl Jaspers.

O pensar a serviço da vida. Como aluna, acolhe o que recebe, respeita as questões, mas passa a pensar por sua própria conta. Ao fazê-lo, apresenta uma forma diferente de pensar, característica basicamente feminina, que pode servir para pincelarmos as possibilidades da participação feminina na filosofia. Hannah foi uma pensadora provocada por sua própria vivência: pensou, problematizou e resolveu toda a sua experiência de vida como judia perseguida. Não fez como a maioria dos filósofos de seu tempo: não pensava motivada pelos livros, ou com base no pensamento dos outros, mas pelas circunstâncias concretas do que via. Esta é uma diferença extremamente importante. Seu pensamento baseia-se nos acontecimentos, e ela dialoga com pensamentos anteriores, buscando nos livros uma luz para

a compreensão. Entretanto, é na concretude da vida que busca sua reflexão: “Quando o evento nos faz pensar, é porque nos tira o nosso lugar no mundo.” É esse tipo de evento que nos provoca o pensamento para que compreendamos o que aconteceu, para que possamos nos reconciliar com a realidade e nos realocar no mundo. A riqueza desse pensamento está em dizer que o pensar não está a serviço do pensamento, mas da vida e da nossa alocação na vida. Uma filósofa que se dispõe a usar o pensar para reconciliar-se com a vida é uma pensadora que faz a diferença.

Penetrar no âmbito das questões. Esta relação com a compreensão dos eventos, que nos leva a agir, motiva-nos a querer voltar a ocupar um lugar perdido. Essa é a angústia humana fundamental. Hannah nos ensinou a lidar com isso, a estar disponíveis, a ser convocadas para vivenciar essa angústia que pode ser provocada individual ou coletivamente para viver, pensar e, uma vez que vivemos, para compreender e superar. Foi o que a fez prosseguir. Hannah odiava ser chamada de filósofa. Seu um pensamento livre transita por várias áreas da Ciência. Sabendo da angústia da imortalidade, Hannah Arendt foi estudar a história da evolução humana, mas seu ponto de vista era o da humanidade: a filosofia devia fazer algo que não faz, que é “ter um coração compreensivo.” Sua convicção passa a ser a de que “não se faz filosofia apenas com razão e metodologia.” Ela diz que “o pensamento tem que ter coração” – não no sentido vulgar de que mulher sente e homem pensa, mas no sentido de que, ao pensar, temos que penetrar no âmbito das questões: “pensar para se reconciliar com a vida.” Trouxe para a política categorias como promessa e perdão (“Única forma de livrar da história para a não repetição de um ato lesivo”). E quando se acredita no dom de iniciar, de trazer novos começos, o perdão se instaura – “uma civilização livra-se para seu destino, liberta-se para novas possibilidades.”

Uma provocação. Para as relações internacionais, nas quais imperava a vingança, Hannah traz a ideia da promessa, do respeito e da amizade – categorias políticas criadas a partir das relações humanas. Ela tem alguns traços que não reconheço na produção da filosofia nem da ciência. Se tivéssemos que fazer filosofia com essas categorias, a política, como ação, teria sido completamente diferente. Não precisamos ver em sua forma de pensar um modelo a ser imposto. Mas vale como provocação de como poderia fazer a diferença em nosso mundo. Como o feminino pode sair das sombras e atuar na luz? Sugiro ler Hannah Arendt. A pedido de Carl Jung, ela escreve um artigo para um jornal – *A humanidade da mulher* –, no qual fala da capacidade criativa da mulher, cerne de seu pensamento. Queria entender o que é tão feminino no espaço da política, na filosofia. Porque não basta abrir espaço para o feminino, é preciso parar de se entender de forma unidimensional. Homens e mulheres também incorporam papéis femininos e masculinos ao longo do tempo. Mas a instituição política está com mulheres que pensam como homens. Vivem da maneira como o conhecimento cristalizou-se – de forma masculina. Será que a relação que a mulher precisa impor agora é de contraposição à que aí está? Não tenho certeza. Se o homem abrir mão da guerra e da violência já teremos um ganho. Mas não sei se a mulher deve brigar com o homem para impor o ponto de vista feminino. Quero respeito às diferenças.



* **MARCIA TIBURI**, graduada em Filosofia e Artes, mestre e doutora em Filosofia, escritora, autora de *As Mulheres e a Filosofia*, *O Corpo Torturado*, *Uma outra História da Razão*, *Metamorfoses do Conceito*, *Diálogo sobre o Corpo*, *Magnólia* (romance), *A Mulher de Costas* (romance), *Filosofia em Comum – para ler junto* (no prelo). Professora da FAAP, do curso de formação de escritores da AIC, colunista das revistas *Cult* e *Vida Simples*, e participante do programa de TV *Saia Justa*.

DULCE CRITELLI, graduada em Filosofia, mestre em Filosofia da Educação e doutora em Psicologia da Educação. Professora titular do departamento de Filosofia da PUC-SP, nos cursos de graduação e pós-graduação. Consultora e terapeuta existencial e articulista da *Folha Equilíbrio* do jornal *Folha de São Paulo*. Autora dos livros *Análítica do Sentido*, *Educação e Dominação Cultural*, *Todos Nós... Ninguém*, e de diversos artigos em livros e revistas.

Povos indígenas do Brasil

17 de junho de 2003

Carmem Sylvia Junqueira*

Não se sabe exatamente quando o homem produtor de cultura surgiu na face da Terra. A hipótese mais corrente é de que ele tenha surgido há dois milhões de anos, que tenha vivido como caçador e coletor em 99,9% do tempo, e que apenas nos últimos dez mil anos tenha começado a domesticar, plantar e controlar fontes de energia. Calcula-se que já tenham existido 80 bilhões de pessoas – 90% delas caçadores e coletores, 6% agricultores, e o restante já integrado à sociedade industrial. O que aconteceu com os caçadores e coletores? Há dez mil anos, no período neolítico, a Terra quase toda era coberta por eles. Cerca de oito mil anos atrás, metade do globo já era ocupada por agricultores e pastores. E quando o Novo Mundo foi descoberto, apenas 15% da superfície da Terra eram ocupados por caçadores e coletores – do século XVI para cá, 15%. A partir de então começaram a decrescer não só esses povos, mas também as sociedades agrícolas, as de pescadores e as indígenas, chamadas tribais.

Brasil: 216 povos, 180 línguas faladas. No Brasil, supõe-se que cinco milhões de pessoas tenham pertencido às sociedades indígenas. Este cálculo, feito com base no registro de batismo dos índios nas missões jesuítas do Sul do país, é uma estimativa grosseira. O censo de 2000 registrou algo em torno de 700 mil, e há ainda povos ameaçados de extinção. Segundo o Instituto Socioambiental,¹ 12 povos têm população entre dois e 38 indivíduos. Possivelmente, os de dois indivíduos já foram extintos, e os que têm 38 correm o mesmo sério risco. Geralmente, quando os povos indígenas entram em contato com os órgãos governamentais, há uma queda drástica da população por contágio, contaminação de várias ordens e, se não forem aniquilados nesse primeiro encontro ou não ficarem reduzidos a uma população muito pequena, podem ter sobrevida. De fato, não existe um censo indígena – até porque há índios que não querem contato com “não índio”, e os números resumem-se a uma estimativa muito duvidosa. De qualquer forma, o Brasil é um país cuja língua oficial é o português, com mais ou menos 216 povos que falam 180 línguas.

Considerando que povo é todo grupamento humano com modo de vida diferenciado e língua diferente, há evidências de que existam pelo menos 42 povos que não mantêm qualquer relação com organizações ou agentes governamentais, a maioria deles situada na Amazônia legal, região fronteira do Acre, Peru e Bolívia. Também não existem dados precisos sobre os povos indígenas que vivem nas zonas urbanas de Manaus, em São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro, em Boa Vista (Roraima, onde há grande população de índios

1. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <<http://bit.ly/cQ5W42>>.



macuxi), em várias cidades do Mato Grosso do Sul, e em São Paulo – na Região Metropolitana – embora vivam índios guarani no bairro do Morumbi, e índios pankararu na favela do Real Parque.

Vários “Brasis” também entre os indígenas. Como disse o historiador Eric Hobsbawm,² tradições são inventadas e, possivelmente, atribuímos mais legitimidade às milenares. Chama atenção a diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil. Dos Cinta Larga aos Camayurá, é como ir da Rússia ao Afeganistão: a língua e o modo de ver as coisas são diferentes, ainda que tenham o mesmo tronco linguístico, o tupi. A relação com culturas vizinhas pode tanto aumentar quanto diminuir a diversidade cultural entre esses povos. Há casos de índios que começam uma mudança em função da proximidade com seus vizinhos. Adquirem e incorporam seus hábitos. Mas no alto Xingu, viver com povos vizinhos é justamente o que garante a diversidade de cada um; não querem se igualar, e é grande ofensa confundi-los; querem distinguir-se. No mais, de norte a sul do Brasil, a maior parte dos povos indígenas já incorporou, em menor ou maior proporção, hábitos, técnicas, instrumentos de trabalho da sociedade brasileira, algo da nossa tecnologia e também outras práticas da nossa sociedade: catolicismo e várias modalidades de protestantismo que acabam chegando à aldeia, em parte porque o próprio governo estimula a aproximação ao descobrir um grupo.

A abordagem é feita por meio de objetos pendurados no meio do mato (tesoura, faca, machado), no lugar por onde os índios passam, até que aceitem e se estabeleça um contato regular. Praticado durante quase todo o século XX, foi assim que se abriu espaço para que a FUNAI³ e o SPI⁴ instalassem postos de proteção para o atendimento de saúde e proteção à terra porque, de fato, esses povos estão em áreas perigosas, desejadas por garimpos, mineradoras. Em Rondônia, quando o garimpo teve início, com as mineradoras, os índios experimentaram em dez anos uma evolução de quase dez mil anos.

Processos, instituições e metafísica. Os povos indígenas brasileiros estão em diversos estágios de envolvimento com a economia do país, e também assimilaram técnicas, instrumentos e formas de comportamento, em maior ou menor grau, a depender da proximidade e da qualidade da relação que mantiveram. Mas, de maneira geral, aqueles que vêm para cidade moram no Morumbi, têm muita dificuldade para adaptar-se – por exemplo, como servente de obra. Os que permanecem na aldeia, bem ou mal, ainda conseguem ter qualidade de vida. Alguns povos insistem em manter os modos tradicionais, porque perceberam que ganham mais visibilidade quando não se diluem na população brasileira. Fixos em relação ao comportamento tradicional, acabam sendo muito solicitados no exterior. De forma geral, todos os povos indígenas do Brasil guardam mais diferenças do que similaridades com a sociedade brasileira, ao passo que a diferença entre os povos indígenas é menor – há formas de comportamento, instituições, valores que acabam por uni-los como grupo. As similaridades culturais, as mais profundas, são maiores do que as diferenças.

2. Eric Hobsbawm. Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/cE0HVD>>.

3. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Funai). Disponível em: <<http://bit.ly/aKg28V>>.

4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI). Disponível em: <<http://bit.ly/d7JKpw>>.

É interessante perceber em que grau de elaboração eles se encontram na reflexão sobre a cultura. O que chama a atenção é o uso que fazem da antropologia. Mais do que para analisar o outro, eles a utilizam para reafirmar sua própria cultura, para mostrar que sua sociedade tem processos, instituições e metafísica – para manter as tradições e explicar o nascimento, o viver sob aquela cultura, e por que essa cultura se torna natural, tal qual fruto da própria biologia.

Uma sociedade rica. Na década de 1970, o antropólogo americano Marshall Sahlins⁵ recolheu em estudos dados disponíveis dos povos caçadores do início da humanidade. Em uma comparação de informações referentes à maneira de viver, à rigidez do corpo e à satisfação dos povos, tudo por meio da literatura obtida, concluiu: os povos caçadores viviam em uma sociedade rica. Escândalo! Na verdade, o que Sahlins queria transmitir era o fato de que não ter muitos bens não significava não viver em abundância. As instituições por eles criadas, no decorrer de sua história, levavam à satisfação plena de suas necessidades. Para Marshall Sahlins, essas sociedades gozavam de abundância porque, de fato, a fartura pode ser alcançada por dois caminhos: produzindo muito ou desejando pouco. Na forma como se pensa em nossa sociedade, a riqueza está intimamente ligada ao conceito de abundância, desde que seja a de ter uma necessidade satisfeita. A questão é que, se essa necessidade é ilimitada, o próprio sistema gera as necessidades, e o processo não acaba nunca. Quanto maior a produção, maior a necessidade de abundância, que gerará maior bem-estar e riqueza – isso sem considerar as desigualdades, sem considerar o outro. Assim, nesses termos, a sociedade será mais rica na medida em que produzir mais, na medida em que for mais elevado seu nível de produção e de consumo.

Outro pressuposto é imaginar que duas pessoas vão a um pomar de laranjas: uma delas se satisfaz com duas laranjas, a outra se satisfaz com três, e ambas estão satisfeitas. A produção de laranjas, *a priori*, não tem limite, é natural. Os índios também pensam bastante nisso. Não é a quantidade produzida que deve definir o bem-estar das pessoas, mas suas necessidades básicas de satisfação. É possível produzir pouco e não ser pobre, desde que as necessidades sejam atendidas e com o máximo de criatividade. Não se trata de não atender às necessidades, mas sim de satisfazê-las de forma diferente. Não há nada de pobre nesse modo de vida.

Ócio criativo. Quando se conhecem as sociedades indígenas do Brasil, vê-se que esse estilo de vida ainda persiste – ou pelo menos um resquício dele –, mesmo em sociedades com um consumo maior. Um exemplo é o povo camaiurá. Um adulto responsável trabalha para sustentar a família, para receber com fartura amigos e parentes, e para cooperar na realização das festas. Seja homem ou mulher, é considerado um adulto trabalhador aquele que esteja apto a sustentar todo esse luxo. Na época de maior atividade, de seca, esse adulto trabalha 26 horas semanais. Na estação das chuvas, essas horas são divididas por dez. Ou seja, em média, um adulto desse povo trabalha 13 horas por semana para manter seu padrão

5. Marshal Sahlins: americano, é um dos mais proeminentes antropólogos da atualidade. Sua biografia completa pode ser encontrada em: <<http://bit.ly/cKL9FV>>.



de vida, considerado alto para aquela comunidade. Na década de 1940 – talvez até um pouco antes –, quando entraram em contato com machados de metal, os camaiurá reduziram o tempo de trabalho, em vez de aumentar a produção. A justificativa: “Quando o machado era de pedra, os avós acampavam, e eram necessários 15 dias para derrubar uma árvore; trabalho duro. Quando veio o machado de metal, uma árvore é derrubada em uma hora, no máximo. Se for uma árvore muito grande, em poucas horas.” Eles aproveitaram a redução do tempo trazida pela “tecnologia” para fazer mais festas, para dedicar mais períodos à criatividade, para inventar coisas e para ir às cidades.

Encadeamento de obrigações sociais. Outra característica das sociedades que vivem em aldeia é o encadeamento das obrigações sociais: existe o produtor adulto, seja homem ou mulher – uma pessoa que está trabalhando, ainda na ativa. Sua responsabilidade implica a reposição dos alimentos para a casa, as festas – muito importantes em uma aldeia, a comunidade indígena –, para sustentar as crianças (ou pré-produtores) e os velhos (pós-produtores). No caso dos índios camaiurá, a energia gasta pelo adulto produtor é de 26 horas semanais. O velho que produzia quando o adulto produtor era criança agora é sustentado por esse produtor. De certa forma, é como se agora o produtor pagasse uma dívida; e ele sustenta a criança como “investimento” para quando envelhecer, porque será sustentado por ela. Quando ainda há uma comunidade, o encadeamento das obrigações sociais é percebido como pagamento de uma dívida: pelo velho, aos seus ancestrais, por permitirem sua existência; pelo produtor, ao velho que o sustentou enquanto criança; e pela criança, que por ser sustentada pelo produtor, será um adulto produtor devedora. No Brasil, esse mesmo tipo de encadeamento de obrigação replica-se em algumas localidades rurais, mas restringe-se ao âmbito familiar. O interessante na comunidade indígena é que esse encadeamento é vivido socialmente, não apenas em uma família. Na tribo, sustentar a criança significa também que ela será produtora de cultura. Quanto aos velhos, a dívida com eles está na detenção da tradição do grupo, no conhecimento da história daquela sociedade sem escrita. Talvez isso mude, e os velhos até venham a perder importância com a introdução da escrita. De qualquer forma, no caso do Xingu existe o mito de que o velho carrega a legitimidade do conhecimento e da tradição.

A sociedade atual: a satisfação a qualquer preço. Autores modernos têm discutido muito um novo tipo de encadeamento, de aspectos perversos na nossa forma de vida, nossa maneira de viver em sociedade. Primeiro, as necessidades sempre duvidosas, porque atribuídas simbolicamente. Nestes últimos 50 anos, o que se vê é que a sociedade passou das necessidades para o desejo, aqui como expressão do eu íntimo. Para a nossa sociedade não existe a união, a reflexão sobre a questão do consumo – estamos fadados a jamais encontrar satisfação. Da necessidade passamos à busca da satisfação do prazer, e deste, para o querer por querer. O que se tem, de fato, são a aceleração e a diversificação, em um enriquecimento das formas de querer sem limite lógico.

Uso sustentável da natureza. Falando em práticas, o que parece lógico para nossa sociedade não é lógico para os índios, e vice-versa. Um exemplo é o uso sustentável da natureza em favor da sobrevivência dos camaiurá. Em época de festa, quando precisam de

grande quantidade de pescado, em uma atitude bastante rica em relação à natureza, costumam cercar um braço de rio para “envenenar” e pegar os peixes. Para isso, utilizam um pó que paralisa o sistema respiratório do peixe. Ao subir, os peixes são catados em bacias e peneiras, e quando a quantidade necessária é atingida, as crianças fazem pipi na água, porque a urina neutraliza aquele veneno. O braço do rio é reaberto e os camaiurá continuam zelando por sua própria sobrevivência, e garantindo também a vida de seus recursos naturais também. Como estão em contato direto com essas fontes, sabem que se repetirem esse procedimento o tempo todo daqui a pouco não haverá mais peixes. Enquanto isso, nosso distanciamento das fontes que nos sustentam é tão grande que sequer conseguimos ter essa atitude, que deve ser aprendida na escola.

Ao apreciar as sociedades em que tudo isso é inserido no próprio mecanismo social, e não por alguma generosidade abstrata, a conclusão mais óbvia a que se chega é que está mais do que na hora de repensar nosso próprio modo de vida, o social, o cultural. Uma comunidade é um grupo que tem pelo menos essas duas características internas. Por quanto tempo nossos povos indígenas vão resistir ao cerco, ao assédio? Ninguém acreditava que os guarani resistiriam, e aí estão há 500 anos – são quase clandestinos em nossa sociedade: durante o dia são pedintes, vendedores de flechinhas com pena de galinha; à noite, são guarani na aldeia, nas cantorias, através das quais falam com seus deuses, que só atendem às preces cantadas. Isso mostra que muitos povos já caíram na pobreza porque, de fato, começaram a desejar mais e perderam as próprias fontes que geravam sua subsistência; perderam terra e perderam os rios limpos.

Ainda assim, vejo com bastante otimismo as mudanças que vêm ocorrendo em nosso próprio modo de vida. Vejo não só na resistência dos índios, mas também em nossa possibilidade de refletir sobre o nosso próprio modo de vida, a possibilidade da recuperação do ser humano. E isso começa com cada um – cada um é uma força única capaz de gerar movimento e fazer diferença.

* **CARMEN SYLVIA JUNQUEIRA**: professora titular do Depto. de Antropologia da PUC-SP; leciona no Programa de Estudos Pós-graduados PUC-SP. Doutora em Antropologia. Atualmente faz pesquisa no Mato Grosso, no Parque do Xingu. Tem uma vasta relação de trabalhos publicados, entre os quais os livros: *Os Índios de Ipavu* (Editora Ática); *Antropologia Indígena* (EDUC); e *Sexo e Desigualdade entre os Camaiurá e os Cinta Larga* (Editora Olho D’água).



Sociedade de consumo: qual o próximo passo?¹

5 de agosto de 2008

Helio Mattar*



Consumo consciente é aquele feito com consciência dos seus impactos voltados à sustentabilidade da vida no Planeta.

“O momento atual é o da escolha pela vida. E a beleza desse processo é que a escolha é individual e, ao exercitá-la, o consumo revela-se um exercício de identidade.”

Consumo consciente é aquele feito com consciência dos seus impactos em relação à sustentabilidade da vida no planeta. De modo geral, o consumidor não tem a percepção de que a forma de consumir gera impacto. Para ele, a palavra “consumo” está atrelada apenas ao ato de comprar, quando, na verdade, começa bem antes disso. O que, como, por que e de quem se adquire, como usar e descartar; todas essas ações integram o ciclo do consumo, e seus impactos envolvem quatro dimensões: o próprio indivíduo, as relações sociais, a natureza e a economia.

O poder do consumidor. O indivíduo percebe, sozinho e coletivamente, que o consumo traz bem-estar – um dos elementos importantes e fáceis de notar. Mas impactos sobre relações sociais, natureza e economia são mais difíceis de perceber. O que se pretende no consumo consciente é maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos. Para isso, busca-se levar o consumidor a encarar que todo ato de consumo tem impacto nas quatro dimensões; que gera uma reação em cadeia, cujos resultados vão afetar a todos; e que atos “individuais” de consumo são transformadores da sociedade. As pessoas geralmente, têm baixa autoestima, quando, na verdade são elas, individualmente, que têm um forte poder transformador da sociedade. Hoje, a expectativa média de vida no Brasil é de 72 anos; há 50 anos, era de 49. Esse aumento nos deu mais tempo para viver e também para consumir, e

1. A íntegra do áudio e apresentação visual deste fórum está disponível em: <<http://bit.ly/c5mcBG>>.



23 anos são uma quantidade expressiva de tempo. Ao longo da vida, queiramos ou não, somos multiplicadores da forma como consumimos, em relação a amigos, familiares, a comunidade espiritual, esportiva, de bairro etc. Isso se dá porque temos várias facetas; ser consumidor é apenas uma delas. Quando nos tornarmos consumidores conscientes que trabalham pela sustentabilidade do planeta, agimos diretamente pela nossa própria relação com os recursos naturais, os produtos e os serviços, ao decidir nossas escolhas. Mas indiretamente, atuamos como agentes indutores das empresas.

As empresas são os agentes sociais mais poderosos no mundo: das cem maiores economias do mundo, 49 não são países, e sim corporações, com presidentes eleitos não pelo voto popular, mas por um conselho de administração. Se têm mais poder do que 160 países, individualmente também são mais poderosas do que muitos países. Trabalhar com responsabilidade social e pela sustentabilidade do planeta requer que essas organizações pratiquem autorregulação. Isso ocorre quando o consumidor consciente torna-se um dos grandes agentes desse processo, afetando o cotidiano corporativo. O consumidor consciente mobiliza outros consumidores para que exerçam sua consciência no consumo e, por via de três ações – sua própria ação, a ação sobre as empresas e a ação de mobilização dos outros –, torna-se um extraordinário agente transformador da sociedade.

Sobrevivência versus felicidade. Para abordar a questão do consumo e sua relação com a sociedade, usarei um artifício. Imaginemos o conceito de ética como um axioma básico, o “não fazer ao outro o que não quer que seja feito a si próprio” ou, positivamente, “fazer ao outro o que quer que seja feito a si próprio”. Há um caso bastante interessante que ilustra o motivo pelo qual estou reduzindo a ética a este conceito simplista: na época da seca, uma tribo xavante localizada ao norte de Goiás divide a pouca comida disponível. Todos emagrecem, inclusive o cacique e o pajé – sem distinção de poder. Por outro lado, quando as águas são abundantes, todos comem e engordam igualmente. A isso se dá o nome de consumo ético de alimentos. Significa dizer que o cacique e o pajé fazem aos demais membros da tribo o que gostariam que lhes fosse feito. Qualquer pessoa poderia dizer que tal fato vai contra o instinto natural de sobrevivência. Na verdade, para essa tribo, a sobrevivência só tem valor se for coletiva: de nada vale ao cacique, ao pajé ou a algum membro da tribo sobreviver sozinho. O valor da sobrevivência não deve ser individual, mas coletivo.

Consumo competitivo. Se houvesse consumo consciente, não teríamos cerca de 850 milhões de famintos, 1,2 bilhão de pessoas em estado de miséria, e quase três bilhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. O conceito de sociedade de consumo é muito novo: começou após a Segunda Grande Guerra, quando a propaganda de massa passou a criar o paradigma de que para ser feliz é preciso possuir. Dessa forma, carros, geladeiras etc. não são comprados apenas para servir a propósitos específicos, mas como símbolo de *status*. Alguns estudos demonstram essa questão. De 1946 a 1996, a renda *per capita* nos Estados Unidos cresceu 160%. A cada cinco anos, um índice ao qual se chamou de “bem-estar subjetivo”, ou de “percepção de felicidade”, foi produzido com base em questionários. O resultado manteve-se estável no mesmo período. Aplicado ao Japão, esse mesmo

questionário obteve resultado semelhante. A diferença foi o crescimento da renda *per capita* no pós-guerra: 500%. Isso significa que o consumo, estimulado pela renda, tornou-se absolutamente competitivo. A sociedade passou a consumir não apenas por bem-estar, mas porque todos estavam consumindo. Assim, consumir era algo que se fazia para poder pertencer à sociedade. Ainda que muitos não pensem assim, é fato: se há quem precisa estar no mesmo nível, é porque consome competitivamente. O sociólogo francês Pierre Bourdieu,² em seu livro *Meditações Pascalianas*, reflete isso muito bem: “Talvez não exista pior privação, pior carência do que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida – em suma, por humanidade.” Em uma sociedade que nos reconhece a partir do que consumimos, estamos em uma guerra, uma luta contínua por reconhecimento, perdida por definição.

Um bilhão de pessoas a cada 12 anos. Em inglês, a palavra para “consumo” é *consumption*, que na década de 1930 era atribuída à doença tuberculose – consumia o ser humano por dentro. Ou seja, antes de “consumo” ter o sentido de “aquisição”, “compra”, foi doença. Posteriormente, ao assumir seu verdadeiro sentido, tornou-se também uma doença, só que de outro tipo. Antes escondidas em etiquetas, as marcas passaram para o lado de fora dos produtos e tornaram-se cada vez maiores – símbolo de *status* e de pertencimento a determinado grupo. O consumo exacerbado da sociedade de consumo tem um reflexo brutal sobre a sustentabilidade, sobretudo devido ao rápido crescimento da população mundial. Levamos mais ou menos 50 mil anos para chegar a um bilhão de pessoas – desde que o *homo sapiens* passou a existir até 1804. Em seguida, foram necessários somente 23 anos para dobrar a população, e 33 anos depois para chegar aos três bilhões. Para o quarto bilhão, a quantidade de anos caiu para 14. A previsão é que cheguemos em 2020 com 7,7 bilhões de habitantes na Terra. Isso dá um bilhão a cada 12 anos. Thomas Malthus³ olhava essa evolução da humanidade e previa que não haveria alimento para todos. Errou, uma vez que produzimos comida para cerca de 11 bilhões de pessoas, e somos 6,7 bilhões. Ou seja, há um enorme desperdício, já que 800 milhões de pessoas passam fome: jogamos fora cerca de 50% dos alimentos que produzimos. A questão não está em produzir mais ou menos, mas a que custo social e ambiental a comida está sendo produzida. No pós-guerra dobramos a população de três para seis bilhões, e o consumo quadriplicou nas compras de serviços domésticos, saindo de U\$ 5 trilhões para U\$ 20 trilhões em apenas 40 anos; em 40 anos, duas vezes mais pessoas e quatro vezes mais consumo.

Consumimos 30% mais do que a Terra é capaz de renovar. O impacto disso sobre a demanda de recursos do planeta é extraordinário. Obviamente, não existe consumo sem usar matérias-primas, energia ou água na produção. Em média, hoje já consumimos 30% mais do que a Terra é capaz de renovar. Isso ocorre com apenas 25% da humanidade

2. Pierre Bourdieu (1930-2002). Revitalizou a sociologia, propagando-a como ninguém. De suas inúmeras obras, mais de 20 foram traduzidas para o português. Fonte disponível em: <<http://bit.ly/cEJUbd>>.

3. Thomas Malthus (1766-1834). Economista político preocupado com o que afirma ter sido o declínio das condições de vida dos ingleses do século XIX, o qual atribuiu ao aumento populacional, à incapacidade do mundo de prover recursos naturais necessários para acompanhá-lo, e à irresponsabilidade das classes mais baixas. Foi a favor do controle de natalidade. Fonte disponível em: <<http://bit.ly/9pzUij>>. Livros disponíveis para leitura *on-line* em: <<http://bit.ly/c2aVUL>>.



consumindo acima de suas necessidades – cerca de 1,7 bilhão de pessoas. Comparativamente, 2,7 bilhões de pessoas estão abaixo do nível de pobreza, 1,2 bilhão está abaixo do nível de miséria. Imagine o que aconteceria se todos tivessem a mesma capacidade de consumo que aqueles 25%. Em 1960, consumia-se 50% do planeta; em 1970, 70%; na década de 1980, o percentual subiu para 90%. Em 1997, já estávamos consumindo o planeta inteiro. Em 2007, ultrapassamos em 30% a capacidade da Terra de renovar água limpa, ar respirável, terra agricultável e absorção de resíduos. Portanto, estamos consumindo nossa própria casa. Usando o instrumento da “pegada ecológica”⁴ – ou o número de planetas necessários para certo modelo de produção, com uso muito mais eficiente das matérias-primas, de energia e de água que, ainda assim, nos levasse a mudar o modelo na direção de efetivamente cada um consumir aquilo de que realmente necessita –, para manter os países com base em seu nível de consumo precisaríamos de cinco planetas, se todo o mundo consumisse como Estados Unidos, Austrália e Canadá; precisaríamos de entre três e quatro planetas, se todos consumissem como o norte e o oeste da Europa juntos; de dois planetas, se o consumo mundial fosse como o do sul da Europa; e precisaríamos de dois planetas se todo o mundo consumisse como nós, países emergentes. Isso significa que precisamos mudar o modelo de produção. Porque as populações mais pobres não vão dizer “Agora que chegou minha vez de consumir, não posso, porque os recursos acabaram?”

A escolha como exercício de identidade e alteridade. O momento atual é o da escolha pela vida. E a beleza desse processo é que a escolha é individual e, ao exercitá-la, o consumo revela-se um exercício de identidade. O livro de Bauman⁵ mostra exatamente isso: o exercício da identidade contido no consumo. O consumo consciente, ou o consumo daquilo que seria efetivamente o de que precisamos, é um exercício de alteridade, no qual olhamos para fora de nós, vemos o impacto que isso causa sobre o nosso planeta, a sociedade, a economia, nós mesmos, e tomamos uma decisão diferente. Estudo do Ministério do Meio Ambiente, divulgado em setembro de 2006, mostra que 80% das espécies marinhas com valor comercial estão em situação de sobrepesca. É o caso da sardinha, antes encontrada em todo o litoral brasileiro, e hoje somente em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Esses fenômenos refletem a insustentabilidade que, em maior ou menor grau, são sinais do aquecimento global. A Terra está com febre, e é gravíssima. As previsões mostram que, entre 2000 e 2100, o aumento da temperatura poderá ir de 1,8 grau a 4,5 graus, com efeitos que podem mudar a geografia do mundo. Há 60 anos, Gandhi já dizia que “A Terra tem o suficiente para todas as nossas necessidades, mas apenas para o que é realmente necessário”.

A cultura de paz, uma atitude. No Manifesto por uma Cultura de Paz e Não Violência,⁶ a UNESCO reconhece a necessidade de mudança, reconhece a cota de responsabilidade de cada um em relação ao futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje, com as gerações futuras. Nossa espécie, extremamente hedonista, individualista e imediatista,

4. Para conhecer a sua “pegada ecológica”, acesse: <<http://bit.ly/OwuQM>>.

5. BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008. Primeiro capítulo disponível para leitura on-line em: <<http://bit.ly/9Z8chP>>.

6. Conheça o *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência*. Disponível em: <http://bit.ly/b89Vj1>.

não tem visão de longo prazo. Pensa ainda que a insustentabilidade seja um problema para daqui a cem anos. Por que a humanidade não consegue fazer a mudança? Porque os impactos do consumo não são vistos como tal, não temos a percepção de que o consumo tem impacto. Não nos percebermos como agentes transformadores da sociedade, por meio de nossos atos de consumo, o que requer uma nova visão do papel do consumo de nossas próprias vidas em relação aos impactos que esse consumo gera.

O lixo eletrônico cresce três vezes mais do que o lixo comum. Todos os dias, os EUA descartam 426 mil telefones celulares. No Brasil, são 111 milhões de linhas, número que triplicou em cinco anos; 24 meses é o tempo médio para troca, e 140 mil celulares são descartados todos os dias no país – ou seja, 1/3 do que ocorre nos EUA. Uma parcela equivalente a 60% do lixo brasileiro vai para lixões, provocando o vazamento dos *chips*, que se misturam com outras substâncias, como o chorume – líquido que sai do material orgânico que se decompõe. Tudo vai para o lençol freático, as águas. Como cerca de 22 milhões de pessoas no Brasil tomam água sem nenhum tratamento e, segundo o Ministério da Saúde, 68% das doenças têm origem na má qualidade da água, é possível calcular os danos à saúde causados por aquelas substâncias. Não menos danoso é o impacto do descarte do óleo de cozinha, aparentemente inócuo. Em 40% por cento dos casos, ele se decompõe, emite gases de efeito estufa e causa aquecimento que, por sua vez, provoca mudanças climáticas. Ou também vai para o lixão e desemboca no lençol freático, contaminando a água e causando problemas de saúde. As soluções são definitivas, e chamam-se reciclagem. Aos 70 anos de vida, uma pessoa terá produzido uma quantidade de lixo suficiente para encher, até o teto, um apartamento de 50 m². Tudo o que é feito todos os dias, ao longo de toda uma vida, terá grande impacto. Consumimos água, energia, alimento, roupa etc. todos os dias de nossa vida. Mas é somente fazendo cálculos e projeções que as pessoas passam a entender que, sozinhas, realmente fazem muita diferença. Em um único ano, a população de 180 milhões de brasileiros produz uma quantidade de lixo que encheria 125 mil prédios. Como mudar toda a forma como vivemos, baseada em um consumo desenfreado?

Dicas. Podemos promover no dia a dia um novo modelo de consumo em que deixemos de lado o que é descartável, respeitando os recursos naturais, utilizando e valorizando o que é durável. Afinal, uma coisa só pode ser descartável depois de ser usada de novo, e de novo, a partir de um princípio de durabilidade do global para o local. Promover a carona solidária é uma forma de reorganizar o sistema de moradia dentro de uma cidade. São várias formas do fóssil para o renovável, do lixo para o reutilizável, do tóxico para o não tóxico, do paradigma do excesso para o da moderação. O mais importante é o que está por trás dessa mudança: a nova relação entre consumo e felicidade. Consumo como instrumento de bem-estar, e não como um fim em si mesmo. A vida subordinando o trabalho, não o contrário; consumir para viver, e não viver para consumir. E isso será possível se fizermos do consumo consciente um ato de solidariedade com as pessoas, com o planeta, e se cada um de nós lembrar que o nosso consumo transforma o mundo.



* **HELIO MATTAR.** É diretor presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. Formado em Engenharia da produção pela USP, obteve os graus de mestre e doutor pela Universidade de Stanford. Durante 22 anos, foi executivo de empresas multinacionais e nacionais, bem como de seus próprios negócios. Foi secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi um dos fundadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. É membro de diversos conselhos de empresas e de organizações sociais brasileiras e internacionais.

Mercantilização da infância: um problema de todos¹

14 de abril de 2009

Lais Fontenelle Pereira e Isabella Vieira Machado Henriques*



"Se antes de ingerir uma comida sólida ou pastosa, a criança tem de passar pela líquida, assim é também com as imagens que são apresentadas a ela."



"A criança não tem condições de entender a mensagem publicitária porque não está preparada para distingui-la da programação nem compreender seu caráter persuasivo."

Lais Fontenelle Pereira

As crianças, como todos nós, vivem em uma sociedade de consumo e na era da informação, na qual somos expostos a imagens em todos os lugares em que transitamos – imagens que nos convidam a consumir de forma irrefletida.

O conceito de infância é construído socio e historicamente: cada época profere um discurso sobre a criança, e esse discurso constitui os próprios conceitos da infância. Se na Idade Média as crianças eram vistas como adultos em miniatura, nos dias de hoje são tidas, principalmente pelo mercado, como consumidoras em potencial, antes mesmo que possam exercer plenamente sua cidadania. E aqui chegamos a uma questão muito delicada: as fases do desenvolvimento infantil. A criança precisa passar por etapas muito marcadas no seu desenvolvimento até que atinja o período operatório formal, quando passa a ter capacidade de abstração do pensamento. Se pensarmos, por exemplo, que antes de poder ingerir uma comida sólida ou pastosa a criança precisa passar pela líquida, porque ainda não está preparada para digerir aquele alimento, assim é também com as imagens que são apresentadas a ela.

O desaparecimento da infância. Segundo a epistemologia genética de Jean Piaget, que descreve de que forma o conhecimento vai-se aprimorando na criança, entre zero e dois anos de idade ela vivencia um estado chamado sensório-motor, no qual apreende o mundo

1. O áudio integral deste fórum está disponível em: <<http://bit.ly/c7Tkkg>>.



por meio das sensações. Em seguida, passa por um período pré-operatório, no qual atua no mundo de forma concreta: acredita no que o mundo diz a ela, mas ainda não consegue ter abstração de pensamento e trabalhar na esfera das hipóteses, apenas no mundo concreto. São etapas essenciais para um saudável desenvolvimento infantil, psíquico, emocional e cognitivo, e devem ser preservadas. Muitas vezes, as imagens apresentadas às crianças dizem respeito ao universo adulto de consumo, e elas não estão preparadas para recebê-las até os 12 anos de idade, quando se inicia o senso crítico autônomo.

O educador Neil Postman² afirma que “a prensa tipográfica criou o conceito de infância, e a mídia eletrônica o fez desaparecer.” Para que a criança ingressasse no mundo adulto, era necessária uma alfabetização formal: o mundo letrado era aquele que dividia o mundo adulto do mundo infantil. Para que pudesse acessar determinados conceitos e segredos restritos ao universo adulto, a criança precisava aprender a ler e escrever formalmente. Atualmente, com o aparecimento da mídia eletrônica, parece que a infância desapareceu, porque as crianças começaram a ter acesso a muitos segredos, informações e objetos de consumo antes restritos ao universo adulto. Para ler as imagens, supostamente não é necessária a alfabetização formal – a criança olha para aquela imagem, acredita nela como se fosse real, e é impactada por ela. Daí este autor referir-se ao desaparecimento da infância a partir do surgimento das mídias eletrônicas.

A pedagogia televisiva. Hoje, uma criança entre 6 e 7 anos de idade, fase em que se dá a alfabetização formal, já teve acesso a 5,6 mil horas de televisão ao longo de todo o período de sua vida, o que dá uma ideia do impacto que sofreu antes de ser alfabetizada. Instalou-se outra pedagogia – a pedagogia da televisão – que, através de imagens, sons e movimentos, conversa com nossas crianças diariamente. Podemos imaginar a competição desleal que pais e educadores enfrentam nos dias de hoje. Devemos considerar a educação informal veiculada principalmente pela televisão, além de todas as outras mídias às quais a criança tem acesso, inclusive internet e celulares. Como diz a educadora Solange Jobim: “O consumidor-criança pode ser facilmente capturado pela cultura do consumo que, inserida num mundo simulacional, faz com que realidade e imagem não possam mais ser diferenciadas com nitidez.”³

Até os 8 anos de idade, a criança não consegue diferenciar conteúdo de programação e publicidade. Muitas vezes, a publicidade de um determinado produto licenciado vem no meio da programação, com aquele mesmo personagem familiar, o que dificulta ainda mais a percepção e o discernimento da criança. E a cultura de consumo é alimentada pela publicidade, que não vende apenas produtos, mas também valores ligados à inserção social, principalmente nas etapas da infância e da adolescência, quando a identidade está sendo construída, e o olhar do outro é o que importa. Ter determinado objeto, seja um tênis ou uma mochila, pode funcionar como pertencimento ou exclusão de determinado grupo. A publicidade está na pauta e na agenda social contemporâneas. Pesquisa realizada em outubro de 2006 pela *TNS Interscience International*⁴ mostra que a publicidade na TV, aliada a um

2. Site oficial de Neil Postman: <<http://bit.ly/b9jilZ>>.

3. SOUZA, S. J. *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2005.

4. Íntegra da pesquisa disponível em: <<http://bit.ly/9PUx4m>>.

personagem famoso e a embalagens atrativas e coloridas, é o fator de maior influência na compra de produtos infantis – e na maioria das vezes, os três fatores vêm juntos.

O impacto da internet. Há muitos exemplos também de outro tipo de mídia sendo utilizada para atingir o “consumidor” infantil: a internet. Hoje as crianças não passam todo seu tempo livre somente em frente à televisão. Estão em contato com outros tipos de mídias audiovisuais, e umas das principais é a internet, que tem um bilhão de usuários no mundo, sendo que o Brasil está em sexto lugar nessa rede.⁵ As crianças e os adolescentes brasileiros são os que têm mais amigos virtuais – ou seja, além de serem impactados por comerciais televisivos, embalagens, *outdoors*, também recebem o impacto da comunicação pela internet.

Entretanto, em termos mundiais, a criança brasileira é a que mais assiste à televisão: em média, passa cinco horas de seu dia em frente à TV. Se pensarmos que bastam apenas 30 segundos para que uma marca de alimentos influencie uma criança, é possível inferir a quantidade de informações, impactos e apelos que ela recebe diariamente, convidando-a a entrar no mundo do consumo de forma irrefletida. Considerando o conjunto das crianças de 3 anos de idade, 70% reconhecem o símbolo de uma grande rede de lanchonetes, e apenas 50% sabem seu próprio sobrenome. Não se pode negar que a publicidade funciona como uma educação informal, como uma outra pedagogia ditando valores e regras de conduta. Isso se dá em função da violência, da escassez dos espaços públicos, da dupla jornada de trabalho das mães e da crise de valores éticos e morais.

Consequências danosas. Além de toda influência da publicidade de produtos ligados ao universo infantil, a criança recebe também o impacto de produtos ligados ao universo adulto. É preciso considerar que as crianças são heterônomas, não têm autonomia moral ou intelectual para transitar por esse mundo sem a ajuda de uma autoridade ou de um adulto que olhe por elas e lhes dê cuidados. É um tipo de publicidade intrinsecamente abusivo e ilegal. E por que a publicidade se dirige às crianças e as ajuda a conhecer objetos adultos? Porque elas participam de 80% dos processos decisórios em relação às compras da família, à exceção de produtos ligados a seguro de vida, saúde e limpeza. Certas peças publicitárias chegam a desautorizar as figuras da mãe e do pai, ao sugerir que a criança saberia fazer a melhor escolha em uma decisão de compra.

São muitas as consequências da publicidade dirigida às crianças. Entre elas, o consumismo na infância, a formação de valores materialistas, a obesidade infantil – hoje, 15% da população infantil brasileira sofrem de obesidade, e 30% estão com sobrepeso. Distúrbios alimentares, erotização precoce, que leva a altos índices de gravidez na adolescência, estresse familiar, diminuição das brincadeiras criativas – um exercício de papéis futuros que a criança vai desempenhar na vida adulta. A violência é outra grave consequência da publicidade dirigida à criança, aliada ao consumo precoce de álcool e tabaco, ao encorajamento do egoísmo, da passividade e do conformismo, como também ao enfraquecimento dos valores culturais e democráticos.

4. Hoje, a internet possui 1.966.514.816 usuários. O Brasil participa com 75.943.600 – 37,8% da população, segundo dados da INTERNET WORLD STATS. Disponível em: <<http://bit.ly/AKbO5>>.



Crianças, cidadãos do futuro. Hábitos firmados e calcados na infância interferem também na sustentabilidade ambiental: aquilo que o homem pode utilizar dos recursos naturais para suas necessidades básicas de alimentação e moradia, por exemplo, deixando para as gerações futuras as mesmas possibilidades de recursos. Por isso, o estímulo ao consumismo na infância é problema de todos, e não mais restrito à esfera familiar, porque há impactos ambientais, econômicos e sociais. A mercantilização da infância é um problema urgente que diz respeito a todos, e demanda ações conjuntas de todos os segmentos da sociedade: famílias, escolas, movimentos sociais, organizações do terceiro setor, empresariado e, principalmente, Estado. As crianças são os cidadãos do futuro. Será mais importante formar consumidores como o mercado tem feito nos dias de hoje, capturando uma criança para que seja fiel à sua marca do berço ao túmulo, ou educar para o exercício da cidadania?

Isabela Vieira Machado Herinques

Há várias iniciativas, inclusive no meio empresarial, no sentido de restringir a publicidade de alimentos voltada às crianças, principalmente em razão dos altos índices de obesidade infantil no Brasil e no mundo. São crianças que já têm algum problema de saúde e, segundo pesquisas, 50% delas levarão para a vida adulta as consequências, como diabetes e problemas coronários. Assim, a atuação jurídica também é fundamental. Com base nas queixas de atividades abusivas da publicidades e de comunicações mercadológicas dirigidas as crianças, é possível acionar os órgãos competentes, como PROCON, Ministério Público, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e, algumas vezes, o CONAR (Conselho de Autorregulamentação Publicitária). É uma forma de questionar o caso específico, e também um recurso para que a sociedade civil faça pressão sobre o mercado publicitário, para que mude a maneira de comunicar seus produtos.

Instrumentos de ação. Tramitam no Poder Legislativo diversos projetos de lei que tratam dessa temática. O mais importante deles proíbe toda e qualquer comunicação mercadológica voltada ao público infantil.⁶ É importante ressaltar que não somos contra a publicidade de produtos voltados à infância, desde que se restrinja ao público maior de 12 anos de idade. No Poder Executivo, em janeiro de 2009, o Conselho Nacional de Saúde (órgão do Ministério da Saúde) aprovou resolução que trata justamente da alimentação na infância, com regras específicas em relação à publicidade e à comunicação mercadológica, proibindo também a inclusão de brindes na venda de alimentos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁷ tem proposta de regulamentação que trata justamente da publicidade de alimentos com alto teor de sal, gordura e açúcar.⁸ Em 2008, o Ministério da Justiça criou a Portaria da Classificação Indicativa,⁹ que inclui a programação televisiva, jogos e filmes de cinema.

6. Em 08/07/2010, foi assinado o prazo adicional de dez sessões para que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) aprecie o Projeto de Lei nº 5.921, de 2001. <<http://bit.ly/bmlj1n>>.

7. <<http://bit.ly/aTEdxh>>.

8. <<http://bit.ly/doOxya>>.

9. <<http://bit.ly/dwsuk6>>.

O artigo 227 da Constituição Federal trata justamente da Proteção dos Direitos da Infância e do Adolescente – únicos entes que gozam dessa prioridade. Tudo isso é importante para derrubar o argumento de que esse não é problema da sociedade ou do Estado – segundo essa visão, seria uma questão restrita à família, como se fosse possível lidar com investimentos bilionários da indústria, da publicidade, dos anunciantes, de tudo que é voltado à comercialização de produtos e serviços para as crianças. É importante lembrar que a Constituição Federal afirma ser dever do Estado regular e prestar atenção a essas questões. E há ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante, no dispositivo 2 do artigo 17, a necessidade de sua inviolabilidade física, psíquica e moral.

O Código de Defesa do Consumidor tem como norma de princípios a hipossuficiência – ou seja, o consumidor é a parte mais vulnerável na relação de consumo –, e proíbe a publicidade enganosa ou abusiva – aquela que, por omissão ou por induzir ao erro, é enganosa, uma vez que se vale da deficiência de julgamento e de experiência da criança. No artigo 67, a publicidade abusiva é considerada crime apenado com detenção. A criança será sempre muito vulnerável nas relações de consumo, e não poderia receber esse tipo de comunicação. O Código ressalta também, no artigo 36, que a publicidade deve ser facilmente identificada, não subliminar, clandestina e mascarada, como o *merchandising*. A criança não tem condição de entender a mensagem publicitária, porque não está preparada para distingui-la da programação, e muito menos para compreender seu caráter persuasivo quando afirma que tal tênis ou tal chocolate a fará feliz e a integrará ao seu grupo.

Legislações internacionais são restritivas. Esse é um movimento que já vem acontecendo em todos os países do mundo, principalmente nas democracias mais consolidadas. Na Suécia, um caso emblemático, é proibida nas emissoras de TV a publicidade dirigida à criança menor de 12 anos de idade em horário anterior às 21h. A Inglaterra proibiu dentro da programação de TV, e durante a programação, a qualquer hora do dia ou da noite, a publicidade de alimentos com alto teor de gordura, sal e açúcar com apelo ao público menor de 16 anos de idade. Nos Estados Unidos, existe um limite muito claro em relação à quantidade de publicidade que pode haver dentro da programação televisiva dirigida ao público infantil. O Canadá também proíbe publicidade de produtos destinados à infância – na província de Quebec, é proibida a veiculação para crianças de até 13 anos de idade, em qualquer mídia. Na Noruega, a regra é similar à da Suécia, e na Irlanda é proibida a publicidade durante programas infantis. Dinamarca e Holanda têm regras semelhantes. Nas regiões flamengas da Bélgica, é proibida a publicidade voltada às crianças cinco minutos antes e após a programação infantil. Em Portugal, é proibida a veiculação de publicidades nas escolas.

* **ISABELLA VIEIRA MACHADO HENRIQUES**, coordenadora geral do Projeto Criança e Consumo. Mestre em Direito das Relações Sociais – Direitos Difusos e Coletivos, pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Autora do livro *Publicidade abusiva dirigida à criança*, editado pela Editora Juruá em 2006.



LAIS FONTENELLE PEREIRA, coordenadora de educação e pesquisa do Projeto Criança e Consumo. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atuou na área de educação infantil durante nove anos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Realizou também atendimento terapêutico de crianças com problemas de aprendizagem.

Terapia comunitária: prática sustentável a serviço da saúde e dignidade da pessoa¹

10 de março de 2009

Marilena Grandesso*



A prática da terapia comunitária é transformadora, tanto para a comunidade que passa pelo processo, quanto para as pessoas que se predispõem a uma escuta generosa, respeitosa e acolhedora.

A prática da terapia comunitária é transformadora. E o é tanto para a comunidade que passa pelo processo, quanto para as pessoas que, a cada momento, se predispõem a uma escuta generosa e respeitosa; uma escuta acolhedora diante desse multiverso que é o saber de cada pessoa que, ao se juntar em grupo, cria algo de uma riqueza inestimável. Muitas vezes, uma pessoa sozinha possui os “equipamentos prontos” para solucionar um problema, mas se não está forte, se não está mobilizada ou não há contexto adequado que permita sua concretização, não o soluciona. A terapia comunitária cria este contexto, e o aprendizado constante da prática é emocionante por permitir a cada pessoa realmente entrar em contato com essa dimensão do humano que tem inúmeros recursos para construir um mundo melhor.

A criação – família e Estado. A terapia comunitária foi criada, há mais de 20 anos, pelos irmãos Adalberto e Airton Barreto, num momento descrito como “daqueles dilemas mais ‘dilemáticos’, em que se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, mas se juntar é o bicho quem corre”. Esta forma de falar é típica destes dois cearenses, que nasceram no interior de Canindé, cidade de muitos romeiros, gente de muita religiosidade. A fé e o espírito comunitário, aliás, são valores muito arraigados para estes dois irmãos de família grande.

1. A íntegra do áudio e apresentação visual deste fórum está disponível em: <<http://bit.ly/bkPx3S>>.



Porque nasceram praticamente um após o outro, eram muito unidos. Sua mãe sempre foi voltada para os valores da comunidade, muito sensível a essa dimensão do humano, à escuta e à promoção do respeito e da dignidade. Ao crescerem, Adalberto e Airton seguiram trajetórias diferentes, mas não por muito tempo. O médico Adalberto Barreto estudou Teologia. Depois, foi para a França, onde, em cinco anos tornou-se doutor em Antropologia e Psiquiatria. Mas regressou, valorizando ainda mais a multicultural brasileira. Tornou-se professor na Universidade Federal do Ceará. Ali, no Departamento de Pós-graduação, começaria a nascer um novo conceito de Psiquiatria com Antropologia, que passaria a integrar aspectos locais de doenças com uma dimensão cultural. Enquanto isso, Airton Barreto se formava doutor, mas em Direito, na cidade de Fortaleza. Para desgosto do pai, que se sacrificou tanto para dar o melhor ao filho, resolveu que, para realmente exercer seu trabalho, era preciso viver bem perto das pessoas que necessitavam dele. Mudou-se para a favela, e dela nunca mais saiu – foram várias as que viveu. Hoje, reside na de Pirambu, uma das maiores de Fortaleza e, como tantas, com sérios problemas.

Identidade, pertença. Naquele tempo, o Nordeste brasileiro vivia uma época de intensa seca. A migração do sertão para a Fortaleza em busca de uma vida mais digna criou inúmeros bolsões de pobreza, uma vez que o sonho do povo que se mudava caía por terra. Se antes eram pobres do interior do Ceará com dificuldades, na Capital viraram anônimos; pessoas sem nome, sem ligação com os valores daquela cultura, gente das tradições. Com isso, aquele povo foi adoecendo por falta de identidade. A dimensão de identidade pressupõe que uma pessoa possa ser reconhecida como tal e sinta-se pertencente a um grupo. Quando isso não ocorre, as pessoas se deprimem, envolvem-se com bebida e outras drogas. O resultado é, inevitavelmente, violência. Quando não se tem condições de dignidade, nem por si mesmo, nem pelo outro, a situação se agrava. Airton já morava na favela de Grambu para exercer seu trabalho em Direitos Humanos. Para ele, era imprescindível que uma pessoa tivesse o mínimo de condições de exercer e viver seu lado humano. Encontrar aquele povo numa situação totalmente contraditória a tudo o que se podia esperar era desesperador, e passou a encaminhar os doentes para o ambulatório da Universidade Federal do Ceará – para as mãos de Adalberto. No início, o sentimento de ajudá-las foi muito bom, o problema é que seria necessário mais, porque o trabalho não tinha fim, a imigração não deixaria de existir e alimentar este processo de adoecimento.

À espreita, o inesperado. Ao bancar o que acontece quando se sai do usual e valorizado, coisas acontecem: a primeira delas foi o nascimento de uma prática nada convencional, que acontecia em lugares também nada comuns, porque a primeira terapia comunitária foi feita em baixo de um pé de caju; a segunda foi ainda mais incrível. Quando dr. Adalberto Barreto seguiu com seus estudantes para a comunidade, as pessoas ficaram maravilhadas, já que havia “chegado os especialistas para dizer o que a gente deve fazer”, mas, o que ele disse foi algo totalmente inesperado e contrário. “Viemos aqui para aprender com vocês o que devemos fazer para exercer melhor a nossa prática”. Esta total inversão hierárquica foi fundamental para a consolidação da sistematização da terapia comunitária. Hoje, depois de cerca de 20 anos de prática, a terapia comunitária não só ganhou *status* de política pública brasileira (2008) na área da saúde, como mantém parcerias em outras áreas e com outras instituições. Além

disso, atravessou o Atlântico, com uma associação de terapia comunitária instalada na Europa, com sede na França. Talvez por toda a história do nascimento da terapia comunitária, seu símbolo seja o da teia da aranha. Sensíveis ao saber popular e à cultura miscigenada, Airton e Adalberto tomaram os índios Tremembé como exemplo para sua escolha. Estes índios cultuam a aranha e dançam a *torém*², cujo significado, entre outros, é o de que a aranha sem a teia não sobrevive, como índio sem sua terra. Para Adalberto, “assim como a comunidade sem seus vínculos”. A teia simboliza os vínculos, sem os quais as pessoas não podem se reconhecer como pessoas e perdem o contexto de pertencimento.

O modelo – capacitação e descentralização. Para que a terapia comunitária desse certo, o grande desafio era desenvolver um modelo que promovesse autonomia, circulação da informação, integrasse a experiência popular baseada na cultura miscigenada e nos valores ligados a cada uma delas – seus mecanismos de cura, com rezas, chás etc. O Projeto Quatro Varas³, em Pirambu, no qual pessoas da própria comunidade atuam como massoterapeutas, é apenas um exemplo dos vários que existem.

Aprender uns com os outros. Nessa crença de que, se as pessoas da comunidade têm seus problemas, mas também soluções, Adalberto percebeu que ao envolvê-las no processo de elaboração de seu modelo de terapia conjunta, a criatividade individual e coletiva, guardada no íntimo de cada uma, desabrocharia. As pessoas poderiam escutar suas próprias vozes, e as vozes umas das outras. Nascia a terapia comunitária. Segundo o próprio Adalberto Barreto, ela “favorece a criação de vínculos, de redes solidárias de conexões que possam ser efetivas e amorosas, nas quais cada um dá e recebe, numa dimensão em que cada pessoa é rica e num espaço inteiramente mobilizado para resgatar estas competências”. Para ele, “quando ouço o outro, me ouço, e quando ouço o outro falar de si e de seus recursos posso também reconhecer que tenho recursos parecidos em meu ferramental de instrumentos para a vida – que, às vezes nem sei que estão ali, mas estão, e isso a terapia comunitária promove de um jeito extremamente especial”.

Recursos à mão. Um dos recursos da terapia comunitária é arte, música, poesia, ditos populares. É um espaço de emoções variadas, do sofrimento à alegria. As pessoas cantam, trazem as coisas que, de alguma forma, vivem em seu cotidiano. Se há pessoas que têm seus talentos, a comunidade cria músicas para as etapas da terapia. Em certa ocasião, participei do que se chama “intervisão”, para dar esta dimensão de troca, já que esta terapia não tem “supervisor”. Estava em Araraquara e havia um tocando violão e cantando músicas que parodiou para a terapia comunitária. Ele cantava com muito entusiasmo. Ao me aproximar dele, disse-lhe: “então, o senhor anima esta terapia comunitária?” Ele respondeu: “não, essa terapia comunitária é que me anima”, complementando: “fui casado por 50 anos e minha mulher foi embora. Cheguei aqui sem vontade de viver. Mas ela não foi embora à toa; eu bebia. Só que, sem ela, não tinha mais porquê viver. Esse grupo me acolheu, entrei numa escola para aprender a tocar violão e, hoje, tenho aqui a minha família”.

2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Observatório dos Direitos Indígenas*: documentário sonoro. Disponível em: <<http://bit.ly/bY1wf5>>.

3. PROJETO QUATRO VARAS. Disponível em: <<http://bit.ly/c5EByv>>.



A formação do terapeuta comunitário: Exatamente porque este modelo sai da linha do “salvador da pátria”, já que baseia-se nas competências da própria comunidade, surge o terapeuta comunitário. Nesta prática basta ter habilidade para estar e cuidar de uma conversação, num contexto de grupo. Líderes comunitários fazem isso, muitos deles com habilidade inata. A este terapeuta comunitário cabe organizar a conversação de forma acolhedora, com escuta generosa, sem julgamento, avaliação, interpretação, sem especular sobre que está por trás de uma ou outra emoção. É escutar o outro naquilo que ele diz, trabalhar como facilitador também para que as experiências, os dilemas trazidos pelas pessoas, seus sofrimentos, suas angústias, possam gerar um contexto para refletir sobre suas competências e seus aprendizados. Por isso existe a prática “Cuidando do *cuidador*” na formação do terapeuta comunitário. Por meio dela, ensina-se a pensar como cada pessoa pensa a partir do seu sofrimento. Não é incomum que aquele que foi abandonado se transforme num especialista em lidar com o abandono ou, o que viveu no isolamento, porque foi discriminado, se torne um especialista em lidar com a promoção de vínculos e inclusão. O terapeuta comunitário é um ator social, alguém que promove este espaço de troca, de uma forma acolhedora com sua capacitação voltada para que ele possa iluminar o que está surgindo no grupo, dar o destaque por meio de uma pergunta ou comentário. É um garimpeiro de recursos e competências para promover o vínculo.

A dimensão da comunidade. A terapia comunitária se estabelece quando nasce a dimensão em comunidade, na qual as pessoas passam ser reconhecidas por seu nome. Esta dimensão é cada vez mais valorizada à medida da diversidade, do que cada um traz e contribui para o grupo. E a postura do terapeuta está em cuidar para que a atmosfera do grupo seja realmente de total respeito. Embora seja uma prática popular e “simples”, a terapia comunitária não é simplista. Está fundamentada em teoria, que valoriza as conexões e as contextualiza numa visão panorâmica. Ninguém nesse mundo é uma ilha, mas está envolvido em uma situação, certamente vivida por outros. Portanto, exercer esta prática envolve 360 horas de teoria, prática e, sobretudo, muitas de vivência, para dar uma visão objetiva da dimensão de estar no trabalho com a comunidade e ajudá-lo a criar uma relação de intimidade total, desnudado de todas as possibilidades de envolvimento com a problemática do outro.

A terapia, na prática. A terapia comunitária é um lugar de transformação, promoção de mudanças em uma dimensão de horizontalidade, na qual escuto a história do outro, a minha também e me reconheço nela. Assim, a dimensão transformadora decorre dessa possibilidade de escuta. Ela começa pelo acolhimento, sempre alegre, em que o terapeuta recebe a comunidade, diz o que é a terapia comunitária e coloca as regras da conversação: não pode dar conselho, porque conselho é hierárquico; não pode julgar; não pode criticar; não se diz “olha, aqui não é lugar para os grandes segredos”, porque o segredo é uma coisa de cada um, a pessoa guarda para contextos que queira partilhar; a terapia comunitária é onde se fala do vivido, das coisas que, de alguma forma, incomodam e se pode contar para o outro para que a comunidade possa ajudar. Muitas vezes, começa-se alguma atividade com um aquecimento, para as pessoas apresentarem seus temas para eleição pela comunidade. Nada é feito por ordem de gravidade ou importância; todos os temas são acolhidos, são dimensões

do mundo. Também não se fala só de sofrimentos. Uma conquista pode ser trazida para ser celebrada com a comunidade. Isso gera visibilidade e cria um sentido muito especial quando o grupo vibra junto.

Outros ângulos. Escolhido o tema, realiza-se o processo de contextualização, movimento para compreender porque que tal coisa é sofrimento para uma pessoa, como isso a afeta em sua visão de si mesma, suas relações e a perspectiva de futuro. Por meio de questionamentos, a comunidade vai ajudando a própria pessoa a ver-se por outros ângulos, sem que seja algo com propósito pedagógico ou instrutivo. Desta contextualização sai o mote, quando o grupo se conecta ao que ouviu e compartilha suas próprias experiências, problematizando a questão. Por meio da discussão, as vivências de um tornam-se estratégias para outros. Este processo todo dura, em média, 45 minutos. Depois, termina com um ritual de agregação, em forma de teia, com cada grupo tecendo a sua de acordo com seu estilo. Seja como for, o objetivo é formar os vínculos, a rede solidária que, naquela hora, terá permitido colocar linguagem naquilo que se viveu e de forma intensa, partilhada e tocante. Aos terapeutas, caberá refletir sobre o que viveram ali, como foi o trabalho e aprender com a própria experiência. Por isso, pode-se dizer que a terapia comunitária seja simples. De alguma forma, seguindo esses passos, é possível obter resultados satisfatórios, mas, melhor ainda, não é elitizada; é viável, sem restrições de populações ou idade. Pode ser feita com crianças, adolescentes, idosos, portadores de doenças mentais etc.

Modelo sustentável. O fato de ter aquelas etapas permite que se possa manejar esta dinâmica de grupo – que não é fácil – com uma vantagem muito grande: não requer constância ou continuidade. Cada sessão é uma, e a porta estará sempre aberta. Mas a pessoa só tem a ganhar se mantiver o firme propósito de continuar a terapia, porque são criados vínculos afetivos e de comunidades que se organizam e acabam desenvolvendo recursos, oficinas de trabalho, trocas as mais variadas. A terapia comunitária promove também a inclusão social, tornando-se um modelo sustentável ao formar grupos que vão se organizando e multiplicando em outras direções. O trabalho é intenso, mas à medida que se mantém, cria espaços outros que se agregam ao trabalho comunitário.

Para terminar, cito o professor Paulo Freire, no qual a terapia comunitária tem muito de seu conceito: “Não há ignorantes nem sábios absolutos; há homens que, em comunhão, buscam saber mais”.

* **MARILENA GRANDESSO:** Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica, terapeuta comunitária, professora e supervisora do curso de Terapia Familiar e de Casal do NUFAC-PUC-SP. Fundadora e coordenadora do INTERFACI - Pólo Formador em Terapia Comunitária, Terapeuta de Famílias, Casais e Indivíduos, Primeira presidente da ABRATECOM - Associação Brasileira de Terapia Comunitária. Coordenadora do CDC - Conselho Deliberativo e Científico da Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF). Organizadora do livro *Terapia e Justiça social: respostas éticas às questões de dor em terapia* (2001); co-organizadora do livro *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social - saúde, educação e políticas públicas* (2007).



O legado vivo do Mahatma

Celebração ao 3º Dia Internacional da Não Violência – 28ª Semana Gandhi

02 de outubro de 2009

Bellur Prakash*



O ator João Signorelli interpreta o espetáculo solo *Gandhi, um líder servidor* e abriu o 3º Dia Internacional da Não Violência.



Embaixador da Índia no Brasil, Bellur Prakash destacou que Gandhi é “um homem vivo, tentando trabalhar com a realidade”.

Quero trazer à reflexão o que ainda vivemos hoje, no mundo contemporâneo, que tenha sido a essência do pensamento da época vivida por Gandhi.

Gandhi pertence a toda a humanidade. Mas o que ainda praticamos hoje do que aprendemos com Gandhi? Toda vez que busco refletir sobre esta problemática, a primeira reação é de frustração e desespero. Gandhi era uma figura tão nobre, grandiosa e transcendental, que as pessoas acreditam que, como simples mortais, por terem tantos defeitos e valores materialistas, perderam seu legado. Vamos explorar isso um pouco mais, nos transportando ao tempo, como se vivêssemos na era Gandhi.

O físico Albert Einstein, por exemplo, contemporâneo a ele, criou uma citação emblemática, como que prevendo o futuro. “Futuras gerações dificilmente acreditarão que tenha passado sobre a face da Terra, em carne e osso, um homem como Gandhi.” Ele poderia parecer uma pessoa idealista demais para ter sido real.

Em primeiro lugar, é importante frisar que ele próprio não se via como santo. Na Índia, quando começaram a chamá-lo de *Mahatma* ou Grande Alma, santo ou uma figura espiritual de grande valor, alguém que se coloca num pedestal e adora, ele rechaçou a alcunha, escrevendo, em 1927, no jornal *Young India*: “Não me sinto como santo – sou um ser humano normal”. As pessoas o chamavam de Grande Irmão ou Pai – o Mahatma não é um



profeta, não como está no alcorão ou na bíblia sagrada; ele é um homem vivo, tentando trabalhar com a realidade. Este é o espírito do hinduísmo.

Em segundo lugar, muitos de vocês conhecem a *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*, de Gandhi. Ele estava sempre testando, nunca foi um homem de afirmar “isso é a Verdade”, com letra maiúscula. Além disso, Gandhi tinha um senso de diversão e alegria, um humor fantástico, também mencionado em uma de suas biografias.

Por sua vida, suas interpretações e reações ao mundo ao qual estava inserido, Mahatma sempre foi um convicto de suas crenças, mas nunca dogmático. Ao longo de sua história, mudou crenças, tinha muita tática na política. Podia ser apresentado como um político com características de santo, ou um santo entre políticos, mas sempre tentando várias abordagens com a realidade – sem um princípio infalível ou imutável. Gandhi era flexível.

Desta forma, em uma reflexão como esta, nosso enfoque deve ser o de termos mais flexibilidade conosco e pensarmos de forma criativa sobre os ensinamentos de Gandhi. Seria correto que desenvolvêssemos o seu pensamento sobre a realidade. O que ele pensaria em relação a um tema atual? Mas, sem medo de mudar ou falir, e sem culpa ou sentimentos de frustração. Porque, tanto na Índia, quanto em todo o mundo, seus ensinamentos foram e estão sendo, de certa forma, vividos.

Gostaria de compartilhar quatro temas – e reforço que não se tratam de verdade única - sobre como podemos fazer isso. São algumas ideias sobre os campos social, econômico, ambiental e o político – e ver o que foi mantido na Índia e no mundo. Gandhi acreditava em poucas palavras – e praticava isso tanto ao falar quanto ao escrever. Havia dias, longos períodos, em que ficava em total silêncio. Nós não fazemos isso.

O sentido social. Vamos pegar o exemplo da Índia, uma civilização muito antiga, apesar de um país novo. Temos 60 anos de independência, mas mais de dois mil de civilização. A mente de Gandhi era aberta para respeitar todas as religiões, ainda que seguisse o hinduísmo por acreditar em sua sabedoria e filosofia. Mas, nosso sistema era rígido e inflexível; o sistema de castas da Índia é um fato, uma realidade até hoje, mas muita coisa mudou. Hoje, os *dalits* não são mais intocáveis e as mulheres não são oprimidas e mal tratadas. Esta era uma realidade na época vivida por Gandhi, que lutou muito para mudar este *status quo* – foi um de seus legados a luta pela reforma no sistema social na Índia, para dar dignidade a todos os indivíduos. Gandhi foi um grande feminista. Isso foi reconhecido em seu tratamento com sua mulher e o reconhecimento dela em relação ao tratamento que recebia dele, mas, sobretudo, ao transformar as mulheres em parceiras nas lutas para mudar os valores no país. A prática sobre a intocabilidade de castas também foi mudada graças à atuação de Gandhi, claro, com a ajuda de vários outros homens. Mudanças na Constituição indiana, mesmo após sua morte, em 1950, ocorreram em função de lutas que tiveram em Gandhi também uma semente. Seu legado continuou e continua até hoje.

Negócios com ética. A reação de Gandhi à industrialização dos têxteis na Índia foi muito forte. Ela estava ligada à exploração do ser humano, sem uma remuneração adequada. As coisas mudaram. Mas, o que observamos hoje de Gandhi, tanto na Índia quanto no Brasil ou

na África do Sul é não deixarmos o capitalismo guiar o mercado como único modelo e princípio – um negócio sem ética. Na Índia como no Brasil, buscamos a ética e o crescimento inclusivo. Estamos crescendo a 6% a 7% e até 9% - porém, sem que o crescimento econômico seja um fim em si, mas resultado da inclusão social. Não se trata de comunismo, com seu aspecto totalitário, nem do capitalismo sem sua face humana, mas um modelo que tem a ver com as ideias de Gandhi. Gandhi não foi a única pessoa a falar disso, mas um inovador do que fazemos hoje – olhando para pobreza, saúde, educação, ética – reconheço que seria algo aprovado por Gandhi, algo que ele faria.

Sustentabilidade. Gandhi foi um grande precursor. Os conceitos de sustentabilidade e equilíbrio entre desenvolvimento econômico e ambiental já eram seus pensamentos, de um ambientalista no sentido mais espiritual da palavra. Para ele, todos os seres integravam o Cosmos. “Todo o Cosmo está coberto pelo mesmo espírito em harmonia, como um mesmo ser.” Gandhi acreditava nisso. Ensinou que não fôssemos gananciosos com a natureza, que só tirássemos dela o necessário para nossa sobrevivência. O que chamamos de desenvolvimento sustentável hoje, no correto uso do ar, das águas, da vida etc, Gandhi observou. Precisamos hoje resgatar estes pensamentos e preservar o meio ambiente.

Política com princípios. A pergunta mais difícil de responder é se a política de hoje está baseada em princípios éticos. Não gostaria de dar exemplos da Índia, porque temos muitas deficiências, é verdade. Vejamos outros: Martin Luther King, Nelson Mandela, Desmond Tutu, todos estes são grandes nomes que influenciaram o mundo da política, buscando reconciliação. Entre seus ensinamentos está o de que precisamos ser otimistas, ter determinação, fé em nossas crenças e, sobretudo, no ser humano. Gandhi dizia que precisamos “ser a mudança que queremos ver no mundo”. Que o façamos, como ele, de forma criativa, flexível, otimista.

* **BELLUR SHAMARAO PRAKASH**, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia no Brasil.



Justiça Restaurativa: para além do perdão e da vingança¹

09 de março de 2010

Leoberto Brancher*



Justiça Restaurativa é “o horizonte e o convite para que possamos mudar de um modelo de culpa para um modelo de responsabilidade; de decisões unilaterais para mecanismos processuais de diálogo.”

Poderíamos afirmar a Justiça Restaurativa como um movimento comunitário de pacificação, de empoderamento da comunidade. O Logos da Justiça Restaurativa é área da Justiça Penal. Esta é a hipótese e o convite: aproximar nossa compreensão do sistema penal, seus mecanismos, suas possibilidades de transformação, com a expectativa de que esse conhecimento se traduza em possibilidades transformadoras no campo de emancipação da cidadania.

Processo histórico. Há aspectos importantíssimos confusos incorporados em nossa relação com a função da justiça como justiça institucional, que passa a ser o lugar onde se exercem os poderes atribuídos a determinados segmentos de servidores públicos, estatais, agentes políticos do Estado para resolução de conflitos. Pouco trabalhamos com a ideia de justiça como valor. Eventualmente, comparece nos discursos com algumas adjetivações, por exemplo, justiça social, justiça distributiva, mas a justiça como valor ético, como a possibilidade de cada um compreender e exercer as relações de equilíbrio com o seu meio, sua comunidade, seu ambiente natural fica, no mais das vezes, oculto. Percebida nesta perspectiva funcional de aplicar normas, dizer o direito, jurisdição, não nos permite compreender a profundidade com que as ações que aí se praticam expressam modelos de gestão social

1. A íntegra do áudio e a apresentação visual deste fórum está disponível em: <<http://bit.ly/abGTpF>>.



incorporados e profundamente determinantes da realidade que vivemos tal como ela é. Se a justiça institucional tem a função de aplicar normas, em regra as normas traduzem valores – sua função essencial é assegurar um valor. Mas a justiça, nesta aplicação, se vale de processos e procedimentos, os quais também, por sua vez, envolvem o asseguramento de normas ou exteriorizam valores. Esses valores são comunicados pelo processo e procedimento da justiça na sua formatação e comunicam o sentido daquilo que está em germe na própria matriz da concepção deste sistema e que passa, no mais das vezes, despercebido. Esse é o modelo de violência, esse é o modelo inoculado, objeto de nossa reflexão.

O distanciamento das comunidades em relação ao exercício desta função envolve um componente de desresponsabilização. A transferência desse poder ao terceiro, o Estado, que o delega a determinados representantes investidos de autoridade, permite que a sociedade se esconda por detrás dos seus medos, de seu descompromisso. Esse é um modelo de justiça que promove heteronomia, jamais será uma justiça emancipatória, porque condiciona ao exercício do poder regulado sempre por uma autoridade externa – o poder não está nas pessoas. Não reconhece a capacidade das pessoas se vincularem às consequências de seus atos. A última palavra é a da lei, esse é o peso das decisões que transitam em julgado. A justiça locuta causa finita – manda quem pode, obedece quem precisa.

Mas esses valores, há muito incorporados, talvez acabem gerando um funcionamento deficitário dessas próprias representações sociais que fariam a crítica de um sistema de valores antagônicos àqueles que elas representam. Quando não por conivência, por falha, por impossibilidade, por incapacidade de enxergar sobre si mesmo, o conjunto.

Tarefa transgeracional. Até aqui, temos praticado um valor de justiça essencialmente violento: automaticamente, instala-se como método de alguém que diz a vontade da lei, seja ela de qualquer esfera legislativa ou normativa, do Congresso Nacional, da direção da escola, seja do traficante que elimina literalmente quem a descumpre. E essa lei se reproduz e reverbera, e nós andamos autômatos e inconscientes, reproduzindo-a também. Será essa justiça que não nos deixa falar a que queremos como valor? Essa justiça que nos falam os juízes, promotores, advogados, procuradores, mas na qual as pessoas não têm expressão? É uma justiça que nega sua própria possibilidade dentro de uma perspectiva de alteridade, de respeito e interação com o outro, e não há possibilidade de se exercer justiça se não houver a oportunidade de expressão autêntica do sujeito interessado e envolvido na atividade jurisdicional. Claro que esta é uma perspectiva filosófica, contemporânea e revolucionária, que nos permite fazer a crítica – ainda que não seja nesta geração, pode dar-nos a responsabilidade e a envergadura de uma tarefa transgeracional que temos por cumprir: transformar uma das estruturas institucionais mais responsáveis pela manutenção de um violento sistema de relacionamentos e de controle social no qual vivemos.

Modelo crítico. A Justiça Restaurativa surge como proposta de um processo por meio do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa podem se reunir para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes deste ato e suas implicações para o futuro. Este modelo vai surgir a partir da crítica à compreensão do conceito de crime. Crime é uma violação ao Estado, definida pelo descumprimento da lei e pela culpabilidade.

A justiça determina culpa e administra pena diante de procedimento contencioso entre o ofensor e o Estado, dirigido por regras sistemáticas. A partir da visão restaurativa de crime, vamos compreendê-lo como uma violação das pessoas e dos relacionamentos. A Justiça Restaurativa envolve o ofensor e a comunidade, na busca de soluções que promovem acordo, reconciliação e segurança.

Construção de outros futuros. O mecanismo procedimental da ritualística de poder vertical que exerce a justiça tradicional nega toda a possibilidade de locução efetivamente real dos sujeitos. O lugar da vítima não existe, é assumido pelo Estado: está aí a corporação do Ministério Público, com toda sua envergadura e importância política construída, *data venia*, da usurpação deste lugar. Não há demérito, mas aponto o sentido radical em direção à essência da função da palavra da vítima, que muitas vezes sequer é perguntada se gostaria de ver processar seu ofensor em situações mais graves que versem ações indisponíveis. Não perguntamos às vítimas o que elas querem da justiça – se perguntamos, nos desorganizamos e perdemos a tarde ouvindo a dor, o desabafo, o sofrimento. Em um contexto seguro, protegido, humanizado de justiça, as pessoas certamente nos orientarão com relação a outros futuros alternativos a este que hoje, onerosamente, financiamos, mantemos e reconstruímos no orçamento do Estado, da União a cada ano.

Processo colaborativo para reconciliação e reparação do dano. A Justiça Restaurativa trabalha a violação de pessoas e relacionamentos como foco prioritário. Envolve vítima, ofensor e suas comunidades, não para figurarem como litigantes ou como testemunhas no processo penal, uma vez que a comunidade tem vez e voz, opina, constrói a solução. É um processo informal, colaborativo, que busca informações práticas envolvendo reconciliação, reparação do dano e segurança. O foco já não está na sanção, mas na reparação do dano. Esta justiça que fere, que expressa a vingança pública, faz três perguntas fundamentais: “qual lei foi violada?”; “quem fez isso?”; “o que ele merece?”. A justiça que cura, a Justiça Restaurativa, pergunta: “quem foi prejudicado?”; “quais suas necessidades?”; “quem deverá satisfazê-las?”. Estas três questões fundamentais, trazidas pelo professor Howard Zehr², vão diretamente ao ponto e desorganizam completamente o sistema. Não apenas o sistema judicial, mas também o conselho escolar que favorece a sanção, a comissão disciplinar do corredor da unidade socioeducativa que coloca o adolescente no isolamento, toda relação automatizada de calcular mais ou menos quem é o culpado e aplicar uma nova sanção.

Origem interdisciplinar. Afirmamos que a medida sócioeducativa não pode ser punitiva, mas mantemos instituições prisionais com grades, algemas, celas de isolamento, tudo o que faz parte da cadeia dos adultos. As cadeias de menores, por mais bem-intencionadas e financiadas, muito melhores que as dos adultos (que não chegam aos pés das similares na Europa), não negam o aspecto punitivo. Ao mesmo tempo, existe uma recusa ética em aceitar que o jovem seja sujeito à punição. Esta dicotomia, própria do Direito, talvez esteja na raiz das eclosões de violência, rebeliões – quem não sabe muito bem o que está fazendo,

2. Howard Zehr é reconhecido mundialmente como um dos pioneiros da Justiça Restaurativa. Disponível em: <<http://bit.ly/9uwbAX>> e <http://bit.ly/9gmnCu>>.



difícilmente consegue compreender e normatizar aquilo que faz. Tudo isso vem amadurecendo, e hoje podemos falar em Justiça Restaurativa, que tem na justiça juvenil um berço muito fecundo, já que desde sua própria origem é interdisciplinar, dialoga com a psiquiatria, psicologia, pedagogia, pediatria, com o serviço social. É por aí que nasce a Justiça Restaurativa, por questões conjunturais, e vamos entrando silenciosamente por este berço fértil. Mas, este modelo deve ser estendido a todo o campo da Justiça Penal e poderá fazer escola para outros campos da justiça.

A vertente da responsabilidade. Aqui surgem dois vetores de forças, segundo os autores norte-americanos Paul McCold e Ted Wachtel³: o primeiro, como uma vertente de apoio, representando encorajamento, sustentação, princípio de realidade, materno, do prazer, a garantia dos direitos humanos, a promoção daquele sujeito; e o outro vetor representando controle social mais efetivo, como disciplina, limites, princípio paterno, princípio de realidade. Parece haver na história do Direito uma tendência irreconciliável entre estas duas vertentes, mas vamos ver as combinações possíveis e como elas se materializam na vida. Quando um sistema exerce baixo apoio e baixo controle, temos uma disciplina social de negligência – na área da infância é muito comum ouvir-se “com o menor não dá nada”. Baixo controle e alto apoio indicam uma disciplina social permissiva: “o adolescente só tem direitos”, outra expressão popular. Alto controle e baixo apoio caracterizam uma disciplina social punitiva: “temos de baixar a idade penal, vamos colocar todo mundo na cadeia, não adianta manter esse sistema, o sistema é muito caro”. Temos como perspectiva de esperança um modelo que exerça alto controle e alto apoio, dando lugar a uma disciplina restaurativa. Se pensarmos em uma perspectiva terapêutica, ressocializadora, materna – exatamente o que se advoga que a justiça de menores faça – temos uma abordagem clara e preferível à punitiva. Porém, se reconhecermos que não basta dar apoio, encorajamento, sustentação, precisamos exercer alguma forma de limite, e uma grande chave nos é proposta por Marshall Rosenberg com a Comunicação Não Violenta⁴: “Como distinguir força de violência? Como exercer uma força que não seja violenta?”.

Uma força não violenta. Precisamos compreender a nós mesmos com uma paciência histórica, benevolência, bondade amorosa, e uma compaixão pela nossa própria ambiguidade, mas com a esperança de que temos uma perspectiva: de que essa força que não é violenta seja exercida quando reconquistarmos nossa aptidão, nossa vocação humana para processos sociais de compartilhamento e confiança que produzem o efeito contrário da coerção, que é a coesão social. Quanto menor o índice de coesão social, certamente, maior a fragmentação, a tendência a rupturas do tecido social e, conseqüentemente, maiores serão as doses de coerção a serem exercidas violentamente para manter o controle. Vivemos em uma sociedade não coesa, porque é uma sociedade que não exerce o dom da palavra, não

3. McCOLD, P.; WACHTEL, T. *Em busca de um paradigma: uma teoria de Justiça Restaurativa*. Disponível em português, inglês e espanhol em: <<http://bit.ly/bBWa3B>>.

4. A Comunicação Não Violenta é resultado da especialização de Marshall Rosenberg em psicologia social, de seus estudos de religião comparada e de suas vivências pessoais. Em 1984, fundou, na Califórnia, o Center for Nonviolent Communication. Disponível em: <<http://bit.ly/8m2Zf>>.

tem espaços para a palavra. A justiça, que seria o espaço de defesa da palavra, é o espaço da guerra das palavras; não é o espaço da pacificação, é o espaço do antagonismo, da disputa da rivalidade, da subjugação, do suplício, do sofrimento, da dor, da justiça que fere, que submete, que maltrata, e é esta experiência que temos dentro de nós.

MODELOS DE JUSTIÇA			
	Modelo Penal	Modelo Reabilitador	Modelo Restaurativo
Ponto de Referência	O delito	O indivíduo delinquente	Os prejuízos causados
Meios	A aflição de uma dor	O tratamento	A obrigação de restaurar
Objetivos	O equilíbrio moral	A adaptação	A anulação dos erros
Posição das Vítimas	Secundária	Secundária	Central
Críticas de Avaliação	Adequação da pena	Adequação do indivíduo	Satisfação dos interessados
Contexto Social	O Estado opressor	O Estado providência	O Estado responsável

Fig. 1 – Justiça Restaurativa

discute-se o crime em si; o modelo reabilitador foca no indivíduo delinquente; e o modelo restaurativo, em quais são os danos, o tratamento e as terapias. O restaurativo tem como objetivo a obrigação de restaurar; o penal objetiva o equilíbrio moral, e a pena é o mal que vai compensar o mal causado. A adaptação é o objetivo do modelo reabilitador; a neutralização dos erros, é a expectativa restaurativa. As vítimas são secundárias em ambos os modelos, seja o punitivo ou ressocializante, ou terapêutico. Na Justiça Restaurativa a posição das vítimas passa a ser central, porque é a elas que temos de fazer as perguntas fundamentais: doeu? O que você precisa? Quem pode te ajudar?

Estado de responsabilidade. A Justiça Restaurativa pergunta se as pessoas estão satisfeitas. Considero importantíssima essa provocação de Valgrave porque nos remete à ideia, que até então desconhecia em outra literatura, da possibilidade de um Estado social fundado em uma ética restaurativa, ou seja da transformação daquela instância institucional que dá a última palavra, que fala sobre a efetividade da lei, o Poder Judiciário. Podemos estar em processo de transformar o próprio modelo de gestão pública do Estado opressor, do Estado providência, para um Estado de responsabilidade. E isto pode ter uma dimensão transformadora macro política, com essas pequenas ideias de fazer encontros restaurativos do pátio da escola à justiça da infância e da juventude. Somos profunda e amorosamente subversivos, deliciosamente convictos do poder transformador da mensagem que nos foi alcançada e, por isso, nos cabe compartilhar este entusiasmo e convidar a todos para que isso possa efetivamente praticado. Essa é a possibilidade, o horizonte e o convite para que possamos mudar de um modelo de culpa para um modelo de responsabilidade, que

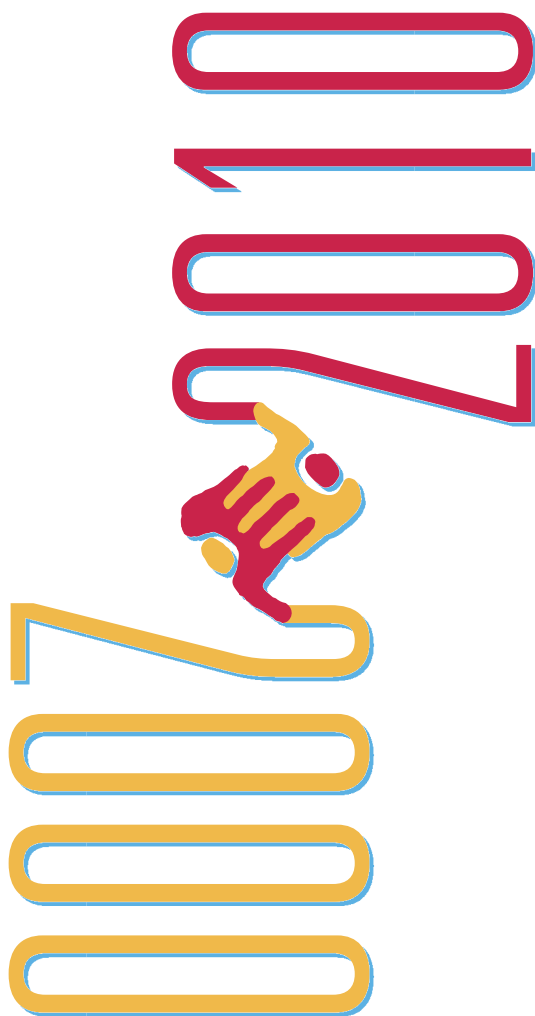
A organização do modelo restaurativo. Se não é o caso de apenas perdoar e, igualmente, não é o de promover a vingança pública desenfreada, o que falta ao nosso sistema? Justamente a vertente de responsabilidade, que podemos compreender melhor na tabela comparativa de Lode Valgrave⁵, que organiza modelo penal reabilitador e restaurativo. O ponto de referência é o delito: no modelo penal,

5. Lode Walgrave dirige o Research Group on Youth Criminology, da Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica. Disponível em: <<http://bit.ly/bAerzl>>.



possamos deixar de perseguir culpados e promovamos encontros restaurativos, que passemos da imposição de decisões unilaterais para estabelecer mecanismos processuais de diálogo, e que o castigo possa dar lugar, preferencialmente, à reparação do dano. E como resultado disso, pouco a pouco, poderemos aliviar essa intensa carga de coerção, porque estaremos produzindo coesão social. A próxima página está em branco e é um convite a vocês para que possamos escrevê-la.

* **LEOBERTO BRANCHER** – Juiz de Direito no Rio Grande do Sul e Coordenador do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa da Escola Superior da Magistratura do mesmo estado. Idealizador do “Projeto Justiça para o Século XXI”, que introduziu de forma pioneira a Justiça Restaurativa na pacificação de violências envolvendo crianças e adolescentes em Porto Alegre.



Anexo I

Cronologia dos fóruns do Comitê



Fóruns 2000

1º- O geoprocessamento de dados e sua importância na definição de políticas sociais
Josefina Balanotti e Márcia Bernardes

2º- Pela vida, não à violência
Dirce Gomes e Sonia R. T. Almeida

3º- Desafios e perspectivas da educação para a paz
Ubiratan D'Ambrósio, Lia Diskin e Carlos A. Emediato

4º- Cidades saudáveis
Paulo F. Capucci e Márcia F. Westphal

Fóruns 2001

5º- Diálogo sem fronteiras
Ricardo Harduim e Ale Ratti

6º- Educação global: paradigma para a educação ambiental
Marli Alves Santos

7º- Arte e cultura na educação de crianças e adolescentes
Reinaldo Bulgarelli e Elvira Gentil

8º- Educação ambiental global
Marli Alves Santos

9º- Os custos sociais da violência e como participar na prevenção
Dario Birolini

10º- Consumo responsável
Maluh Barciotte e Cyntia Malaguti

11º- Minimizando o lixo: passaporte sustentável para o século XXI
Emília Gadelha

12º- Que fim levou a infância?
Ute Craemer

13º- A ética no "Mercado" do 3º Setor
George Barcat

Fóruns 2002

14º- Monte Azul: um trabalho nas favelas em busca da paz social e do desenvolvimento da identidade pessoal
Ute Craemer

15º- Minimizando o lixo
Araci M. Montineri e Ana Maria D. Luz

16º- O poder em uma cultura de paz: análise, reflexão e propostas
Guilherme Assis de Almeida

17º- Diálogo: a competência do conviver
Humberto Mariotti

18º- Rumo a uma justiça restauradora: a construção permanente da paz
Egberto de A. Penido

19º- “Não existe caminho para a paz, a paz é o caminho”- Mahatma Gandhi
Marisa Nogueira Greeb

20º- Garantindo eficácia e coerência no trabalho de construção da paz
Therezinha Fram

21º- A cultura de paz como política pública
Heloisa Helena F. G. da Costa

Fóruns 2003

22º- Ética, a arte da convivência
José Romão Trigo de Aguiar

23º- Abordagem transdisciplinar para a formação integral do ser humano
Ondalva Serrano

24º- Reflexões sobre o programa de orientação alimentar e nutricional para a melhoria da qualidade de vida
Clara Brandão

25º- Povos indígenas do Brasil
Carmen Sylvia Junqueira

26º- Ética na TV
Laurindo Lalo Leal Filho

27º- Liberdade e interdependência: reflexões gandhianas
Lia Diskin

28º- Economia sustentável
Ladislau Dowbor

29º- O conto e a loucura na sociedade Dogon: dimensões da existencialidade negro-africana
Denise Dias Barros

Fóruns 2004

30º- Economia solidária e a cultura de paz
Marcos Arruda

31º- Valorização da diversidade
Reinaldo Bulgarelli

32º- Em defesa da utopia
Henrique Rattner

33º- A televisão e a [de]formação de valores éticos
Ana Cristina Olmos

34º- Fórum Social Mundial: origens, o que é, perspectivas
Chico Withaker

35º- Educação, cultura, arte e indústria do entretenimento
Alcione Araújo



36º- Mediação: uma prática cidadã
Cássio Filgueiras, Célia Cristina Withaker e Deniz Rodriguez

37º- Elementos de uma educação para a paz
Nelson Fiedler-Ferrara

Fóruns 2005

38º- Redes de compromisso social: estratégia contemporânea de gestão social
Rose Marie Inojosa

39º- Cultura de paz e primeira infância
Adriana Friedman, Guido Palomba, Raul Marino, Sonia P. Soussumi e Yasaku Soussumi. Coordenação:
João Figueiró e Marilda Duarte

40º- O Brasil no mundo: raízes da identidade brasileira
István Jancsó

41º- O processo formativo humano: uma tarefa bioética
Regina Favre

42º- O que o coração não sente, os olhos não vêem: reflexões sobre *marketing* e ética
Stalimir Vieira

43º- Desarmamento: uma questão de vida
Denis Mizne

44º- As questões sociais são assunto da escola?
Ana Amélia Inoue

45º- Reflexões e vivências a partir do compromisso com populações excluídas
Pe. Júlio Lancellotti

Fóruns 2006

46º - Sustentabilidade social: uma cultura em gestação
Lourdes Alves de Souza

47º - “O que me preocupa não é o grito dos violentos, é o silêncio dos bons.” – Martin Luther King
Celso Garbaz

48º - Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas
Yves de La Taille

49º - Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas
Flávia Piovesan

50º - Cultura de paz: não estamos condenados à violência
Lia Diskin

51º - Cultura de paz: planejamento de um novo mundo, panorama atual
do projeto Millennium e os 15 desafios
Rosa Alegria

52º - Cultura de paz: África, um continente em busca do equilíbrio para a paz
Kabengelê Munanga

53º - Comunicação não violenta, valores, diálogo e transformação de relações sociais
Marshall Rosenberg

Fóruns 2007

54º - Aquecimento global: por que devemos nos preocupar?
Fábio Feldman

55º - Participação e solidariedade – a revolução do terceiro milênio
Oswaldo Della Giustina

56º - Dramaturgia e realidade – o diálogo teatral e as relações humanas
Samir Yazbeck

57º - O Cosmos, a terra, o ser humano celebração do
Dia Internacional da Ecologia e do Meio Ambiente
Paulo Varella e Regina Atulim

58º - Onde começa a paz?
Denise Gimenez Ramos

59º - Educar para a paz em tempos difíceis
Xésus Jares

60º - A Atualidade de Gandhi: filosofia em ação. Celebração do Dia Internacional da Não Violência
Jean-Marie Muller [França] e Dr. Srikrishna Têngshe [Índia]
Mediação: Marlova Noleto

61º - Mulheres na Filosofia: uma história de exclusão deliberada
Abertura: Tributo à Hipátia por Ana Figueiredo
Marcia Tiburi: As mulheres na Filosofia, uma história mal contada
Dulce Critelli: O pensamento no feminino

Fóruns 2008

Fórum Internacional Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência
Alicia Cabezudo, David Adams, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, Hamilton Faria, José Gregori, Magnus Haavelsrud, Maurílio Maldonado, Rose Marie Inojosa e Ubiratan D'Ambrósio, Xesús Rodrigues Jares (*in memoriam*)

62º - Amazônia para sempre
Cristiane Torloni e Victor Fasano

63º - Em que mundo estamos?
Ubiratan D'Ambrosio

64º - A África e suas reciprocidades na construção da paz mundial
Acácio Sidinei Almeida Santos

65º - Democracia e cidadania: direitos humanos e a cultura de paz
Maurílio Maldonado

66º - Sociedade de consumo: qual o próximo passo?
Hélio Mattar

67º - O impacto da primeira infância na compreensão do mundo
João Augusto Figueiró

68º - Aikido – harmonia em ação
José Roberto Marinho Bueno



69º - Neurociência e a compreensão do humano
Edson Amaro Jr.

Fóruns 2009

70º - Terapia comunitária: uma prática a serviço da saúde e da dignidade da pessoa
Marilene Grandesso

71º - Mercantilização da infância: um problema de todos
Isabella Vieira Machado Henriques e Lais Fontenelle Pereira

72º - Senso de comunidade e liderança para os novos tempos
Oscar Motomura

73º - Mediação de conflitos: um caminho inevitável entre o individualismo e a interdependência
Célia Passos

74º - Complexidade, sistêmica e holismo: hipóteses possíveis acerca da realidade
Nelson Friedler-Ferrara

75º - Uma nova visão sobre as redes sociais: explorações do espaço-tempo dos fluxos
Augusto de Franco

76º - Evolucionismo e política de civilização: em comemoração aos 200 anos do nascimento de Charles Darwin
Edgard de Assis Carvalho

77º - Pensar e conhecer: dois modos de se posicionar frente ao mundo
Amnéris Maroni

Fóruns 2010

78º - Justiça restaurativa: para além da vingança e do perdão
Leoberto Brancher

79º - Mitos, ritos e símbolos em busca de significado: alicerçando a paz
Robert Walter

80º - Gandhi e o despertar para a não violência
Mukund Bohle

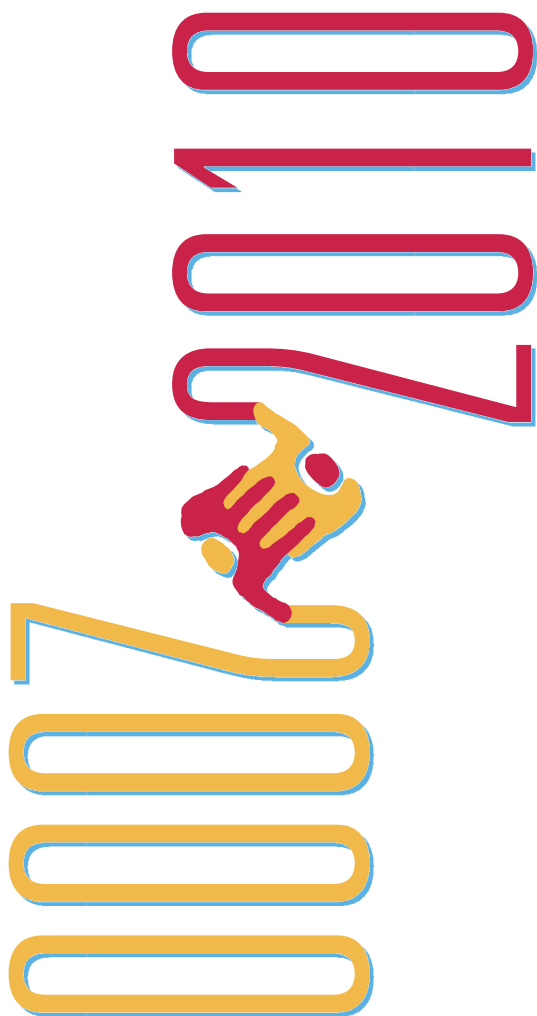
81º - Consequências neurobiológicas do abuso infantil juvenil
Georg Tuppy

82º - Transformações e cultura planetária
Danilo Santos de Miranda

83º - Cultura de paz e a responsabilidade das organizações e lideranças sociais
Oded Grajew

84º - Processos circulares
Kay Pranis

85º - Cultura de paz: uma década visionária
Marlova J. Noletto e Eduardo Jorge



Anexo II

Sinopses



1º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O geoprocessamento de dados e sua importância na definição de políticas sociais

Geoprocessamento é o recurso tecnológico que permite a associação de coordenadas geográficas a registros (bancos de dados), para que seja possível exibi-los em um mapa. A tecnologia aliada ao conhecimento permite estudos, análises e tomada de decisões, voltadas inclusive para as políticas públicas de diversas áreas, tendo como base o território.

Josefina Balanotti, geógrafa e especialista em geoprocessamento de dados

Márcia Bernardes, socióloga

Entrada franca

22 de agosto de 2000, 17h

Local: Faculdade de Saúde Pública da USP

Sala José Martins de Barros (térreo)

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo

Realização: Comitê de divulgação do Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz, da UNESCO

2º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Pela vida, não à violência

Projeto e desenvolvimento no município de Santo André, envolvendo todas as escolas municipais e todos os centros comunitários para enfrentar as questões da violência

Dirce Gomes, bióloga e pedagoga;

Sônia R. Teixeira Almeida, assistente social. Consultoras do Instituto Pólis de Políticas Públicas.

Entrada franca

10 de outubro de 2000, 17h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Avenida Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê de divulgação do Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz, da UNESCO



3º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Desafios e perspectivas da educação para a paz

Reflexões a partir do Encontro da Rede Global de Educação para a Paz, realizado em Genebra, em setembro de 2000, sobre o tema “O futuro de nossas crianças”.

Ubiratan D’Ambrósio é professor emérito da UNICAMP; presidente da Sociedade Brasileira de História da Matemática; presidente do Grupo Internacional de Estudos em Etnomatemática; presidente do Instituto de Estudos do Futuro; professor convidado da USP, UNESP, PUC-SP e da Universidade de Blumenau.

Lia Diskin é graduada em jornalismo, com especialização em crítica literária, pelo Instituto Superior de Periodismo José Hernandez, de Buenos Aires. Cofundadora da Associação Palas Athena.

Carlos Alberto Emediato é sociólogo, doutor em educação pela Universidade de Stanford; professor da Escola de Governo, da FUNDAP; coordenador da Rede Global de Educação para a Paz.

Entrada franca

14 de novembro de 2000, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Ciro Cyari (térreo)

Avenida Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

4º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Cidades saudáveis: repensando a saúde como rede de solidariedade propiciadora de qualidade de vida.

Marcia Faria Westphal é vice-diretora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Paulo Fernando Capucci é secretário executivo do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades e Municípios Saudáveis

Entrada franca

12 de dezembro de 2000 – 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Avenida Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo

(estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

5º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Diálogo sem fronteiras e uma metarrede para intercâmbio e cooperação

Em 1992, diversos movimentos sociais, culturais e políticos gestados na década de 1980 participaram conjuntamente de eventos sucessivos: a ECO 92, no Rio, e a Potosí 92, na Bolívia. Teve início nesse momento um processo de diálogo entre diversos atores sobre temas de cidadania, todos sob a mesma convocação: sem fronteiras.

Os encontros envolvendo Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai multiplicaram-se. Neles tem-se tentado criar uma cumplicidade entre sociedade civil e instituições. Passaram a participar desse diálogo sem fronteiras governos locais e regionais, universidades, organizações sociais e não governamentais, trabalhadores da cultura, sindicatos e empresários. Mais de cem jornadas resultaram em vários produtos e conceitos, alguns deles transformados em políticas públicas, outros determinando critérios operacionais – todos constituindo pautas precisas de articulação.

Em outubro de 1997, realizou-se em Niterói (RJ) o primeiro de uma sequência de seminários intermunicipais (SIMAAS), que pretendem estabelecer um Sistema de Enlace Inter-Regional na América Latina, baseado nos princípios da economia social e na tecnologia da informação e das comunicações. O objetivo é avançar para uma verdadeira meta-rede de intercâmbio e cooperação, na qual governos regionais, municípios e comunidades definam uma agenda estratégica que combine medidas socioeconômicas, de infraestrutura e de segurança ambiental com soluções institucionais. Essas ações procuram levar a sociedade para um patamar de qualidade de vida aceitável para todos.

Ricardo Harduim é biólogo, especialista em ciências ambientais, tecnologia educacional e administração escolar. Diretor de educação ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de Niterói. Coordenador do Projeto do Reflorestamento Integrado da Mata Atlântica e Coordenador do Seminário de Integração Municipal da América Área Sul (SIMMAS).

Ale Ratti é coordenador da área MERCOSUL do Programa de Vinculação Regional e Municipal da Secretaria de Indústria, Comércio e Trabalho do Governo da Cidade de Buenos Aires.

Entrada franca

13 de março, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Cyro Ciari (térreo)

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



6º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Educação global: paradigma para a educação ambiental

A educação global pode ser entendida como um paradigma educacional baseado em uma perspectiva holística e global, que identifica um movimento dinâmico e interdependente entre comunidades, territórios e pessoas; inter-relações entre fenômenos naturais e sociais; interligações entre passado, presente e futuro, e entre a natureza complementar das dimensões cognitiva, afetiva, física e espiritual do ser humano. Está dirigida para temas do desenvolvimento, equidade, paz, justiça social, sustentabilidade do meio ambiente, questões de gênero, entre outros. Pretende-se uma metodologia afinada com os níveis pessoal, local, nacional e planetário; é experiencial, interativa, centrada no estudante, participativa, democrática e orientada para a mudança.

Marli Alves Santos é economista pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pós-graduada em Ciências Políticas (UNICAMP). Especializações: Ciências Espaciais (*International Space University* – ISU); Educação Ambiental (MASHAV – Israel); cursos e estágios internacionais em meio ambiente: Canadá, EUA, Inglaterra, Itália e Suécia. Gerente de meio ambiente da Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU); coordenadora geral do *International Training for Environmental Leadership* (ITEL); presidente do Núcleo Internacional de Educação e Gestão Ambiental (NIEGA); professora universitária em políticas públicas (por cinco anos).

Entrada franca

10 de abril de 2001, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

7º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Arte e cultura na educação de crianças e adolescentes: relato de educadores e artistas sobre experiências concretas

A arte e a cultura têm sido um grande diferencial de programas e projetos voltados para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, sobretudo nas periferias das nossas cidades.

A confiança depositada na força de expressão dos jovens e a importância de contar com a comunidade para a implementação de políticas públicas promoveram uma nova geração de projetos complementares à escola, compondo a rede de atenção aos direitos inalienáveis de crianças e adolescentes.

A valorização e a promoção da diversidade, assim como a reflexão sobre valores humanos inclusivos serão alguns dos temas abordados pelos expositores.

Palestrantes:

Reinaldo Bulgarelli é educador. Dirige diversos programas governamentais e não governamentais de atenção aos direitos da criança e do adolescente. Atualmente é consultor da Modus Faciendi – soluções em desenvolvimento social e ação educativa.

Elvira Gentil é atriz. Já coordenou programas de atenção aos direitos e da criança e do adolescente centrados em arte e cultura. Atualmente é membro da assessoria da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Entrada franca

8 de maio de 2001, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

8º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Educação ambiental global

A educação global como referência educacional vem sendo desenvolvida há décadas em muitos países, e mesmo no Brasil muitos educadores vêm trabalhando alicerçados em uma visão holística e construtivista. No entanto, ainda prevalecem modelos tradicionais que não correspondem aos inúmeros desafios de um mundo que se depara com mudanças profundas e velozes, exigindo respostas criativas, rápidas e flexíveis.

A educação global, na perspectiva desenvolvida pelos professores David Selby e Graham Pike, das Universidades de Toronto e Prince Edward Island, no Canadá, oferece uma ferramenta efetiva para formar cidadãos com visão universal e com forte conteúdo ético. No Brasil, a E.G. vem sendo divulgada e aplicada desde 1993, por intermédio do Núcleo Internacional de Educação e Gestão Ambiental (NIEGA), com alguns resultados relevantes em inúmeras ações e projetos ambientais. Esta oficina tem como objetivo disseminar e desenvolver novos conhecimentos e competências nas áreas social e ambiental, promovendo os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, ancorados na metodologia da Educação Global (EG). A dinâmica da oficina inclui simultaneamente uma abordagem teórica e prática, por intermédio do desenvolvimento de atividades interativas que envolvem pequenos grupos de discussão, *role plays*, aprendizado cooperativo, simulações lúdicas, entre outras.

Conteúdo programático

Nesta oficina serão enfatizadas atividades que enfocam a dimensão interior, e que abordarão os seguintes temas: Modelo das quatro dimensões da globalidade; Aprendendo e educando para a sustentabilidade; Educação Global e o processo de aprendizagem; Processos de mudança; Construindo e internalizando valores; Potencializando o potencial humano; Construindo consensos; Aprendizado cooperativo; O ensino centrado no estudante.



Marli Alves Santos é economista pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pós-graduada em ciências políticas (UNICAMP). Especializações: Ciências Espaciais (*International Space University* – ISU); educação ambiental (MASHAV – Israel); cursos e estágios internacionais em meio ambiente: Canadá, EUA, Inglaterra, Itália e Suécia. Gerente de meio ambiente da Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU); coordenadora geral do *International Training for Environmental Leadership* (ITEL); presidente do Núcleo Internacional de Educação e Gestão Ambiental (NIEGA); professora universitária em políticas públicas (por cinco anos).

Entrada franca

22 de maio de 2001, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Lucas Assumpção

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

9º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Os custos sociais da violência e como participar na prevenção

Entre as causas não naturais de morte nos países desenvolvidos, predominam as não intencionais e o suicídio, ao passo que nos países em desenvolvimento – e o Brasil se inclui entre eles –, os homicídios destacam-se como a causa mais importante, seguidos pelos acidentes com veículos automotores.

Em nosso país, as vítimas de trauma não raramente competem com doentes portadores de outra doenças, agudas ou crônicas, para receber atendimento nos serviços de emergência. Além disso, o trauma (tecnicamente conhecido por “causas externas”) afeta jovens, em sua maioria abaixo dos 40 anos de idade, o que resulta em custos sociais elevadíssimos, que poderiam ser investidos em educação, cultura, saúde, lazer.

Prevenção do trauma, contando com a participação da população, é a forma mais sensata de conter essa guerra civil que mata, por ano, duas vezes mais do que a guerra do Vietnã matou em sete anos.

Dario Birolini: professor titular do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP; presidente da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Pesquisa em Cirurgia; diretor do Comitê de Trauma do Colégio Brasileiro de Cirurgiões e referência nacional em traumatologia; sócio honorário da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), por suas importantes contribuições no campo da medicina intensiva; ATLS Meritorious Service Award – Committee on Trauma, American College of Surgeons, EUA; “distinguished visiting professor” no PROVOT, Universidade de Southern California – Los Angeles, EUA; membro honorário da Sociedad Panameña de Trauma e Asociacion Panameña de Cirurgia.

Entrada franca

20 de junho de 2001, quarta-feira – 18h30

Local: Anfiteatro da parasitologia – 2º andar – Faculdade de Medicina da USP

Av. Dr. Arnaldo, 455 – São Paulo – (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

10º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Consumo responsável ajudando a preservar o planeta

Você já percebeu que uma simples ida às compras é uma oportunidade pedagógica para transmitir e “ensinar” cidadania aos nossos filhos? Como consumidores, devemos escolher, decidir, reivindicar direitos, assumir responsabilidades. Estamos preparados? Escolhemos de fato o que consumimos?

Onde aprendemos a escolher o que é melhor para nós, nossas famílias e a sociedade? Na escola? Em casa? E quem nos ensina? A propaganda nos informa ou nos ilude? Seremos transformados em heróis e heroínas românticos usando tal desodorante? Ou fumando tal cigarro? E criar adolescentes que nunca bebem água é saudável? E as consequências ambientais e sociais desse estilo de vida tão disputado? Temos consciência delas? E as milhares de toneladas de lixo produzidas diariamente? E o aumento da temperatura da Terra, pelo uso excessivo dos combustíveis fósseis por uma pequena parcela da população mundial? O abusivo apelo ao consumo contribui para o aumento da violência na sociedade atual?

Parece incrível, mas consumir é um exercício de liberdade. Dizer sim ou não. Aprender a escolher e ajudar nossos filhos nessa atitude crítica e saudável com certeza nos transformará em pessoas melhores e ampliará nosso papel frente ao mundo, assim como nossa capacidade de agir e transformá-lo, melhorando a nossa realidade e fazendo-nos parceiros do futuro.

Além deste tema, será também apresentado, pelas educadoras ambientais Fabíola Zerbini e Renata Pistelli, um exemplo de Programa de Educação para o Consumo, em desenvolvimento em escolas públicas do Estado de São Paulo, e o programa Consumo Responsável e Qualidade de Vida, do PROLATA. Este programa está aberto gratuitamente às escolas interessadas.

Maluh Barciotte é bióloga e mestre em Biologia (Instituto de Biociências da USP); doutora em saúde pública e ambiental (ESP-USP); especialista em ISO 1400 (*ENR/Environmental Auditors Registration Association*). Diretora da ECON – Oficina Ecocultural – e do Ambiente 21 – Programa de qualidade ambiental para empresas; presidente do Instituto Kairós. Coordena projetos socioambientais para escolas e comunidades (PROLATA, Escola da Vila/SP). Professora universitária.

Cyntia Malaguti é desenhista industrial pela Escola Superior de Desenho Industrial (UERJ/ESDI); doutora em arquitetura e urbanismo (FAU – Faculdade de Arquitetura da USP); desenvolveu estudos ligados ao tema “Embalagem e Meio Ambiente” na Inglaterra e na



Colômbia. Consultora da FIESP-SP para Ecodesign, é atualmente professora da Escola de Belas Artes de São Paulo.

Entrada franca

Terça-feira, 14 de agosto de 2001, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

11º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Minimizando o lixo: passaporte sustentável para o século XXI

O princípio dos 3 R – reduzir, reutilizar e reciclar – é aplicável facilmente na vida cotidiana e se faz cada vez mais necessário para viabilizar o futuro das próximas gerações. A expansão de programas de conscientização ambiental é a forma mais eficiente para mudar os valores dos indivíduos, e deter o processo de degradação e os impactos sobre o meio ambiente.

A mudança dos valores internos dos indivíduos, e da sociedade como um todo, tende a repercutir em uma série de outras atividades, por meio da transferência do comportamento adquirido, além de desencadear um efeito multiplicador, uma vez que, ao sensibilizar os indivíduos em relação a alguma questão ambiental – por exemplo, o lixo –, desperta-se o interesse por outros problemas correlacionados – por exemplo, economia de água e de energia. A adoção da visão sistêmica da natureza é fundamental para a reflexão e o aprofundamento sobre o manejo dos resíduos e dos meios e fins para atingir algum grau de sustentabilidade socioambiental.

Emília Gadelha: médica, diretora presidente do Instituto Recicle Milhões de Vidas.

11 de setembro de 2001, 18h

Entrada franca

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

12º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Que fim levou a infância?

A Aliança pela Infância iniciou suas atividades na Europa e nos Estados Unidos em 1998/99, com reuniões de educadores, médicos, assistentes sociais e pesquisadores envolvidos com a questão da infância. No Brasil, suas ações tiveram início em julho de 2001.

A Aliança tem por finalidade básica divulgar os problemas que afligem a infância e pesquisar suas causas, promover soluções, inclusive por meio de parceria com pessoas e organizações das mais diversas áreas de atuação.

Focos de ação: pobreza, abuso, negligência e discriminação / mudança na vida da família e cuidados com as crianças / pressão escolar precoce / meios de comunicação / saúde, alimentação e gestação / tempo livre para brincar / arquitetura e paisagismo: espaços de lazer, escolas, praças.

Objetivos específicos: 1) Criar o consenso de que uma infância sadia é uma necessidade básica da condição humana, protegendo assim os direitos da humanidade; 2) Incentivar e desenvolver formas de educação que respeitem a infância, reconheçam a necessidade do tempo e do espaço adequados para crescer, e promovam o brincar criativo em um ritmo de vida saudável; 3) Pesquisar o impacto da tecnologia (especialmente computadores e meios de comunicação eletrônicos) no desenvolvimento da criança, avaliando seus resultados e efeitos na prática diária; 4) Incentivar a cooperação entre profissionais de diferentes áreas, direta ou indiretamente envolvidos com crianças – educadores, terapeutas, médicos, nutricionistas, psicólogos, bem como juristas, políticos, religiosos, arquitetos – enfim, todos nós; 5) Estimular uma nova visão científica e a pesquisa sobre o desenvolvimento do ser humano pleno, em especial a fase da infância; 6) Estimular ações políticas para a consecução desses objetivos.

Coordenação: Ute Craemer, com a participação de membros da Aliança pela Infância.

Ute Craemer: é fundadora (1975) do trabalho social na favela Monte Azul – Associação Comunitária Monte Azul – e consultora social em São Paulo e Salvador. Envolvida (desde 1968) com a pedagogia Waldorf, ministra palestras no Brasil e exterior. É autora de diversos livros, entre os quais: *Questão Social*; *Favela Kinder*; *Favela Monte Azul*; *Crianças entre Luz e Sombras*; *Girassol – Conto de Natal*.

Entrada franca

9 de outubro de 2001, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



13º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

A ética no “mercado” do terceiro setor

O terceiro setor cresceu, e o novo perfil e tamanho dessas organizações despertou, para o bem e para o mal, muitos interesses nos outros dois setores. Entre outros assuntos, os governos mostram-se cada vez mais preocupados com o volume e os destinos das isenções tributárias. As empresas com propósitos lucrativos aderem aos projetos do terceiro setor motivadas por oportunidades de *marketing* e programas relativos à cidadania e à responsabilidade social.

Tudo indica que os problemas de fronteira entre os três setores se intensificarão. Nesse encontro, após sugerirmos um conceito de ética, analisaremos alguns desses enfrentamentos:

- a) Quais são os limites éticos da profissionalização do terceiro setor?
- b) Quais são os limites éticos para o *marketing* social?
- c) Em que sentidos podemos falar de “mercado” quando o foco é o terceiro setor?
- d) Até que ponto podemos aceitar que os governos municipais, estaduais e federal, escudados no conceito de Estado mínimo, repassem para o terceiro setor muitas de suas responsabilidades?
- e) O que a experiência com as leis de incentivo à cultura nos ensinou acerca dos perigos de entregar a decisão do que fazer às empresas do segundo setor?

George Barcat é professor, membro do Conselho Deliberativo e do Conselho Editorial da Associação Palas Athena. Sócio da empresa Entelékia – Tecnologias do Conhecimento. Analista de sistemas.

Entrada franca

6 de novembro de 200, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

14º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Monte Azul: um trabalho nas favelas em busca da paz social e do desenvolvimento da identidade pessoal.

A Associação Comunitária Monte Azul trabalha há mais de 20 anos com educação, cultura e saúde em várias favelas da zona sul. Como resultado desse trabalho, a região apresenta hoje níveis irrisórios de violência, demonstrando a eficácia de ações socioeducativas que

atendem às necessidades integrais do ser humano, isto é: físicas, afetivas, cognitivas e espirituais.

Neste fórum, a fundadora da associação relatará sua experiência no resgate da autoestima e na descoberta do potencial criativo dessa comunidade.

Ute Craemer: nascida na Alemanha, formada em francês e russo, professora especializada na pedagogia Waldorf desde 1968. Fundadora (1975) do trabalho social na favela Monte Azul – Associação Comunitária Monte Azul; cofundadora da Aliança pela Infância. É autora de diversos livros, entre os quais: *Questão Social*; *Favela Kinder*; *Favela Monte Azul*; *Crianças entre Luz e Sombras*; *Girassol – Conto de Natal*.

Entrada franca

30 de abril de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Walter Belda

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

15º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Minimizando o lixo

Nos últimos tempos, a mídia tem mostrado insistentemente os problemas causados pelo lixo em São Paulo e no Brasil inteiro. Garrafas plásticas entopem bueiros e causam enchentes, a sujeira enfeia nossas ruas, não existe mais lugar para colocar o enorme volume do lixo das nossas cidades.

Entretanto, nem tudo está perdido. Cada cidadão pode ajudar a melhorar esse quadro, contribuindo para um novo mundo e um futuro sustentável. Como? Reconhecendo que fazemos parte do problema e, portanto, também da solução. Ações e programas ambientais organizados pela sociedade civil, com apoio ou não dos setores governamentais, têm mostrado cada vez mais resultados, não só ambientais, mas também sociais e econômicos.

Um programa de coleta seletiva e minimização de lixo ajuda a diminuir o desperdício, proporciona a reflexão sobre nossos hábitos de consumo e contribui na redução da quantidade de lixo enviada para os aterros sanitários, possibilitando economia no uso de água, energia e matérias-primas. Proporciona também um ganho social para todos os envolvidos, desde os participantes diretos até setores da população normalmente excluídos, como é o caso dos catadores de sucata e recicláveis.



Instituto GEA

O Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja finalidade principal é desenvolver a cidadania e a educação ambiental, assim como assessorar gratuitamente a população a implantar programas de coleta seletiva, reciclagem e minimização de lixo.

Araci Musolino Montineri é presidente do Instituto GEA. Formada em Engenharia Química (Poli – USP), trabalhou durante cerca de oito anos na Cetesb e na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, onde foi uma das criadoras do Projeto Jogo Limpo – Programa de Minimização de Resíduos, das duas instituições.

Ana Maria D. Luz é vice-presidente do Instituto GEA. Formada em comunicações pela Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). Especialista em educação ambiental pela Universidade de Boston, nos EUA. Mestre em ciência ambiental – PROCAM/USP. Corresponsável pelo Projeto Jogo Limpo – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Cetesb.

Entrada franca

28 de maio de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Walter Belda

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

16º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O poder em uma cultura de paz: análise, reflexão e propostas

Hannah Arendt, uma das mais destacadas filósofas e cientistas políticas do século XX, criou uma definição de poder em que não existe a noção de violência: a convivência pacífica entre homens e mulheres propicia a ação conjunta que, por sua vez, gera poder. Essa ação conjunta possibilita, por meio da palavra, a revelação de cada indivíduo na sua singularidade.

A ausência da violência é imprescindível, pois na comunicação humana não se objetiva atingir determinado fim, mas descobrir uma meta comum que sirva como elemento aglutinador. Quando é usada apenas para atingir um fim específico, a palavra perde sua característica de revelação, isto é, seu sinal mais distintivo. No século XX, foi o *mahatma* Gandhi, através do *satyagraha*, quem melhor levou à prática a teoria arendtiana do poder enquanto agir conjunto.

A ação política gandhiana é simples e inovadora, baseia-se em três pontos fundamentais:

1) a não violência (*ahimsa*) como princípio da ação;

2) *satyagraha* como forma de resistência (greve, desobediência civil, jejum), que se apoia em um exame criterioso dos fatos e em um empenho sincero para entender o adversário; e

3) o exercício da não violência ativa para evidenciar a injustiça da situação. O objetivo a ser alcançado é a libertação coletiva e individual (*swaraj*), lembrando sempre que, por nobres que sejam, os fins nunca justificam o abuso do poder nem da autoridade.

Guilherme Assis de Almeida, doutor pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo. Ex-consultor jurídico do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), e atualmente pesquisador sênior do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da USP. É coautor do livro *Curso de Filosofia do Direito*, e autor de *Direitos Humanos e Não Violência*, ambos da Editora Atlas.

Entrada franca

25 de junho de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Walter Belda

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

17º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Diálogo: a competência do conviver

Humberto Mariotti

O diálogo é uma modalidade de conversação cujo objetivo é melhorar a comunicação entre as pessoas e instituições e facilitar a produção de ideias novas e significados compartilhados. Vem sendo utilizado de modo crescente em situações em que é necessário complementar os meios tradicionais da discussão, do debate e da negociação. Ou seja: quando é necessário ir além dos limites da diplomacia tradicional. Um de seus pensadores fundamentais foi Martin Buber, introdutor da dialógica Eu e Tu. O crítico literário russo Mikhail Bakhtin também produziu *insights* originais para o tema. O físico americano David Bohm foi outra figura destacada: aperfeiçoou e divulgou a técnica do diálogo, em especial nos últimos anos de sua vida. Em termos práticos, o diplomata americano Harold Saunders – que chegou a dedicar-se exclusivamente ao método – destacou-se por conduzir encontros nos quais o diálogo foi utilizado em situações delicadas, como os conflitos entre árabes e israelense, russos e afegãos.

O diálogo é uma forma de produzir e fazer circular ideias. Busca os seguintes objetivos:

- a) melhorar a comunicação entre as pessoas;
- b) observar o processo do pensamento;
- c) criar redes de conversação;
- d) produzir e compartilhar significados.



Para praticá-lo é preciso um aprendizado, que começa com a modificação dos hábitos mentais que dificultam nossa capacidade de ouvir.

O questionamento básico do método é simples: o que temos como certo e fora de dúvida nem sempre é o único modo de perceber e compreender o mundo. Daí a pergunta-chave: “E se suspendermos ao menos temporariamente os nossos modos habituais de pensar \- as nossas “certezas” –, e assim conversarmos, para ver o que acontece?” Trata-se, pois, de mudar de abordagem, trocar de posição, observar a partir de outros ângulos, pensar os mesmos problemas de maneira diferente. O diálogo aplica-se a qualquer situação em que seja necessário produzir ideias novas e aprender em grupo.

Humberto Mariotti é médico e psicoterapeuta. Cofundador da Sociedade Brasileira de Psicologia Existencial Humanista (SP). Pesquisador em complexidade, pensamento sistêmico e ciência cognitiva. Conferencista nacional e internacional. Coordenador do Grupo de Estudos de Complexidade e Pensamento Sistêmico da Associação Palas Athena (SP). Cofundador do Grupo de Diálogo da Associação Palas Athena (SP). Autor de vários livros, entre os quais *As Paixões do Ego: Complexidade, Política e Solidariedade* (Editora Palas Athena).

Entrada franca

23 de julho de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Walter Belda

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

18º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Rumo a uma justiça restauradora: a construção permanente da PAZ

As novas percepções oriundas das ciências fundamentais apontam que o universo inteiro funciona baseado em leis de harmonia e equilíbrio – isto é, por meio de justiça. Justiça não é apenas uma virtude moral ou uma norma ética, mas um padrão cósmico; é a maneira de ser do universo. Justiça não é um ato vindo de cima pelas mãos de um deus indignado: ela vem do próprio tecido da criação. Pode-se dizer que este colapso ambiental que estamos sofrendo é a justiça cósmica respondendo à injustiça humana. Não há um determinismo rígido. Há espaço de liberdade para que possamos exercer nosso livre arbítrio, porém dentro da harmonia existente no próprio tecido do universo.

Diante deste quadro, como ver a relação entre justiça e paz? Percebe-se que o “direito” como instrumento de realização da justiça, de modo geral, vem-se desviando de seu alvo. Na busca por justiça, deparamo-nos com uma realidade complexa, cujos desequilíbrios sociais na grande maioria das vezes, são “reequilibrados” institucionalmente com base no uso da

força ou da ameaça de uso da força, por meio de normas de conduta calcadas em valores diversos, nem sempre condizentes com o caso concreto.

O que fazer, então, para que seja possível implementar uma justiça restauradora – uma justiça que deixe o mundo melhor, que não agrave mais a desarmonia social, que busque de todas as formas não fazer mal à vida e ao ser humano e, se o fizer, restaure; enfim, uma justiça comprometida com a paz?

Egberto de A. Penido é juiz de direito em São Paulo.

Entrada franca

20 de agosto de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sala Walter Belda

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

19º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

“Não existe caminho para a paz, a paz é o caminho” – *Mahatma Gandhi*

Ítalo Calvino, em seu lindo livro *As cidades invisíveis*, nos diz: “O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.”

O que pretendemos é, junto com as pessoas que moram nesta cidade, des-cobrir as forças ativas e criativas aí existentes, as virtualidades aí presentes. A consciência desta potência poderá promover um outro modo de viver, novos arranjos sociais que considerem a vida como um valor maior. Isto estaria ao alcance de cada um, junto à sua comunidade, se fosse possível entrar em contato com o desejo genuíno e a vontade política de assumir tais transformações, formando uma rede de pessoas possíveis, canais livres de fluxos singulares, espontâneos e criativos.

Como? Se não existe paz para tanto! Existem tensões e sonhos produzidos pela publicidade capitalística. Melancolia. Vontade de volta ao passado... Ressentidos e desanimados, sem alma cidadã, delegamos aos “eleitos” a função de criar a “feliz-cidade”.

Entretanto, o momento presente pede uma outra ótica, uma ética da inclusão responsável, na qual cada cidadão precisa atuar nessa construção, precisa de um outro modo de encarar a cidade onde moramos, nossa vida – ou seja, nosso mundo. Portanto, o momento exige



uma mudança dessa geografia mental. E “um processo realmente terapêutico não pode ter como meta final menos do que toda a humanidade.” (J. L. Moreno).

Marisa Nogueira Greeb: coordenadora do Psicodrama da Cidade em 21/03/2001, que gerou o Movimento Ética é Cidadania.

Entrada franca

17 de setembro de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – Térreo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

20º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Garantindo eficácia e coerência no trabalho de construção da paz

Therezinha Fram

A transformação e a transição aceleradas da sociedade, que têm sido caracterizadas pela intolerância, pelas diversas formas de preconceito e discriminação, pela violência, pela grande disparidade entre ricos e pobres e pelo desrespeito aos direitos humanos fundamentais, são fatores que criam grandes dificuldades e desafios para pessoas, grupos, sociedades e nações.

Para podermos enfrentar essa situação, é indispensável que ampliemos e aprofundemos nossas percepções, nossos conhecimentos e nossos sentimentos sobre os componentes de uma construção da Cultura de Paz. Esse esforço individual e coletivo nos ajudará a delinear uma plataforma para trabalharmos com clareza e eficiência e, acima de tudo, para buscarmos um consenso sobre os pontos fundamentais que devem garantir a coerência, a integridade e a eficácia de nossas ações.

Therezinha Fram é educadora, docente e diretora de escola pública. Professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Secretária da Criança, Família e Bem-Estar do Município e do Estado de São Paulo. Membro do Conselho Consultivo da Universidade Aberta da Terceira Idade, da USP. Membro da Academia Paulista de Psicologia e da Comissão Justiça e Paz. Membro do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz – um programa da UNESCO. Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana.

Entrada franca

15 de outubro de 2002, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - Térreo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

21º Fórum do Comitê Paulista para Década da Cultura de Paz

Cultura de Paz como política pública

A grita contra a violência é geral, assim como a grita da própria violência. Quem a alimenta? O sistema injusto, que gera privilégios para uns poucos? Uma distribuição de renda com que a maioria sonha, mas que nenhum governo foi capaz de realizar? Por que a cultura de paz está sendo citada no engajamento de muitos setores da sociedade, inclusive políticos?

A cultura de paz é o compromisso coletivo com a busca da justiça, do respeito e da solidariedade, através do diálogo, da negociação e da mediação, alicerçados na prática da não violência.

E a participação do Estado se dá na formulação e na aplicação de políticas públicas promotoras da articulação e da inclusão social, e de transformação de valores, atitudes, comportamentos e estruturas geradoras de violência.

É este enfoque que será discutido no dia 26 de novembro, terça-feira, pelo Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, das 14h às 18h, no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Vamos conhecer e avaliar o que a Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa está construindo com a prefeitura de Salvador, Bahia, como mediadora estratégica do Programa Intersetorial de Promoção de Paz e Qualidade de Vida daquele município.

Este será o segundo fórum “Diálogos pela Cultura de Paz – uma política inadiável”, promovido pelo Conselho.

O Conselho

O Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz está em formação há um ano na Assembleia Legislativa. É fruto da iniciativa de diversas entidades da sociedade civil que se dedicam à construção da cultura de paz, oriundas do trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê Paulista pela Década da Cultura de Paz – um programa da UNESCO, que atua na Faculdade de Saúde Pública da USP.

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa é mediadora estratégica do Programa intersectorial de promoção da paz e qualidade de vida, na cidade de Salvador. Consultora da UNESCO nas áreas de cultura e educação para a paz e de preservação do patrimônio histórico cultural, desde 1986. PhD em Sociologia pela Universidade de Quebec, Montreal (2000). Mestre em Ciências Sociais pela UFBA; Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ).

Entrada franca

26 de novembro de 2002, 14h

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Auditório Franco Montoro

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – Ibirapuera

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



22º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Ética, a arte da convivência

Toda a vida no planeta Terra se dá em um contexto de relações. São essas relações profundas entre átomos, células e seres que articulam a vida.

Nossas relações com a natureza, com o outro e conosco mesmos constituem o grande desafio atual. Relacionar-se exige muitas habilidades, mas, acima de tudo, exige arte. O sabor da beleza, o perfume do mistério, a concretude da obra manifesta, todos são ingredientes indispensáveis à arte da convivência; eis uma boa maneira de compreendermos a ética.

Suas origens remontam aos primeiros agrupamentos humanos nos quais, assegurada a sobrevivência, buscaram-se modos coletivos de articular talentos, habilidades, saberes e poderes. Entretanto, foi na Grécia clássica que se adquiriu excelência na busca pelo bem comum.

Que possibilidades haverá para as relações humanas que não aquelas dadas pelas regras, pelos costumes, pelos condicionamentos sociais? Que outras possibilidades para o mundo além da guerra, da competição, da exploração? Um artista sempre ousa!

José Romão Trigo de Aguiar é formado em Medicina (PUC), com especialização em Homeopatia e Psicoterapia (Instituto Brasileiro de Biossíntese). Membro do Conselho Deliberativo e professor da Associação Palas Athena, integra as equipes do programa “Ética do Acolhimento” e do seminário “Valores que não têm preço”. Membro da Associação Coral Scholla Cantorum.

Entrada franca

25 de março de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

23º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

A abordagem transdisciplinar para a formação integral do ser humano

Ondalva Serrano

A realidade em que vivemos é complexa em suas características sistêmicas, dinâmicas, integradas, relativas, estruturada em redes interdependentes e em constante processo de transformação e evolução.

O ser humano é um ser vivo, autopoietico, dotado de corpo, cérebro e sentidos que, possuindo programa arquetipo de sua espécie, dispõe de programa genético próprio e singular que lhe permite, em vivências com diálogos internos e externos, desenvolver aprendizado, consciência, compreensão das leis e mecanismos do meio e, portanto, também desenvolver sua capacidade de interferir nesses meios, transformando-os.

A leitura que o ser humano faz dessa realidade multidimensional, multirreferencial e multirrelacional dos meios interno e externo a seu próprio sistema precisa de instrumental adequado de interpretação, para que as decisões por ele tomadas sejam geradoras de qualidades e tenham sustentabilidade local e planetária. Com seu rico instrumental conceitual e metodológico, pautado em novos paradigmas pós-modernos, a abordagem transdisciplinar, embora ainda em construção, tem-se constituído em ferramenta de releitura do mundo indispensável para embasar ações conscientes e responsáveis nas esferas humanas, sociais e ambientais.

Ondalva Serrano é formada em Agronomia pela ESALQ/USP, com especialização em Agronomia para o Desenvolvimento Integral, no Centre International de Hautes Études Agronomiques, na França, e doutorado em agronomia, pela USP. É coordenadora pedagógica da Rede do Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo, com sede no Instituto Florestal.

Entrada franca

22 de abril de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (Estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

24º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Reflexões sobre o programa de orientação alimentar e nutricional para a melhoria da qualidade de vida

“Os mais pobres não podem esperar. É necessária uma ação direta contra a desnutrição. É igualmente necessário que os governos se disponham a tornar essa ação decisiva.” (Alan Berg)

O documento da Conferência da Organização Mundial da Saúde, de Alma-Ata, indica que os cuidados essenciais de saúde (incluindo alimentação e nutrição) baseiam-se em métodos e tecnologias práticas, cientificamente fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação, e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase do seu desenvolvimento (OMS, 1978). A Organização Mundial da Saúde vem constatando que a deficiência de



micronutrientes atinge mais de 50% da população mundial, com consequências dramáticas para a boa qualidade de vida do indivíduo e da comunidade. Para reverter esse quadro, é possível utilizar recursos locais e acessíveis a todos, independentemente de condições socioeconômicas.

Dessa forma, podemos comer de forma saudável, gastando menos. Objetivos do programa de orientação alimentar e nutricional:

- Contribuir para interromper o círculo vicioso da fome, revertendo, em poucos meses, a carência nutricional qualitativa (anemia, infecção, desnutrição) e outros distúrbios nutricionais;
- Diminuir significativamente a morbi-mortalidade materno infantil;
- Incentivar a adoção de formas de complementação alimentar com alimentos regionais localmente disponíveis, de alto valor nutritivo, de baixo custo, preparo rápido e paladar regionalizado;
- Promover a sustentabilidade, com ênfase na produção local: trabalho, emprego e geração de renda, utilizando práticas comunitárias e associativas;
- Estimular a participação ativa e a organização da comunidade, visando à sua autonomia e à inclusão social;
- Capacitar os atores sociais e responsáveis pelos programas de políticas públicas voltadas para a alimentação e a nutrição;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em orientação alimentar e nutricional, priorizando as tecnologias simplificadas;
- Estimular a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis;
- Divulgar os resultados obtidos, para estimular novas adesões e universalizar essas práticas;
- Estabelecer a comparação entre programas governamentais e experiências com orientação alimentar.

Clara Brandão é médica pediatra e nutróloga. Atua no Ministério da Saúde.

Entrada franca

20 de maio de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

25º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Povos indígenas do Brasil

Por todo o Brasil, de norte a sul, estão espalhadas comunidades com línguas diferentes, tradições milenares e modos originais de organizar a vida social: são os povos indígenas. É comum que se faça referência a eles como remanescentes dos antigos habitantes da Terra que, pouco a pouco, vêm sendo dizimados por doenças, massacres ou assimilados à grande massa da população brasileira. Essa visão é bastante parcial e deixa de lado o que de mais relevante eles oferecem, inclusive para uma reflexão sobre os rumos da nossa sociedade.

Com uma visão peculiar do sentido da vida, do uso do poder e do modo de produzir, os povos indígenas procuram estabelecer uma troca harmoniosa com o ambiente. Se no nosso imaginário ter abundância significa produzir sempre mais, para eles a abundância pode ser alcançada desejando pouco.

É sobre isso que vamos conversar e trocar ideias no dia 17 de junho próximo.

Carmen Sylvia Junqueira é professora titular do Depto. de Antropologia da PUC-SP. Leciona no programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP. Doutora em Antropologia. Atualmente, desenvolve pesquisas no Mato Grosso, no Parque do Xingu. Tem inúmeros trabalhos publicados entre os quais, os livros *Os Índios de Ipavu* (Editora Ática); *Antropologia Indígena* (EDUC); e *Sexo e Desigualdade entre os Camayurá e os Cinta Larga* (Editora Olho D'água).

Entrada franca

17 de junho de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

26º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Ética na TV

A televisão é uma das mais importantes invenções do ser humano. Entre a metade do século XIX e a metade do XX, pesquisadores em várias partes do mundo foram acumulando conhecimentos que resultaram nesse aparelho, capaz de trazer imagens de qualquer parte do planeta (e até de fora dele) para nossas casas, realizando um sonho milenar da humanidade. O trágico é percebermos de que forma ele passou a ser utilizado. No Brasil, tornou-se um simples empreendimento comercial, no qual impera a lógica mercantil, sobreposta a qualquer objetivo cultural.



Daí o poder exercido pela televisão, que monopoliza a informação e o entretenimento. É diferente de outros países com perfis de renda mais equilibrados, nos quais a força da TV é relativizada pelo acesso à leitura, ao cinema, ao teatro, e mesmo às viagens e demais formas de acesso a bens culturais.

Esse quadro impõe à sociedade brasileira o dever de preocupar-se mais com o que faz a televisão, lembrando que os canais são concessões públicas e, portanto, os concessionários precisam prestar contas do uso que fazem delas. Os produtores também devem ser responsabilizados por aquilo que colocam no ar.

E aí entra a questão central: como controlar democraticamente a TV?

A televisão não pode ser censurada, mas também não pode continuar operando sem nenhum controle social. Vamos discutir essa e outras questões relativas a esse aparelho que, a um só tempo, nos atemoriza e fascina.

Laurindo Leal Filho é sociólogo e jornalista. Professor associado do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP. Professor dos cursos de extensão e aperfeiçoamento em jornalismo da PUC-SP. Apresenta o programa TV Cidadania, da OAB-São Paulo, veiculado pela Rede Vida de Televisão, pela TV Justiça e pelo Canal Comunitário de São Paulo. É colunista de televisão da Revista Educação, de São Paulo. É autor dos livros *Atrás das Câmeras, relações entre Estado, Cultura e Televisão* e *A Melhor TV do Mundo, o modelo britânico de televisão* (Summus Editora). Tem vários artigos publicados em livros e revistas acadêmicas sobre comunicação em geral e televisão, em particular. Foi repórter, redator e editor de telejornalismo nas redes Globo, Cultura e Bandeirantes. Criou e dirigiu os jornais das Universidades de São Paulo, Federal de São Carlos, Federal de São Paulo e da PUC-SP. Foi secretário de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo (gestão Luiza Erundina).

Entrada franca

19 de agosto de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

27º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Liberdade e interdependência: reflexões gandhianas

A relevância e significado de Gandhi, no tocante aos problemas que surgiram com a modernidade, ficarão evidentes se olharmos para os aspectos contextuais das batalhas que travou. Sua luta na África do Sul foi contra a discriminação racial e pela universalidade dos direitos humanos. As campanhas que liderou na Índia opuseram-se à exploração de

camponeses e trabalhadores, promovendo a independência do país e a criação de uma nova ordem social, econômica e política, fundadas na liberdade e na igualdade.

Entretanto, a globalização e a complexidade que caracterizam este início do século XXI põem em evidência alguns dos paradoxos que o ser humano enfrenta na busca da liberdade e de uma ordem social que a glorifique. Esses paradoxos, que serão abordados neste fórum, podem resumir-se em:

a) A aspiração humana por liberdade ilimitada, e a necessidade de conciliar a liberdade com os paradigmas de interdependência que governam suas relações com outros seres humanos e com a natureza;

b) A necessidade de nos reunir e cooperar para aumentar a eficácia em todas as áreas do trabalho humano;

c) No entanto, ao nos reunirmos, não só criamos organizações e geramos poder, mas também suscitamos o problema de exercer controle sobre o poder que geramos;

d) Em uma sociedade interdependente, não pode haver irreconciliabilidade fundamental de interesses;

e) No entanto, parece que nos convencemos de que há interesses irreconciliáveis, e de que a extinção dos direitos dos outros é a única forma de proteger os chamados interesses próprios.

Ravindra Varma é presidente da Gandhi Peace Foundation (Índia). Trabalha como agente social e ativista gandhiano há mais de quatro décadas, tendo participado como representante de seu país em várias comissões da Organização das Nações Unidas. Professor convidado de inúmeras universidades, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e na Ásia. Autor de obras sobre o pensamento de Ghandi e a ação gandhiana, que se tornaram referência internacional. Em português, destacamos *Gandhi: poder, parceria e resistência*, publicado pela Editora Palas Athena.

Entrada franca

16 de setembro de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

28º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Economia sustentável

Vivemos uma era de mudanças impressionantes. No centro do redemoinho, a explosão de novas tecnologias, que alteram as formas de organização do conhecimento, transformam



a organização social, desarticulam nossos valores, criam e destroem profissões, geram um clima geral de perplexidade e frequentemente de angústia.

As tecnologias avançam em ritmo vertiginoso, mas não os nossos valores, as formas de organização política e social. Gera-se assim uma disritmia entre as técnicas e a sociedade que por elas é atropelada. As tecnologias encolheram o planeta, gerando a globalização. Empresas financeiras especializadas atacam a moeda de um país, transformando-o na “bola da vez”, como se não se tratasse de um povo, de uma civilização, de poupanças duramente amealhadas por gerações de trabalhadores. Meia dúzia de donos de redes de mídias mundiais administram literalmente a nossa visão de mundo, pois as pessoas formam opiniões com as informações que conseguem. Os Estados agitam inutilmente as suas velhas armas políticas nacionais, quando a batalha já passou para a esfera planetária, em que não há governo algum.

Os países ricos, com 15% da população mundial, controlam 80% da produção, morrem de tédio e de câncer. No terceiro mundo, três bilhões de pessoas sustentam-se com menos de dois dólares por dia – 1,2 bilhão, com menos de um dólar. Não navegam na internet, não compram automóveis, não entendem por que não se pesquisa a malária, por que se destroi a vida nos mares, por que são pobres em um mundo rico. Como são pobres, não têm como investir. E como não investem, não têm como enriquecer.

A sustentabilidade do processo acelerado de transformações que vivemos passa por novas dinâmicas: o resgate de valores, a democratização da informação e do conhecimento, o controle dos sistemas especulativos mundiais, o desenvolvimento de espaços de democracia participativa, o resgate da solidariedade humana. O mundo tornou-se demasiadamente pequeno para que o seres humanos, e particularmente as grandes instituições de poder se comportem como gafanhotos em um campo de trigo. A Terra é uma só.

Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia; professor titular da PUC-SP e da UMESp; consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de *A Reprodução Social*, *O Mosaico Partido* (Ed. Vozes);, e de *O que Acontece com o Trabalho?* (Ed. Senac), e co-organizador da coletânea *Economia Social no Brasil* (Ed. Senac). Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no site: <http://dowbor.org>

Entrada franca

14 de outubro de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

29º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O conto e a loucura na sociedade Dogon: dimensões da existencialidade negro-africana “Todos os dias a orelha vai à escola”

A palavra que se exterioriza nos contos permite entrever de que maneira uma sociedade se confronta com seus problemas e seus próprios impasses, e reforça modos do conviver. O que propomos é colher fragmentos de uma paisagem narrativa de uma sociedade negro-africana em que nada reivindica inocência ou virgindade, mas que abriga marcas de uma história milenar.

Na sociedade dogon, o conto é uma comunicação articulada como estratégia de aprendizado, um saber dizer a partir de códigos muito precisos. O ato de contar permite dizer sem tudo revelar, criando algo fundamental: a interpretação que cada um pode colher de um ensinamento é ligada às possibilidades e ao momento do aprendiz. O contar e o recontar, encantos de um pensamento que não teme repetições, é recriação permanente de sentidos compartilhados da existência coletiva.

A narração dos contos tem um papel importante tanto para as crianças como para os jovens e os adultos, uma vez que a sociedade dogon investe de maneira continuada e permanente na formação da pessoa. As narrativas evocam as consequências possíveis das escolhas que se realizam em sociedades como a dogon, em que todos os domínios da vida são percebidos em uma interação permanente. O conto é uma revelação de fragmentos de acontecimentos intensos, essenciais e fortemente simbólicos.

Debateremos a partir de algumas narrativas em que se desvendam ligações entre a manifestação da loucura e diferentes episódios estruturadores da vida de uma pessoa: nascimento, casamento, iniciações, relações com ancestrais e com a natureza, desejos de realização e sentimentos de fracasso; enfim, a dinâmica das práticas históricas e da emergência da loucura.

Desde 1993, temos tido felizes oportunidades de viver em algumas das localidades dogon, região da República do Mali (África Ocidental), em períodos que variaram de dois meses a dois anos. Partindo de nossa própria experiência e de contos que recolhemos em meio a alguns narradores dogon, trocaremos ideias sobre as relações entre a palavra do conto, o adoecer e a vida coletiva.

Denise Dias Barros é terapeuta ocupacional e antropóloga. Professora do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre em Antropologia pela PUC-SP. Doutora em Sociologia pela USP. Pós-doutorada pelo Laboratoire Système de Pensée en Afrique Noire (CNRS, Paris). Membro fundador da Casa das Áfricas, em São Paulo.

Entrada franca

11 de novembro de 2003, 18h

Local: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - Sala Ciro Cyari (térreo)
Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



30º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Economia solidária e a Cultura de Paz

A cultura do Eu-sem-Nós é o fundamento da guerra, da agressão, da competição, da violência contra o outro e contra a natureza. Pode ser chamada também de cultura patriarcal, e tem como emoções que motivam o comportamento das pessoas o egoísmo ou a consciência “egológica”, característica de um masculino dominante – o desejo de controle, do poder como um fim e não como um meio, a hierarquia, o autoritarismo, o dogmatismo, a dominação, de um lado; e a dependência e a subordinação, do outro. Isto ocorre tanto nas relações socioeconômicas nos espaços local, nacional e internacional, quanto nas relações de gênero, nas de caráter interpessoal e na relação do ser humano com a natureza. As formas de organização da sociedade centradas no capital e no mito do livre mercado e do mercado autorregulado são típicas da cultura patriarcal. Esta é, por sua própria essência, uma cultura de opressão, de injustiça e de guerra. Não será possível uma cultura de paz sem a superação do patriarcalismo.

A história recente está marcada pela tentativa de superar a cultura do Eu-sem-Nós através da inversão dos termos, que gerou a cultura do Nós-sem-Eu. Esta é a cultura do extremo coletivismo. Esta cultura resultou no esvaziamento do projeto socialista, substituindo-se a sociedade pelo Estado e pelo Partido como sujeito principal do poder de gestão sobre a nação e o povo. O resultado foi um totalitarismo crescente, cuja derrota se deu por implosão, não por intervenção externa. A cultura do Nós-sem-Eu também pertence ao universo patriarcal, e tem sido obstáculo a uma cultura de paz.

A economia solidária emerge, primeiro, como formas associativas e cooperativas de organização do trabalho, da produção e do consumo, com um objetivo mais imediato de viabilizar a sobrevivência de um número crescente de pessoas excluídas do mercado capitalista de trabalho, e com pouco ou nenhum poder de compra. A esta modalidade chamamos economia popular. Aos poucos foi ficando evidente que os empreendimentos no nível micro não teriam viabilidade se não se articulassem entre si, formando redes de colaboração solidária. Vigorando dentro de cada empreendimento cooperativo, a lógica solidária do bem comum, do respeito mútuo e da solidariedade é estendida à relação com todos os outros empreendimentos cooperativos e atores da economia solidária.

Por meio de redes que promovem o consumo ético, solidário e sustentável, o comércio justo, as finanças solidárias, a educação para a cooperação e a solidariedade e a comunicação dialógica e solidária, vamos aos poucos construindo uma nova economia no interior da velha economia, uma nova globalização cooperativa, solidária e pacífica, capaz de superar a globalização competitiva, belicista e desumanizadora que prevalece atualmente. Na economia solidária, prevalece a cultura do respeito próprio e do respeito pelo outro, da partilha, da solidariedade, da compaixão, da amorosidade e da paz. Seu fundamento é o paradigma do Eu-e-Tu, do Eu-e-Nós, do Eu-Contigo e Conosco. Este paradigma está na raiz de uma cultura que podemos chamar de matrística, na qual prevalecem os valores relacionados com o

ambiente da casa e a figura da mãe, com sua consciência “ecológica”, que inclui a todos e a cada um.

Marcos Arruda é economista e educador. Atua no Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Rio de Janeiro. É sócio do Instituto Transnacional, com sede em Amsterdã.

Entrada franca

23 de março de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

31º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Valorização da diversidade

Cresce no Brasil um verdadeiro movimento de valorização da nossa diversidade humana, uma das mais ricas do planeta, mas nem sempre assim tratada. Os dados sobre a realidade brasileira revelam que transformamos nossas diferenças em motivo para desigualdades intoleráveis.

Neste encontro, abordaremos esse conceito de valorização da diversidade como elemento fundamental na construção de uma cultura de paz. Para isso, é preciso visitar nossos conceitos e pré-conceitos, reconhecer os mecanismos de discriminação negativa que criamos ou ajudamos a manter, assim como os mecanismos de discriminação positiva que podemos criar para reparar os prejuízos que causamos, e para efetivamente valorizar nossa diversidade como uma riqueza criadora e transformadora.

A conversa tratará portanto, de questões de gênero, racismo e antirracismo, orientação sexual, deficiência, entre outras, passando pelo mundo da educação, por políticas públicas e direitos humanos, exclusão e inclusão, pobreza e desenvolvimento sustentável.

Ao longo da história, aprendemos a não valorizar a diversidade. Portanto, podemos e devemos reverter essa situação por meio de espaços de diálogo e aprendizado, que criamos em nossas organizações governamentais, não governamentais e empresariais para valorizar nossa diversidade. É preciso que passemos a inserir em nossas agendas de desenvolvimento humano sustentável a questão da valorização da diversidade, construindo um posicionamento pessoal e grupal nessa direção.

A ideia de que diversos não são apenas os outros – aqueles que se encontram marcados pela diferença e pelas desigualdades que nós mesmos geramos – nos faz reconhecer que diversos somos todos, e que, por isso mesmo, somos todos responsáveis pela valorização, pela promoção e pela gestão dessa nossa diversidade criadora no mundo.

Reinaldo Bulgarelli é educador. Trabalhou com crianças e adolescentes em situação de rua. e foi um dos fundadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.



Trabalhou com políticas públicas na área da infância e juventude, foi Oficial de Projetos do UNICEF, diretor técnico da Fundação Projeto Travessia e da Fundação BankBoston, onde ajudou na concepção e na realização da primeira ação afirmativa para jovens negros no Brasil: o Projeto Geração XXI. Atualmente é consultor da AMCE Negócios Sustentáveis, atuando na área de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, principalmente com programas de valorização, promoção e gestão da diversidade em organizações empresariais e do terceiro setor.

Entrada franca

27 de abril de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

32º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Em defesa da utopia

As incertezas e a perplexidade que afligem a maioria da população acuada pelos problemas de sobrevivência, e a urgência com que exigem respostas aos desafios existenciais constituem um estímulo para pensar criticamente nossa realidade controvertida e contraditória. Para alguns, seria o fim da História, enquanto para outros, é o início de uma nova fase na evolução da humanidade. Incertezas, instabilidade e contradições aparentemente insolúveis levam os indivíduos a perder a confiança em si, nos outros e no governo da sociedade. “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, já dizia Marx, há 150 anos. O desmanche continua desde então, em ritmo e intensidade acelerados, configurando uma situação de caos. Onde encontrar as respostas às dúvidas existenciais, às interrogações cruciais de cada indivíduo pensante: quem somos? Donde viemos? E aonde vamos?

Sartre ensinou que os seres humanos nascem para ser livres. Mas liberdade implica também em responsabilidade. Somos responsáveis pelo que fazemos ou deixamos de fazer. Agindo e pensando sobre nossa realidade, transformamos essa realidade e a nós mesmos, encontrando sentido para nossas vidas. Sem uma orientação que guie nossas ações, a vida no mundo de incertezas torna-se um pesadelo, cheio de paradoxos e violência, sobretudo para a juventude angustiada e aparentemente incapaz de decifrar enigmas, para quem nem a ciência nem a religião oferecem respostas satisfatórias.

A vida nos ensina que elaboramos nossos valores e, com base neles, em convívio e cooperação com os outros, encontramos os diferentes sentidos da vida. Não há satisfação maior para o indivíduo do que sentir-se aceito e valorizado, fazendo parte de um todo maior.

A premissa central de nosso discurso postula, contra qualquer determinismo, que toda a realidade é uma construção social e, como tal, pode ser destruída e reconstruída. Os impactos dramáticos do desenvolvimento desigual, aumentando o fosso entre ricos e pobres, ajudaram a lançar a reivindicação central de nosso tempo – direitos humanos – não como uma visão utópica ou idealista, mas como condição básica para a sobrevivência da sociedade e a sustentabilidade de suas instituições.

Esse é o cerne de uma ética universal que transcende todos os outros sistemas de crenças e valores, como síntese da consciência humana, ciente da preciosidade de todas as formas de vida e da necessidade de cooperação, solidariedade e interdependência. Essa ética é fundamentada em valores de alcance universal – a conquista do bem-estar e da felicidade, por meio da liberdade – no sentido pregado por Amartya Sen. Refere-se a um devir, a uma visão do futuro da humanidade que tem inspirado os pensadores libertários, desde Thomas More, os socialistas utópicos – Fourier, Saint Simon e R. Owen – , até os defensores do socialismo científico, baseado no materialismo dialético.

O desmoronamento da URSS teria eliminado a utopia do pensamento e das aspirações contemporâneas?

Henrique Rattner é licenciado em ciências sociais e mestre em sociologia, com doutorado em Economia Política (USP) e pós-doutorado em planejamento urbano e regional (MIT/EUA). Foi coordenador do Programa ProLides Brasil da ABDEL – Programa de Liderança e Desenvolvimento Sustentável no Mercosul. É professor titular aposentado da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo) e da Faculdade de Economia e Administração (USP), e professor emérito da ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército). Foi coordenador do NAMA – Núcleo de Pesquisa em Economia, Sociedade e Meio Ambiente, coordenador de pesquisas e consultor de instituições nacionais (CNPq, FINEP, MCT, SEPLAN/SP, SENAI, SEBRAE) e internacionais (ONU, UNESCO, Banco Mundial). Publicou mais de 20 livros e mais de 200 artigos em revistas e jornais, nas áreas de política científica e tecnológica, economia e sustentabilidade.

Entrada franca

25 de maio de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



32º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

A televisão e a (de)formação de valores éticos

Atualmente, a principal fonte de lazer e informação para a infância e a adolescência é a televisão. Em média, são quatro horas diárias em frente à TV, de onde apreendem e aprendem valores sobre a vida – mais tempo do que muitos passam na escola, ou brincando com outras crianças, ou relacionando-se com outros jovens.

Como uma “boa mãe”, a TV oferece sua “companhia” a qualquer hora do dia ou da noite, nada exige em troca e confunde-se com refúgio para os momentos de frustração ou angústia. De certa forma, em alguns lares, ocupa até muitas das funções maternas. Dá sentido à realidade, produz o sentimento de “pertença”. Para algumas crianças, chega a ser o que de mais importante acontece em sua vida durante o dia.

O hábito cria a necessidade. Do ponto de vista cognitivo, a criança se acostuma passivamente à hiperestimulação sensorial que esse meio proporciona, o que influi na maneira de captar a realidade e na construção da capacidade de perceber e pensar essa realidade. Os hábitos perceptivos, as funções cognitivas e os processos mentais se modificam. É por isso que tantos adolescentes sentem-se incapazes de ler sem a estimulação sonora, como que para preencher um vazio. Isso favorece processos mentais diferentes, cria outros tipos de respostas emocionais e prejudica o raciocínio dedutivo e a reflexão. É assim que trabalha a publicidade, com seu discurso subjacente.

Os mecanismos de identificação e projeção induzem valores que têm uma adesão emocional. A partir daí, constroi-se um estilo “impulsivo” de escolhas, ao invés de um estilo reflexivo, que propicia não só o consumo de produtos, mas a atitude que, em última instância, os torna necessários. Disso também decorre a redução das possibilidades de uma percepção crítica.

E como paradoxo, enquanto somente quem sabe ler costuma se apegar à leitura, a maior dependência (adicção) da televisão ocorre entre aqueles que não dominam sua linguagem e não conhecem seus códigos. Quanto mais frágil a criança, maior o risco de ser manipulada.

O alto consumo televisivo pode refletir dependência do meio. Crianças “viciadas” em televisão têm risco maior de dificuldades de atenção, memória, concentração e, eventualmente, bloqueio da expressão verbal, necessária ao aprendizado da linguagem. Do ponto de vista emocional, assim como há relações entre cognição, comportamento e emoção, há repercussões no mundo psíquico da criança com relação aos modelos de identificação veiculados pela televisão.

Quais determinantes participam hoje da produção do universo imaginário infantil? Como a estética da violência seduz a criança? Quais mecanismos inconscientes promovem os valores que a televisão transmite? Que impacto causa na construção da identidade do adolescente a força dos estereótipos do jovem de sucesso com o culto à aparência, os ideais de consumo, a prioridade do “ter” ao “ser”? Que relações podem existir entre a busca pela fabricação de

um corpo desejável e inverossímil e o aumento da incidência de transtornos de alimentação na adolescência?

Enfim, uma leitura crítica dos meios de comunicação pode contribuir para um bom uso da televisão, que mostre à criança a diversidade cultural sem preconceitos, que lhe apresente modelos de interlocução e tolerância como formas de resolução pacífica de conflitos, que estimule sua capacidade de pensar, e que contribua, enquanto meio de educação, para a formação de valores éticos desde a infância – pré-requisito para o desenvolvimento global da criança e do adolescente.

Ana Cristina Olmos é psicanalista de crianças e adolescentes, com especialização em neuropsicologia infantil. presidente da ONG TVer, e membro do Conselho de Acompanhamento da Programação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Entrada franca

22 de junho de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

34º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Fórum Social Mundial: origens, o que é, perspectivas

Os encontros do Fórum Social Mundial vêm tendo um público crescente: de 20 mil pessoas que participaram em Porto Alegre no primeiro Fórum, em 2001, para mais de cem mil nos dois últimos, ainda em Porto Alegre, e no início deste ano em Mumbai, na Índia. Em um imenso esforço que se torna planetário, rumo a um mundo mais justo e mais fraterno, desdobrou-se em fóruns regionais, nacionais e temáticos, e agora se espalha e busca enraizar-se na base da sociedade por meio de Fóruns Sociais Locais, que começam a multiplicar-se por toda parte.

Como surgiu a proposta do Fórum Social Mundial? Por que está atraindo e mobilizando tanta gente pelo mundo afora? Procurar entender as razões desse sucesso ajuda a entender melhor o que é o fórum, essa “nova forma de fazer política” que abre caminhos para superar os bloqueios e desvios que surgiram na luta pela superação do sistema capitalista dominante. O fórum recupera a utopia, experimentando uma nova estratégia de mudança do mundo, para que os homens e as mulheres que o povoam possam libertar-se de toda e qualquer dominação e se humanizem plenamente. Que efeitos e resultados efetivamente vem tendo



o Fórum Social Mundial? Como ele pretende nos ajudar a mudar a nós mesmos, interiormente, rumo a uma consciência de cidadania ativa e solidária cada vez mais plena?

O que é a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, que propõe o respeito à diversidade e à pluralidade cultural, política e de ritmos, a não violência, assim como a horizontalidade, a não diretividade e a ação alternativa em rede? Por que ela recusa um documento final e porta-vozes do fórum? Por que em 2004 o Fórum Social Mundial foi realizado na Índia? Quais os efeitos dessa decisão sobre sua edição de 2005, em Porto Alegre? O que mudará no fórum de 2005? Como participar desse fórum e como se preparar para participar? Essas e outras questões poderão ser analisadas e discutidas diretamente com um dos fundadores-organizadores do Fórum Social Mundial.

Chico Whitaker é membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É um dos fundadores do Fórum Social Mundial. Atualmente representa a CBJP no Comitê Organizador, no Conselho e no Secretariado Internacional do FSM. Representa a CBJP também no Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Foi vereador em São Paulo (1989 a 1996), diretor de planejamento da Reforma Agrária no governo Goulart. Viveu 15 anos no exílio (França e Chile). Participou do Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. Autor de livros e vídeos sobre planejamento, sobre formação para a cidadania, e sobre redes.

Entrada franca

17 de agosto de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

35º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Educação, cultura, arte e indústria de entretenimento

A educação que o Brasil oferece não contempla a formação do profissional, do cidadão e do ser humano. A preparação daqueles que cumprem o trajeto da escola fundamental à universidade não é adequada às necessidades contemporâneas. O analfabetismo funcional – incapacidade de entender o que se lê – prova o fracasso do modelo. Ao fim do desgastante percurso, o que se consolida não é mais do que mero adestramento para a produção. Entendida como meio para conseguir um emprego, a educação frustra tanto estudantes quanto professores, além de deixar grave atraso no processo de desenvolvimento social do país.

Incapaz de sistematizar a aproximação dos estudantes com as diversas formas de expressão artística, o sistema de educação acaba por desincumbir-se da tarefa de despertar a dimensão sensível do ser humano. Sem criar o hábito da vivência estética, estudantes não se inserem

na vida cultural do país. Instala-se a esquizofrênica separação entre educação e cultura. Há perdas no processo de desenvolvimento humano e cultural do país.

Em um processo histórico no qual a arte tradicional não dialoga com a arte popular, cresce um grande afastamento entre as práticas culturais. Nesse vazio implanta-se, em meados do século XX, poderosa indústria de entretenimento com insuspeitada capacidade de sedução e raro poder de persuasão. Em meio século de atividades, torna-se a principal referência cultural para grandes parcelas da população sem escolarização, assim como aquelas escolarizadas, mas sem vivência cultural ou visão crítica. Sua linguagem acaba por contaminar as formas de expressão cultural tradicional e popular. Retarda-se o processo de universalização do acesso ao bem cultural e atrasa a participação da cidadania.

Alcione Araújo é romancista, dramaturgo, roteirista de cinema e televisão, cronista, ensaísta, conferencista. Ex-professor universitário com pós-graduação em filosofia. Escreveu o romance *Nem mesmo todo o oceano* (Ed. Record), finalista do Prêmio Jabuti. Acaba de lançar o livro de crônicas *Urgente é a Vida* (Ed. Record). Como ensaísta, participou, entre outros, dos livros *Os sete pecados do Capital* (Ed. Record), *Para entender o Brasil* (Ed. Allegro), *Nossa paixão era inventar um novo tempo* (Ed. Rosa dos Tempos). Escreveu 13 peças teatrais, entre as quais *Vagas para moças de fino trato*, *A caravana da ilusão*, *Doce leite* e *Muitos anos de vida* – prêmio Molière de melhor autor. Sua obra teatral está publicada em três volumes: *Teatro de Alcione Araújo* (Ed. Civilização Brasileira). Escreveu 14 roteiros cinematográficos de longa-metragem, entre os quais *Nunca fomos tão felizes* (Prêmio de Melhor Roteiro festivais de Gramado e Brasília) e *Polícarpo, herói do Brasil*.

Entrada franca

14 de setembro de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

36º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Mediação: uma prática cidadã

A mediação pressupõe a possibilidade de produzir impacto positivo nas condições de vida dos centros urbanos, reduzindo-se o nível de conflitos interpessoais e entre grupos. Fortalece a capacidade das pessoas para analisar situações e tomar decisões efetivas por si mesmas. Busca humanizar as pessoas em relação às outras, ajudá-las a transcender seus pressupostos e a perceber uns aos outros com preocupações e necessidades.

Favorecer o desenvolvimento da autonomia e valorizar o diálogo e a cooperação significa prevenir conflitos, promover a saúde do tecido social e a convivência positiva, pressupondo



o mundo como multicultural e multifacetado. Ao apostar nessa mudança de paradigma – mediação como instrumento de transformação para a cultura da paz –, opta-se por um Estado mais dinâmico e moderno, mas sobretudo menos oneroso, e voltado para a redução dos índices de violência e desigualdade social. Trata-se de uma verdadeira política pública de baixíssimo custo orçamentário e alto impacto educacional.

Abordaremos também o nosso projeto – o documentário *Mediação Brasil-Canadá* –, o aprendizado da mediação social no Quebec, a falta de acesso à justiça e as redes paralelas de pacificação.

O projeto conta com o apoio de: Agência CIDA (Canadian International Development Agency), Consulado Geral do Canadá em São Paulo, Aster Petróleo, UNESCO, SESC-SP, Centre Jeunesse de Montréal, IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), SBP-SP (Sociedade Brasileira de Psicanálise), IMAB, CEREMA, BG Mediação Interdisciplinar, IPAZ e Pró-Mulher Família e Cidadania.

Cássio Filgueiras é produtor e idealizador do documentário “*Mediação Familiar Brasil-Canadá*”. É advogado e mediador treinado pelo Centre Jeunesse de Montréal.

Célia Cristina Whitaker é produtora executiva do documentário. É advogada pela USP, especializada em Terceiro Setor.

Denis Rodriguez é diretor e roteirista do documentário. É videoartista, fotógrafo e bacharel em direito pela USP. Foi diretor do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de agosto). Dirigiu e produziu o documentário *Sónar (9´)*, em parceria com o Itaú Cultural, estúdios Mega e MTV/Brasil. Dirigiu e produziu os curtas *Courier* (2000), *Condessa* (2000) e *N-7* (2002), que participaram da Mostra MIS de Vídeo, do Panorama MAM de Vídeo e dos festivais Mix Brasil de São Paulo, Rio, Brasília, Porto Alegre e Buenos Aires de 2000 e 2001.

Entrada franca

5 de outubro de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

37º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Elementos de uma educação para a paz

A questão da renovação da educação é um problema central nessa época de profundas transformações. Entretanto, ainda não está claro como proceder de forma a superar o fosso que parece se instalar entre o saber acadêmico e tecnológico e a necessária preparação dos educandos para a vida.

Não bastam os valores cognitivos aos conteúdos que ensinamos, embora eles sejam essenciais nesse tempo de tecnologia; valores sociais, estéticos e espirituais também devem ser considerados. Esses valores devem ser norteados por uma opção por uma educação para a paz.

Neste seminário, alinhavaremos algumas considerações a respeito de possíveis sentidos e cenários para essa educação para a paz, bem como a ética que poderia norteá-la.

Nelson Fiedler-Ferrara é livre-docente em Física e professor associado do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Físico teórico de formação, nos últimos anos vem-se dedicando à pesquisa em complexidade e em educação científica. É coautor dos livros *Caos: uma introdução* (Prêmio Jabuti, 1994) e *Ética, Solidariedade e Complexidade* (Palas Athena, 1998).

Entrada franca

9 de novembro de 2004, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

38º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Redes de compromisso social: estratégia contemporânea em gestão social

Na sociedade contemporânea, há uma geração ativa da pobreza e da desigualdade em função do modelo de produção, que permite que a riqueza cresça sem que cresça igualmente a inserção das pessoas e seu acesso a bens e serviços.

As escolhas que a sociedade tem feito na sua ação direta, e por meio do Estado, muitas vezes têm sido inadequadas ou insuficientes para: 1) reduzir a desigualdade; 2) impedir a ruptura dos laços sociais e sua manifestação por meio da violência; 3) garantir o acesso universal e equânime a serviços e condições de vida que são direito do cidadão; 4) lidar com o “mal-estar” dos incluídos.

Considerando que situações sociais complexas demandam uma sinergia que ações isoladas e setorializadas não têm capacidade de alcançar, as redes apresentam-se como uma possibilidade de reunir parceiros autônomos, mobilizados por um mesmo objetivo, para a realização de ações articuladas, com sua diversidade de visões, opiniões e riquezas.

O modelo das redes não é novidade. O mercado o utiliza largamente, e também existem na sociedade “redes do mal”, da corrupção, do tráfico. Um modelo não é bom nem mau em si, mas tem virtudes e potenciais.

Para a gestão social, algumas características do modelo em rede podem ser muito úteis, como, por exemplo: a integração cooperativa de parceiros; a potencialização e a legitimação



de ações; a manutenção das identidades e autonomia dos entes; e a flexibilidade e horizontalidade nas relações. Porém, a característica determinante que permite que o modelo em rede tenha um diferencial positivo para alcançar resultados de programas e projetos sociais é o compartilhamento dos valores da cultura de paz e do compromisso com o sofrimento do outro, e a solidariedade.

A proposta deste fórum é dialogar sobre o modelo das redes e sobre experiências que vêm trabalhando com esse modelo, buscando considerar seus ganhos, suas fragilidades e suas potencialidades.

Rose Marie Inojosa é membro-fundador da Rede Gandhi: saúde, cultura de paz e não violência; secretária executiva do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) e coordenadora de projetos da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). É mestre em ciências da Comunicação e doutora em Saúde Pública.

Entrada franca

15 de março de 2005, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

39º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Cultura de Paz e primeira infância

A psicanálise, a pedagogia e a educação há muito vêm-se envolvendo no entendimento das questões fundamentais relativas ao desenvolvimento do ser humano em suas diferentes dimensões. As informações oriundas dessas fontes de conhecimento sobre os cuidados com a futura mãe, com o bebê e com a criança na primeira infância – e suas implicações no comportamento do futuro indivíduo – não podem ser desprezadas na elaboração de qualquer política pública que vise à redução da violência e à construção de uma cultura de paz sustentada pela resolução pacífica de conflitos, ou mesmo que simplesmente busque entender essas complexas questões.

O conceito de “não violência” não é a negação pura da violência, mas um programa construtivo de ação, uma nova concepção de homem. Adentrando especificamente a questão da não violência na primeira infância, existem hoje alguns importantes caminhos de reflexão e prática. Propostas concretas e diretas junto às crianças, metodologias que permitam conhecer, compreender, ampliar e aprofundar o conhecimento do seu desenvolvimento integral tornam-se objeto de inúmeros fóruns no mundo todo, reunindo educadores, organizações não governamentais, fundações e movimentos voltados para a garantia dos direitos básicos das crianças e dos jovens de todas as idades, espelhando a grande prioridade

que a primeira infância tem despertado, tanto nas políticas públicas quanto nas comunidades e iniciativas privadas.

Este fórum visa discutir as evidências relativas ao papel essencial que a qualidade afetiva dos cuidados oferecidos ao bebê e à criança na primeira infância exerce no desenvolvimento futuro do indivíduo em relação à violência, à possibilidade de reagir adequadamente às frustrações, de inserir-se na cultura, no desenvolvimento da cultura de paz e na resolução pacífica de conflitos. Em parceria com a Rede Gandhi, todos os municípios brasileiros poderão colocar em prática estratégias e programas aplicáveis no âmbito municipal por meio das secretarias municipais de saúde, visando ao cuidado com as futuras mães, com as gestantes, com as lactentes e com as mães durante a primeira infância de seus filhos, de modo a colaborar na construção de uma sociedade mais harmoniosa e colaborativa.

Adriana Friedmann é pedagoga, mestre em Metodologia do Ensino. Cofundadora da Aliança pela Infância e membro do Comitê Primeira Infância na Cultura de Paz (COPIPAZ). Autora de: *A arte de brincar; Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil; O direito de brincar a brinquedoteca; Dinâmicas criativas um caminho para a transformação de grupos; e Caminhos para uma Aliança pela Infância.*

João Augusto Figueiró é médico clínico e psicoterapeuta de orientação psicanalítica, atuando no Hospital das Clínicas (FM-USP). Coordenador do Programa Nacional de Educação em Dor e Cuidados Paliativos da Associação Médica Brasileira. Assessor do Ministério da Saúde para o Programa Nacional de Assistência à Dor e Cuidados Paliativos. Membro fundador e presidente do Conselho Científico da ONG Aliviador. Autor de *A Dor* (Ed. Publifolha); *Dor* (Ed. Moreira Jr.); *Depressões Secundárias, Dor e Saúde Mental*; e *Dor: um manual para o clínico* (Ed. Atheneu).

Entrada franca

12 de abril de 2005, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

40 º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O Brasil no mundo: raízes da identidade brasileira

A proposta é colocar em discussão, com a análise centrada no âmbito do processo de formação dos Estados nacionais, as matrizes da identidade brasileira que, engendradas no início do século XIX, expressam ainda hoje uma das faces menos iluminadas do enigma brasileiro. Partindo das tensões entre a construção do Estado e da nação, e colocando em destaque a peculiar articulação da diversidade constitutiva do universo brasileiro, objetiva-se



conferir destaque aos mecanismos de construção da memória coletiva como instrumento de projetos nacionais.

Ainda que se tenha como acertado que a formação do Estado nacional brasileiro resultou de um processo de grande complexidade, ao qual é equivocado atribuir a ruptura, em 1822, do pacto que integrava as partes da América no império português, é preciso reconhecer que a complexa interface entre a emergência e consolidação desse Estado, e da nação em cujo nome ele foi instituído, constitui um dos mais renitentes “buracos negros” da História brasileira.

Problema de interesse restrito a acadêmicos? É evidente que não, pois a compreensão das estruturas nacionais, desses espaços de coesão grupal resultantes de longa sedimentação histórica de interesses, códigos, identidades e artefatos culturais e políticos permanece dotada da mais urgente atualidade, até porque é nesse âmbito que reside o acesso à compreensão, com evidentes implicações práticas, da natureza íntima dos processos de coesão grupal, que os são também da luta de classes, instância que engendra o substrato das formas concretas de cooperação e/ou conflito que se desdobram em seu interior.

István Jancsó é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Foi professor da PUC-SP, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de Nantes, na França. É autor de vários livros e artigos em revistas especializadas sobre a história da formação do Estado e da nação brasileiros, entre os quais: *Cronologia de História do Brasil Colonial*; *Na Bahia contra o Império*; *Brasil: Formação do Estado e da nação*; *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*.

Entrada franca

10 de maio de 2005, 18 horas

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

41º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O processo formativo humano – uma tarefa bioética

Hoje, na velocidade e na concentração planetárias trazidas pelo capitalismo global, a experiência nos mostra que a vida se dá de modo aberto e sistêmico; que a realidade se faz continuamente e que, diferentemente do que pensávamos até há pouco, não é feita de indivíduos que se movem e se firmam dentro de um cenário estático. Mostra-nos também que a subjetividade não é apenas íntima, mas um grande mar alimentado por movimentos econômicos, políticos, sociais, culturais, inovações tecnológicas, modos, modas, comporta-

mentos, línguas, valores, guerra. Tudo misturado. Ondas de todos os tamanhos e e de todas as durações, solicitando-nos a criar continuamente novas modelagens subjetivas para podermos nos articular, viver, fazer, nos relacionar – enfim, sobreviver.

Muitas pessoas já se percebem fazendo parte da evolução; sentem a si mesmas como sistemas vivos, parte da biosfera, interligadas em redes, ambientes dentro de ambientes, articulados a outros ambientes. Poucos ainda se percebem como portadores de uma capacidade – muito mais complexa do que aquela de qualquer outro ser vivo – de autoconstruir-se e automodelar-se continuamente, a partir do vivido.

Entretanto, o mais difícil de perceber é como o capitalismo global contemporâneo se alimenta precisamente da potência humana de dar forma a si mesma. Captura essa potência e a canaliza, oferecendo moldes subjetivos pré-fabricados pelo próprio capitalismo, testados pela relação do mercado, manipulados por pesquisas de opinião e sustentados por tecnologias criadas pelas mentes mais brilhantes.

Isto é o que denominamos hoje de biopoder. E é um dos campos de trabalho ético mais urgentes na atualidade. Neste fórum vamos abrir essas cartografias do vivo e do capitalístico. Simultaneamente, vamos experimentar a própria situação de fazer o que estamos fazendo e ser quem somos.

Regina Favre é filósofa (PUC-SP) e terapeuta. Faz parte da primeira geração no campo das psicoterapias corporais no Brasil. Introdutora e tradutora do pensamento filosófico, biológico e clínico de Stanley Keleman no Brasil. Foi diretora e fundadora do Agora Centro de Estudos Neo-Reichianos (SP) e do Centro de Educação Somática Existencial (SP). Atualmente prossegue independente, junto a pessoas e grupos profissionais, dedicada ao aprofundamento e à transmissão da visão kelemaniana de formatividade.

Entrada franca

14 de junho de 2005, 18 horas

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

42 º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O que o coração não sente os olhos não veem. Reflexões sobre *marketing* e ética.

As relações que existem atualmente entre publicitários e clientes parecem estar pautadas exclusivamente no mercado, e quase nada na ética. Sucesso, profissionalismo e qualidade ética da marca; ações de *marketing* éticas; o uso do *marketing* para disfarçar deficiências éticas das empresas: estes são apenas alguns dos assuntos em pauta quando refletimos sobre a contribuição da publicidade para uma cultura de paz.



O *marketing* é uma ferramenta e, como tal, cumprirá a função que seu operador der a ela. Portanto, a união de *marketing* e ética só será uma utopia se, antes de mais nada, um ser humano ético for também uma utopia. Não podemos defender o que não conhecemos, não podemos abraçar uma causa para a qual não fomos educados. A ética é produto da educação.

São três as atitudes do consumidor diante da marca: 1) consumi-la por falta de oportunidade de consumir outras marcas (esta perde mercado dramaticamente diante de qualquer alteração do quadro social ou das circunstâncias de vida do consumidor); 2) consumi-la por oportunismo (a marca não é confiável, mas o consumidor corre o risco, especulativamente, e é cúmplice da suspeição ética – o relacionamento do consumidor com essas marcas é totalmente descartável); 3) consumi-la por confiança (o consumidor compactua com a atitude responsável da marca tomando uma atitude responsável de consumo – e essas marcas eticamente confiáveis passam de pais para filhos).

No longo prazo, a ética é o mais poderoso formador de imagem de marca. Ética é princípio. Princípio é raiz. Tudo que é gerado a partir daí estará impregnado de espírito ético. Ser ético é, antes de mais nada, dar-se o respeito. Marcas que se dão o respeito são respeitadas pela sua comunidade, e despertam na comunidade um comportamento distinto.

Stalimir Vieira é publicitário, com 30 anos de profissão. Foi diretor de criação da DPZ, da W/Brasil, da Bates e da DDB Argentina. Professor e coordenador da cadeira de criatividade e inovação da Escola Superior de Propaganda e *Marketing*. Professor convidado de pós-graduação em comunicação social da Universidade de Havana. Membro do Conselho de Ética do CONAR (Conselho de Autorregulamentação Publicitária) e diretor-geral da Stalimir Publicidade.

Entrada franca

9 de agosto de 2005, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

43º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Desarmamento: uma questão de vida

Nos últimos 20 anos, a violência armada no Brasil aumentou de forma acentuada. Hoje, a cada 15 minutos uma pessoa é vítima de arma de fogo no país. Essa realidade mostra-se mais assustadora em meio aos jovens de 15 a 24 anos. Mais do que estatísticas, estamos nos referindo a uma situação de insegurança que amedronta nossa população, e torna urgente a adoção de medidas que possam começar a reverter esse quadro. O desarmamento é uma

delas. Percebemos isso analisando quem mata com arma de fogo e em que condições se dão esses crimes, que tipo de arma é utilizada e a procedência dessas armas.

Hoje, os homicídios cometidos por armas de fogo acontecem frequentemente por impulso, envolvendo pessoas que se conhecem, e muitas vezes por motivos fúteis. A presença da arma tem relação direta com esses crimes, na medida em que transforma em assassinato um conflito ou uma briga corriqueira.

As armas que matam em nosso país são produzidas no Brasil, têm origem legal e calibre permitido. Seguem um fluxo a partir do legal para o ilegal – ou seja, saem das fábricas brasileiras dentro da lei, e em algum momento migram para abastecer o mercado ilegal. Boa parte dessas armas é desviada por empresas de segurança, pela polícia, ou é roubada e furtada. Outras, porém, são exportadas para países fronteiriços com o Brasil, que não têm controle rigoroso, voltando ilegalmente.

Com base nesse quadro, a proposta é debater o tema do controle de armas e da proibição da comercialização destas no Brasil, buscando embasar as discussões para o Referendo Popular que acontecerá em outubro deste ano, que vai perguntar a todos os eleitores brasileiros: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

Denis Mizne é advogado, especialista em direito internacional dos direitos humanos pela Universidade de Colúmbia (NY). É diretor executivo do Instituto Sou da Paz. Foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça e pesquisador do ILANUD. É membro do Conselho Parlamentar de Cultura de Paz da ALESP e foi membro de vários conselhos, entre os quais o Conselho Interdisciplinar de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Conselho de Acompanhamento das Estatísticas Criminais e o Conselho de Acompanhamento do Programa Estadual de Direitos Humanos.

Entrada franca

13 de setembro de 2005, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

44º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

As questões sociais são assunto da escola?

Qual é o papel da escola nos dias de hoje? Se já houve um tempo em que a resposta era mais óbvia, hoje em dia são muitos os aspectos que merecem consideração antes de responder a essa questão. Quanto maior a consciência que temos sobre a nossa individualidade e a coletividade, sobre o mundo, sobre o funcionamento das sociedades e culturas, maiores e mais complexas tornam-se nossas perguntas e nossos questionamentos;



maior a vontade de tornar melhor a vida no planeta, de buscar alternativas que ampliem a qualidade de vida das pessoas e o acesso aos bens culturais; maior a necessidade de buscar saídas e respostas aos problemas que se colocam. Hoje sabemos que a questão ambiental é um problema de toda a humanidade, que precisa ser enfrentado. Hoje sabemos que a gravidez indesejada na adolescência é um problema social, que pode ser evitado. Hoje sabemos que a valorização da diversidade é a base para uma cultura de paz. Hoje sabemos que uma vida saudável significa mais do que a ausência de doenças físicas. Hoje sabemos muitas coisas. E por isso, temos também uma responsabilidade maior em relação à vida, ao planeta, aos grupos sociais, ao futuro.

E qual é o papel da escola nesse cenário, neste momento? A escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa? Qual é a relação da escola com as questões sociais atuais, como a degradação ambiental ou o consumismo?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1997 pelo MEC, destacaram essas e outras questões e, nesse sentido, cumpriram uma importante função ao socializar e ampliar o debate. À época, os PCN, como são chamados, refletiram a necessidade de buscar uma perspectiva educacional que respondesse às demandas da sociedade brasileira, com todo seu encanto e todas as suas questões.

Neste fórum poderemos retomar o processo de elaboração dos parâmetros, o momento histórico de sua publicação e sua contribuição hoje ao cenário educacional brasileiro.

Ana Amélia Inoue é psicóloga (PUC-SP) e educadora. Participou da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, integrando a equipe central dos temas transversais. Coordenou a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Trabalhou como professora, coordenadora e orientadora em escolas de educação infantil e ensino fundamental, como formadora de professores de rede pública, e como assessora de fundações, prefeituras e instituições interessadas em desenvolver ações no campo da educação. Atualmente integra a equipe do Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), onde coordena um projeto de educação ambiental. Também desenvolve trabalho de atendimento a jovens, no Instituto Acaia.

Entrada franca

18 de outubro de 2005, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza

Av. Dr. Arnaldo, 715 – São Paulo (estação Clínicas do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

45º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Reflexões e vivências a partir do compromisso com populações excluídas

Nossas sociedades excludentes têm reduzido as possibilidades de trabalho, privando boa parte de seus filhos do acesso a moradia, educação, saúde e demais condições básicas para a dignidade humana e o exercício pleno do direito de cidadania.

Quase três bilhões de pessoas – ou 50% da humanidade – são hoje obrigadas a sobreviver com menos de dois dólares por dia, e um terço dessa população sequer atinge um dólar de renda média diária. Esse imenso contingente de pessoas – boa parte delas moradora nas ruas ou em habitações extremamente precárias – é o mais exposto às diversas formas de violência, sobretudo em grandes cidades, como São Paulo.

Pesquisa elaborada pela Fipe revelou que 70% dos moradores de rua desta cidade estão no auge de sua capacidade produtiva. São pessoas que perderam seu emprego e, em sequência, perderam também a moradia, os vínculos familiares e afetivos; migraram, alteraram hábitos, perderam referenciais e mergulharam na desordem emocional e, muitas vezes, na dependência química. Nessas condições, a reintegração à sociedade fica ainda mais difícil. A vida na rua leva ao anonimato, à solidão, à perda de identidade.

O combate ao *apartheid* social e a criação de alternativas de inclusão são hoje condições necessárias na busca por uma sociedade mais digna e justa. Essa busca passa, de um lado, pelo aprofundamento do compromisso com a redução da pobreza, da violência e de todas as formas de discriminação; e de outro, pela efetiva implementação de políticas públicas que visem à superação dos conflitos e das situações de violência.

Tendo como base tais premissas, a proposta deste Fórum é dialogar sobre a construção de uma cultura de paz a partir de uma vivência de real compromisso com populações que vivem em condições de exclusão e vulnerabilidade social, como os moradores de rua, os jovens privados de liberdade e as crianças e adolescentes carentes com HIV.

Padre Júlio Lancellotti é vigário episcopal do Povo da Rua. Coordenador da Pastoral do Menor da região Belém. Pároco da Paróquia São Miguel Arcanjo, na Mooca. Responsável pela Casa Vida, que abriga crianças e adolescentes com HIV, e pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. É idealizador e apoiador de inúmeros projetos para a inclusão da população de rua, como a Casa de Oração do Povo da Rua, a Oficina e Arte Luz da Rua, e a Casa Cor da Rua. É grande incentivador dos catadores de materiais recicláveis, que têm visto sua atividade profissional ser ameaçada. Como responsável pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem-se empenhado em inúmeras lutas pela inclusão cidadã dos menores em situação de risco.

Entrada franca

8 de novembro de 2005, 18h

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Auditório Paula Souza



46º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Sustentabilidade social: uma cultura em gestação

A experiência de vida familiar e comunitária foi determinante para minhas escolhas e minha orientação profissional. Durante toda a infância e a juventude, tive exemplos de homens e mulheres simples que se reuniam para discutir problemas locais e estratégias para solucioná-los. Eram todos incansáveis e tinham um objetivo comum: transformar para melhor a qualidade de vida e a convivência na comunidade. Meu pai era líder comunitário, articulador carismático e dono de uma vontade inquebrantável: foi a minha principal influência, e referência para a construção do conceito de política social.

Graduei-me em psicologia e tive a oportunidade de desenvolver competências para o trabalho terapêutico, educação infantil, ensino fundamental e projetos sociais. Nos últimos oito anos, tenho-me dedicado ao fomento, à articulação e à mediação de redes sociais, e fui buscar referência principalmente nas publicações do Chico Whitaker, membro do comitê de organização do Fórum Social Mundial. Na sua definição, “Rede é uma estrutura alternativa de organização, capaz de reunir pessoas e organizações em torno de um objetivo comum.” Ele coloca em cheque a estrutura piramidal, hierárquica e de poder concentrado, e chama a atenção para uma outra forma possível de organização social baseada na horizontalidade, na relação igualitária, no poder de todos e de cada um – exercido por todos e por cada um – na circulação livre da informação e na decisão negociada e consensual.

Outra referência veio com o conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), uma metodologia de indução ao desenvolvimento local, apresentada pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), cujo principal mentor, Augusto de Franco, propõe novas formas de desenvolvimento social, e faz uma clara distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento social: “Na perspectiva do desenvolvimento social, se não houver mudança dos componentes e das relações entre os componentes da sociedade, não há desenvolvimento.” Suas teses contemplam os conceitos de capital humano, econômico e social.

O conhecimento produzido pelas pessoas é percebido atualmente como o mais valioso recurso de uma sociedade. Os profissionais mais valorizados são os que detêm mais conhecimento, portanto gerenciá-lo passa a ter um valor estratégico para as tecnologias sociais, e constitui-se em elemento importante para a construção de novas relações e interações sociais promovendo, desse modo, a cultura de paz.

Lourdes Alves é psicóloga, pós-graduada em gestão do conhecimento, com prática na área social desde 1986. Atualmente é docente convidada da Associação Palas Athena em

curso livres sobre gestão do conhecimento. Representa o Senac São Paulo no Conselho Parlamentar de Cultura de Paz – Sérgio Vieira de Melo, e é especialista em fomento e articulação de redes sociais e em economia solidária. É agente de desenvolvimento local capacitada pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED). Em 2004, recebeu da WIZO – São Paulo, uma entidade internacional, um prêmio por sua atuação no terceiro setor.

Entrada franca

7 de março de 2006, 18h

SESC Avenida Paulista

Av. Paulista, 119 – Paraíso – São Paulo – SP (estação Brigadeiro do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

47º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

“O que me preocupa não é o grito dos violentos, é o silêncio dos bons.”

Martin Luther King

Surpresa. Perplexidade. Diariamente deparamos com cenários nacionais e internacionais que mudam atores e enredos a uma velocidade inaudita. Hoje, as mudanças são acéfalas, anônimas, e destroem códigos não escritos, mantidos consensualmente durante centenas de anos, que viabilizaram um convívio social pautado na confiabilidade de um comportamento previsível.

As comportas que balizavam projetos de vida ditos civilizados – isto é, com um mínimo de normas e princípios humanitários – estão rachando frente à pressão exercida por minorias recentemente fortalecidas, precipitando a maioria dos povos e nações em uma condição “sem saída”.

Como dar conta de tamanha complexidade? O que pode ser negociável para promover acordos, diálogo, proximidade e respeito? Como metabolizar ódios e ressentimentos históricos a fim de possibilitar uma convivência decente e não violenta?

Essas serão algumas das questões abordadas neste fórum pelo historiador Celso Garbarz, cuja experiência direta em missões internacionais em Ruanda, Haiti, Bósnia, Somália, Palestina e Líbano – na condição de membro da Anistia Internacional – oferece uma vasta perspectiva para refletir e propor ações que viabilizem um presente lúcido e um futuro desejável.

Celso Garbarz é historiador, ativista de direitos humanos e ex-membro do Comitê Executivo Internacional da Anistia Internacional. Diretor da organização de direitos humanos B'Tselem. Coordenador da ação político-social da FERSOL Indústria e Comércio Ltda.

Entrada franca

4 de abril de 2006, 18h



48º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas

Falar em felicidade costuma fazer sorrir um bom número de intelectuais, que veem nesse tema uma preocupação apolítica, frívola e boa apenas para inspirar livros de auto-ajuda. E mesmo se falarmos em “virtudes” – cujo cultivo era, para Aristóteles, condição necessária ao usufruto de uma “vida boa” –, bom número de cientistas sociais e de filósofos verão nesse tema mais um perigo no campo da alienação política do que uma perspectiva real de perfectibilidade do homem. A felicidade seria decorrente da ordem das reformas sociais, não da sabedoria individual. Porém, ao lado dos céticos – que acreditamos que sejam a maioria –, há outros intelectuais, notadamente filósofos e psicólogos, que parecem perceber a necessidade, para não dizer a urgência, de retomar o tema da felicidade. Não para justificar a deserção da política, mas sim porque o abandono desse tema causou mais impasses do que soluções. Para dar apenas quatro exemplos, citemos Taylor, Ricoeur, Comte-Sponville e MacIntyre. De minha parte, enquanto especialista em psicologia moral, estou convencido que o tema da felicidade é essencial para compreender os comportamentos humanos, entre os quais os comportamentos morais.

Para explicitar essa tese, parto da diferenciação dos conceitos de moral e ética. O plano moral é aquele dos deveres, e sua contrapartida psicológica é o sentimento de obrigatoriedade. Como vários conteúdos podem ocupar o plano moral, elejo os de justiça, generosidade e honra como necessários para compor uma moral. O plano ético é aquele das respostas dadas para viver uma vida que faça sentido – condição necessária à felicidade. Como também há várias formas de dar sentido à vida, e como nem todas são coerentes com a moral, chamo de ética (junto com Paul Ricoeur) a perspectiva de uma via boa, para e com outrem, no seio de instituições justas.

Isto posto, serão analisadas as dimensões intelectuais (regras, princípios, equacionamento e sensibilidade morais) e afetivas (amor, medo, simpatia, indignação, confiança, culpa e vergonha) presentes no desenvolvimento moral, e suas relações com a ética (sentimento de auto-respeito). Procurarei assim mostrar a íntima relação psicológica entre moral e ética, e as implicações educacionais de tal relação, com destaque para a construção da personalidade, ela mesma um valor.

Yves de La Taille nasceu na França, mas desde criança vive no Brasil. É professor de psicologia do desenvolvimento moral e chefe do Laboratório de Estudos do Desenvolvimento e da Aprendizagem do Instituto de Psicologia da USP. Investiga o desenvolvimento moral desde a década de 1980, e é um dos especialistas mais respeitados do país nessa área. Autor,

entre outros, de: *Limites: três dimensões educacionais* e *Vergonha, a ferida moral*. É coautor, com o professor Mario Sergio Cortella, de *Labirintos da Moral*.

Entrada franca

9 de maio de 2006, 18h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo – SP (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

49º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas

Como afirma Norberto Bobbio, enquanto reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Para Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social.

Os direitos humanos compõem uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais. Todavia, a ordem contemporânea assinala sete desafios centrais à implementação dos direitos humanos:

1. Universalismo *versus* relativismo cultural: traduz o questionamento acerca do próprio fundamento dos direitos humanos e da existência de um mínimo ético irreduzível – isto é, se a fonte dos direitos humanos é a dignidade humana ou é a cultura;
2. Laicidade estatal *versus* fundamentalismos religiosos: debate que impacta, sobretudo, os direitos humanos das mulheres, no que se refere à sexualidade e à reprodução;
3. Direito ao desenvolvimento *versus* assimetrias globais: em um mundo em que 85% da renda mundial concentram-se em poder dos 15% mais ricos, enquanto que os 85% mais pobres retêm apenas 15% da renda mundial;
4. Proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais *versus* desafios da globalização econômica: aponta ao temerário processo de flexibilização dos direitos sociais e de redefinição de políticas públicas em uma ordem acentuadamente assimétrica;
5. Respeito à diversidade *versus* intolerâncias: implica o desafio de assegurar a igualdade com respeito à diferença e às diversidades;
6. Combate ao terror *versus* preservação de direitos e liberdades públicas: acena aos desafios da agenda pós 11 de setembro, tendencialmente restritiva dos direitos humanos;
7. Unilateralismo *versus* multilateralismo: em uma ordem marcada pela existência de uma única superpotência mundial e pelo esforço de resgate de organismos multilaterais.



Flávia Piovesan é professora doutora da PUC-SP nas disciplinas de Direitos Humanos e Direito Constitucional. Professora de direitos humanos dos programas de pós-graduação da PUC-SP, da PUC-PR e da Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Procuradora do Estado de São Paulo. *Visiting fellow* do Harvard Human Rights Program (1995 e 2000). Membro do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Membro do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Entrada franca

6 de junho de 2006, 19h

Teatro Sesc Anchieta

Rua Dr. Vila Nova, 245 – Vila Buarque – São Paulo (próximo ao Metrô República)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

50º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Cultura de Paz: não estamos condenados à violência

A aliança entre o movimento mundial pela Cultura de Paz, desencadeado pela UNESCO, e as pesquisas sobre a paz iniciadas na segunda metade do século XX evidenciam a urgência de encontrar uma nova base de convivência democrática, um repertório de conhecimentos capaz de minimizar as escandalosas injustiças sociais, a exclusão geradora de violência, e a ação predatória sobre os poucos recursos que restam no planeta. Tal revolução demanda redefinir prioridades, ampliar a percepção da realidade e acionar valores de integração social – o que significa abrir caminhos para um novo paradigma.

Entretanto, paradigmas não são instituídos, não nascem por decreto: são construídos. São fruto de processos nos quais a consciência coletiva vai metabolizando novas variáveis para dar conta dos desafios que a complexidade crescente lhe apresenta. A matéria-prima de tais desafios está nas consequências das escolhas realizadas em um passado próximo ou remoto. No acontecer humano, na história da nossa espécie, há um encadeamento de causas e feitos – nem sempre linear – que nos permite olhar para trás e para frente em busca de modalidades de ser e estar no mundo mais satisfatórios e desejáveis, o que demanda conhecer para poder agir, e conhecer e agir para poder mudar.

A Cultura de Paz tem duas missões: primeiro desvendar, tornar visíveis as violências que se perpetuam pela omissão e/ou aceitação de condições humilhantes como sendo próprias das dinâmicas sociais, inevitáveis ou, pior ainda, intrínsecas à natureza humana. Segundo, implementar novas tecnologias de convivência que abordem o conflito como instrumento necessário à manutenção democrática dos relacionamentos. Uma sociedade pautada na liberdade é plural, portanto as divergências não devem ser impedidas, mas trabalhadas de modo edificante para que as partes envolvidas possam descobrir espaços de articulação e crescimento mútuo, reafirmando que a paz é sempre possível, e a violência, evitável.

Lia Diskin é formada em Jornalismo com especialização em Crítica Literária. É cofundadora da Palas Athena e coordenadora do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. Recebeu a Medalha da Associação Cultural Internacional Gibran (ACIGI) por “Acrescentar ao progresso do Ocidente a sabedoria do Oriente”, e homenagem do World Trade Center São Paulo para aqueles que constroem a Cultura de Paz. Recentemente recebeu da UNESCO o Diploma de Reconhecimento por suas atividades na área da Cultura de Paz durante as comemorações dos 60 anos da UNESCO.

Entrada franca

3 de agosto de 2006, 19h, Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo – SP (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

51º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Cultura de Paz: planejamento de um novo mundo, panorama atual
do projeto Millennium e os 15 desafios globais

O projeto Millennium é um legado para o futuro do mundo. Iniciativa do Conselho Americano da Universidade das Nações Unidas (UNU), o projeto organiza uma rede de planejamento global com cerca de 700 pesquisadores, futuristas, acadêmicos, executivos, legisladores, educadores, cientistas, que, por meio de suas visões de futuro e de monitoramento anual, concentram seus esforços para propor soluções para importantes desafios que o mundo está vivendo. O Millennium fornece informações permanentes, de forma que lideranças e gestores de cada região do planeta possam identificar, avaliar e analisar temas com impacto global.

Os 15 desafios globais:

1. Desenvolvimento sustentável: como podemos alcançá-lo?
2. Água: como todos podem ter acesso a ela sem conflitos?
3. População e recursos: como podem estar em equilíbrio?
4. Democratização: como a verdadeira democracia poderá emergir do autoritarismo?
5. Perspectivas globais de longo prazo: como podem passar a nortear a criação de políticas mundiais?
6. A globalização da tecnologia da informação: como a globalização e as convergentes tecnologias da informação e da comunicação poderão trabalhar para o bem comum?
7. A distância entre ricos e pobres: como as economias de mercado norteadas por uma ética social poderão ser encorajadas a reduzir as diferenças entre ricos e pobres?



8. Doenças: como reduzir a ameaça de novas doenças e de microorganismos infecciosos?

9. Capacidade de decisão: como pode ser aprimorada à medida que mudam as instituições e a natureza do trabalho?

10. Paz e conflito: como novos valores e estratégias de segurança podem reduzir os conflitos étnicos, o terrorismo e o uso de armamentos com poder de destruição massiva?

11. Mulheres: como a mudança no *status* social da mulher pode ajudar a melhorar a condição humana?

12. Crime transnacional: como evitar que o crime organizado se torne o mais poderoso e sofisticado empreendimento global?

13. Energia: como a demanda crescente de energia pode ser atendida de forma segura e eficiente?

14. Ciência e tecnologia: como as inovações científicas e tecnológicas podem ser aceleradas para melhorar a condição humana?

15. Ética global: como as considerações globais podem se incorporar ao cotidiano das decisões globais?

Muitas dessas questões globais ainda não encontram resposta, mas de uma coisa podemos ter certeza: é chegada a hora de, frente a tantos e profundos desafios, identificarmos forças e capacidades para transformar a condição do planeta.

Rosa Alegria é futurista, pesquisadora de tendências, comunicadora, palestrante internacional, consultora e facilitadora de processos de planejamento de futuro em organizações de diversos setores. Atualmente representa o projeto Millennium no Brasil. É diretora de pesquisa do Núcleo de Estudos do Futuro (NEF) da PUC-SP.

www.nef.org.br, editora do boletim de tendências Radar 21, www.radar21.inf.br.

Entrada franca

12 de setembro de 2006, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

52º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

África, um continente em busca do equilíbrio para a paz

De todos os continentes do nosso planeta, a África é o mais desequilibrado em seu processo de construção de uma cultura de paz. No entanto, se olharmos para a história da humanidade, perceberemos que os povos da África “negra” não são nem mais nem menos

violentos que os dos outros continentes. A explicação dessa situação está na sua própria história: tráfico, escravidão, colonização, neocolonização, guerras civis, calamidades naturais, falta de estruturas políticas e democráticas, a negação das identidades étnicas, e os conflitos resultantes da manipulação política e ideológica das diferenças culturais entre populações que convivem em um mesmo território. No espírito de Sócrates, a paz, como virtude, parece natural – ou seja, não precisa ser ensinada –, e se traduz no respeito e na justiça que asseguram a sobrevivência da espécie. Protágoras, ao contrário, defende a ideia de que todo mundo pode contribuir para ensiná-la. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental começou a construir seu processo de paz, hoje ilustrado pela União Europeia. Mas infelizmente não contribuiu, ou contribuiu pouco para o processo de paz nos países africanos que foram suas colônias. Enquanto os países africanos, em sua maioria, não reunirem o mínimo de condições que favoreçam a construção de certo equilíbrio comum, a trajetória do continente nesse sentido continuará a ser prejudicada, e até mesmo entravada. A construção da paz no mundo deve ser encarada como um dever de todos os países em defesa do direito humano mais sagrado: o da vida.

Kabengelê Munanga é professor titular do departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, e autor de mais de 80 publicações, dentre elas: *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial* (Edusp, 1996); *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra* (Ed. Autêntica, 2003); *Para entender o negro no Brasil de hoje* (Ed. Global, 2006); e *Superando o racismo na escola* (MEC, 2005).

Entrada franca

10 de outubro de 2006, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

53º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Comunicação não violenta: valores, diálogo e transformação de relações sociais

As estruturas sociais vigentes que norteiam nossas relações de família, educação, distribuição de recursos, justiça, convivência com a natureza, cultura, autorreflexão e comunhão espiritual estão fundadas em uma lógica de dominação que cresce como modo cultural há pelo menos cinco mil anos, como demonstram os pensadores Riane Eisler, Walter Wink e David Korten. Essa lógica, e as práticas que a distinguem – como a guerra, a exclusão, a punição, a vingança, a exploração e a formação e luta de impérios – chegam a um ponto crítico de implosão, e começam a desmoronar. A cultura de paz reúne os esforços daqueles



que despertam em si e nos outros o reencantamento pela vida, cocriando novas formas – ou redescobrimdo outras antigas –, de compartilhar poder para ressignificar, agindo para promover valores universais.

Das ideias que formulamos acerca de nós mesmos e do outro às maneiras de resolver conflitos comunitários, surgem alternativas que permitem transcender as construções conceituais de inimigo, escassez e violência como resposta inerente à nossa espécie. A base ética dessa possibilidade, como descreveu Martin Buber, manifesta-se no encontro. Com grupos divididos por guerra – étnica, religiosa ou civil, nas mesas de família e de trabalho –, dinâmicas comuns são reveladas, captadas na profunda simplicidade do poeta Rumi, no século XIII: “Lá, além das ideias de fazer certo e fazer errado, há um campo. Te encontro lá”. Neste convite empático de busca por compreensão mútua está a semente de um novo olhar sobre a violência, visto agora como a expressão trágica de necessidades humanas não atendidas. Há também a emergência do agente de paz, que desenvolve competências de intenção e de atenção para estabelecer, manter e aprimorar estruturas sociais de parceria que possibilitam considerar o bem-estar de todos: uma inteligência amorosa a serviço da vida.

Marshall Rosenberg é doutor em psicologia clínica, mediador e promotor de relações de parceria sustentáveis diante de conflitos. Em 1984, fundou o Centro de Comunicação Não Violenta, que capacita e promove projetos de aplicação dos princípios de seu trabalho em mais de 50 países. É autor de nove livros, entre os quais *Comunicação Não-Violenta*, publicado no Brasil pela Editora Ágora, e já traduzido em mais de 20 idiomas, que será lançado durante a realização deste Fórum.

Entrada franca

8 de novembro de 2006, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

54º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Aquecimento global: por que devemos nos preocupar?

Agora, mais do que nunca, está comprovado que a temperatura do planeta Terra está aumentando drasticamente, e que os maiores responsáveis por isso somos nós, os seres humanos. Desde a Revolução Industrial, a emissão de gases efeitos estufa (GEE), principalmente pela queima de combustíveis fósseis, vem-se acentuando, e atualmente dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) mostram que a temperatura da atmosfera terrestre já é cerca 0,6°C maior que em 1860. Este é um motivo para nos preocuparmos.

A Terra já experimenta alguns impactos do aquecimento global, como diminuição da biodiversidade, enchentes e secas, furacões, degelo das calotas polares e aumento do nível do mar, epidemias e perda de território na faixa litorânea, que tendem a ser cada vez mais devastadores. Ainda não se sabe ao certo em que medida somos vulneráveis a tais mudanças, e se conseguiremos nos adaptar. Porém, já se sabe que temos que começar a agir o quanto antes no combate ao aquecimento global, para que os impactos sejam os menores possíveis, garantindo não só o equilíbrio da Terra, como a sobrevivência dos seres que nela habitam, incluindo a espécie humana.

Estes fatos levam-nos a pensar qual o futuro que desejamos para nossos filhos e netos, e qual o papel de cada setor diante deste desafio. É necessário que toda a sociedade assuma a responsabilidade e vislumbre que só o engajamento de todos os atores fará frente a este problema, que é global.

Fabio Feldmann é administrador de empresas e advogado. Foi deputado federal por três mandatos consecutivos (1986-1998). Foi secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo entre 1995 e 1998. Foi autor de parte da legislação ambiental brasileira, como o capítulo de meio ambiente da Constituição Federal, a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei de Acesso Público aos Dados e Informações Ambientais. Foi relator da Política Nacional de Recursos Hídricos, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre diversidade biológica. Em 2000, ajudou a criar o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, do qual foi secretário executivo até 2004. Em 2005, colaborou na criação do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade, do qual é atualmente secretário executivo. Tem participado de inúmeras organizações da sociedade civil, tanto nacionais quanto internacionais, desde o começo de sua vida profissional. Foi fundador da SOS Mata Atlântica (da qual foi também o primeiro presidente), da OIKOS, FUNATURA e Biodiversitas. Atua como conselheiro em várias entidades, entre as quais The Nature Conservancy Brasil, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, Akatu e outras ONGs.

Organizou, participou e apoiou diversas publicações sobre desenvolvimento sustentável, consumo consciente, mudanças climáticas e outros assuntos relacionados à temática ambiental. É constantemente convidado para ministrar seminários e palestras, já tendo participado como expositor em eventos no Banco Mundial e no Congresso Norte-americano. Recebeu em 1990 o Prêmio Global 500 das Nações Unidas, por seu comprometimento com a causa ambiental. E em 2002, recebeu os prêmios Wildlife Trust – International Award For Conservation Achievement e o PNBE de Cidadania.

Entrada franca

6 de março de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



55º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Participação e solidariedade: a revolução do terceiro milênio

Hoje, no mundo todo, milhões de pessoas, grupos sociais, comunidades e movimentos voltam suas aspirações e atividades para a busca de um caminho de sobrevivência para a espécie humana. Essa massa de consciência, em contínuo crescimento, avança rumo à encruzilhada evolutiva que se coloca diante de nós. Os grandes avanços tecnológicos, a degradação ambiental, a competição, a concentração de renda, a manipulação do comportamento humano pelos meios de comunicação e pelos sistemas globais de formação de opinião impuseram-nos a exclusão, a insegurança e a violência em dimensões tais que não permitem mais desequilíbrio, sob ameaça de uma ruptura global.

Participação e solidariedade são os princípios que deverão formar os fundamentos da mudança de direção na nossa evolução civilizatória – princípios que, apropriados pela massa de consciência em crescimento, poderão operacionalizar a mudança, traduzindo seus fundamentos éticos em instituições coerentes com os impulsos de convergência presentes na natureza e seus processos. Será preciso assumir a responsabilidade global pela sobrevivência, ou pela construção de uma civilização, transformando essa consciência em estruturas e mecanismos capazes de abranger a organização e as relações humanas em todos os níveis. O processo envolve uma dimensão ética, inerente aos processos de solidariedade e cooperação que deverão modificar radicalmente os instrumentos e dispositivos de convivência humana.

Osvaldo Della Giustina é professor universitário. Criou e presidiu o que é hoje a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e a Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Foi reitor da Universidade do Tocantins. Autor de inúmeras obras, entre elas: *Educação e capacitação para o trabalho* (1978), *A idade do Homem* (1981), *Proposta constitucional para uma nova sociedade* (1987), *Reflexão sobre a educação* (1990), *Humanização da sociedade* (2000) e *Participação e solidariedade – a revolução do terceiro milênio* (2004).

Entrada franca

3 de abril de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

56º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Dramaturgia e realidade: o diálogo teatral e as relações humanas

Pretende-se, com este encontro, suscitar uma reflexão sobre o papel do teatro na sociedade contemporânea, e mais particularmente da dramaturgia, investigando sua natureza dialógica. Apresentando personagens que se relacionam por meio de ações e discursos, a dramaturgia proporciona ao ser humano uma oportunidade de autoconhecimento, mas também o ajuda a transformar sua realidade. Tomando como referência os grandes momentos da dramaturgia mundial em suas múltiplas formas de expressão, situaremos um possível contexto de estímulo à Cultura de Paz.

Samir Yazbek é dramaturgo. Escreveu, entre outras obras: *O Fingidor* (selecionado para o Programa Nacional Biblioteca da Escola, do governo federal, que em 2004 distribuiu a peça para 475 mil alunos da rede pública de ensino); *A Terra Prometida* (entre os dez melhores espetáculos de 2002, segundo o jornal O Globo – texto publicado em 2004 pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo); *O Regulamento*; *A Máscara do Imperador*; *A Entrevista*; e *O Invisível*. É autor também de *O Teatro de Samir Yazbek*, lançado pela Coleção Aplauso, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Articulista dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Revista Bravo. Ministra oficinas de dramaturgia em instituições como SESC e outras.

Entrada franca

8 de maio de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

57º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O cosmos, a Terra, o ser humano

Celebração do Dia Internacional da Ecologia e do Meio Ambiente

Um vasto e instigante horizonte abre-se diante de nós quando hoje contemplamos – a partir dos novos conhecimentos oferecidos pela astrofísica, pela geologia, pela biologia e pela paleontologia – a interdependência entre o cosmos, o meio ambiente terreno, a cultura e os seres vivos. Vai surgindo uma nova consciência de quem somos, do nosso lugar nesse universo que nos originou e nos acolhe, e de nossa responsabilidade diante da vida.

Tendo aprendido a separar em compartimentos os saberes sobre nós mesmos e sobre o mundo, criamos uma cosmovisão de isolamento, voltada para um universo exclusivamente humano. Surpresos, agora abrimos os olhos para o fato de que todas as nossas partículas



foram formadas há 15 bilhões de anos, de que nossos átomos de carbono foram constituídos em um sol anterior ao nosso, de que nossas moléculas nasceram na Terra e talvez tenham chegado aqui por meio de meteoritos. Enfim, percebemos que o grande cosmos abraça nosso nascimento e nosso futuro.

Essa mudança de atitude – de uma visão antropocêntrica para uma orientação biocêntrica, cosmocêntrica, na qual o universo e a Terra são as referências fundamentais – é uma transformação radical. Trata-se de uma aventura inédita, na qual vamos dando os primeiros passos, seguindo em direção à descoberta de como promover a saúde da Terra e de seus habitantes, a melhoria geral da qualidade de vida e os valores da cultura de paz, que viabilizarão o futuro da vida no nosso pequeno planeta azul.

Neste fórum, que celebra o Dia Internacional da Ecologia e do Meio Ambiente, teremos a oportunidade de compartilhar conhecimentos científicos preciosos, que nos remetem diretamente à nossa origem e à nossa identidade humana, e ainda à nossa responsabilidade diante da interdependência entre nós e o vasto meio – natural e cultural – de onde viemos.

Paulo Gomes Varella é geólogo (IG-USP). É professor de astronomia do Planetário e Escola Municipal de Astrofísica de São Paulo desde 1976. De 1991 a 2002, foi chefe do Observatório Astronômico da Escola Municipal de Astrofísica. É autor do livro *Reconhecimento do Céu, de cartas celestes*, entre outros. É diretor geral do Observatório Céu Austral desde 1987. Membro da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB).

Regina Auxiliadora Atulim é física. É professora de astronomia do Planetário e Escola Municipal de Astrofísica desde 1992. Chefe da Seção Técnica de Programação e Operação do Planetário de São Paulo de 1995 a 2002. Produziu todos os programas veiculados de 1995 a 1999 nas apresentações públicas e escolares do planetário. Autora e coautora de artigos e publicações de astronomia. Diretora científica do Observatório Céu Austral desde 1990.

Entrada franca

5 de junho de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

58º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Onde começa a paz?

É possível vivermos “em paz” quando conflitos internos tiram nosso sono, provocam irritações e desarmonia em nossa realidade? Será possível uma atitude amistosa, de compaixão, quando estamos totalmente invadidos por pensamentos perturbadores e dores

d'alma que interferem em nosso bem-estar e na nossa percepção daquilo que nos cerca? Ao analisarmos um evento recente – um jovem que matou 32 pessoas em um *campus* universitário –, fica evidente que a paz externa não garante a paz interna. Sentimentos e emoções reprimidas irrompem como um vulcão, em uma matança indiscriminada, para horror de todos. Mas, o que aconteceu?

Neste encontro, veremos como a falta de autoconhecimento leva-nos a projetar memórias inconscientes no outro, que se torna amigo ou inimigo à primeira vista. O mundo passa a ser nada mais do que o espelho de nosso interior. Simpatias e antipatias são imediatamente formadas, mesmo antes que o outro pronuncie seu nome: “Tem um olhar calmo, deve ser uma boa pessoa”, “Não sei quem é, mas não fui com a cara dele”, ou “Pela cara, não presta”. Conflitos internos levam ao estabelecimento de uma cortina de ilusões que distorce minha visão de quem eu sou e de quem é o outro. O outro, que mal conheço, é “um chato”, antipático e prepotente que só quer me lesar e, portanto, precisa ser destruído antes que me destrua.

Os conflitos também se expressam no corpo, nas tensões musculares que carregamos como uma armadura protetora, e ao mesmo tempo enrijecedora de nosso ser. Ficam sedimentados como sintomas doloridos, formando os mais diferentes tipos de doenças. Neste encontro, conversaremos também sobre os mecanismos que provocam dor e sofrimento, e como nos impedem de viver a realidade presente. O simbolismo do corpo e sua expressividade na cultura contemporânea serão analisados, com ênfase na doença que mais mata no mundo moderno: doenças do coração. O coração, como símbolo do amor, tornou-se, em nossa cultura, centro de conflitos e desarmonia. Recuperá-lo é uma tarefa urgente e ao alcance de todos nós.

Denise Gimenez Ramos é psicóloga clínica. É coordenadora do programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica e do Núcleo de Estudos Junguianos da PUC-SP. É membro analista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica e da International Association for Analytical Psychology, da qual foi vice-presidente. Membro da Academia Paulista de Psicologia (cadeira nº 27). Editora da revista *Junguiana* e autora de vários artigos e livros, entre eles: *A psique do coração*; *A psique do corpo*; *The psyche of the body*; *Corruption: symptom of a cultural complex in Brazil?* É coautora de *Um estudo sobre o simbolismo animal – do instinto à consciência*; e de *Religião: ano 2000*. Palestrante nacional e internacional, já tendo apresentado palestras em Londres, Assisi (Itália), Buenos Aires, Santiago del Chile, Los Angeles e Chicago, e em várias cidades do Brasil.

Entrada franca

7 de agosto de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



59º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Educar para a paz em tempos difíceis

Educar é sempre um processo complexo e problemático, mas não há dúvida de que esta tarefa necessária e atraente torna-se ainda mais relevante nos tempos difíceis e incertos que vivemos. Fatores internos do processo educacional (como choque de valores nos diferentes setores da comunidade educacional, e entre esses setores) e fatores externos a ele (como diversidade social e cultural, relativismo niilista, perda de valores, consumismo, exclusão social, insegurança urbana) são os obstáculos que nos desafiam. Além disso, no contexto atual, a persistência do uso e da divulgação da violência como forma de resolver conflitos constitui uma preocupação especial. Contudo, quando as circunstâncias são mais difíceis, devemos reagir com compreensão e paixão ainda maiores, ao invés de nos isolarmos decepcionados, visto que a decepção não nos leva à solução desses problemas.

É preciso conhecer a fundo tais desafios para poder questioná-los ética e educativamente, em uma incessante busca da verdade. É imprescindível também deixar claro que ante a violência não cabem posições ambíguas e tolerantes, muito menos em espaços educativos. Em outras palavras, o sistema educacional, como espaço de aprendizagem e convivência, deve oferecer os instrumentos necessários para possibilitar a aprendizagem de uma cultura de paz e não violência, frontalmente oposta a qualquer forma de fundamentalismo, ainda que este se refugie em supostos direitos culturais. Tal aprendizagem deve basear-se na vivência das regras e dos valores da democracia, no respeito aos direitos humanos e no cumprimento das normas e dos deveres a eles inerentes. A educação deve ser prioritária, pois no longo prazo só ela pode proporcionar maiores garantias de verdadeiro desenvolvimento em direção ao bem comum.

Neste fórum, que marca o do Dia Internacional da Paz, será lançado o livro *Educar para a Paz em Tempos Difíceis*, de autoria de Xesús R. Jares – uma contribuição de peso a todo o setor educacional de nosso país.

Xesús R. Jares é professor catedrático de Didática e organização escolar da Universidade de La Coruña, na Espanha. Desde 1983 coordena o Coletivo Educadores pela Paz da Nova Escola Galega, e é presidente da Associação Galego-Portuguesa de Educação para a Paz. Autor e coordenador de diversos programas de Educação para a Paz e Convivência. Conferencista internacional e autor de inúmeros livros sobre o assunto, entre eles: *Educação para a paz: teoria e prática* (Artmed, 2002); *Educar para a paz e a esperança em tempos de globalização*; e *Guerra preventiva e terrorismo* (Artmed, 2005).

Entrada franca

Sexta-feira, 21 de setembro de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-Masp do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

60º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

A atualidade de Gandhi: filosofia em ação

Celebração do Dia Internacional da Não Violência

Mesa redonda com Jean-Marie Muller (França) e o Shrikrishna Tengshe (Índia)

Moderação por Marlova Jovchelovitch Noleto, representando a UNESCO

Gandhi foi um homem de ação. As ideias por si mesmas não conseguiam seduzi-lo – ele as submetia ao escrutínio da experiência cotidiana. Se resistiam, se a realidade confirmava sua eficácia e benefício coletivo, as partilhava com seus parceiros e milhares de leitores diários, que acompanhavam seus artigos publicados em diferentes idiomas locais.

Esse sentimento de genuíno compromisso com o que é verdadeiro cunhou a expressão *satyagraha* que, aliado à não violência (*ahimsa*), constituem a base de toda a arquitetura de mobilização social criada por Gandhi com o intuito de provocar transformações políticas duradouras, edificantes e dignas.

Essa base, testada durante décadas, tanto na África do Sul quanto na própria Índia, é o fermento de quase todos os movimentos pacifistas contemporâneos, cujas ações vêm mudando as relações de poder ao questionar a legalidade e legitimidade de procedimentos injustos.

Nada mais atual, nada mais necessário!

Jean-Marie Muller é filósofo. Fundou e dirige o Instituto de Pesquisas sobre a Resolução Não Violenta de Conflitos (IRNC). Atua em missões de paz e como consultor da Universidade para a Paz da Costa Rica. Foi professor de estratégia da ação não violenta no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Lyon. É autor de 27 livros sobre a não violência e assuntos correlatos, inclusive: *Não-violência na educação* e *O princípio da não-violência – uma trajetória filosófica*, ambos editados pela Palas Athena Editora.

Shrikrishna Tengshe é médico, doutor em psiconeurologia. Foi consultor e chefe do departamento médico do renomado Instituto de Kaivalyadhama. Atua como professor, palestrante e criador de cursos de treinamento para médicos e professores de ioga no mundo todo. Foi diretor de reputadas instituições de ensino do ioga, e escreveu inúmeros livros sobre o tema, entre os quais: *Essence of Pranayama* (1985) e *Notes on Man, Mind and Consciousness, a Yogic Viewpoint* (1997).

Entrada franca

Retirada de ingressos no SESC Vila Mariana (Rua Pelotas, 141) nos dias 29 e 30 de setembro, das 10h às 18h30, e no dia 2 de outubro, a partir das 9h, até esgotar a disponibilidade de lugares.

2 de outubro de 2007, 19h30

SESC Vila Mariana – Rua Pelotas, 141 – São Paulo

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



61º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Em adesão ao Dia Internacional da Filosofia

Mulheres na filosofia: uma história de exclusão deliberada

Tributo a Hipátia – performance de Ana Figueiredo

Hipátia: filósofa, matemática, astrônoma e professora. Nasceu no Egito no século IV. Considerada à sua época como a mente mais brilhante da escola neoplatônica de Alexandria, foi convidada a tomar lugar na cadeira que Plotino ocupava na afamada biblioteca. Morreu brutalmente assassinada por fanáticos. Motivo: ser mulher, pagã, ter dotes intelectuais singulares, beleza e eloquência que atraíam grande quantidade de seguidores.

Ana Figueiredo é socióloga, coreógrafa e professora de dança e improvisação. No seu trabalho “Dança, Mito, Imagem”, une o universo dos mitos e ritos às imagens do mundo das artes. Colaboradora da Joseph Campbell Foundation no Brasil, coordena grupos de estudos sobre a obra de Campbell.

As mulheres e a filosofia – uma história malcontada

A história da filosofia é uma história do pensamento dos homens. As mulheres não participaram dessa história, a não ser obscuramente, até o século XVIII, quando filósofas como Mary Wollstonecraft propuseram críticas diretas ao pensamento sexista dos filósofos que se ocupavam em, literalmente, falar mal de mulheres como modo de sustentar uma estrutura política que assegurasse direitos dos homens contra as mulheres. Hoje cabe reavaliar o passado como forma de refazer o projeto atual relativo ao direito e à política sobre mulheres.

Marcia Tiburi é graduada em Filosofia e Artes, mestre e doutora em Filosofia. É escritora, autora de *As mulheres e a filosofia*; *O corpo torturado*; *Uma outra história da razão*; *Metamorfoses do conceito*; *Diálogo sobre o Corpo*; *Magnólia* (romance); *A Mulher de Costas* (romance); *Filosofia em Comum – para ler junto* (no prelo). É professora da FAAP, do curso de formação de escritores da AIC, colunista das revistas *Cult* e *Vida Simples*, e participante do programa de TV *Saia Justa*.

O pensamento no feminino

O que acontece com o pensar quando uma mulher se torna sua voz e determina sua direção? Ele tem um recomeço. Pode receber uma nova direção, reconhecer novos interesses, provocar consequências imprevistas. A presença de Hannah Arendt no domínio da filosofia e da teoria política promove alterações estruturais na tradição ocidental, porque adentra uma área tão predominantemente masculina com traços e condições do feminino. Através de Arendt, o pensar reencontra sua liberdade.

Dulce Critelli é graduada em Filosofia, mestre em Filosofia da Educação e doutora em Psicologia da Educação. Professora titular do Departamento de Filosofia da PUC-SP, lecionando nos cursos de graduação e pós-graduação. É consultora e terapeuta existencial. Articulista da Folha Equilíbrio do jornal Folha de São Paulo. Autora dos livros *Analítica do sentido*; *Educação e dominação cultural*; *Todos nós... ninguém*, e de diversos artigos em livros e revistas.

Entrada franca

Terça-feira, 6 de novembro de 2007, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

62º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Amazônia para sempre

Durante as gravações da minissérie “Amazônia – de Galvez a Chico Mendes”, artistas brasileiros tiveram contato com a dura realidade da nossa floresta. Constataram o efetivo desflorestamento que a Amazônia vem sofrendo, e resolveram criar um manifesto em prol da floresta, que enxergamos de maneira inconsequente “como um obstáculo ao progresso, como área a ser vencida e conquistada. Um imenso estoque de terras a se tornar pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos, ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são símbolos da nossa incapacidade de compreender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratá-lo”.

Assim, idealizado pelos atores Christiane Torloni e Victor Fasano, a partir da carta-manifesto escrita pelo também ator Juca de Oliveira, surgiu o projeto Amazônia para sempre, que tem como principais objetivos: informar e sensibilizar o cidadão brasileiro sobre a situação dessa região tão importante para o Brasil e para o mundo; e captar no mínimo um milhão de assinaturas de adesão ao manifesto, que serão encaminhadas ao presidente da República, exigindo o cumprimento do parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, que determina a preservação da floresta amazônica.

Christiane Torloni é atriz de cinema, teatro e televisão, com 33 anos de carreira, reconhecimento internacional e inúmeras premiações. Além de seu trabalho como atriz, atua em causas sociais, tendo sido madrinha de instituições de saúde, como o Hospital Infantil do Câncer, de Belo Horizonte. Fortalece, com sua imagem, diversas ações de cidadania. Participa também ativamente de questões políticas, como o movimento Diretas Já. Ao lado de Victor Fasano e Juca de Oliveira, é uma das organizadoras do movimento Amazônia para Sempre, com o intuito de interromper a devastação desse ecossistema. Conquistou o Prêmio APCA 2001, na categoria de melhor atriz, pela telenovela Um anjo caiu do céu; Melhores do ano 2005, do Domingão do Faustão, na categoria de melhor atriz, pela telenovela América; 26º Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto 2006, pelo conjunto da obra.

Victor Fasano é ator, e já participou de 11 novelas e duas minisséries. É também apresentador do programa Globo Ecologia, da Rede Globo. Em paralelo à carreira de ator,



trabalha ativamente na área de meio ambiente: desde 1985, está à frente do Criadouro Tropicus – Associação Cultural, Científica e Educacional, que cria espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção para reintrodução na natureza. Em 2005, representou a prefeitura do Rio de Janeiro na Conferência de Meio Ambiente em São Francisco (EUA). Em 2007, participou como palestrante do XVI Congresso da Sociedade de Zoológicos, quando apresentou o tema “Importância da manutenção e reprodução de animais em cativeiro como estratégia de conservação”. Ainda em 2007, recebeu o prêmio “Verde das Américas”, do VII Encontro Verde das Américas, realizado em São Paulo.

Entrada franca

11 de março de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo– (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

63º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Em que mundo estamos?

Logo após o final da Segunda Guerra Mundial, os “vencedores” agruparam-se em dois blocos ideológica e economicamente divergentes, e teve início uma guerra não declarada, insidiosa e mais violenta, conhecida como Guerra Fria, liderada pela União das Repúblicas Socialistas Soviética/URSS e pelos Estados Unidos da América/EUA. As duas grandes potências na contenda – URSS e EUA – desenvolveram armamentos cujo potencial destrutivo beirava insanidade, e chegou-se à iminência de um conflito, cuja consequência seria a destruição total da civilização.

Um apelo ao bom-senso – na verdade, ao instinto de sobrevivência – foi liderado por dois grandes humanistas – Albert Einstein e Bertrand Russell –, lançando, em 1955, um movimento que se tornou conhecido como Manifesto Pugwash. No documento de base, o Manifesto Pugwash dizia: “Esqueçam-se de tudo e lembrem-se da humanidade”. O apelo e as ações subsequentes evitaram uma catástrofe. Razões diversas provocaram o desaparecimento da URSS. Desde então, desenvolveram-se alguns mecanismos de controle que permitem acreditar que, embora não totalmente afastado, o perigo de um confronto levando à guerra nuclear seja menor.

Há um enorme esforço diplomático, de todas as nações, pela conciliação, a fim de evitar uma guerra declarada entre nações ou blocos que leve ao confronto total. Evitando guerra declarada entre os mais poderosos, podemos dizer que estamos caminhando para um período de paz?

É importante conceituar paz. A não declaração de guerra é o que caracteriza a paz militar. Mas paz é um conceito muito mais amplo, e devemos pensar paz em quatro dimensões abrangentes:

1. Paz individual: um estado de espírito sem conflitos interiores comumente traduzido por “estar em paz consigo mesmo”;
2. Paz ambiental: respeito ao equilíbrio entre as espécies e com o meio ambiente, que tornam possível a vida no planeta;
3. Paz social: a relação tranquila entre grupos de cidadãos, que permite que situações de conflito sejam resolvidas sem violência e sem atentar contra a dignidade dos indivíduos;
4. Paz militar: ausência de conflito armado declarado entre nações ou blocos.

Conceituando PAZ nas suas várias dimensões – obviamente, intimamente ligadas – temos que reconhecer que não estamos em paz e que, na verdade, estamos nos afastando dela. Em que mundo estamos?

Ubiratan D’ambrosio é professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é professor do programa de pós-graduação em história da ciência, da PUC-SP. Professor credenciado nos programas de pós-graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP/Rio Claro e da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Mais do que isso, Ubiratan é, em primeiro lugar, um historiador e filósofo da educação, criador da etnomatemática, que conferiu às culturas tradicionais não europeias um valor e uma respeitabilidade nunca antes conhecidos.

Entrada franca

8 de abril de 2008, 18h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Fórum internacional

Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência – ação e políticas públicas –

26 de abril de 2008 • MASP - Museu de Arte de São Paulo • das 9h às 18h30

Pela primeira vez na história as gerações mais novas detêm habilidades, competências e conhecimentos que as mais velhas procuram alcançar – às vezes com grande dificuldade. Pela primeira vez também a dinâmica social adquire um caráter horizontal, e as relações não se articulam mais através de papéis predeterminados – cada situação exige uma nova configuração no tabuleiro do poder. Tudo está sendo revisado – oferecendo, provocando e exigindo novas leituras, novas prioridades, novas escolhas e, igualmente, novas incertezas.



Como contextualizar o ensino-aprendizagem em uma realidade tão mutável? Que repertório de valores podem integrar o sentir, o pensar e o agir? Como aliar liberdade crescente com interdependência urgente? Qual o papel da escola e da comunidade na orientação de significados que acolham as múltiplas dimensões do ser, suas aspirações e potencial criativo? E como as políticas públicas podem promover valores e ações para gerar alternativas de convivência?

Neste Fórum contaremos com as contribuições dos mais destacados pedagogos da atualidade e, igualmente, de personalidades comprometidas com o desenvolvimento da cultura de paz em todos os setores da sociedade, nos quatro cantos do mundo. Oportunidade singular de conferir avanços, descobrir espaços de convergência e valorização do exercício democrático, pois, nas palavras de Nilson José Machado: “A educação sempre será motivada pelo que é possível imaginar e não apenas pelo que é possível imaginar como possível; nunca poderá resumir-se apenas a utopias, mas jamais poderá prescindir delas”.

9h30 – 10h30 Abertura: Marlova J. Noleto

Coordenadora de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil.

Palestra Magna:

Ubiratan D’Ambrósio, professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP e atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em História da Ciência, da PUC-SP; professor Credenciado nos Programas de Pós-graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP/Rio Claro e da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Membro do Conselho da Pugwash Conferences on Science and World Affairs. É, acima de tudo, um historiador e filósofo da Educação, criador da Etnomatemática, que conferiu às culturas tradicionais não europeias um valor e uma respeitabilidade nunca antes reconhecidos.

Moderadora: Lia Diskin – Cofundadora da Associação Palas Athena

11h-12h30 – Mesa 1 Cultivar a paz e educar para a convivência

“Na UNESCO, ao preparar o Ano Internacional da Cultura de Paz, esboçamos uma resolução que fazia a distinção entre cultura de guerra e cultura de paz. Desde então, venho trabalhando numa estratégia que nos leve da cultura da guerra, que reina nas sociedades humanas desde a pré-história, para uma cultura de paz. Depois de extensa análise antropológica, histórica e política, percebi que a cultura da guerra é monopolizada pela nação-Estado, não apenas para conquistas externas, mas, principalmente, para manter controle político interno. Uma vez que os sistemas estatais entram periodicamente em colapso, numa conjuntura desse tipo, e com o devido preparo, será possível substituir o sistema global de Estados por um sistema democrático global baseado em autoridades locais em nível regional. Esta mudança poderá lançar as bases de uma transição para uma cultura de paz. Se Johan Galtung está correto ao dizer que o próximo colapso virá por volta do ano 2020, não temos muito tempo para os preparativos.”

David Adams é especialista em mecanismos cerebrais do comportamento de agressão, cultura de paz e psicologia para pacifistas. Professor da Yale University e Wesleyan University. Na UNESCO, como diretor da Unidade para o Ano Internacional da Cultura de Paz, que deu origem à Década da Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo, preparou a minuta da Declaração e Programa de Ação sobre Cultura de Paz para a ONU (1999). Foi signatário da Declaração de Sevilha sobre a Violência e seu principal divulgador internacional.

A cultura de paz exige uma pedagogia da convivência, e vice-versa. Não é possível construir uma cultura de paz sem os procedimentos e valores de uma pedagogia para a convivência. Nem é possível desenvolver tal pedagogia sem os valores, objetivos e conceitos da cultura de paz. As duas dimensões se fundam nos conceitos de dignidade, igualdade, justiça social e liberdade que caracterizam os direitos humanos. Como afirmamos em nosso livro *Pedagogia da Convivência* (São Paulo, Palas Athena, 2008): “Toda relação humana traz consigo certo modelo de convivência que pressupõe determinados valores, formas de organização, sistemas de relacionamento, metodologias para enfrentar conflitos, formas linguísticas, modos de expressar os sentimentos, expectativas sociais e educativas, maneiras de exercer o cuidado etc”. Esses valores e formas de organização e de enfrentar conflitos devem ser coerentes com os valores da cultura de paz, democracia e direitos humanos. No entanto, uns e outros estão gravemente ameaçados ou impossibilitados, de acordo com a região geográfica e a época em que vivem, e pelas consequências da globalização neoliberal. Esta tem por premissa submeter todas as relações humanas ao triunfo do mercado, e traz consigo a subordinação da política e da vida das pessoas a critérios econômicos, que nem sempre coincidem com os interesses da cidadania, nem com os critérios do desenvolvimento ecológico. Por fim, abordaremos os requisitos de uma pedagogia da convivência e da paz.

Xesús R. Jares é professor catedrático de Didática e Organização Escolar da Universidade de A Coruña, na Espanha. Desde 1983 coordena o Coletivo Educadores pela Paz da Nova Escola Galega e é presidente da Associação Galego-Portuguesa de Educação para a Paz. Autor e coordenador de diversos programas de Educação para a Paz e Convivência. Conferencista internacional e autor de inúmeros livros sobre o assunto, entre eles: *Educação para a paz - teoria e prática*, Artmed, 2002; *Educar para a paz em tempos difíceis*, Palas Athena Editora, 2007.

Moderador: Carlos Emediato – Coordenador da Rede Global de Educação para a Paz (REDEPAZ)

14h-15h30 – Mesa 2 Cultura de paz e políticas públicas: desafios atuais

Ministro José Gregori

Presidente da Comissão Municipal de Direito Humanos

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo

Maurílio Maldonado

Procurador da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e neste Fórum representa Walter Feldman, Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo



Moderadora: Maria de Lourdes Ribeiro Gandra – Técnica da Fundação Prefeito Faria Lima / Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

16h - 17h30 - Mesa 3 Educação para a paz, cidadania e democracia

A violência cultural pode ser definida como legitimação da violência estrutural e direta, segundo Johan Galtung. Uma cultura de paz requer práticas pedagógicas e políticas que caminhem em sentido oposto, ou seja, que deslegitimem a violência estrutural e direta. Discutiremos meios e caminhos para lidar com a violência direta e estrutural na educação, tendo em vista o contexto no qual ela acontece. A educação formal, informal e não-formal podem ser transmissoras de cultura de guerra ou cultura de paz, dependendo do nível e do tipo de violência presente nas condições em que é praticada.

Magnus Haavelsrud é professor de Educação da Norwegian University of Science and Technology em Trondheim, Noruega. Seu foco é o papel reprodutor da educação à luz da sociologia da educação e dos estudos de paz. Participou da criação da Comissão de Educação para a Paz da International Peace Research Association. Foi presidente do Conselho da Conferência Mundial sobre Educação em 1974. Professor convidado do Conselho Alemão para Pesquisas de Paz e Conflito.

Serão analisadas as diferentes práticas desenvolvidas no nível local por meio de políticas públicas latino-americanas de educação para a democracia, cultura de paz e direitos humanos, enfatizando-se o mecanismo por meio do qual as políticas regionais, nacionais e locais criam condições para que os sistemas educacionais formal, informal e não formal trabalhem em sinergia, fortalecendo o aprendizado social e construindo educação para a paz sustentável. Veremos exemplos de como as políticas públicas em educação no nível local abriram o caminho para a cultura de paz, criando plataformas para mudanças sociais e políticas concretas.

Alicia Cabezudo é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Rosario, Argentina, e da cátedra da UNESCO de Cultura de Paz e Direitos Humanos da Universidade de Buenos Aires. É consultora de Educação para a Paz e Direitos Humanos. Foi, até recentemente, diretora da Cidades Educadoras da América Latina (agência de relações internacionais da cidade de Rosario, Argentina), que busca o desenvolvimento da cidadania e democracia e cujo trabalho é realizado junto às prefeituras de inúmeras cidades latino-americanas.

Moderador: Pedro Pontual – Coordenador do Instituto Pólis e presidente do CEAAL Consejo de Educación de Adultos de América Latina

17h30-18h30 – Mesa 4 Cenários e horizontes para a ação global e local

Rose Maria Inojosa é coordenadora da UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz da Secretária do Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Membro da Rede Ação pela Paz e da Rede Gandhi – Saúde Cultura de Paz e Não Violência. Hamilton Faria é poeta e professor universitário, coordenador do Instituto Pólis, especialista em Políticas Públicas de Cultura, animador da Rede Mundial de Artistas. Trabalha a cultura de paz em redes e fóruns de cultura propondo a criação de conselhos municipais de cultura de paz e a sua inclusão nas agendas públicas.

Manifestações artísticas:

Izabel Lima, atriz e arte-educadora com especialização pela ECA/USP; Diogo Alvim Gonçalves, instrutor de Educação Gaia e da Carta da Terra na UMAPAZ; Jovens do Grajaú, redes sociais que fortalecem a cultura de paz em cenários de violência, e Rede Cultural Beija-Flor, criatividade dos jovens a serviço dos direitos das crianças e adolescentes.

Apoios Institucionais Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo • Comissão Permanente de Direitos Humanos da ALESP Coordenadoria de Programas para Juventude do Governo do Estado de São Paulo Comissão Municipal de Direitos Humanos • Secretaria Municipal do Trabalho de São Paulo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial • Pontão da Cultura de Convivência e Paz / Ministério da Cultura Movimento Artistas pela Natureza • Instituto de Estudos do Futuro Rede Paz – Rede Global de Educação para a Paz • Mercado Ético • Instituto Sou da Paz Rede Gandhi – Saúde, Cultura de Paz e Não-violência • Rede Ação pela Paz IVE – Imagens e Vozes de Esperança • Casa das Áfricas Cátedra Gestão de Cidades – Universidade Metodista / UESP • UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz Fórum Intermunicipal de Cultura – FIC • URI – Iniciativa das Religiões Unidas • A Casa de Franciscos NEF – Núcleo de Estudos do Futuro • Rede Mundial de Artistas Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário • Aliança pela Infância • Instituto Zero a Seis Abaçaí Cultura e Arte • Rede Cultural Beija-Flor • IPAZ – Agência Internacional pela Paz Carta das Responsabilidades Humanas • ConPaz – Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

64º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

A África e suas reciprocidades na construção da paz mundial

Em adesão ao Dia Internacional da Diversidade Cultural (21 de maio)

Vinte anos depois da euforia do bem-sucedido *single* “We are the world”, em “benefício” das vítimas da fome na África, o mundo volta-se novamente para o continente africano. Crescem os programas de ajuda humanitária e a esperança de ver resolvida, pelo menos em parte, as dores humanas. Crescem também os esforços para que o mundo daqueles que querem ajudar conheça o mundo daqueles que serão “ajudados”, e o convite para que atravessem as fronteiras e vejam a África não oficial, a África das economias vernaculares, das solidariedades e das reciprocidades, elementos primordiais para a construção da paz duradoura. Crescem os esforços para que os mundos – africano e não africano –, em um só mundo, vejam nas reciprocidades uma esperança para que as ajudas não representem apenas uma vontade de dominação e arrogância, mas sim o mais profundo reconhecimento de que o remédio do homem é o homem.

A África é uma das últimas escolas para todos nós que acreditamos que um outro mundo é possível. O alerta que ecoa alto daquele continente nos adverte para que saibamos que



aquilo que acontecer às sociedades africanas acontecerá irremediavelmente a todos nós. Por isso, ao tratarmos das reciprocidades africanas na construção da paz mundial, estaremos tratando também de descobrir possibilidades comunitárias para uma sociedade mais ampla e potencialmente mais aberta para a vida.

Na ocasião haverá uma exposição de tecidos africanos de diversas partes do continente.

A maneira de vestir o corpo revela, em todas as sociedades e culturas, modos de estar no mundo. Assim, em muitas partes da África, os tecidos, com suas variadas tramas, cores e texturas indicam papéis sociais, estampam mensagens, contam histórias, transmitem ideias e valores, e propõem soluções. Enquanto a padronização da vestimenta impera em muitas partes do globo, as cidades e aldeias africanas pulsam o ritmo da criatividade vibrante das roupas e de seus habitantes.

Acácio Sidinei Almeida dos Santos é professor, com graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo, e pós-doutorado pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Atualmente é professor do Departamento de Antropologia da PUC-SP, consultor da Faculdade de Medicina da PUC-SP, pesquisador e vice-coordenador da Casa das Áfricas (www.casadasafricas.org.br). Tem experiência nas áreas de antropologia e sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: África, migração, ritos funerários, morte, afro-brasileiro, religiosidade afro-brasileira, ancestralidade, saúde e HIV/Aids. Desde 1999, desenvolve trabalho de campo na Costa do Marfim, África do Oeste.

Entrada franca

6 de maio de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

65º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Democracia e cidadania: direitos humanos e a cultura de paz

Nesta reflexão, veremos como surgem e evoluem em conjunto os conceitos de democracia e cidadania na história da civilização ocidental, como irmãs siamesas daquilo que hoje chamamos de direitos humanos. Tanto a cidadania quanto a democracia nascem na ambiência particularista e local da cidade-estado, mas já aspirando à universalidade, assim como os direitos humanos, então tratados como direitos naturais. Essa recuperação histórica tem início naquilo que alguns autores denominam “pré-história da cidadania”. Seguindo nossa linha de raciocínio, acrescentaríamos a esta a pré-história da democracia – nas cidades-estado greco-romanas, sem desconsiderar a importante contribuição do cristianismo, que

universalizou a ideia de um deus único para hebreus e gentios, para o qual todos são iguais. No entanto, verificaremos que a cidadania, os direitos humanos (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, França, 1789) e a democracia começam a se conformar – lastreados nos ideais iluministas – com o advento das revoluções liberais burguesas que, pondo fim ao absolutismo, promoveram o fortalecimento dos Estados Nacionais – agora liberal-burgueses – , legando-nos o primeiro Estado de Direito.

Analisaremos o papel das lutas ideológicas entre liberalismo e socialismo, capitalismo e comunismo – que desde sempre se pretenderam internacionais – no avanço da cidadania e da democracia: a violência das últimas tentativas de formação de grandes impérios (o nazifascismo, o totalitarismo da URSS), a necessidade de reorganizar o mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Guerra Fria, a transformação do cidadão em consumidor e contribuinte, e a *pax* americana, incumbida de “levar a democracia” a todos os pontos do globo, e o direito de resistência à opressão que “descobre”, no século XX, uma vertente pacífica. Enfim, tentaremos entender o presente – globalização, fragilização do Estado Nacional etc. – e decifrar o futuro do binômio democracia-cidadania, sua estreita relação com os direitos humanos e a cultura de paz, e a possibilidade de se converterem em valores universais.

Maurílio Maldonado é advogado. Procurador (e por sete anos procurador-chefe) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Kursou geografia na USP e é formado em direito pela PUC-SP. Foi aluno da Escola de Governo dirigida por Fábio Konder Comparato. Foi diretor-presidente do Instituto do Legislativo Paulista (ILP). É conselheiro do ConPAZ e membro de sua Comissão Executiva. É professor de direito constitucional na FAAP, no curso de pós-graduação em gerente de cidades, e palestrante em universidades, escolas, institutos e fundações na área de educação para a cidadania e teoria do Estado.

Entrada franca

3 de junho de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo –(estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

66º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Sociedade de consumo: qual o próximo passo?

As últimas cinco ou seis décadas foram marcadas pela assim chamada sociedade de consumo, o modelo econômico de produção em massa de bens e serviços que tem determinado a cultura contemporânea – ao menos para a parcela da humanidade que tem acesso ao consumo, cerca de um quarto da população mundial.



Ambientalmente insustentável, socialmente injusta, economicamente concentrada e individualmente desumanizadora, a economia centrada no consumo de bens materiais tem-se confrontado com o risco cada vez mais iminente de um grave desequilíbrio na ecologia planetária e no agravamento das tensões sociais provocadas pelas crescentes desigualdades.

Não faltam evidências de que o atual modelo de consumo traz em seu cerne um paradoxo: o sistema econômico voltado a preencher os desejos humanos gera grande insatisfação, mesmo naqueles que dele mais se beneficiam. Altos níveis de consumo não necessariamente levam a mais segurança e bem-estar.

Neste contexto, como quebrar o círculo vicioso de produção e consumo, hegemônico no mundo atual, para outro modelo mais humano e mais sustentável? De onde virão as mudanças?

É disto que o palestrante, diretor-presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, tratará neste fórum, visando provocar reflexão e levantar questionamentos, sem a pretensão de dar respostas definitivas a esta complexa e abrangente discussão.

Helio Mattar é diretor-presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. Formado em engenharia da produção pela USP, obteve os graus de mestre e doutor pela Universidade de Stanford. Foi executivo de empresas multinacionais e nacionais, bem como de seus próprios negócios, durante 22 anos. Foi secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi um dos fundadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. É membro de diversos conselhos de empresas e de organizações sociais brasileiras e internacionais.

Entrada franca

5 de agosto de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

67º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

O impacto da primeira infância na compreensão do mundo

A ideia de que a primeira infância é um período decisivo na formação do adulto encontra sustentação em dados recolhidos nos últimos 100 anos de pesquisas científicas. De fato, os primeiros seis anos são fundamentais para a constituição da pessoa. Achados recentes da neurociência oferecem evidências de que acontecimentos precoces de natureza física ou emocional permanecem inscritos por toda vida nas conexões sinápticas por meio de fenômenos biomoleculares. Todos construímos um mapa da realidade a partir das experiências da infância. Assim, é possível, e muito mais eficiente, lançar os fundamentos da cultura de paz na primeira fase de vida.

A Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância mostra que, no Brasil, 6,6 milhões de crianças abaixo dos 14 anos de idade são agredidas anualmente, o que corresponde à média de 12 por minuto. É preciso agir preventivamente contra esses abusos físicos, sexuais e psíquicos, oferecendo à criança ritmo, atenção, bons modelos de identificação, ambiente familiar saudável e estável, e constância de vínculos, dentro de constelações sociais confiáveis que estimulem o desenvolvimento, o aprendizado de valores relacionados à cultura de paz, e não exclusivamente direcionados ao consumo, à competição e à rivalidade.

Interferir adequadamente na infância é um desafio, e os achados científicos recentes podem contribuir para a implantação de práticas pedagógicas e políticas relativas à primeira infância voltadas à promoção da cultura de paz através do fomento da saúde mental e social (salutogênese) e de formas de educação e cuidados da criança que contribuam para que ela possa resolver seus conflitos de forma pacífica e não violenta, lidando de maneira respeitosa e generosa com o outro e com o ambiente, e confrontando-se com a realidade de forma construtiva e inclusiva das diferenças (resiliência). De fato, os conceitos de salutogênese e resiliência podem ser relevantes para explicar por que alguns indivíduos conseguem triunfar em ambientes eminentemente hostis e adversos.

João Augusto Figueiró é médico e psicoterapeuta do Hospital das Clínicas da FM-USP. Trabalhou ativamente na implantação de atividades da Universidade da Paz em São Paulo e na construção da Rede Gandhi. É membro fundador e diretor científico do Instituto Zero a Seis – Primeira Infância e Cultura de Paz.

Entrada franca

9 de setembro de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

68º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Em adesão ao Dia Internacional da Não Violência e
celebração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Aikido: harmonia em ação

“O Aikido não é uma técnica para lutar ou derrotar o inimigo.

É um caminho para reconciliar o mundo e fazer dos seres humanos uma só família.”

Morihei Ueshiba (1883-1969), criador do Aikido



O mestre Ueshiba criou a arte Aikido em meio ao caos da Segunda Guerra Mundial. Profundo conhecedor das artes marciais tradicionais no Japão, compreendeu de perto o quanto o medo e a ignorância alimentam o pensamento destrutivo e as ações violentas. Sua obra – o Aikido – é uma absoluta renovação do conceito de caminho marcial (Budo). O objetivo maior na aprendizagem da arte Aikido é fortalecer o corpo e a mente para uma atitude conciliadora, pacífica e focada na restauração da harmonia em toda situação de confronto. Praticar Aikido é incorporar a filosofia de não violência por meio da ação. O palestrante relatará sua experiência do ensino da “arte da paz” para crianças e jovens em condição de vulnerabilidade social e para executivos em empresas desde 2002. Por trás da criança e do executivo, ambos sob a mesma pressão diária pela sobrevivência, existem seres humanos buscando satisfazer as mesmas necessidades de afeto, realização, convivência harmônica, liberdade e criatividade. Seja na violência sutil dentro das organizações, seja na violência estrutural em comunidades carentes, os valores do Aikido vividos com sinceridade podem ser mais uma baliza no oceano complexo dos desafios contemporâneos. Durante a palestra, será exibido o documentário “Harmonia em ação”, produzido e dirigido por Philip Emminger e Heath Curdts (EUA), também produtores do filme “Training Across Borders”, que relata o encontro histórico que reuniu no Oriente Médio uma centena de aikidoístas árabes e israelenses.

José Roberto Marinho Bueno é formado em arquitetura pela USP. Iniciou no Aikido em 1984, com o mestre Keizen Ono. Dirige o Dojo Harmonia em São Paulo e a ONG Ação Harmonia Brasil. É conferencista internacional, com participação em eventos nos EUA, no Japão, no Reino Unido, na Holanda e em Chipre. Suas palestras abordam temáticas envolvendo processo decisório, resolução de conflitos, liderança, comunicação e criatividade.

Entrada franca

7 de outubro de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo –(estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

69º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Neurociência e a compreensão do humano

Questões sobre como somos o que somos. Sobre a consciência. Como ela emerge. Subconsciente, informação subliminar, capacidade de decisão, as razões que determinam a tomada de decisões. As modernas técnicas de neuroimagem permitem uma incipiente compreensão dos processos que estão na base desses temas. Os estudos com espécies animais diversas, incluindo a humana, sugerem uma base neural subjacente relativamente conservada em termos evolutivos e, assim, dão margem a saltos e inferências, ainda que

baseados em informações parciais em cada uma das espécies avaliadas. O estudo das neurociências viabiliza a compreensão de como se estabelecem alguns dos fenômenos básicos que nos permitem ver, cheirar, chutar, sentir medo, sorrir e lembrar. Possibilita ainda constatar que antes de percebermos que tivemos a intenção de mover um dedo, várias áreas cerebrais demonstram atividade elétrica. Surge assim um questionamento dessa aparente unidade pela qual cada um se entende como pessoa. Neste sentido, evidências recentes sugerem que somos o resultado de um múltiplo conjunto de atividades cerebrais e de suas conexões com outras partes de nosso corpo. Em resumo, de múltiplos “eus”. Esta apresentação pretende colocar, sobre o pano de fundo de algumas das teorias de construção da mente, os achados mais recentes da eletrofisiologia, da neuroanatomia e da neuroimagem funcional, que contribuem para entendermos os fios de que somos tecidos.

Edson Amaro Jr. É médico formado em 1993 pela Faculdade de Medicina da USP (FM-USP) (1993). Fez residência médica e doutorado em radiologia na FM-USP (2000), e especialização em radiologia pelo Colégio Brasileiro de Radiologia. Tem pós-doutorado pelo Institute of Psychiatry do King's College de Londres. É livre-docente e professor MS-5 do Departamento de Radiologia do HCFMUSP. Coordenador do Grupo de Neuroimagem Funcional – NIF – InRad FMUSP. Desde 2005, é coordenador das pesquisas em neuroimagem do Instituto do Cérebro do Hospital Israelita Albert Einstein, desde 2007, é gestor de pesquisa do Instituto do Cérebro do Hospital Israelita Albert Einstein. É neurorradiologista do InRad do HC/FMUSP desde 1999, e do Centro Diagnóstico de Imagem do Hospital Israelita Albert Einstein desde 2002. *Honorary Lecturer* do Centre for Neuroimaging Sciences – King's College, Londres, desde 2006.

Entrada franca

4 de novembro de 2008, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

70º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Terapia comunitária: uma prática a serviço da saúde e dignidade da pessoa

Desde sua criação, há 20 anos, na comunidade de Pirambu, em Fortaleza, CE, a terapia comunitária tornou-se uma prática presente em quase todos os estados brasileiros e em outros países, como França e Suíça. Criada e desenvolvida pelo psiquiatra, antropólogo e teólogo cearense Adalberto Barreto, a terapia comunitária sistêmica integrativa apresenta-se como uma abordagem complementar às práticas comunitárias já existentes.

O sofrimento, em qualquer das suas dimensões, tende a isolar as pessoas, diminuindo e enfraquecendo os vínculos, minimizando a possibilidade de trocas colaborativas e relações



de mútua ajuda. A terapia comunitária apresenta-se como uma forma de promover relações de afeto e respeito, iluminando e fortalecendo as redes solidárias a serviço do pertencimento e da inclusão social. Os participantes das rodas de terapia comunitária podem experimentar um sentido de empoderamento à medida que os saberes individuais e comunitários são legitimados, e as competências são reconhecidas e valorizadas.

Trata-se de uma abordagem simples no seu desenvolvimento, construída em linguagem popular, resgatando valores e práticas culturais, de forma intimista e pessoal. Pode ser praticada com grandes grupos e em qualquer lugar onde as pessoas se reúnam em um contexto de escuta respeitosa e de diálogo. Um de seus principais pressupostos é que toda pessoa tem suas competências, e que a comunidade organizada pela escuta aberta e pelo acolhimento caloroso promove mudanças produtivas para a saúde, o bem-estar e trocas colaborativas. Entre seus diferenciais destacam-se:

- Ênfase no comunitário, sem negligenciar a contribuição individual e a autonomia;
- Valorização do sentido de ação conjunta, coautoria e responsabilidade relacional;
- Foco nas possibilidades de transformação, mais do que em problemas;
- Configuração de relações horizontais de aceitação e respeito mútuos;
- Busca daquilo que as pessoas e as comunidades têm de melhor, como alavancas para mudanças;
- O espaço público como contexto para a realização da prática, de forma séria e eficiente, porém, deselitizada;
- Circulação dos saberes, promovendo o aprendizado mútuo;
- Valorização do conhecimento construído a partir da experiência vivida;
- Promoção da reflexão e da ação comprometida, a partir de uma consciência ampliada;
- Exercício do posicionamento cidadão.

No contato com as comunidades, constata-se a efetividade dessa abordagem na construção de vínculos entre pessoas, no resgate da cidadania e no reconhecimento de direitos. Nelas surge o contexto ideal para compreender o significado do que chamamos resiliência.

Marilene Grandesso é psicóloga, doutora em Psicologia Clínica, terapeuta comunitária, professora e supervisora do curso de terapia familiar e de casal do NUFAC-PUC-SP. Fundadora e coordenadora do INTERFACI – Polo Formador em Terapia Comunitária, Terapeuta de Famílias, Casais e Indivíduos. Primeira presidente da ABRATECOM – Associação Brasileira de Terapia Comunitária. Coordenadora do CDC – Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF – Associação Brasileira de Terapia Familiar. Organizadora do livro *Terapia e Justiça social: respostas éticas às questões de dor em terapia* (2001); coorganizadora do livro *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas* (2007).

71º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Mercantilização da infância: um problema de todos

Ninguém nasce consumista. O consumismo é um hábito que se tornou uma das características mais marcantes da sociedade atual. Não importa o gênero, a faixa etária, a nacionalidade ou a crença. Hoje, todos são impactados pela comunicação mercadológica que nos convida a consumir de modo irrefletido contribuindo para a insustentabilidade do planeta.

Ainda em pleno desenvolvimento e, portanto, mais vulneráveis do que os adultos, as crianças não ficam fora dessa lógica, e sofrem cada vez mais cedo as graves consequências relacionadas aos excessos do consumismo na infância, tais como: obesidade infantil, erotização precoce, consumo de tabaco e álcool, estresse familiar, banalização da violência, entre outros. Hoje em dia, as crianças são convidadas, cada vez mais cedo, a participar do complexo mundo do consumo, sem estar preparadas para isso.

A mercantilização da infância é, portanto, um problema de todos nós. Embora a questão seja tratada quase sempre como algo relacionado à esfera familiar, crianças que aprendem a consumir de forma desenfreada e inconsequente, pela publicidade que lhes é ilegalmente dirigida, desenvolvem valores distorcidos da realidade que contribuem para problemas éticos, econômicos, sociais e ambientais.

A criança precisa ser protegida dos apelos mercadológicos. Crianças têm direitos, e o principal deles é ter infância. Devem ser respeitadas em todas as fases de desenvolvimento, para que cresçam com valores humanistas, e não materialistas. Antes de ser consumidora, a criança precisa tornar-se efetivamente cidadã, para que possa fazer escolhas de forma crítica e consciente.

Isabella Vieira Machado Henriques é coordenadora geral do projeto Criança e Consumo. É mestre em direito das relações sociais – direitos difusos e coletivos pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Autora do livro *Publicidade abusiva dirigida à criança*, editado pela Editora Juruá em 2006.

Lais Fontenelle Pereira é coordenadora de educação e pesquisa do projeto Criança e Consumo. É mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atuou na área de educação infantil durante nove anos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Realizou atendimento terapêutico para crianças com problemas de aprendizagem.

Entrada franca

14 de abril de 2009, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



72º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Senso de comunidade e liderança para os novos tempos

Vivemos tempos de turbulência global e incertezas na economia e no mundo dos negócios. Hoje, mais do que nunca, existe uma consciência cada vez maior da interdependência entre países, setores da economia e até entre as próprias empresas. Mas qual a raiz dos problemas que o mundo vive hoje? Seriam as falhas de *design* do grande sistema político econômico e social que prevalece na sociedade global? Ou seriam falhas de operação ou nos padrões éticos de quem atua no sistema? Até que ponto o fator crítico não estaria no conflito entre competição e cooperação no mundo empresarial? Que tipo de liderança precisa emergir nas empresas, nas organizações governamentais e na sociedade civil para que as raízes sejam efetivamente trabalhadas e a sociedade passe a evoluir no ritmo e na proporção necessárias? Até que ponto é preciso resgatar o espírito de comunidade em todos os setores da sociedade e, principalmente, no mundo dos negócios?

Nesta apresentação, Motomura dialogará com o público sobre questões como as mencionadas acima, e também refletirá sobre os novos desafios que os líderes de todos os setores começam a enfrentar. Também proporá um questionamento das práticas geralmente aceitas no mundo empresarial (e mesmo nas relações entre países) que estão, de alguma forma, contribuindo para gerar conflitos e desarmonia na sociedade – práticas, portanto, contrárias a uma cultura de paz. Na parte final da apresentação, o debate enfocará os caminhos possíveis para se chegar a soluções que cheguem ao âmago dos problemas que percebemos à nossa volta.

Oscar Motomura é o fundador e diretor geral do Grupo Amana-Key (www.amana-key.com.br), organização especializada em inovações radicais na área de gestão, estratégia e liderança. É também membro do Conselho Internacional da Iniciativa Carta da Terra (www.cartadaterrabrasil.org).

Entrada franca

12 de maio de 2009 · 19 h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo / SP – Estação Trianon-MASP do Metrô

Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

73º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Mediação de conflitos: um caminho inevitável entre o individualismo e a interdependência

A mediação de conflitos pode ser entendida como espécie do gênero métodos não adversariais de resolução alternativa de disputas. É uma forma de autocomposição em que duas ou mais partes em contenda buscam o auxílio de um terceiro neutro (mediador) para auxiliá-las a encontrar soluções com ganhos mútuos. É um tema recorrente em âmbito nacional e internacional.

No Brasil, o excesso de expectativas de resolução de conflitos pelo judiciário vem sendo percebido como um dos principais responsáveis pela ampliação do fenômeno da judicialização das relações sociais. Sobrecarregado nos valores quantitativos, na equação número de processos/operadores do direito, o judiciário enfrenta uma crise que já se agrava ao longo de muitos anos. No cenário internacional, a grande diversidade da Europa unificada, a dimensão internacional das relações, e a necessidade de melhor acesso à justiça e de espaço reservado de liberdade, segurança e efetiva justiça fazem com que a mediação seja identificada como prioridade política. A atual relevância da mediação no cenário europeu encontra eco em inúmeros outros países, o que se faz perceber pelos movimentos que vêm reiteradamente despontando em todo o mundo.

Considerando que os conflitos são construídos pelas pessoas em inter-relação e, como tal, são inerentes ao convívio humano, pretende-se, nesta palestra, mostrar novas possibilidades, por relatos de experiências vivenciadas no curso de processos de mediação. Encontramo-nos no seio de uma modernidade líquida, impermanente, como relembra o sociólogo Bauman. A mediação convida a ultrapassar a fronteira entre o “eu” e o “nós” – dimensão sufocada pelo individualismo contemporâneo –, desperta para a interdependência, e conduz a um caminho inevitável para a tão almejada paz social.

Celia Passos é mestre em Direito e Sociologia pela UFF. Mestranda do Institut Universitaire Kurt Bösch, Suíça/Argentina. Tem MBA empresarial pela Fundação Dom Cabral, e pós-MBA pela FDC-Kellogg School of Management, Chicago. É fundadora do ISA-ADRS – Instituto de Soluções Avançadas para diálogos e construção de consenso. Docente, tutora, consultora, advogada e mediadora em instituições de ensino. Membro do Fórum Permanente de Práticas Restaurativas e Mediação do TJ-RJ e da Câmara de Mediação da OAB/RJ. Coorganizadora do curso de Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos em Segurança Cidadã – projeto piloto RJ, do PNUD e SENASP. Membro do grupo de trabalho ICAR/OEA (Institute for Conflict Analysis and Resolution) da George Mason University, Virgínia. Colíder da pesquisa sobre meios de gestão de conflitos e fortalecimento das instituições democráticas, do CNPq.

Entrada franca

9 de junho de 2009, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)



Informações: Palas Athena (11) 3266-6188

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

74º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Complexidade, sistêmica e holismo: hipóteses possíveis acerca da realidade

Um dos pressupostos deste fórum é de que a vida humana será facilitada se formos capazes de perceber e discutir hipóteses sobre a realidade. Ao lado do realismo – realidade de um mundo externo –, adotamos também a hipótese de que a realidade apresenta uma estrutura em vários níveis.

Caso o viver criativo faça parte de nossas concepções a respeito do viver, se compreendemos que o ser humano é também artífice do seu devir, se pretendemos que a educação seja a preparação para viver o futuro – “um futuro que ainda não sabemos qual será” –, se a nossa ação na sociedade se deseja consequente, é essencial adotar hipóteses sobre a realidade. O exercício dessa adoção é difícil. Necessita, antes de tudo, de um esforço ontológico e gnosiológico, este último referindo-se à validade do conhecimento em função do sujeito cognoscente.

Este fórum propõe-se a fornecer elementos que possam facilitar a compreensão de hipóteses sobre a realidade, tais como a complexidade, a sistêmica e o holismo, não sem que se proceda à discussão crítica dessas hipóteses, e de modelos que têm sido construídos a partir delas. Na medida do possível, serão apresentados exemplos elucidadores.

Em particular, a partir de conceitos da complexidade e da chamada emergência – a capacidade de um sistema exibir propriedades não inerentes a seus componentes –, serão discutidas as possibilidades de construção de sistemas emergentes para finalidades específicas – isto é, sistemas construídos com o conhecimento do que seja complexidade e emergência.

Nelson Fiedler-Ferrara é livre-docente, professor associado no Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Físico teórico de formação, nos últimos anos tem orientado e participado de projetos interdisciplinares, construídos a partir de referenciais complexistas. Em 1994, foi agraciado com o Prêmio Jabuti, pelo livro *Caos: uma introdução*, escrito com Carmen Prado.

Entrada franca

11 de agosto de 2009, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

75º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Uma nova visão sobre as redes sociais explorações do espaço-tempo dos fluxos

Uma mudança significativa em nossa visão sobre a sociedade vem ocorrendo nos últimos anos com a descoberta das redes sociais. Com efeito, as redes sociais são surpreendentes. Muitos esperam assumir uma posição de vanguarda ou de destaque “aderindo” a elas. Não raro ficam chocados quando descobrem que a rede social não é nada mais do que a sociedade. A rede social não é um novo modo de chamar a atenção para pessoas, ideias ou produtos.

Existe uma ampla literatura empresarial afirmando que, quanto mais conectada estiver uma pessoa, mais chances de sucesso terá em sua carreira ou em seus negócios, e há grande empenho em descobrir as regras do *marketing* em rede ou do *marketing* viral. Muitos querem descobrir o segredo de como desencadear ações que possam crescer exponencialmente, amplificadas pelos mecanismos próprios das redes, de sorte a mudar o comportamento dos agentes do sistema em ampla escala.

Toda essa curiosidade é legítima, mas nem sempre se pode dizer o mesmo das motivações e atitudes, que às vezes a acompanham. Se quisermos usar as redes sociais com expectativa instrumental, é quase certo que sairemos frustrados. De fato, essa visão nos impede de ver que as verdadeiras redes sociais – ou seja, as redes sociais distribuídas – não podem ser urdidas pelo desejo de controle ou pela vontade de poder.

Mas como fazer uma rede social propriamente dita, isto é, uma rede distribuída? Este fórum propõe-se a discutir as respostas para esta questão.

Augusto de Franco alcançou, depois de 30 anos fora da universidade (o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a difícil condição de autodidata. É consultor e professor. Tem cerca de 20 livros publicados sobre desenvolvimento, capital social e redes sociais, entre eles: *Escola de Redes: tudo que é sustentável tem o padrão de rede*; *Terceiro Setor, a nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento*; *Escola de Redes, novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a internet, a política e o mundo globalizado*. É um dos *netweavers* da Escola de Redes.

Entrada franca

15 de setembro de 2009, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



76º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Evolucionismo e política de civilização:em comemoração aos 200 anos do nascimento de Charles Darwin

Desde que Charles Darwin (1809-1882) publicou a *Origem das espécies*, em 1859, o homem viu sua superioridade questionada. Para Darwin, nós, humanos, não viemos do outro, de uma instância transcendente ou, ainda, de um desígnio divino incumbido de dar vida a qualquer tipo de matéria inerte. Viemos, isso sim, de nós mesmos, produto que somos de um processo evolutivo multimilenário, que envolveu perdas e ganhos.

Em outras palavras, isso implica admitir que o homem, assim como a totalidade dos seres vivos, descende de algo preexistente menos organizado, mas sobretudo comum. Essa ideia perturbadora, embora tenha sido questionada pelo pensamento conservador, religioso ou não, permitiu que a fronteira entre natureza e cultura fosse repensada e questionada.

Evoluímos como homens, inexoravelmente atados a uma origem primeva, e essa condição não nos torna superiores a nenhum outro homem. Os humanos são nada mais do que animais que aprendem. Diante dessa constatação, é preciso estender o olhar para longe e perceber que, sob a diversidade das culturas, existe um árduo processo de busca de resposta para os enigmas das espécies. Por isso, a biblioteca universal da vida requer uma política da Terra fundada em reivindicações humanistas que articulem indivíduo, sociedade e cosmo, regenerem a sociedade-mundo, lutem pela consolidação de sistemas éticos altruístas, voltados para a consolidação da paz e da democracia.

Edgard de Assis Carvalho é professor titular do Departamento de Antropologia e do programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Doutor em Antropologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, e livre-docente pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp). Coordena na PUC-SP o Núcleo de Estudos da Complexidade. Integra a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a *Association Internationale pour la Pensée Complexe* e a *The Planetary Society*. É coordenador para o Brasil da Cátedra Edgar Morin da UNESCO. É autor, tradutor e organizador de inúmeras obras sobre o tema.

Entrada franca

6 de outubro de 2009, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

77º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Pensar e conhecer: dois modos distintos de se posicionar frente ao mundo

Devemos a Immanuel Kant a distinção entre o conhecer e o pensar – entenda-se por conhecer o conhecimento científico. Segundo esse autor, a necessidade urgente da razão é mais do que a mera busca e o desejo de conhecimento. O homem tem necessidade de pensar além dos limites do conhecimento científico. Ao fazer distinção entre o conhecer e o pensar, Kant abriu espaço para a revitalização do pensamento.

Muitos foram os autores, filósofos e não filósofos, que se valeram dessa distinção. Martin Heidegger em um dos seus artigos tardios (“O que quer dizer pensar”) afirma, provocativamente, que a “ciência não pensa”. É daí que partiremos para discutir três autores: Hannah Arendt, Carl Gustav Jung e Wilfred Ruprecht Bion – que, por caminhos diferentes, se valeram dessa distinção e se propuseram uma tarefa difícil: libertar o pensamento da ciência.

Essa será a nossa aventura, e assim agiremos em função do momento cultural que atravessamos, o qual exige, na perspectiva de Zygmund Bauman, uma “utopia da iconoclastia”. A modernidade contou com uma utopia racional, afirmativa e otimista; hoje ela já não atende às necessidades e aos desafios do nosso tempo. Pensar, no sentido que propomos, é um meio de manter a utopia na ordem do dia.

Amnéris Maroni é graduada e doutora em Ciências Sociais (USP e PUC) e mestre em História (Universidade Estadual de Campinas). Atua na área da filosofia com ênfase em epistemologia, e é professora e pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. É também psicoterapeuta, com consultório em São Paulo. Articulista e escritora com inúmeros livros publicados, inclusive: *Eros na passagem – uma interpretação de Jung a partir de Bion*; e *E por que não – tecendo outras possibilidades interpretativas*, ambos pela Editora Ideias e Letras, 2008.

Entrada franca

10 de novembro de 2009, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo– (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

78º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Justiça Restaurativa: para além da vingança e do perdão

Tão confiantes quanto normativos, nós, humanos, vivemos em relação e, consequentemente, somos envolvidos em conflitos ocasionais. Violada minha confiança no outro, ou a confiança que deposito na lei, qual é o equacionamento possível? Há séculos a justiça



institucional pauta suas soluções por esquemas – tão automáticos quanto dicotômicos – que oscilam entre o perdoar e o punir, duas faces da mesma e enganosa moeda.

Culpa, perseguição, imposição, castigo, coerção são ideias-força estruturantes do modelo institucional de justiça, tradicionalmente retributiva. Ao modificar o viés de algumas perguntas fundamentais, o emergente paradigma da Justiça Restaurativa desestabiliza os pressupostos e as abstrações jurídicas do modelo punitivo mas, ao contrário das críticas doutrinárias convencionais, o faz de modo propositivo e pragmático.

E mais do que desafiar transformações da Justiça Penal, ao reconhecer que os métodos judiciais são reflexos de padrões culturais enraizados em todos os âmbitos do relacionamento humano, as ideias da Justiça Restaurativa podem tornar-se uma ferramenta transversal de humanização e desconstrução da violência, pois convidam também – e principalmente – à democratização dos lugares de poder desde os quais todos nós exercemos, cotidianamente e ainda que de forma desavisada, alguma função de micro-justiça.

Leoberto Brancher é juiz de direito no Rio Grande do Sul e coordenador do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa da Escola Superior da Magistratura do mesmo estado. É o idealizador do “Projeto Justiça para o Século XXI”, que introduziu de forma pioneira a Justiça Restaurativa na pacificação de violências envolvendo crianças e adolescentes em Porto Alegre.

Entrada franca

9 de março de 2010, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

79º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Mitos, ritos e símbolos em busca de significado: alicerçando a paz

Nos parágrafos finais do livro *Mitologia Criativa*, de Joseph Campbell – o quarto e último volume de sua série *As máscaras de Deus* –, ele nos oferece a seguinte avaliação do mundo moderno: “Agora não há mais nada que perdure. Os mitos conhecidos não conseguem persistir. Hoje não há horizontes, nem zona mitogenética”. E não nos foram dadas respostas. Ao invés disso, temos um legado feito de uma coleção errática de estórias de segunda mão, algumas mais vibrantes e poderosas, mais contagiantes ou divertidas do que as outras: os mitos. Mas cada estória expressa, para uma pessoa, a verdade – e para outra, uma fantasia desvairada.

Neste fórum, veremos por que as mitologias dominantes que organizaram e guiaram as civilizações por milênios estão hoje mortas ou definhando – algumas vezes, levando a dissonâncias cognitivas, não raro fermentando discórdia cultural, e em geral chegando até a contribuir para um mal-estar generalizado. Vendo-nos desprovidos de uma mitologia comum viável, exploraremos a relevância ou irrelevância da própria mitologia em um mundo

abarroado de “alimento” processado industrialmente e embrulhado em plástico, mas no qual, paradoxalmente, o grito da violência permeia a vida cotidiana.

Refletiremos então sobre nossa necessidade de mitologias que encontrem ressonância com a sociedade global cada vez mais interdependente, e sobre o porquê de cada pessoa precisar uma identidade mítica para sobreviver e se dar em tempos de mudanças rápidas. Pensaremos também sobre como transcender a violência primeva, cocriando uma nova mitologia para alicerçar a paz. Campbell oferece ainda uma outra pista, quando dá seguimento aos comentários acima, dizendo: “Ou melhor, a zona mitogenética é o coração humano. O individualismo e o pluralismo espontâneos são, no mundo moderno, as únicas possibilidades honestas: cada qual o centro criativo de autoridade para si mesmo”. Como Campbell disse alhures: “Os mitos de amanhã estão na psique dos artistas de hoje”.

Robert Walter é atualmente diretor executivo da Joseph Campbell Foundation, onde iniciou seu trabalho com mitos junto ao próprio Campbell, em 1979, quando ainda era produtor, diretor e escritor teatral na Broadway, e produtor da Royal Shakespeare Company. Seu trabalho com interpretações mitológicas oferece a oportunidade de compreender com clareza os anseios e medos de nossa sociedade contemporânea.

Entrada franca

13 de abril de 2010, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1.578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

80º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Gandhi e o despertar para a não violência

Hoje o nome *mahatma* Gandhi transcende as fronteiras raciais, religiosas, nacionais e partidárias. Suas palavras emergem como uma voz profética para o século XXI. Quais as imagens que temos dele? Uma figura franzina emoldurando um caráter sólido e consequente; um santo seminu em total empatia com os pobres e os necessitados; um indomável defensor da justiça social e dos direitos humanos; um visionário que submeteu suas próprias ideias ao escrutínio da prática e da vida real. Gandhi é lembrado de muitas maneiras, porém todas elas evidenciam sua adesão apaixonada à verdade e sua habilidade em fazer da não violência um instrumento eficaz de mobilização e mudança social. De fato, a abolição do aparato escravizante de segregação racial na África do Sul, em 1994, e a libertação da Índia, em 1947, são resultado direto da luta não violenta que *mahatma* Gandhi iniciara décadas antes contra a discriminação, a intolerância e a injustiça. Hoje ele nos convida a adentrar o abrigo da genuína e duradoura convivência por meio da adesão à verdade (*satyagraha*) e do compromisso com a prática da não violência ativa (*ahimsa*) – instrumentos que devemos estudar, aprofundar e ampliar, a fim de criar processos e procedimentos cada vez mais eficientes de construção de



uma nova ordem mundial baseada na ética, na justiça e na compaixão. O desafio de canalizar o poder coletivo, mediante a não violência, criando um clima de diálogo e gerando uma opinião pública favorável às iniciativas de paz, é de fato grandioso. Mas já foi realizado com sucesso por outros líderes e ativistas – entre eles Martin Luther King e Nelson Mandela –, que souberam inovar e explorar formas não violentas de ação em favor das populações oprimidas. Portanto, é uma via possível, necessária e mundialmente desejável.

Dr. Mukund Bohle é médico e mestre em Fisiologia pelo All India Institute of Medical Science, de Nova Déli. Tem pós-doutorado em Ioga pela Swami Vivekananda Yoga University. Ex-diretor do Departamento de Pesquisas do Instituto de Kaivalyadhama. Professor visitante em várias universidades de diversos países.

Entrada franca

11 de maio de 2010, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Av. Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

81º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Consequências neurobiológicas do abuso infanto juvenil

Crianças e adolescentes encontram hoje um mundo superpopuloso, permeado de violência estrutural, simbólica e direta. Como oferecer a eles possibilidades de crescer em segurança e equilíbrio, a fim de se tornarem adultos saudáveis e cidadãos capazes de contribuir para a pacificação do convívio social? Neste fórum examinaremos diferentes formas de abuso infanto juvenil, como a negligência, a violência física, psicoemocional e sexual. Discutiremos os mecanismos do estresse crônico, e veremos como este provoca profundas alterações fisiológicas e anatômicas, de curto e longo prazo, no funcionamento dos sistemas límbico, endócrino, imunológico e psíquico de crianças e adolescentes. Os avanços no campo da neurociência, e particularmente as pesquisas em neuroplasticidade e epigenética, hoje nos permitem compreender esses mecanismos e vislumbrar estratégias capazes de promover resiliência – a capacidade do organismo de readaptar-se e moldar-se a novos ambientes, tornando-se saudável. Tendo como base a literatura científica recente, discutiremos as ações que promovem resiliência e que podem produzir benefícios duradouros para crianças e jovens submetidos a estruturas de maternagem e apoio, pautadas pela confiança, acarinamento e vinculação positiva.

Georg Tuppy é médico cardiologista clínico em Araçatuba, SP. Estudioso de neurociências e técnicas complementares em saúde. Professor visitante da Associação Palas Athena.

Entrada franca

8 de junho de 2010, 19h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo
Av. Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)
Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

82º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Transformações e cultura planetária

Ao pensarmos em estratégias pela paz, podemos caminhar em algumas direções: os interesses comuns para evitar a guerra ou conflitos armados que passam por políticas governamentais, planos ou normas a serem seguidas ou executadas para regular as relações entre os Estados; os planos de segurança pública para a convivência social no interior das sociedades; e por fim, novas atitudes e reflexões para culturas e práticas no sentido mais cotidiano, local e institucional, que incluem as transformações para o desenvolvimento humano.

Nas reflexões sobre a existência atual, a paz e determinadas posturas nas relações sociais para uma cultura pacifista despontam em relevância. As medidas no âmbito do Direito, das Relações Internacionais e Políticas são fundamentais, mas dependem, também, de uma rede de atitudes educativas, de menores a maiores, não violentas, e com significados éticos para a paz.

Há ainda quem defenda que os projetos de paz não podem ser implementados sem que os seres humanos adquiram percepção ampliada e sintonizada com o que vem a ser a paz e a não violência, inclusive simbólica.

De todo modo e, como afirmou o pensador Edgar Morin, “precisamos abrir nossas cabeças”, reformar o pensamento. Re-aprender, nesse sentido, é aprender a viver, a partilhar, a comunicar, a comungar, como humanos do planeta Terra.

Essa possibilidade de diálogo é também um aprendizado da não violência, em que as ações culturais, como intervenção educativa, são vitais. Nesse sentido, a promessa de paz é também a possibilidade de troca e o reconhecimento do outro como igual em suas diferenças.

Nessa aventura, que é estar vivo, a paz é um consenso cultural diante da importância da existência humana.

Danilo Santos de Miranda é especialista em ação cultural, diretor do SESC-SP. É formado em Filosofia e Ciências Sociais. Realizou estudos complementares de especialização na Pontifícia Universidade Católica e na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e no Management Development Institute (IMEDE), de Lausanne, Suíça. Atua como conselheiro em diversas entidades, entre as quais a Fundação Itaú Cultural, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, o Movimento Nossa São Paulo, e como membro da Art for the World, com sede na Suíça. Nos últimos anos, tem participado ativamente como conferencista em eventos nacionais e internacionais, e tem sido agraciado com homenagens de reconhecimento ao seu desempenho em favor da cultura.



Entrada franca
10 de agosto de 2010, 19h
Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo
Avenida Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)
Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

83º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Cultura de paz e a responsabilidade das organizações e lideranças sociais

Na busca por visibilidade, reconhecimento, apoios e financiamentos, muitas organizações, redes sociais e lideranças da sociedade civil são contaminadas pela cultura da competição, adotando valores de mercado e, em consequência, dificultando enormemente as articulações e parcerias duradouras que são fundamentais para ações de maior impacto e para a promoção da cultura de paz. O que é necessário para mudar essa realidade?

Examinaremos casos exemplares de uma nova cultura política na relação entre as organizações e redes sociais.

Oded Grajew é presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; fundador e coordenador do Movimento Nossa São Paulo; sócio-fundador do movimento Todos pela Educação; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República; ex-assessor especial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; membro do Conselho Consultivo do Global Compact; membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente; idealizador do Fórum Social Mundial; membro-fundador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); fundador e ex-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; fundador e coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives).

Entrada franca
14 de setembro de 2010, 19h
Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo
Av. Paulista, 1578 – São Paulo (estação Trianon-MASP do Metrô)
Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

84º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Em adesão à 29ª Semana Gandhi e ao Dia Internacional da Não Violência

Processos circulares

Nossos ancestrais se reuniam em roda à volta do fogo ou com a família em torno da mesa da cozinha. Nos dias de hoje não tem sido tarefa fácil construir espaços de empatia e respeito para resolver conflitos e chegar a consensos. A metodologia dos processos circulares remonta à antiga tradição dos nativos americanos que usavam um bastão da fala para estruturar seus diálogos, e recebe o aporte dos conceitos contemporâneos de democracia, liderança e responsabilidade partilhadas. O círculo de construção de paz, quando implementado por profissionais treinados, é um processo que permite plena expressão das emoções numa atmosfera de respeito. Ele promove a escuta qualificada, e o empoderamento de todos os participantes.

Os processos circulares vêm sendo usados no sistema judicial e, nesse contexto, o círculo envolve todas as partes afetadas a fim de participarem na decisão de como corrigir a situação depois de um crime. O processo identifica os danos e necessidades de todas as partes, determinando como tais necessidades serão atendidas. Nas escolas é aplicado para criar um ambiente positivo em sala de aula e resolver problemas de comportamento. Nos locais de trabalho oferece metodologia eficaz para lidar com conflitos e chegar a consensos, no serviço social, para desenvolver sistemas de apoio mais orgânicos, capazes de efetivamente ajudar pessoas que lutam por encontrar um sentido para suas vidas.

Logo se percebeu que esses círculos podiam ser úteis também para prevenir animosidades, visto que aumentam o senso de interligação e humanidade partilhada. Ao utilizar o círculo como ferramenta para criar um senso comunitário em qualquer grupo, diminui-se a probabilidade de mal entendidos que podem escalar, levando a conflitos ou delitos. Além disso, os processos circulares promovem restabelecimento e criam possibilidade de romper ciclos viciosos, nos quais vítimas se tornam perpetradores.

Kay Pranis é instrutora independente e facilitadora de círculos de construção de paz. De 1994 a 2003 desempenhou no Departamento Correcional de Minnesota as funções de Planejadora de Justiça Restaurativa. Trabalhou com as lideranças de estabelecimentos correcionais, da polícia, dos tribunais, de associações de bairro, comunidades religiosas e escolas desenvolvendo uma resposta abrangente ao crime e ao conflito, com base na justiça restaurativa. Atua no desenvolvimento de processos circulares para o sistema judiciário, escolas, vizinhanças, famílias e empresas. É autora de inúmeras obras sobre o tema, inclusive Manual Básico de Processos Circulares, publicado pela Palas Athena Editora, e que será lançado na ocasião deste fórum.

Entrada franca

5 de outubro de 2010 · 19 h

Auditório do MASP – Museu de Arte de São Paulo

Avenida Paulista, 1578 – São Paulo / SP

Estação Trianon-MASP do metrô

Realização: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz



85º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

9 de novembro de 2010, 19 h

Cultura de paz: uma década visionária

Marlova Jovchelovitch Noleto

Coordenadora do Setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil

e a participação especial de Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento cotidiano, uma cultura que respeita os direitos individuais, assegura e sustenta a liberdade de opinião e se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis.

Na atualidade continuamos com inúmeros conflitos armados e lutas civis, que sacrificam vidas humanas em mais de 40 países. Outras fontes de tensão têm sua origem na deterioração do meio ambiente, no excesso de população, na competição por recursos de água doce em vias de esgotamento, na desnutrição e na flagrante desigualdade econômica e social entre os países e dentro deles, fruto da concentração de renda e de modelos econômicos excludentes. Falar em cultura de paz é falar de valores essenciais à vida democrática.

Nas palavras de Irina Bokova, Diretora-geral da UNESCO: “Tenho a convicção de que todos estamos naturalmente ligados por nossa condição de seres humanos. Todos temos os mesmos sonhos de prosperidade e felicidade. E todos sabemos muito bem que esses sonhos só se podem realizar em um clima de paz. A diversidade cultural e o diálogo entre as culturas contribuem para o surgimento de um novo humanismo, onde se reconciliam o universal e o local, e mediante o qual reaprendemos a construir o mundo. (...) Respeito aos direitos fundamentais, à dignidade de cada ser humano e à diversidade de uma humanidade solidária e responsável (...) esta é a mensagem da UNESCO, cuja função consiste em dar um novo impulso à solidariedade, congregando e despertando consciências.”

Marlova Jovchelovitch Noleto - ingressou nas Nações Unidas como oficial de Políticas Públicas e Direitos do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), e mais tarde na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), onde atualmente é Coordenadora do Setor de Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Foi presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e professora universitária de Teoria e Metodologia do Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Autora de livros sobre o terceiro setor, serviço social, municipalização e direitos humanos, com numerosos artigos publicados em revistas especializadas.